

Deise Azevedo Longaray

A (Re)Invenção de si: investigando a constituição de sujeitos gays, travestis e transexuais

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação em Ciências.

Orientadora:

Prof^ª. Dr^ª. Paula Regina Costa Ribeiro

Co-orientador:

Prof. Dr. Marcio Rodrigo Vale Caetano

Linha de Pesquisa:

Educação Científica: Implicações das Práticas Científicas na Constituição dos Sujeitos

Rio Grande
2014

Dados de Catalogação na Publicação:
Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB-10/1733

L849r Longaray, Deise Azevedo

A (Re)Invenção de si: investigando a constituição de sujeitos gays, travestis e transexuais / Deise Azevedo Longaray; Paula Regina Costa Ribeiro, orientadora. – Rio Grande, 2014.

226 f.; il

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, 2014

*Dedico esta tese aos meus pais, Tereza e Maciel,
e aos meus amores, Vitor e Gabriela.*

Reinvenção

*A vida só é possível
reinventada.*

*Anda o sol pelas campinas
e passeia a mão dourada
pelas águas, pelas folhas...
Ah! tudo bolhas
que vem de fundas piscinas
de ilusionismo... - mais nada.*

*Mas a vida, a vida, a vida,
a vida só é possível
reinventada.*

*Vem a lua, vem, retira
as algemas dos meus braços.
Projeto-me por espaços
cheios da tua Figura.
Tudo mentira! Mentira
da lua, na noite escura.*

*Não te encontro, não te alcanço...
Só - no tempo equilibrada,
desprendo-me do balanço
que além do tempo me leva.
Só - na treva,
fico: recebida e dada.*

*Porque a vida, a vida, a vida,
a vida só é possível
reinventada.*

Cecília Meireles

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de expressar meu carinho e agradecimento a todos/as que contribuíram para a produção desta tese. Tão desafiante quanto produzir a própria tese é agradecer, em poucas páginas, aqueles/as que fizeram parte dessa trajetória tão importante da minha vida.

Agradeço, primeiramente, à Prof^ª. Dr^ª. Paula Ribeiro, minha orientadora, amiga e “mãe”. Agradeço pelas palavras confortantes em todos os momentos, pelas sugestões e questionamentos durante os encontros de orientação, pelas inúmeras leituras atentas realizadas de todo o material produzido, por estar sempre à disposição e principalmente pela confiança. Obrigada, Paula, pelo incentivo e por acreditar no meu trabalho.

Gostaria de expressar meu agradecimento ao Prof. Dr. Marcio Caetano pela co-orientação, pelas leituras e sugestões que me possibilitaram tecer essa escrita.

Agradeço muito à família GESE: Raquel, Joantina, Dárcia, Suzana, Benícia, Fabi Teixeira, Fabi Silva, Lucilaine, Joice, Jordana, Caroline, Ana Karolina, Nélia, Joseane, Danieli, Keli, Juliana Collares, Rodrigo, Eduardo e Tomaz. Obrigada pelas risadas contagiantes, pelas sugestões na minha pesquisa, pelas discussões realizadas durante os encontros do Grupo e pela amizade.

Um agradecimento especial à Juliana Rizza, à Ana Luiza e à Teresa. Ju obrigada por estar ao meu lado em algumas das entrevistas, pelas sugestões no trabalho e, principalmente, pela amizade e enorme carinho que sempre demonstras. Ana, obrigada por estar sempre à disposição para tirar minhas dúvidas com relação à formatação da tese, pela amizade e companheirismo de sempre. Tetê, obrigada pela ajuda nas gravações dos vídeos das entrevistas e pela companhia nos horários de almoço.

Gostaria de agradecer aos/às professores/as que compuseram a Banca de Qualificação e Defesa dessa tese (Prof. Dr. Felipe Fernandes, Prof^ª. Dr^ª. Paula Henning e Prof^ª. Dr^ª. Lorena Gill). Obrigada Felipe pelas inúmeras conversas e encontros de sugestões na pesquisa. Obrigada também por me indicar a Observação Participante como metodologia de produção dos dados, ela possibilitou “olhar” a pesquisa e os/as participantes da mesma de “outra forma”. Obrigada Paulinha, consultora em assuntos foucaultianos, pela disponibilidade de

sempre, pelas sugestões de leituras e indicações de livros, os quais contribuíram muito para o meu trabalho. E, obrigada Lorena, por me acolher em sua disciplina de História Oral, pelo carinho, generosidade e pelas inúmeras contribuições na minha pesquisa.

Agradeço muito aos meus pais, Tereza e Maciel, meu porto seguro, pelo amor, pela educação, pela confiança e por incentivarem sempre meus estudos e meu trabalho. Aos meus irmãos, Deía, Nando e Celo, obrigada pela parceria e pelo estímulo ao meu trabalho. Obrigada também à Thaine e ao Lucas, meus afilhados, que alegram meus dias sempre, principalmente meus finais de semana. Amo muito todos/as vocês.

Um agradecimento também muito especial ao meu marido Vitor, pelo companheirismo, pelo amor, pela dedicação, pela paciência e por estar sempre ao meu lado. Amor, obrigada por sempre me dar forças para “seguir em frente”. Obrigada também por me “dar” a nossa filhota, Gabriela, que está chegando para alegrar e encher ainda mais as nossas vidas de amor. Minha filha te amo muito!

Também não poderia deixar de agradecer minhas amigas de sempre: Camila, Vanessa, Elizandra, Gisele e Carol. Obrigada meninas pela amizade e carinho. Adoro vocês!

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências pela oportunidade de desenvolvimento desta pesquisa e aos/às colegas e professores/as do mesmo pelas contribuições na minha pesquisa durante os seminários gerais.

Agradeço também à Capes pelo apoio e financiamento da pesquisa.

E claro, não poderia deixar de agradecer muito aos/às amigos/as participantes da pesquisa (Robert, Maria Regina, Luciana Guerra, Gisele, Cindy, Naraya Luisa Brum, Véto e Léo). Obrigada pessoal por tornar possível a produção desta tese.

RESUMO

Esta tese foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, na linha de pesquisa "Educação científica: implicações das práticas científicas na constituição dos sujeitos", e teve como objetivo geral investigar os enunciados e as práticas de si que constituem os/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais nos espaços educativos. A pesquisa foi produzida com base nos pressupostos teóricos da perspectiva foucaultiana e da teoria *Queer*. O *corpus* de análise foi composto por narrativas produzidas por sujeitos/as gays, travestis e transexuais do município de Rio Grande/RS, com a articulação entre a metodologia da História Oral Temática e a Observação Participante. Para o processo analítico, utilizamos algumas ferramentas da Análise do Discurso proposta por Michel Foucault. Ao analisar as enunciações, destacamos a emergência de alguns discursos e enunciados, os quais foram problematizados ao longo dos artigos que compõem a tese. Entre estes, elencamos o enunciado a *constituição da homossexualidade*, o qual foi problematizado com base em três cenas enunciativas: a busca de uma explicação e/ou gênese para a homossexualidade; o desejo como constituinte da subjetividade homossexual; e as questões de gênero e suas relações com a homossexualidade. Destacamos o discurso da *heteronormatividade* com as enunciações que evidenciam o quanto alguns espaços educativos interpelam os sujeitos e produzem efeitos em suas subjetividades. Ao mesmo tempo em que se constituem como espaços educativos, buscam conduzir a vida dos sujeitos com base em suas estratégias de governo/governamento. O outro enunciado analisado foi *a produção do corpo e a (re)invenção de si*, o qual foi problematizado com as enunciações de travestis e transexuais sobre a fabricação dos seus corpos e a produção da feminilidade. A rede de enunciações produzida possibilitou entendermos como se constituem os sujeitos que participaram deste estudo e quais são as práticas de si e as estratégias de fabricação de si envolvidas no processo de produção de suas subjetividades. Evidenciamos a escola e a universidade como instituições em que o controle e a vigilância regem sua organização e estrutura. Problematizamos a necessidade de articular a discussão das temáticas multiplicidades sexuais e de gênero aos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino, buscando desconstruir algumas "verdades" produzidas sobre as subjetividades lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais que, de alguma forma, colaboram para a produção da desigualdade e da homofobia. A heteronormatividade é expressa e reforçada em diferentes espaços sociais, em normas reguladoras de gênero e sexuais, reproduzindo práticas excludentes e discriminatórias, pois tais normas incidem sobre a negação e a invisibilidade de determinadas subjetividades. A partir de técnicas de si, transexuais e travestis trazem à tona diferentes posições de sujeito, desafiando, em muitos casos, a heteronormatividade.

PALAVRAS-CHAVE: constituição dos sujeitos; espaços educativos; heteronormatividade; homofobia; (re)invenção de si.

LONGARAY, Deise Azevedo. **A (Re)Invenção de si**: investigando a constituição de sujeitos gays, travestis e transexuais. Rio Grande: FURG, 2014. 226f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

ABSTRACT

This thesis was developed in the Post-Graduate Program in Science Education (*Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: química da vida e saúde*), in the research line "Scientific Education: implications of scientific practices in the constitution of subjects", in order to investigate the discourses and practices of self that constitute gay, transvestite and transsexual subjects in educational spaces. The study was produced based on the foucaultian theoretical assumptions and Queer theory. The *corpus* of analysis consisted of narratives produced by gays, transvestites and transsexuals from Rio Grande/RS, with the link between the Thematic Oral History methodology and Participant Observation. For the analytical process, some tools from the Discourse Analysis proposed by Michel Foucault were used. While analyzing the enunciations, we highlighted the emergence of discourses and statements which were problematized in the articles that compose this thesis. Among these, we listed the statement 'the constitution of homosexuality', which was problematized based on three enunciative scenes: the search for an explanation and/or genesis for homosexuality, the desire as constituent of homosexual subjectivity, and gender issues and their associations with homosexuality. The discourse of heteronormativity was emphasized with enunciations that show how some educational spaces question subjects and effect on their subjectivities. At the same time that they constitute themselves as educational spaces, they seek to lead lives of individuals based on their government strategies. The other analyzed statement was 'the production of the body and self-(re)invention, which was problematized with the narratives from transvestites and transsexuals on their body fabrication and the production of femininity. The network of produced enunciations allowed us to understand how the subjects who participated in this study are constituted and what are the practices of self and the strategies of self-production involved in the production process of their subjectivities. We highlighted the school and the universitie as institutions in which control and surveillance govern its organization and structure. Also, we problematized the need for articulation between the discussion of the themes of the sexual and gender multiplicities to political-pedagogical projects of educational institutions, seeking to deconstruct some "truths" produced on lesbian, gay, bisexual, transvestite and transsexual subjectivities which, somehow, collaborate for the production of inequality and homophobia. The heteronormativity is expressed and reinforced in different social environments, in gender and sexual controlling norms, reproducing exclusionary and discriminatory practices, given that such norms affect the denial and invisibility of certain subjectivities. From techniques of the self, transsexuals and transvestites bring up different subject positions, challenging, in many cases, the heteronormativity.

KEYWORDS: constitution of subjects; educational spaces; heteronormativity; homophobia; self-(re)invention.

LONGARAY, Deise Azevedo. *The Self-(Re)Invention: investigating the constitution of gay, transvestite and transsexual individuals (translation)*. Rio Grande: FURG, 2014. 226p. Thesis (Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

LISTA DE SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

ABHO – Associação Brasileira de História Oral

ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar em Aids

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

ANTRA – Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros

APA – Associação Psiquiátrica Americana

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CD – *Compact Disc*

CE – Ceará

CEPAC – Centro Paranaense de Cidadania

CID – Classificação Internacional de Doenças

CLAM – Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade, Amor

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

DVD - *Digital Versatile Disc*

ESH – Escola Sem Homofobia

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

GALE – Global Alliance for LGBT Education

GALF – Grupo de Ação Lésbico-Feminista

GDE – Gênero e Diversidade na Escola

GESE – Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola

GGB – Grupo Gay da Bahia

GHAP – Grupo Habeas Corpus Potiguar

GO – Goiás

GRAB - Grupo Resistência Asa Branca

HBIGDA - *Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association*

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MG – Minas Gerais

MGM – Movimento Gay de Minas

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

RJ – Rio de Janeiro

RN – Rio Grande do Norte

RS – Rio Grande do Sul

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SOC – *Safe of Care*

SP – São Paulo

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO DA TESE	13
2	INTRODUÇÃO: (RE)CONSTITUINDO O PROBLEMA DE PESQUISA	16
3	REFERENCIAL TEÓRICO: ARTICULANDO CONCEITOS E ENTENDIMENTOS	21
3.1	A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS	24
3.2	A INVENÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE, TRAVESTILIDADE E TRANSEXUALIDADE	30
3.3	NORMALIDADE, ANORMALIDADE E NORMA: OS SABERES PRODUZIDOS SOBRE LÉSBICAS, GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	34
3.4	AS INSTÂNCIAS QUE PRODUZEM OS SUJEITOS.....	40
3.5	ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À HOMOFOBIA NO CONTEXTO ESCOLAR	46
4	AS METODOLOGIAS DE PRODUÇÃO DAS NARRATIVAS	50
4.1	A HISTÓRIA ORAL	50
4.1.1	A escolha dos/as entrevistados/as	52
4.1.2	As estratégias metodológicas e éticas	53
4.1.3	Os/As entrevistados/as	60
4.2	A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	71
4.2.1	A Associação LGBT de Rio Grande	77
5	ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE DOS DADOS: ALGUMAS FERRAMENTAS DA ANÁLISE DO DISCURSO	81
6	OS ARTIGOS: PRODUZINDO ALGUMAS ANÁLISES	87
6.1	ARTIGO 1: A (RE)INVENÇÃO DE SI NO ENTRELAÇAR DAS ENUNCIÇÕES DE GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	88
6.1.1	Resumo	88
6.1.2	Teorizações sobre os modos como se constituem os sujeitos	90
6.1.3	A metodologia de produção das narrativas e os/as sujeitos/as participantes da pesquisa	92
6.1.4	As enunciações que atravessam a constituição da homossexualidade.....	96
6.1.5	Tecendo (In)conclusões	105
6.1.6	Referências	107

6.2	ARTIGO 2: ESCOLA, CURRÍCULO E HOMOFOBIA: BIOGRAFANDO EXPERIÊNCIA	110
6.2.1	Resumo	110
6.2.2	Situando o estudo	111
6.2.3	Apresentando o referencial teórico	111
6.2.4	A metodologia de produção das enunciações	113
6.2.5	As relações sociais nas instituições de ensino: diferença ou (in)diferença?	115
6.2.6	Currículo e multiplicidades sexuais e de gênero: discutir ou ocultar?	121
6.2.7	Apontamentos finais	125
6.2.8	Referências	127
6.3	ARTIGO 3: ESPAÇOS EDUCATIVOS E PRODUÇÃO DAS SUBJETIVIDADES GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	130
6.3.1	Resumo	130
6.3.2	Introdução	130
6.3.3	As metodologias de produção das enunciações	132
6.3.4	Instituição familiar: espaço de socialização?	133
6.3.5	Instituições médicas e psicológicas: em busca de tratamento	138
6.3.6	Instituições religiosas: a homossexualidade como pecado ou “castigo”	143
6.3.7	Associação LGBT: espaço de luta e visibilidade!	146
6.3.8	Considerações finais	151
6.3.9	Referências	153
6.4	ARTIGO 4: CORPOS (TRANS)FORMADOS E PRODUÇÃO DA FEMINILIDADE: DISCUTINDO OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	155
6.4.1	Resumo	155
6.4.2	Contextualizando o estudo e a perspectiva teórica	155
6.4.3	Transexualidades e travestilidades: reconhecer-se	159
6.4.4	Transexualidades e travestilidades: feminilizar-se	165
6.4.5	Transexualidades e travestilidades: prostituir-se	168
6.4.6	Transexualidades e travestilidades: (re)inventar-se	171
6.4.7	Referências	173
7	PESSOAS, SUJEITOS, SUBJETIVIDADES: HISTÓRIAS NARRADAS, HISTÓRIAS (RE)INVENTADAS	175

8	CONSIDERAÇÕES FINAIS: (RE)INVENTANDO-ME	183
9	REFERÊNCIAS	189
10	APÊNDICES.....	198
10.1	APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - OBJETIVO DA PESQUISA	198
10.2	APÊNDICE 2: ROTEIRO DA ENTREVISTA	199
10.3	APÊNDICE 3: TERMO DE CESSÃO	201
10.4	APÊNDICE 4: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – USO DO NOME	202
10.5	APÊNDICE 5: ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	203
10.6	APÊNDICE 6: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - USO DAS ATAS DE REUNIÃO DA ALGBT RIO GRANDE	204
11	ANEXOS	205
11.1	ANEXO 1: ESTATUTO SOCIAL ALGBT RIO GRANDE	205
11.2	ANEXO 2: PROJETO PARADA LGBT RIO GRANDE 2013.....	218
11.3	ANEXO 3: PROJETO PARADA LGBT RIO GRANDE 2014.....	223

1 APRESENTAÇÃO DA TESE

Na introdução, apresentamos os caminhos trilhados e a escolha do tema, discutindo as experiências vivenciadas ao longo do processo de construção da pesquisa, que tem como objetivo geral “investigar os enunciados e as práticas de si que constituem os/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais nos espaços educativos”.

No capítulo seguinte, apresentamos o referencial teórico que fundamenta a tese “Os/As sujeitos/as¹ gays, travestis e transexuais, participantes dessa pesquisa, ao longo do processo de produção de suas subjetividades buscam, nos diversos espaços educativos, romper com os discursos hegemônicos em relação aos corpos, aos gêneros e às sexualidades, a partir de práticas de (re)invenção de si”, buscando articular alguns conceitos e entendimentos, tais como: sujeito, sexualidade, processos de subjetivação, norma, entre outros. Assim, a fim de discorrer sobre como se constituem os/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais nos espaços educativos, buscamos inspiração e contribuição em alguns/algumas autores/as, tais como: Michel Foucault, Márcio Alves da Fonseca, Hubert Dreyfus e Paul Rabinow, entre outros/as.

Em seguida, apresentamos as metodologias de produção das narrativas – a História Oral e a Observação Participante, evidenciando as estratégias metodológicas e éticas adotadas ao longo do processo de produção das entrevistas e observações realizadas.

Logo, discutimos sobre a metodologia de análise das enunciações produzidas. Para tanto, utilizamos algumas ferramentas da Análise do Discurso proposta por Michel Foucault.

No próximo capítulo, apresentamos os artigos que compõem a tese. O primeiro artigo intitulado **A (Re)Invenção de si no entrelaçar das enunciações de gays, travestis e transexuais** tem, como objetivo, investigar a constituição de sujeitos/as, os/as quais autoidentificaram-se como gays, travestis e transexuais, problematizando algumas enunciações envolvidas nos seus processos de subjetivação. No processo de análise empreendido neste trabalho, destacamos três cenas enunciativas: a busca de uma explicação natural para a homossexualidade; o desejo pelo/a outro/a como marcador dessa subjetividade; e as questões de gêneros atreladas a esse processo de reconhecimento como gays, travestis e transexuais. O segundo artigo **Escola, currículo e homofobia: biografando experiências** tem como proposta investigar as experiências escolares e acadêmicas de sujeitos/as que se

¹ Quando referimo-nos aos/às participantes da tese, fazemos uso da flexão de gênero na palavra sujeito no sentido de adoção da “guerrilha de linguagem” (Para maiores informações ver vídeo disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=2QM12rh-ijA>). Assim, como forma de construção de uma representação digna das sujeitas da pesquisa utilizamos ferramentas que se afastam do universal humano sempre no masculino.

autoidentificaram como gays, travestis e transexuais, a fim de entender como esses/as constituíram-se no espaço escolar e acadêmico. Neste sentido, foram elencadas duas categorias de análise. A primeira salienta as relações estabelecidas entre os/as sujeitos/as entrevistados/as e os demais sujeitos da instituição de ensino, discutindo as estratégias que esses/as sujeitos/as utilizaram para lidar com a homofobia nesses espaços. E a segunda categoria aponta para a necessidade de inclusão das temáticas de multiplicidades sexuais e de gêneros no currículo escolar, com o propósito de contribuir para o enfrentamento à homofobia nas escolas e universidades. O terceiro artigo intitulado **Espaços educativos e produção das subjetividades gays, travestis e transexuais** apresenta como objetivo conhecer e compreender como as instâncias sociais – a família, a instituição religiosa, o movimento LGBT (Associação LGBT do município do Rio Grande/RS) e as instituições médicas e psicológicas – a partir de suas estratégias de governo/governamento, interpelam os sujeitos, produzindo suas subjetividades. Para tanto, analisamos enunciações de alguns/algumas sujeitos/as do município de Rio Grande/RS que se autoidentificaram como gays, travestis e transexuais. E o quarto artigo da tese, **Corpos (trans)formados e produção da feminilidade: discutindo os processos de subjetivação de travestis e transexuais**, tem como objetivo discutir a fabricação dos corpos de travestis e transexuais, problematizando os efeitos produzidos em seus processos de subjetivação. No artigo, analisamos enunciações produzidas por transexuais e uma travesti problematizando o enunciado a produção do corpo e a (re)invenção de si.

No capítulo seguinte, discutimos sobre a noção de pessoa de Marcel Mauss e sua articulação com o entendimento de agência de Sherry Ortner articulando com as histórias narradas na tese.

Posteriormente, tecemos as considerações finais produzidas sobre os artigos que compõem a tese e sobre o desenvolvimento dessa pesquisa.

E, por fim, apresentamos as referências utilizadas na produção de toda a tese.

A escrita da tese além de organizada em capítulos, também resultou, como já mencionamos, na produção de quatro artigos, que buscam problematizar a constituição de alguns/algumas sujeitos/as, os/as quais foram entrevistados/as neste estudo e que se autoidentificaram como gays, travestis e transexuais. Justificamos a organização da tese neste formato, tendo em vista, que desta forma, a divulgação da pesquisa, em eventos ou revistas, será mais ampla. Acreditamos que, deste modo, um número maior de leitores/as e pesquisadores/as terão acesso ao material produzido. Além disto, os/as leitores/as poderão ter acesso, também, à tese, através da página do Programa de Pós-Graduação, no qual este

trabalho foi desenvolvido, do Repositório de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Rio Grande e do Portal de Teses e Dissertações da CAPES.

2 INTRODUÇÃO: (RE)CONSTITUINDO O PROBLEMA DE PESQUISA

[...] constituir um problema de pesquisa é começar a suspeitar de todo e qualquer sentido consensual, de toda e qualquer concepção partilhada, com os quais estamos habituadas/os; indagar se aquele elemento do mundo – da realidade, das coisas, das práticas do real – é assim tão natural nas significações que lhe são próprias; duvidar dos sentidos cristalizados, dos significados que são transcendentais e que possuem estatuto de verdade (seja esta verdade científica, mágica, artística, filosófica, psicanalítica, religiosa, biológica, política etc.); reexaminar a eternidade, o determinismo, a ordem, a estabilidade, a segurança, a solidez, o rigor, o universal, o apaziguado. Em suma, criar um problema de pesquisa é virar a própria mesa, rachando os conceitos e fazendo ranger as articulações das teorias (CORAZZA, 2007, p. 116).

Ao aproximar-me² do problema de pesquisa desenvolvido neste estudo, assim como menciona Corazza (2007), tive de questionar muitos entendimentos, que eram postos, principalmente em relação às subjetividades lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, que é o tema desta tese, uma vez que vim de uma área – Ciências Biológicas – em que muitas das coisas pareciam ser inquestionáveis, sendo essas, portanto, naturalizadas e tidas como “verdades” absolutas. Neste sentido, ao ingressar na área da Educação em Ciências e aproximar-me do referencial foucaultiano, percebi que algumas questões poderiam e deveriam ser (re)pensadas e problematizadas. Esta aproximação, primeiramente, ocorreu assim que terminei a graduação³ e ingressei no Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola – GESE/FURG. Foi neste momento que me deparei com questões e discussões que me levaram a duvidar de alguns entendimentos acerca das sexualidades e dos gêneros, que me interpelavam até o momento, “rachando”, desta forma, alguns conceitos como comenta Corazza.

Assim, no processo de (re)construção do problema de pesquisa engendrado a este estudo, passei a entender que não há fixidez em relação às identidades e subjetividades.

² A introdução e alguns trechos das considerações finais deste trabalho são escritos na primeira pessoa do singular, pois são nesses momentos que evidenciarei a minha história em particular. Entretanto, nos demais capítulos e artigos da tese a escrita é apresentada na primeira pessoa do plural, uma vez que entendo que múltiplas vozes estão atreladas à construção dessa pesquisa, tais como: orientanda/orientadora/coorientador; autores/as e referências utilizadas; Grupo de Pesquisa; sujeitos/as participantes da pesquisa.

³ Sou formada em Ciências Biológicas Licenciatura, pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Ao dialogar com autores, a exemplo de Michel Foucault, Márcio Alves da Fonseca, entre outros que discorrem sobre a constituição dos sujeitos, passei a entender que o determinismo biológico passa a pertencer a um campo de disputa com o construcionismo social; que as identidades são estruturas cambiantes e articuladas às relações de poder, sendo que a fluidez e a transitoriedade entre as identidades torna-se cada vez mais comum na contemporaneidade. Por este viés, na sociedade contemporânea, muitos sujeitos, entre eles os sujeitos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), buscam desestabilizar a ordem estabelecida socialmente, desorganizar as estruturas e borrar fronteiras. Assim, as certezas tornam-se interrogáveis e as posições de sujeitos, múltiplas.

Os sujeitos constituem-se, então, nesse contexto e sociedade, ainda, marcados pelo controle e vigilância em relação aos corpos, buscando evidenciar, portanto, a permanência cada vez mais constante da instabilidade, inflexibilidade e subversão. Entretanto, esses movimentos, que nos posicionam e nos constituem, não escapam dos terrenos e prescrições que buscam manter a ordem, ou seja, essas estruturas movediças, que são as subjetividades lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, também são acompanhadas por preconceito e exclusão.

Ao longo do mestrado, busquei, a partir da constituição de grupo focais, problematizar a homofobia com adolescentes do município do Rio Grande/RS, a fim de entender o que eles/as pensavam e entendiam acerca das questões da diversidade sexual e de gênero. Instigada e movida por estas questões, busquei, no doutorado, seguir na mesma linha de discussão; entretanto, agora não apenas falando por aqueles/as que sofrem com a homofobia, mas ouvindo suas histórias.

É importante enfatizar que o processo de construção do objeto de pesquisa foi longo e mutável, passando por alguns movimentos. A primeira proposta de trabalho, quando ingressei no doutorado, era investigar a constituição de professores/as e universitários/as LGBT. Neste sentido, pretendia analisar os discursos sobre homofobia, diversidade sexual e de gênero dos/das participantes do projeto “Escola Sem Homofobia” (ESH)⁴ e de professoras da rede Trans Educ da Antra (Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros). Além disto, buscava investigar as trajetórias acadêmicas e escolares desses/as professores/as e universitários/as. Nesta direção, faria a seleção de alguns/algumas professores/as e universitários/as LGBT da região Sul, do Projeto ESH e de algumas professoras da Rede

⁴ Tinha, como proposta, trabalhar com os/as participantes do Projeto Escola Sem Homofobia, uma vez que também participei deste projeto.

Trans Educ para a realização de entrevistas. Entretanto, ao entrar em contato com tais participantes a fim de que eles/as respondessem a um questionário, que era a primeira das estratégias metodológicas da pesquisa, não obtive retorno de muitos/as. Após insistir no contato e ainda assim recebendo poucos retornos, repensei a proposta. Assim, decidi trabalhar somente com as professoras trans da rede Trans Educ.

Neste sentido, a segunda proposta de projeto de pesquisa tinha, como objetivo principal, investigar as trajetórias acadêmicas e escolares de professoras da rede Trans da Antra (Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros). Assim, entrei em contato com a coordenação da rede e com as participantes da mesma, a fim de explicar os objetivos da pesquisa e a proposta de trabalho. Ao entrar em contato com as participantes da rede por email, as mesmas receberam o trabalho muito bem, demonstrando interesse em participar do projeto. No entanto, no primeiro contato presencial com uma das integrantes da rede, no 2º Simpósio Internacional de Educação Sexual, em Maringá, fiquei sabendo que as professoras da rede já estavam participando de uma pesquisa com um viés bem parecido com o proposto por mim, inclusive o pesquisador encontrava-se nesse evento. Ao conversar com ele e explicar minha intenção de pesquisa, o mesmo apresentou muitas aproximações na metodologia e proposta de trabalho. Embora saiba que os “olhares” são diferentes, a ideia se assemelhava, o que me levou a repensar novamente meu projeto.

Foi assim que cheguei à presente proposta de pesquisa. Após, então, decidir trabalhar com histórias orais de gays, travestis e transexuais e entrar em contato com a Associação LGBT de Rio Grande, estabelecendo algumas aproximações com esse grupo, (re)construí meu problema de pesquisa. Para tanto, algumas questões foram por mim (re)pensadas, problematizadas e (re)construídas como, por exemplo, o entendimento de transexualidade, de desejo, de sexualidade, de gênero, entre outros.

O presente estudo em questão está articulado à linha de pesquisa “Educação Científica: Implicações das Práticas Científicas na Constituição dos Sujeitos” do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande, a partir da qual busco discutir como constituem-se os/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais. Ao longo desse processo venho problematizando a produção dos discursos científicos acerca das subjetividades entendidas como “anormais” e “desviantes”. Assim, ao buscar desconstruir

alguns discursos produzidos pela Ciência, que tentam classificar e normalizar os sujeitos LGBT, estabeleço articulações com o campo da Educação em Ciências⁵.

O corpo desses sujeitos abarcam uma heterogeneidade de marcadores e intervenções que pretendem escapar à normalização imposta pelo heterossexismo. O corpo é lugar de criação e de desestabilização. Ele é, portanto, território político.

As narrativas apresentadas neste estudo evidenciam que o processo de transgressão da norma social não é congruente; ele é atravessado por disputas, conflitos e instabilidades que, ainda, estão presentes na sociedade atual. Neste sentido, com o intuito de nuançar as múltiplas possibilidades de ser, estar e relacionar-se na sociedade contemporânea, evidenciando a existência de subjetividades que pretendem escapar e desviar das estruturas hegemônicas, esta tese tem, como objetivo geral, **investigar os enunciados e as práticas de si que constituem os/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais nos espaços educativos**. E como objetivos específicos, tem: problematizar a constituição da homossexualidade, travestilidade e transexualidade; investigar e analisar as experiências escolares e acadêmicas de sujeitos/as que se autoidentificam como gays, travestis e transexuais, a fim de entender como estes/as se constituíram/se constituem na escola e na universidade; conhecer e compreender como as instâncias sociais a partir de suas estratégias de governo/governamento, interpelam os/as sujeitos/as, produzindo suas subjetividades e; discutir a fabricação dos corpos de travestis e transexuais, problematizando os efeitos produzidos em seus processos de subjetivação.

Para o desenvolvimento da pesquisa, entrevistei oito sujeitos/as, dos/as quais quatro autoidentificaram-se como gays, uma como travesti e três como transexuais, sendo que uma se entende como transexual lésbica. Além disso, um dos entrevistados que autoidentificou-se como gay no início da pesquisa, atualmente reconhece-se e autoidentifica-se como mulher transexual.

Assim, neste trabalho, desenvolvo as seguintes questões de pesquisa: Quais as práticas de si engendradas ao processo de constituição dos/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais participantes desse estudo? Que enunciados e enunciações estão presentes no processo de produção das suas subjetividades? Que estratégias tais sujeitos/as utilizam na produção do seu próprio eu?. Por esse viés, tenho como tese: Os/As sujeitos/as gays, travestis e transexuais, participantes dessa pesquisa, ao longo do processo de produção de suas subjetividades

⁵ Partindo desse pressuposto, desde o mestrado, busco problematizar alguns discursos veiculados no âmbito científico acerca das homossexualidades, travestilidades e transexualidades, abarcando, neste contexto, contribuições do construcionismo social. Neste sentido, desenvolvi e apresentei, no Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, o trabalho intitulado “Problematizando os discursos científicos sobre a homossexualidade”.

buscam, nos diversos espaços educativos, romper com os discursos hegemônicos em relação aos corpos, aos gêneros e às sexualidades, a partir de práticas de (re)invenção de si.

Partindo desses pressupostos, a seguir apresento o referencial teórico que sustenta este estudo, articulando os entendimentos produzidos sobre o problema de pesquisa em questão.

3 REFERENCIAL TEÓRICO: ARTICULANDO CONCEITOS E ENTENDIMENTOS

Neste capítulo, buscamos articular conceitos⁶, tecer entendimentos e relações, evidenciando os caminhos teóricos percorridos ao longo da pesquisa em questão. Assim, a fim de discorrer sobre como se constituem sujeitos/as gays, travestis e transexuais nos espaços educativos⁷, buscamos inspiração e contribuição em alguns/as autores/as, tais como: Michel Foucault, Márcio Alves da Fonseca, Hubert Dreyfus e Paul Rabinow, entre outros/as.

Partindo do pressuposto que esse estudo visa romper com as classificações sociais e problematizar os processos de categorização e hierarquização envolvidos na constituição dos sujeitos, buscando a partir de trajetórias de vida dos/as entrevistados/as colocar em evidência as violências, as relações sociais e de poder, as estratégias e resistências implicadas nos processos de reconhecimento de si, estabelecemos relações com as discussões provocadas pela Teoria *Queer*.

Os entendimentos e discussões acerca das subjetividades que transgridem as expectativas sociais relacionadas aos gêneros e às sexualidades, são problematizados, questionados e aprofundados a partir de um campo teórico e, também, político denominado Teoria *Queer*. Segundo Miskolci (2012), a Teoria *Queer* se afirma na década de 1980, nos Estados Unidos, com o advento da Aids. Para o autor,

[...] a aids, portanto, foi um catalisador biopolítico que gerou formas de resistência mais astutas e radicais, materializadas no ACT UP, uma coalizão ligada à questão da aids para atacar o poder, e no Queer Nation, de onde vem a palavra queer, a nação anormal, a nação esquisita, a nação bicha. [...] A ideia por trás do *Queer Nation* era a de que parte da nação foi rejeitada, foi humilhada, considerada abjeta, motivo de desprezo e nojo, como reação e resistência a um momento biopolítico instaurado pela aids (p. 24).

Por esse viés, a Teoria *Queer* busca questionar as representações produzidas sobre esse “pânico sexual” que se tornou a epidemia da Aids, bem como problematizar os impactos dessa na constituição dos sujeitos, contestando os processos normalizadores. A Teoria *Queer*, portanto, emerge quando vários trabalhos acadêmicos, nos Estados Unidos, debatem sobre as questões vinculadas à teorização gay e lésbica relacionada com o pós-estruturalismo

⁶ Com objetivo de evitar repetições, alguns conceitos, embora discutidos, não são aprofundados neste capítulo, uma vez que são explorados nos artigos que compõem a tese.

⁷ Entendemos como espaços educativos, todos aqueles espaços que produzem significados, conhecimentos e saberes e que, de alguma forma, nos ensinam modos de ser e estar no mundo, construindo e (re)produzindo significados sociais. Neste sentido, na pesquisa, buscamos discutir sobre alguns espaços entendidos como educativos, tais como: a escola, família, mídia, a Ciência, entre outros.

(SPARGO, 2004). Entretanto, o movimento ou política *queer* emerge em discordância, isto é, criticando o movimento homossexual surgido em 1960,

[...] enquanto o movimento homossexual apontava para adaptar os homossexuais às demandas sociais, para incorporá-los socialmente, os queer preferiram enfrentar o desafio de mudar a sociedade de forma que ela lhes seja aceitável. Enquanto o movimento mais antigo defendia a homossexualidade aceitando os valores hegemônicos, os queer criticam esses valores, mostrando como eles engendram as experiências da abjeção, da vergonha, do estigma (MISKOLCI, 2012, p. 25).

A Teoria *Queer*, assim, aproxima-se da questão da descentralidade da identidade discutida por Lacan, da desconstrução das estruturas binárias proposta por Derrida e do entendimento de discurso, conhecimento e poder que Michel Foucault discute (SPARGO, 2004). Os estudos *queer* ganham força, em 1990, com o lançamento dos livros *Problemas de Gênero* de Judith Butler, *Cem anos de homossexualidade* de David Halperin e *A epistemologia do armário* de Eve Kosofsky Sedgwick, que emergem para dar outro viés à discussão da homossexualidade, apontando meios para questionar a ideia de que a maioria das pessoas são heterossexuais, evidenciando que tanto a homossexualidade quanto a heterossexualidade são construções sociais, que precisam ser repensadas (MISKOLCI, 2012).

Segundo Spargo (2004), “queer está em perpétua discordância com o normal, com a norma, seja esta a heterossexualidade dominante ou a identidade gay e lésbica. Em uma palavra, é definitivamente excêntrico, a-normal” (p.53, tradução nossa). Para corroborar com essa discussão, Louro (2004) discute que o termo *queer*

[...] é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais, precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora (p. 38-39).

Neste contexto, a política *queer* busca desestabilizar as estruturas reforçadas pela heterossexualidade compulsória que busca a fixidez das identidades, bem como problematizar as dicotomias produzidas: heterossexualidade/homossexualidade, masculino/feminino, homem/mulher, que insiste na normalização dos sujeitos e na superioridade de um sobre o outro; no caso, a posição inferiorizada é assumida pelo segundo termo, que geralmente cabe

aos/às rejeitados/as e excluídos/as. Os sujeitos *queer*, neste sentido, são caracterizados pela abjeção⁸, pela subversão, pela ruptura, pela incoerência dos gêneros e das sexualidades, promovendo tensões e despertando inquietações.

O foco de discussão da Teoria *Queer* é problematizar e repensar a rejeição, a abjeção, tornando visíveis as violências existentes no processo de instituir a normalidade. “O queer, portanto, não é uma defesa da homossexualidade, é a recusa dos valores morais violentos que instituem e fazem valer a linha de abjeção, essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivo” (MISKOLCI, 2012, p. 25). Assim, a Teoria *Queer* abarca em seu contexto de discussão não somente os sujeitos LGBT, mas também os/as heterossexuais que não se ajustam às convenções sociais, que instituem as dinâmicas mulheres femininas e homens masculinos.

A proposta de colocar em discussão as “invisibilidades”, de questionar as normas sociais, de repensar a sociedade a partir de uma perspectiva da diferença, bem como de discutir a heteronormatividade são pontos de grande relevância para a Teoria *Queer*. Essa Teoria busca, também, colocar em debate uma política da diferença⁹, que “emerge como crítica do multiculturalismo e da retórica da diversidade, afirmando a necessidade de ir além da tolerância e da inclusão mudando a cultura como um todo por meio da incorporação da diferença, do reconhecimento do Outro como parte de nós” (MISKOLCI, 2012, p. 47).

A partir de uma abordagem *queer*, que tem como propósito problematizar a desconstrução e resistência às normas, de questionar os processos que buscam disciplinar os sujeitos e de problematizar as tecnologias de normalização, discutimos, nessa tese, sobre a constituição dos/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais e seus processos de subjetivação. Além disto, discutimos sobre a invenção das terminologias homossexual, travesti e transexual, evidenciando os saberes produzidos sobre os/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais e as instâncias que os constituem.

⁸ O termo abjeção refere-se ao que é recusado, repugnado, que perturba a ordem, é incoerente, causa repulsa, desprezo, nojo. Segundo Butler (2010), “o ‘abjeto’ designa aquilo que foi expelido do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente ‘Outro’. Parece uma expulsão de elementos estranhos, mas é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece. A construção do ‘não eu’ como abjeto estabelece as fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito” (p. 190-191).

⁹ Miskolci (2012) discute que para entendermos melhor a que se propõe a Teoria *Queer*, é importante distinguir os entendimentos de diferença e diversidade. Segundo o autor, “se a diversidade apela para uma concepção horizontalizada de relações, em que se afasta o conflito e a divergência em nome da conciliação, lidar com a diferença é incomensurável. Mas as diferenças têm o potencial de modificar as hierarquias, colocar em diálogo os subalternizados com o hegemônico, de forma, quiçá a mudar a nós mesmos. A diferença nos convida ao contato e à transformação; ela nos convida a descobrir o Outro como uma parte de nós mesmos” (p. 49).

3.1 A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS

Os sujeitos constituem-se de diferentes formas, de acordo com o contexto e as instâncias sociais, pelas quais transitam. Na contemporaneidade, evidenciamos múltiplas formas de ser e estar no mundo, diferentes modos de relacionamentos, distintas maneiras de vivenciar os prazeres, os desejos, os corpos, as masculinidades e as feminilidades, evidenciando desse modo que os sujeitos posicionam-se de diferentes formas.

Para Foucault, o sujeito não é um dado a priori, mas uma produção. Ele produz-se a partir de relações e de estratégias de poder. Ao afirmar a “morte do homem”, Foucault traz à tona a possibilidade de construção de outras formas de ser e estar, outros modos de pensar e agir, outras subjetividades. E é por esse viés, que os sujeitos apresentam outras formas de relação, com os outros e consigo mesmo, a partir de práticas de liberdade.

A liberdade é da ordem dos ensaios, das experiências, dos inventos, tentados pelos próprios sujeitos que, tomando a si mesmos como prova, inventarão seus próprios destinos. Assim, experiências práticas de liberdade, sempre sujeitas a revezes, nunca como algo definitivo, como numa vitória final (SOUZA FILHO, 2013).

Ao longo desse processo de relação consigo mesmo e com os/as outros/as, os sujeitos produzem e apresentam outras possibilidades de viver e é nas relações de coexistência que essas outras formas de ser, outras histórias, outros vieses emergem. Foucault (2010a) afirma que essa liberdade não pode ser entendida como liberação, embora a liberação seja necessária, ela é uma condição de possibilidade para as práticas de liberdade. “A liberação abre um campo para novas relações de poder, que devem ser controladas por práticas de liberdade” (FOUCAULT, 2010a, p. 267). O autor segue discorrendo sobre esse entendimento, afirmando que no âmbito da sexualidade, viés pelo qual se desenvolve este estudo, a partir da liberação de nossos desejos é que saberemos conduzir com ética as relações de prazer com o outro. Assim, a ética é definida como prática de liberdade.

É a partir de um trabalho sobre si mesmo, de um cuidado de si, isto é, da ética que a liberdade é possível. Entretanto, cuidar de si, voltar-se para si, não significa ser escravo de si mesmo, mas significa ser resistente, ser ativo nas relações de poder.

A micropolítica das lutas específicas, das lutas pontuais são lutas das artes de si, dos cuidados de si: essas não deixam de ser lutas hermenêuticas de sujeitos que procuram elaborar suas vidas como uma obra de arte, de novos modos, a partir de novas subjetivações: mulheres-feministas, homossexuais,

travestis, negros, mestiços, migrantes, através de suas lutas específicas, exercitam (em corpo e alma) a crítica das sujeições a que se visa que continuem a obedecer. Por isso mesmo, talvez seja mais importante hoje dar ênfase na *escuta* de saberes singulares, dos testemunhos de experiências específicas das pessoas (como Foucault o fez), do que insistir nos saturados modelos da ação política ou nos projetos de amanhã cantantes (socialistas ou outros) a que entregaríamos (e adiaríamos) nossas liberdades (SOUZA FILHO, 2013).

Assim, a partir de seus testemunhos e suas “lutas específicas” os sujeitos, como, por exemplo, os/as participantes dessa tese, representam estratégias de afirmação e reconhecimento de si, fazendo de suas vidas uma “obra de arte”.

Neste sentido, entendemos que o sujeito é atravessado por múltiplos discursos e enunciados. Conforme diz Foucault (2010), o sujeito não é universal, não é uma substância ou uma essência. Os sujeitos não possuem o mesmo tipo de relações quando assumem diferentes posições. Assim, há diferentes formas de sujeito, e tais formas não são imutáveis ou estáticas, são, portanto, plurais, heterogêneas. Os sujeitos, portanto, podem ocupar diferentes posições que são contingentes, fluidas e transitórias, e dizem respeito à nossa constituição enquanto sujeitos de uma determinada época, sociedade e cultura que produzem significados sobre nós.

Neste sentido, Fonseca (2003), baseado nas discussões produzidas por Foucault, afirma que o indivíduo constitui-se a partir de processos de objetivação e de subjetivação. Os processos de objetivação referem-se à constituição do indivíduo a partir de mecanismos disciplinares, ou seja, a constituição do indivíduo moderno, como um objeto dócil e útil. Já os processos de subjetivação localizam-se nos trabalhos em que as práticas “que constituem o indivíduo moderno, sendo ele um sujeito preso a uma identidade que lhe é atribuída como própria” (Ibid., p.25). É, com enfoque principal nos processos de subjetivação, que desenvolvemos esse trabalho, buscando entender as formas como se constituem os/as participantes deste estudo a partir da construção de suas subjetividades.

Segundo Fonseca (2003), os processos de subjetivação passam a constituir os indivíduos como sujeitos. É a partir dos modos de subjetivação que os sujeitos passam a se constituir como sujeitos de uma sexualidade, que é foco central de discussão deste trabalho. Neste contexto, é a partir, dos processos de subjetivação que os sujeitos buscam o conhecimento de si, voltam-se a si, decifram-se. De acordo com Foucault (2010a, p. 236), a subjetividade refere-se à “maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo”. É nesse jogo de relação consigo e também com os/as outros/as que os sujeitos, a partir de discursos e jogos de verdade, reconhecem-se como sujeitos de uma sexualidade.

Nos três volumes da História da sexualidade - *A vontade de saber; O uso dos prazeres e O cuidado de si*, Foucault discute sobre os modos como os sujeitos foram se constituindo, dos gregos até os modernos. Entretanto, centraremos nossas discussões na constituição do sujeito moderno, a partir de técnicas confessionais de produção de uma verdade sobre o sexo e, conseqüentemente, discutiremos sobre a sexualidade na pós-modernidade, sendo que em muitos contextos, ainda hoje, a sexualidade do sujeito precisa ser confessada.

A confissão da carne, inicialmente, é tida como uma prática de purificação da alma, ou seja, o elemento fundamental da moral cristã é a confissão, que é

[...] um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide como o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se; enfim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas conseqüências externas, produz em quem articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe salvação. Durante séculos a verdade sobre o sexo foi encerrada, pelo menos quanto ao essencial, nessa forma discursiva (FOUCAULT, 2007, p. 71).

No entanto, conforme aponta Foucault, a partir do século XIX a Ciência passa a tratar do sexo e, portanto, a confissão, que ainda permanece como uma técnica de produção da verdade sobre o sexo, assume outro viés, transforma-se, passando pela pedagogia e pela medicina. Difunde-se entre os filhos/as e pais, entre alunos/as e pedagogos/as, doentes e psiquiatras, etc. A confissão percorre outros domínios, em que os prazeres passam a ser falados e escutados (FOUCAULT, 2007).

Neste sentido, uma nova forma de confissão é apresentada. Não se fala mais da confissão no contexto do pecado e da salvação e sim da confissão em relação ao corpo e à vida, ou seja, apresenta-se o discurso da Ciência (Ibid., 2007). Ocorre uma explosão discursiva acerca do sexo a partir de um viés médico, em que se passa a investigar os desvios, as patologias, as anomalias. Estabelece-se uma vontade de saber sobre o sexo, “a sexualidade foi ligada a uma forma poderosa de saber e estabeleceu uma conexão entre o indivíduo, o grupo, o sentido e o controle” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 224).

Segundo Foucault (2007), essa vontade de saber em relação ao sexo, que é característica do Ocidente moderno, faz com que os rituais da confissão se estabeleçam a partir de esquemas científicos, ou seja, a confissão sexual de forma científica dá-se através de:

1) *uma codificação clínica de fazer falar*, ou seja, uma combinação da confissão com o exame, em que o interrogatório cerrado, a hipnose com a evocação das lembranças e as associações livres são meios de extorsão da confissão aceitos pela Ciência; 2) *um princípio de que deve-se dizer tudo e pode-se interrogar sobre tudo*, ou seja, “o sexo é dotado de um poder causal inesgotável e polimorfo” (p. 75); 3) *princípio de uma latência intrínseca à sexualidade*, trata da articulação entre uma “coerção de uma confissão difícil a uma prática científica” (p.76), aí é preciso arrancar a confissão à força, uma vez que ela tende a se esconder; 4) *método da interpretação*, em que a verdade não está somente com aquele que confessa, ela pode completar-se naquele que ouve, que a recebe. “O século XIX tornou-se possível fazer funcionar procedimentos de confissão na formação regular de um discurso científico, fazendo dela não mais uma prova, mas um sinal e, da sexualidade, algo a ser interpretado” (FOUCAULT, 2007, p. 76); 5) *medicalização dos efeitos da confissão*, ou seja, a confissão ganha sentido e torna-se necessária nas intervenções médicas. “A verdade cura quando é dita a tempo, quando dita a quem é devido e por quem é, ao mesmo tempo, seu detentor e responsável” (Ibid., p. 77). Essa discursividade científica caracteriza a *scientia sexualis*, em que

[...] a sexualidade foi definida como sendo, “por natureza”, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização; um campo de significações a decifrar; um lugar de processos ocultos por mecanismos específicos; um foco de relações causais infinitas, uma palavra obscura que é preciso, ao mesmo tempo, desencavar e escutar. É a economia dos discursos, ou seja, sua tecnologia intrínseca, as necessidades de seu funcionamento, as táticas que instauram, os efeitos de poder que os sustentam e que veiculam – é isso, e não um sistema de representações, o que determina as características fundamentais do que eles dizem. A história da sexualidade – isto é, daquilo que funcionou no século XIX como domínio de verdade específica – deve ser feita, antes de mais nada, do ponto de vista de uma história dos discursos (FOUCAULT, 2007, p. 77).

Por este viés, é a partir desses discursos sobre o sexo que se constituiu, então, um saber sobre o sujeito. Uma ciência sobre o sujeito se faz presente a partir desse mecanismo de produção da verdade, que é a confissão, ou seja, “a causalidade no sujeito, o inconsciente do sujeito, a verdade do sujeito no outro que sabe, o saber, nele, daquilo que ele próprio ignora, tudo isso foi possível desenrolar-se no discurso do sexo” (Ibid., p. 80). Neste sentido, ao invés de um mecanismo de repressão e de rejeição, instaura-se uma rede de discursos, saberes, prazeres e poderes sobre o sexo.

É importante destacar que esse processo de produção e demanda de verdade em relação à sexualidade está engendrado ao poder, ou melhor, está articulado às relações de poder. Neste sentido, utilizamos o termo verdade, entendendo que “a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade” (FOUCAULT, 2004, p. 12). Assim, não existe a verdade e sim múltiplas verdades. Há uma multiplicidade de formas de verdade.

Por este viés, cada sociedade convencionada as vozes que pronunciam a verdade, ou seja, quem é autorizado a dizer a verdade; quais instâncias são cabíveis de diferenciar e estipular os enunciados que são verdadeiros ou não; quais as formas e técnicas de produção da verdade (FOUCAULT, 2004). Assim como a produção da verdade está relacionada ao poder, ao problematizar sobre a constituição dos sujeitos de uma sexualidade, cabe pensarmos nas relações de poder que se estabelecem ao longo desse processo de subjetivação.

Foucault analisava o poder como algo que está em toda parte, que não assume uma posição de sujeição que tenha a forma de regra, mas um poder que se exerce em meio a relações, que não assumem a função de rejeitar, de interditar, mas de produzir. Em meio aos discursos produzidos acerca do sexo, é preciso pensar o poder não com uma representação negativa, relacionado com leis ou com proibições, ou seja,

[...] o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis; [...] as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais), mas lhes são imanentes; [...] as relações de poder não estão em posição de superestrutura, com um simples papel de proibição ou de recondução; possuem, lá onde atuam, um papel diretamente produtor; [...] lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder [...] (FOUCAULT, 2007, p. 104-105).

Os discursos sobre o sexo emergiram no campo das relações de poder, em que “a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias” (FOUCAULT, 2007, p. 114). Segundo o autor, a partir do século XVIII, quatro mecanismos estratégicos são desenvolvidos acerca da sexualidade. São dispositivos de saber e poder a respeito do sexo: 1) *histerização do corpo da mulher*: o corpo da mulher é analisado como um corpo saturado de sexualidade; corpo analisado pelos saberes médicos e constituição da mulher como mãe; 2) *pedagogização do sexo da criança*: “as crianças são definidas como seres sexuais ‘liminares’” (FOUCAULT,

2007, p. 115) que, por serem entendidos como sujeitos perigosos e em perigo, ficarão sob o olhar dos pais, familiares, médicos, educadores...; 3) *socialização das condutas de procriação*: preocupação com o sexo dos casais; e 4) *psiquiatrização do prazer perverso*: “o instinto sexual foi isolado como instinto biológico e psíquico autônomo; fez-se a análise clínica de todas as formas de anomalia que podem afetá-lo; atribui-lhe um papel de normalização e de patologização de toda a conduta; enfim, procurou-se uma tecnologia corretiva para tais anomalias” (FOUCAULT, 2007, p. 116).

Nesse contexto, o indivíduo perverso é investigado pelo saber médico. Ele precisa confessar todos os segredos que o corpo guarda, sua verdade é extraída pela Ciência médica a partir da combinação do discurso da confissão com as técnicas de exame, “o exame e a confissão são as principais tecnologias para as ciências subjetivantes. Foi através dos métodos clínicos de exame e escuta que a sexualidade tornou-se um campo de significação e as tecnologias específicas se desenvolveram” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 235).

Colocamos o sexo em discurso, a fim de extrairmos dele a nossa verdade, buscando dessa forma saber quem somos, conhecermo-nos e constituirmo-nos como sujeitos. De acordo com Araújo (2008),

[...] nossa verdade, nossa subjetividade, pensar e constituirmo-nos enquanto sujeitos, demanda que passemos pelas tecnologias do eu. Elas moldam a subjetividade moderna ao produzirem, sob uma injunção geral do poder/saber, a verdade do sujeito retirada das profundezas de seu inconsciente e produzida pelo - dispositivo da sexualidade (p. 175).

Por este viés, os sujeitos precisam falar de si, falar da sua sexualidade. As tecnologias do eu, segundo Foucault (2010), referem-se às maneiras como nos relacionamos com nós mesmos, práticas que possibilitam ao sujeito entender-se, operar sobre si, sobre seus pensamentos e também sobre sua alma, técnicas que lhe causam felicidade, que permite transformá-lo. As tecnologias do eu ou as técnicas de si, “implicam em uma série de obrigações de verdade: é preciso descobrir a verdade, ser esclarecido pela verdade, dizer a verdade. E outras tantas imposições que são consideradas importantes quer para a constituição, quer para a transformação de si” (FOUCAULT, 2010, p. 95).

A verdade em nossa sociedade está, muitas vezes, no discurso da Ciência, isto é, o discurso científico é um dos que produz a verdade. A Ciência coloca em evidência um jogo de verdade, de maneira que os sujeitos produzam a verdade sobre o corpo, sobre sua sexualidade,

enfim, sobre sua subjetividade, a partir de um conjunto de técnicas, procedimentos, estratégias, etc.

A partir do século XIX, então, o discurso científico é marcado pela medicina e ocorre uma distinção entre a medicina do corpo e a medicina em relação ao sexo, possibilitando a emergência de outras sexualidades, aquelas as quais são entendidas como periféricas, que vão além das relações matrimoniais (FONSECA, 2003). A Ciência, portanto, a partir de um saber médico, busca identificar, classificar, diagnosticar e normalizar os sujeitos, que não correspondem às imposições da heteronormatividade¹⁰, por exemplo. Neste contexto, multiplicam-se as heterogeneidades sexuais (FONSECA, 2003). E entre essa heterogeneidade, estão as subjetividades entendidas como “desviantes”, que passam a ser nomeadas pela Ciência Sexual como homossexualidade, travestilidade e transexualidade, sobre as quais discutimos neste estudo.

Neste sentido, apresentamos alguns discursos produzidos que contribuem para a invenção dessas subjetividades. Cabe destacar que nosso interesse não é questionar se esses entendimentos são válidos como verdadeiros ou não, mas problematizar os efeitos de verdade que eles produzem na sociedade e sobre a vida dos sujeitos.

3.2 A INVENÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE, TRAVESTILIDADE E TRANSEXUALIDADE

Ao discorrer sobre a emergência das terminologias homossexual, travesti e transexual, entendemo-las como invenções que possibilitam problematizarmos o quanto certos discursos contribuem para a invenção de si, a partir do processo de desconstrução ou fixação de determinados enunciados e práticas. Ao questionar determinados entendimentos e romper com a lógica posta socialmente, os sujeitos evidenciam que existem outras formas de ser, de se entender, de (re)constituir-se e (re)inventar-se na contemporaneidade. Neste contexto, apresentamos alguns entendimentos, no âmbito científico, construídos acerca da homossexualidade, da travestilidade e da transexualidade, os quais contribuem para compreendermos os significados produzidos atualmente sobre essas subjetividades.

¹⁰ De acordo com Carvalho, Andrade e Junqueira (2009), heteronormatividade é o “conjunto de valores, normas, dispositivos e mecanismos definidores da heterossexualidade como a única forma legítima e natural de expressão identitária e sexual, que faz com que a homossexualidade, a transgeneridade e as práticas sexuais não reprodutivas sejam vistas como desvio, crime, aberração, doença, perversão, imoralidade, pecado. [...] A heteronormatividade é geralmente ensinada pelas instituições sociais (família, igreja, escola) ao longo dos processos normativos e normalizadores de produção dos sujeitos, corpos e identidades” (p. 20-21).

O termo homossexual foi utilizado pela primeira vez, em 1869, pelo médico Karoly Maria Benkert. Para o sistema médico, se o indivíduo praticasse ou pretendesse praticar relação sexual com um sujeito do mesmo sexo, seja ocupando a posição passiva ou ativa, ele era considerado homossexual. O que interessava era o sexo “fisiológico”¹¹, definindo o homossexual pelo desejo que sentia por outra pessoa do mesmo sexo “fisiológico” (FRY; MACRAE, 2009).

Krafft-Ebing foi um dos pioneiros dos estudos da homossexualidade e a entendia como uma doença congênita. Em seu livro *Psicopatia Sexualis*, “chegou à conclusão de que os uranistas¹² sofrem de uma mancha psicopática, que mostram sinais de degenerescência anatômicos, que sofrem de histeria, neurastenia e epilepsia” (FRY; MACRAE, 2009, p. 64). Nesse contexto, inicia-se controvérsias entre as “causas” da homossexualidade. Alguns defendiam que as causas advinham do âmbito biológico (genética, endocrinologia), outros levavam em consideração o contexto social dos sujeitos. No Brasil, Leonídio Ribeiro defendia a interação entre as explicações biológicas e sociais. Entendida como uma doença, a homossexualidade poderia ser curada (FRY; MACRAE, 2009).

Esse entendimento e discussão da homossexualidade como doença permaneceu por muitos anos e, ainda hoje, o saber médico busca explicá-la, entendendo-a, muitas vezes, como uma patologia. Entretanto, no dia 17 de maio de 1990, a homossexualidade foi retirada da lista de doenças mentais da Organização Mundial da Saúde. Anos se passaram e essa categorização ainda permanece no contexto social e faz com que técnicas e saberes sejam exercidos sobre os sujeitos homossexuais e busquem normalizá-los. Diversas são as teorias – do âmbito da genética, da neurociência, da endocrinologia, entre outras – que buscam explicar a causa ou gênese da homossexualidade. Todavia, compartilhamos com o entendimento de Fry e MacRae (2009), de que todas essas teorias devem ser entendidas como “produções ideológicas”, “estas teorias dizem muito mais sobre pessoas que as articulam, dos contextos sociais e culturais onde são produzidas do que sobre a ‘homossexualidade’ em si” (p. 15-16).

Além dos/as homossexuais, que são “categorizados” por essas teorias, travestis e transexuais são constantemente alvo de debates e de olhares normalizadores e normatizadores da sociedade, por serem entendidos/as como modos que borram as fronteiras.

Segundo Leite Jr. (2011), foi no ano de 1910, a partir da obra de Magnus Hirschfeld, que emergem e originam-se os termos travesti e travestismo. Foi na obra intitulada *Travestites*

¹¹ Termo utilizado pelos autores Fry e MacRae, distanciando-se do contexto e entendimento social. Entendemos como sinônimo de sexo biológico.

¹² O termo uranista surgiu a partir do trabalho de Karl Heinrich Ulrichs e é utilizado com sinônimo de homossexual (FRY; MACRAE, 2009).

- *the erotic drive to cross-dress*, que Hirschfeld associa o termo travesti e travestismo ao “uso de roupa do sexo ‘oposto’ a um sentido sexual” (p. 106). De acordo com o autor,

[...] o que Magnus Hirschfeld trouxe de novo foi o termo e o conceito de ‘travestismo’, criando uma categoria clínica nova, como todos os ‘ismos’ forjados na época e associados à sexualidade e dando um novo sentido a palavra ‘travesti’: uma pessoa (tra)vestida com roupas do sexo oposto por motivações eróticas. Segundo o autor, como vários estudiosos destas questões específicas na época estão começando a propor, homens e mulheres não são seres total e completamente diferentes, pois possuem vários elementos de masculinidade e/ou feminilidade em comum. Um dos dados mais importantes deste livro é que Hirschfeld dissocia as hoje chamadas ‘orientações sexuais’, ou seja, sentir atração sexual por pessoas do ‘mesmo’ sexo, ‘oposto’, ou por ambos, do desejo de usar roupas do sexo oposto. Uma coisa passa a ser por quem a pessoa sente atração sexual, e outra, distinta, o prazer decorrente do uso das vestimentas de outro sexo, independente da interação erótica com o outro indivíduo (LEITE JR., 2011, p. 107).

Esse entendimento, construído por Hirschfeld, deve ter impactado muitos médicos da época, pois, afinal, o saber médico e, portanto, científico, defendia a ideia de que o homem que se vestia de mulher deveria revelar-se homossexual, ou seja, já que possui características de mulher, logo deve sentir atração sexual por um homem e, dessa forma, identificar-se como homossexual (LEITE JR., 2011).

Em 1933, Havelock Ellis, autor de *Psicologia do Sexo*, resume sua obra e discute que sujeitos travestis são intermediários entre o masculino e o feminino, por não serem nem totalmente homens, tão pouco, totalmente mulheres. Em 1913, Ellis cria o termo “inversão sexo estética”, que é substituído em 1920 por “eonismo”, referindo-se a uma anomalia que, embora, muitas vezes, seja associada à homossexualidade, não pode ser identificada com ela. O termo ‘eonismo’ é “fruto da concepção de dois sexos distintos, com universos eróticos e específicos e suas possíveis ‘inversões’” (LEITE JR., 2011, p. 112).

Marcos Benedetti (2005), por entender que o termo “inversão”, o qual refere-se à existência de somente dois gêneros, é “reducionista e estreito”, utiliza a expressão “transformações de gênero”, pois considera que múltiplas são as possibilidades de “práticas e gêneros”. Benedetti (2005) afirma, em seu livro *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*, que as transformações de gêneros emergem, na primeira metade do século XX.

Restrita a investigações sobre o fenômeno em sociedades “primitivas”, a antropologia desenvolveu poucas ferramentas intelectuais para uma compreensão cultural das transformações de gênero. Essas transformações

foram (e continuam sendo) objeto de investigação quase exclusivo das ciências médicas e psicológicas, e mesmo os antropólogos e cientistas sociais que se dedicaram ao tema utilizaram ideias e vocabulários gestados nessas disciplinas, num exercício que contribuiu para formatar uma visão “essencialista” do assunto, isto é, uma concepção que não leva em conta os conteúdos culturais presentes nos processos (BENEDETTI, 2005, p. 23).

Assim, os entendimentos construídos acerca das “transformações de gênero” no início do século XX não faziam menção aos aspectos culturais, levando em consideração somente os aspectos fisiológicos e anatômicos dos sujeitos. Essa concepção estende-se até a década de 60, quando o movimento feminista começa a debater sobre essas questões. Até então, os antropólogos da época não tinham como base para suas discussões e estudos, o conceito de gênero para auxiliá-los nesse contexto (BENEDETTI, 2005).

Na década de 1950, começam também a emergir teorias e discussões sobre a transexualidade, que ganha sentido e “visibilidade” nas décadas de 1960 e 1970, com o surgimento de algumas associações internacionais, que buscam falar do “fenômeno transexual”, a produzir conhecimentos sobre tal fenômeno e “discutir os mecanismos de construção do diagnóstico diferenciado de gays, lésbicas e travestis” (BENTO, 2006, p. 40).

Em seu livro, *O fenômeno transexual*, publicado no ano de 1966, Harry Benjamin discute sobre as diferenciações do sujeito transexual, construindo “bases para diagnosticar o verdadeiro transexual” (BENTO, 2008, p. 76). Segundo Benjamin, o verdadeiro transexual deveria fazer intervenções cirúrgicas (cirurgia de transgenitalização) como uma alternativa terapêutica; entretanto muitos especialistas das ciências psi¹³, consideravam tais cirurgias como mutilações. “Benjamin, ao contrário, afirmava que para ‘o transexual de verdade’, psicoterapias eram inúteis. Nesses casos, apenas as cirurgias poderiam representar a solução para as ‘enfermidades’ daqueles que têm abjeção ao corpo” (BENTO, 2008, p. 76).

Em 1973, John Money, cunha a expressão disforia de gênero para considerar a transexualidade. Em 1977, emerge a Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association (HBIGDA).

A HBIGDA legitimou-se como uma das associações responsáveis pela normatização do ‘tratamento’ para as pessoas transexuais em todo o mundo. A HBIGDA publica regularmente as Normas de Tratamento (Safe of Care ou SOC) que orientam profissionais que trabalham com transexualidade em todo o mundo. Atualmente o SOC está em sua 6ª versão. Além desse guia,

¹³ As ciências *psi* tratam das atividades mentais, envolvem estudos da área da psicologia e da psiquiatria, por exemplo.

dois outros documentos são reconhecidos como oficiais na orientação do diagnóstico de transexualidade: o Manual de Diagnóstico e Estatísticas de Distúrbios Mentais (DSM – 4ª versão), da Associação Psiquiátrica Americana (APA) e o Código Internacional de Doenças (10ª versão), da Organização mundial da Saúde (BENTO, 2008, p. 76-77).

Esses documentos reforçam o entendimento da transexualidade com uma doença, uma aberração, uma disforia, um transtorno, enfim algo que necessita de tratamento a partir de intervenções médicas. Os aspectos sociais, culturais e econômicos são independentes nessa concepção (BENTO, 2008). Atualmente existem muitas teorias e discursos que buscam desconstruir essa forma de entender a transexualidade, por exemplo, lutando pela sua despatologização, bem como da homossexualidade e da travestilidade. Entretanto, observa-se, ainda, os saberes médicos debruçando-se sobre homossexuais, travestis e transexuais, no sentido de realizar um estudo minucioso sobre seus corpos, buscando, de certa forma, esquadrihá-los, classificá-los e intervir sobre eles.

Embora atualmente evidenciemos alguns aspectos herdados da construção histórica das terminologias homossexualidade, travestilidade e transexualidade, buscando fixar determinados modos de ser, entendemos que não há uma única forma de ver e entender essas subjetividades. As formas como são entendidas e definidas são construídas socialmente, evidenciando múltiplas e plurais formas de vivenciar tais subjetividades, que são produzidas a partir de práticas, estratégias, mecanismos disponíveis na cultura e na sociedade, sendo (re)modelados e (re)significados constantemente. Entretanto, muitos saberes são produzidos sobre elas e de certa forma, produzem efeitos na constituição de gays, travestis e transexuais.

3.3 NORMALIDADE, ANORMALIDADE E NORMA: OS SABERES PRODUZIDOS SOBRE LÉSBICAS, GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Os saberes produzidos sobre lésbicas, gays, travestis e transexuais no âmbito da Ciência contribuem para a fixação do modelo heteronormativo na sociedade, bem como para a estabilização entre os gêneros, estabelecendo o/a normal e o/a anormal. Entretanto, é preciso reconhecermos que essas outras formas – gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais – de ser e estar no mundo contemporâneo colocam em xeque e possibilitam questionar o entendimento de “naturalidade” construído acerca da heterossexualidade. Esses modos ditos anormais tornam-se alvo de vigilância, posições passíveis de correção, seja pelo saber médico (psiquiátrico) e psicológico, pelas doutrinas religiosas ou até mesmo pelo saber pedagógico

estabelecido nas instituições de ensino, que buscam disciplinar esses corpos e classificá-los em normais e anormais.

De acordo com Foucault, é a partir da disciplina que se estabelece a divisão entre normal e anormal.

A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação da normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz. Em outros termos, o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, é a norma. Dito de outro modo, há um caráter primitivamente descritivo da norma, e é em relação a essa norma estabelecida que a determinação e a identificação do normal e do anormal se tornam possíveis (FOUCAULT, 2008, p. 75).

Neste contexto, Foucault discorre sobre os instrumentos disciplinares que buscam adestrar os indivíduos, a fim de estabelecer a norma, destacando que tais instrumentos constituem um mecanismo de vigilância e punição dos corpos e é desenvolvido através de estratégias de controle dos sujeitos ditos anormais.

O primeiro desses instrumentos, sobre o qual Foucault discute e que visa o adestramento desses sujeitos, é a *vigilância hierárquica*, que versa na observação e no olhar constante em relação aos sujeitos que se quer corrigir, ou seja, aqueles/as que “desviam” do esperado são alvos de atenção intensa e podem, ainda, sofrer punições pelos seus comportamentos e atitudes (FOUCAULT, 2009). Podemos notar a presença dessa estratégia de adestramento – vigilância hierárquica – nas escolas, quando os/as alunos/as que destoam na norma, são diariamente “perseguidos/as” pelos instrumentos de normalização, como, por exemplo, o olhar vigilante. Esse olhar passa a ser constante até o momento que é considerado necessário intervir sobre esses sujeitos, em que a penalização é a solução, sofrendo dessa forma uma sanção, que é o próximo mecanismo de vigilância a ser discutido.

A *sanção normalizadora* é caracterizada pela penalidade, de maneira a trazer para a norma os/as “desviantes”. Essa micropenalidade pode ser atribuída: ao corpo, de modo a reparar as atitudes e gestos em inconformidade; aos discursos, com a finalidade de corrigir a ousadia com as palavras; à sexualidade, de modo a adequar as atitudes e posturas indecentes. Esses, entre outros, caracterizam-se como procedimentos simples, como por exemplo, castigos, privações e humilhações (FOUCAULT, 2009). Por este viés, exerce-se todo um controle sobre a vida dos indivíduos, sobre a forma como “usam” os seus corpos e como

vivem suas sexualidades, bem como sobre a maneira de agir, ser e estar na sociedade. A sanção normalizadora pune os indivíduos que de alguma forma esquivam-se da norma, buscando esquadrihá-los.

A vigilância hierárquica em combinação com a sanção normalizadora estabelece o que Foucault (2009) chamou de *exame*, entendido como “um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir” (p. 177). Essa ferramenta do poder disciplinar tem como propósito observar atentamente, examinar, adestrar e corrigir os indivíduos que agem fora da norma. Neste sentido, é possível afirmar que, atualmente, a escola ainda é disciplinar. Sua arquitetura e suas estratégias de organização do espaço indicam a busca do exercício de um controle sobre os sujeitos.

Em uma sociedade disciplinar, o controle exerce-se sobre o corpo do sujeito. Na sociedade atual, há outros modos de buscar tornar normais os corpos ditos anormais. O controle social ocorre de outra forma.

O conhecimento científico, por exemplo, é um dos mecanismos desse controle, em que os saberes produzidos nesse âmbito são entendidos como os verdadeiros. Os saberes da Ciência ditam as regras. A Ciência, através de seus saberes e poderes, busca normalizar a sociedade a partir da tecnologia do biopoder que está engendrada à tecnologia disciplinar. O biopoder “se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc” (FOUCAULT, 1999, p. 289). Neste sentido, a partir dessa nova tecnologia de poder que emerge – o biopoder – o controle sobre os sujeitos é exercido sobre a sociedade, sobre a população, governando-a mais e melhor. Sobre as duas tecnologias de poder destacadas – a disciplina e o biopoder –, Henning (2008) afirma que

[...] essas duas tecnologias que consolidam a Sociedade de Normalização se complementam: estratégias de normalização do anormal, através de uma intervenção que é individual ao corpo do sujeito e estratégias de controle social, intervenções coletivas que buscam minimizar o risco social, por meios de mecanismo de segurança coletiva. Creio ser importante entendermos que esse projeto, de forma alguma, busca a exclusão dos anormais. Muito pelo contrário! A proposta aqui é incluí-los cada vez mais nessa sociedade, através de tecnologias disciplinares e do biopoder (2008, p. 205).

Neste contexto, é a partir dessas tecnologias exercidas sobre a vida dos sujeitos, governando-os e controlando-os, sobretudo, incluindo-os, que a norma é instaurada. A norma

é entendida como “uma medida, uma maneira de produzir uma medida comum. A um tempo aquilo que torna comparável e individualiza: princípio de visibilidade, mediante puro mecanismo de reflexão do grupo sobre si mesmo” (EWALD, 1993, p. 88). Partindo desse pressuposto, seguindo o pensamento de Ewald, a norma, embora produza uma medida comum, ela não tem como função excluir, mas tornar visível o sujeito na sua individualidade. Ela opera no sentido de incluir, de trazer para a zona de normalidade. Estamos sempre dentro da norma, pois é assim que somos governados e controlados.

De acordo com Veiga-Neto (2007), a norma individualiza, mas também se relaciona ao conjunto de indivíduos. Dessa forma, ela possibilita que se estabeleça comparações entre esses indivíduos. Ao promover comparações, “chama-se de anormal aqueles cuja diferença em relação à maioria se convencionou ser excessivo, insuportável. Tal diferença passa a ser considerada um desvio, isso é, algo indesejável porque des-via, tira o rumo, leva à perdição” (VEIGA-NETO, 2007, p.75). Homossexuais, travestis e transexuais, por exemplo, são entendidos/as como desviantes, como aqueles/as que destoam e que, a partir de seus modos de vivenciar os prazeres e afetos, perturbam, sendo classificados/as, dessa forma, como anormais.

Entretanto, é importante destacarmos que o/a anormal e o/a normal estão no mesmo patamar, na mesma “natureza”, ou seja, eles/as estão na norma. A norma busca integrar, independente das diferenças ostentadas, todos os indivíduos. Segundo Ewald (1993), “do anormal ao normal, a diferença nunca é de natureza. Não é também apenas de quantidades. Formula-se em termos de limiares e de limites, móveis, entre exigências (sociais e biológicas) e desempenhos (individuais)” (p. 117). Assim, aqueles/as que não transitam dentro dos limites, aqueles/as que escapam às exigências socialmente estabelecidas, tornam-se corrigíveis e têm suas vidas controladas. Nesse contexto, emergem distintas estratégias políticas que se investem sobre os corpos. Segundo Portocarrero (2009), um dos exemplos de tecnologia política que emerge como uma tecnologia política da vida é o sexo,

[...] que se encontra na articulação entre as disciplinas do corpo e a regulação das populações. Dessa forma, o sexo é alvo, por um lado das vigilâncias infinitesimais, de controles constantes, de ordenação de extrema meticulosidade, de exames médicos ou psicológicos infinitos, correspondentes ao poder sobre o corpo. Por outro lado, o sexo é alvo de estimativas estatísticas, de intervenções que visam ao corpo social tomado globalmente (PORTOCARRERO, 2009, p. 203).

A Ciência, por exemplo, ocupa um papel central nesse processo. Ela institui e dita a normalidade em relação aos corpos e à sexualidade a partir de seus discursos. Os saberes científicos são tidos como a base para intervir nos corpos dos sujeitos. O corpo é o alvo de controle incessante, ele é capturado por essas estratégias de normalização e disciplinamento. É sobre o corpo desses sujeitos que se exerce toda uma maquinaria de investigação e de sentidos, com o intuito de transformá-lo, de modificá-lo, de torná-lo normal.

É no corpo que, também, inscrevem-se as marcas de identificação. As marcas (atitudes, vestimentas, acessórios, gestos, modos de se portar, etc.) nele inscritas são entendidas como subversivas, tornam-se indicadores de classificação, hierarquização, de ordenação, de normalização.

As (trans)formações operadas sobre um corpo, produzindo-o, possibilita pensá-lo para além das características biológicas, como se ele fosse dotado de uma essência. De acordo com Goellner (2007), o corpo é “susceptível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos que sobre ele produz e reproduz” (p. 28). As marcas instauradas sobre um corpo possibilitam pensá-lo como uma construção cultural, social e histórica, nas suas relações entre o biológico e o cultural. Cabe destacarmos a importância de entender o corpo como “superfície de inscrição de acontecimentos” (FOUCAULT, 2004, p. 22). Os corpos de travestis e transexuais, por exemplo, fazem desse corpo, suporte de sua feminilidade ou masculinidade. Aqueles/as que insistem na heterossexualidade como norma e na coerência entre sexo e gênero consideram a travestilidade e a transexualidade como “inconformes”.

É importante salientar que, no caso de travestis e transexuais, o corpo é capaz de evidenciar os marcadores identitários femininos e masculinos que são indispensáveis para a fabricação de suas subjetividades. Ele é suporte da (re)invenção de si. Entretanto, embora esse corpo seja a base da produção da feminilidade, por exemplo, ele não determina por isso a identidade sexual da pessoa. Ser travesti e transexual vai além das características biológicas e marcadores sociais de gênero.

Neste sentido, questionamos: Os códigos apresentados sobre os corpos seriam definidores de sexualidade e de gênero? Por que insistimos em definir, classificar, determinar o que cada sujeito é e onde cada um/a se “encaixa”? Louro nos ajuda a pensar sobre esses questionamentos, ao dizer que

[...] antes de pretender, simplesmente, “ler” os gêneros e as sexualidades com base nos “dados” dos corpos, parece prudente pensar tais dimensões como sendo discursivamente inscritas nos corpos e se expressando através deles; pensar as formas de gêneros e de sexualidade fazendo-se e transformando-se histórica e culturalmente. Não se pretende, com isso, negar a materialidade dos corpos, mas o que se enfatiza são os processos e as práticas discursivas que fazem com que os aspectos dos corpos se convertam em definidores de gênero e de sexualidade e, como consequência, acabem por se converter em definidores dos sujeitos (LOURO, 2004, p. 80).

Partindo desse pressuposto, é preciso desconstruir o entendimento de que um sujeito que se utiliza de marcadores identitários ditos do “universo” feminino, seja gay, por exemplo. Neste sentido, “o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino” (BUTLER, 2010, p. 24-25). Assim, é preciso entender que ser homem ou mulher vai muito além do sexo biológico, ou seja, possuir um pênis ou uma vulva e vagina.

É por esse viés que Butler discute sobre os *gêneros inteligíveis*. De acordo com a autora, gênero inteligível seria aquele de acordo com a ordem estabelecida, aquela que prima pela coerência e continuidade entre sexo/gênero/prática sexual e desejo (BUTLER, 2010) e assim é lido e interpretado mais amplamente pela sociedade. Entretanto, na contemporaneidade, evidenciamos múltiplas formas de ser e estar na sociedade, bem como diferentes modos de manifestar nossos desejos e prazeres. Busca-se fixar um tipo de sujeito a partir dos códigos que moldam nossos corpos, entretanto esses marcadores não ditam os nossos desejos, nossa sexualidade.

Na contemporaneidade, é difícil estabelecer ou determinar uma coerência entre sexo/gênero/prática sexual e desejo.

A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de ‘identidade’ não possam ‘existir’ – isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não ‘decorrem’ nem do ‘sexo’ nem do ‘gênero’ (BUTLER, 2010, p. 39).

Muitas vezes, o entrelaçamento do gênero com a sexualidade dita uma coerência e caracteriza os desvios a partir disso. Assim, aqueles/as que não correspondem com os marcadores sociais de gênero, têm sua sexualidade colocada sob suspeita e caracterizada como um desvio, como uma incoerência. Acreditamos que atualmente essa incoerência seja produtiva, no sentido de promover rupturas e desestabilizar as estruturas.

Entretanto, romper com as normas sociais não é tão simples assim. Tornar atitudes e gestos como descontinuidades é tornar o corpo alvo de controle e investigação. Corpos (trans)formados e (re)inventados, assim como subjetividades que diferem da heterossexualidade são marcados e regulados socialmente. Neste sentido, discorreremos brevemente sobre as instâncias sociais que constituem e também regulam os sujeitos.

3.4 AS INSTÂNCIAS¹⁴ QUE PRODUZEM OS SUJEITOS

Os saberes produzidos sobre lésbicas, gays, travestis e transexuais, operam em diferentes instâncias educativas – instituições religiosas, mídia, famílias, escolas, consultórios médicos, movimentos sociais, entre outras – multiplicando discursos que capturam os/as sujeitos/as e normas e instituindo maneiras de agir. Neste sentido, tais instâncias produzem os sujeitos a partir de seus preceitos, de seus discursos e enunciados, de suas doutrinas, enfim, a partir do exercício de uma pedagogia (LOURO, 2007), a partir da qual determinam as posições, as atitudes, os gestos, os comportamentos, os modos permitidos e aceitáveis em cada espaço social. Na contemporaneidade, somos interpelados/as por discursos, advindos de diferentes âmbitos, porém com um mesmo propósito: ensinar modos de ser, estar e se comportar.

As instituições religiosas, por exemplo, a partir de seus ritos e crenças, buscam instituir quais comportamentos são admitidos, conduzindo a vida dos sujeitos. A partir de suas enunciações religiosas, buscam estabelecer a norma a partir daquilo que está escrito na Bíblia, por exemplo. As relações que diferem da heterossexualidade são caracterizadas, nessas instâncias, pelo pecado, são tidas como contrárias às leis da natureza, ou seja, reforça-se a heterossexualidade como única forma legítima e natural de relação, pautada na discussão da reprodução.

As práticas transgressoras de gênero e sexualidade, nesse sentido, são censuradas e capturadas pelo discurso da salvação. Nos espaços religiosos, há um controle sobre os corpos e sobre os desejos dos sujeitos, sendo, então, marcados pela confissão, técnica específica de produção da verdade que, ainda hoje, opera nas instituições religiosas, buscando trazer o

¹⁴ A discussão sobre os efeitos produzidos pelas diferentes instâncias sociais na constituição dos/as sujeitos/as participantes da pesquisa é aprofundada em um dos artigos da tese, o qual discute somente sobre esta questão. Entendemos tais instâncias como educativas, uma vez que auxiliam na fabricação de um determinado modo de ser e se comportar enquanto sujeito na contemporaneidade.

sujeito desviante para a zona de normalidade. Essa tecnologia de produção da verdade é utilizada em outros contextos sociais como, por exemplo, nas instâncias médicas.

As instituições médicas são também instâncias constitutivas dos sujeitos. As vozes autorizadas dos/as médicos/as e de inúmeros especialistas de diversas áreas nos ditam as formas como devemos cuidar do nosso corpo e da nossa sexualidade. Além disso, especialistas médicos/as, a partir das normas que são instauradas, seja em relação aos modos de alimentar-se, de exercitar-se, de cuidados em geral com a saúde, contribuem para produzir-nos.

É preciso, então, confessar nossas vontades e atitudes para, então, receber um diagnóstico e ser “curado”. Gays, travestis e transexuais, por exemplo, são alvos constantes dessa técnica de produção da verdade nos consultórios médicos. Eles/as são encaminhados/as para esses espaços com a proposta de obterem a cura da “patologia” que os acometem a partir do olhar e intervenção de psicólogos e psiquiatras.

Por esse viés, é importante salientar o quanto a atuação da família também vem produzindo efeitos na constituição de gays, travestis e transexuais, a qual muitas vezes é a que sugere e os/as impõe que busquem nos consultórios médicos a cura ou explicação para a homossexualidade, travestilidade e transexualidade. Os pais/As mães, ao saberem da homossexualidade, por exemplo, de seus/as filhos/as, uma das primeiras reações é pensar em maneiras de obter a cura da homossexualidade, que por muitos/as é entendida como doença.

Conforme já foi dito, a homossexualidade, por exemplo, embora tenha sido retirada da lista de doenças mentais, da Organização Mundial da Saúde, no final do século XX, atualmente alguns/algumas especialistas da área *psi* insistem e apostam na recuperação de homossexuais, buscando uma forma de intervir e orientar a cura dessa doença.

Transexuais, por exemplo, para conseguirem modificar seus corpos, através da realização da cirurgia de mudança de sexo ou transgenitalização (talvez a mais significativa intervenção cirúrgica para esses/as sujeitos/as) devem ser diagnosticados/as e, se obtiverem aprovação nos testes realizados, podem vir a ter o corpo e o “sexo” desejado. Neste sentido, somos, a todo instante, movidos/as pelos discursos médicos que de algum modo fabrica-nos.

O estudo em questão evidencia, a partir das narrativas apresentadas, o quanto os/as familiares buscam, de alguma maneira, também instituir modos de ser, que devem ser coerentes com o modelo hegemônico heterossexual. A família, que também é uma instância social que participa da produção dos sujeitos, quando projeta para vida de seus/as familiares, principalmente pais/mães em relação aos/às filhos/as, modos de constituir outras famílias, pautam-se na formação da família heterossexual. A dificuldade de aceitar as subjetividades

que diferem da heterossexualidade no seio familiar não se atribui somente ao fato dessa ser determinada como a norma, mas também em relação ao desprezo e violência que sofrem lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nas diferentes instâncias educativas. Entretanto, parece ser o desvio em relação à heterossexualidade o motivo de grande preocupação por parte da família de lésbicas, gays, travestis e transexuais. Embora evidenciemos que, na contemporaneidade, os arranjos familiares tem se distanciado do modelo tradicional formado por um casal heterossexual, branco e cristão, a família tem grandes expectativas em relação aos/as filhos/as que sejam formadores de outras famílias também tradicionais.

A mídia, além de reproduzir todos esses discursos veiculados nas instituições religiosas, médicas e familiares, constitui-se também como uma importante instância no processo constitutivo dos sujeitos. Os anúncios, as reportagens, informações e notícias, enfim, um bombardeio de informações que são produzidas e (re)produzidas pela mídia nos ensinam como agir e modos de ser. Ao problematizar o quanto a mídia vem operando na constituição dos sujeitos e em seus processos de subjetivação, Fischer fala em dispositivo pedagógico da mídia, entendendo-o como

[...] um aparato discursivo (já que nele se produzem saberes, discursos) e ao mesmo tempo não discursivo (uma vez que está em jogo nesse aparato uma complexa trama de práticas, de produzir, veicular e consumir TV, rádio, revistas, jornais, numa determinada sociedade e num certo cenário social e político), a partir do qual haveria uma incitação ao discurso sobre “si mesmo”, à revelação permanente de si; tais práticas vêm acompanhadas de uma produção e veiculação de saberes sobre os próprios sujeitos e seus modos confessados e aprendidos de ser e estar na cultura em que vivem (FISCHER, 2012).

Além de nos educar de alguma forma, a mídia também produz, estrategicamente, modos de controlar nossos corpos e nossas subjetividades. A partir de discursos de diversos âmbitos, de diferentes campos de saber, a mídia também produz uma forma de discurso próprio que captura os sujeitos e os produz. Esse discurso está entrelaçado ao mercado de consumo que, em seus produtos, institui coisas de menino e de menina, por exemplo, as cores, as características atribuídas a cada produto, que traduz na distinção daquilo que é do universo feminino e do universo masculino, que acaba reiterando os discursos hegemônicos sobre as feminilidades e as masculinidades.

Há, neste sentido, vários produtos anunciados na mídia que produzem efeitos na constituição dos sujeitos, são produtos de beleza, estética, esportivos, entre outros, que

demarcam e diferenciam explicitamente o que pertence e cabe ao gênero feminino e ao gênero masculino. Além de formas universais de feminilidade e masculinidade, a mídia também institui a sexualidade hegemônica – a heterossexualidade. É importante destacar que a atenção dos sujeitos é voltada não somente ao produto anunciado, mas também às formas de representação.

Os produtos midiáticos, também, apontam inúmeras formas de intervenção em nossos corpos e em nossas atitudes, constituindo-se como importantes técnicas de autogoverno, em que nós, ao sermos capturados/as pelos discursos que operam nas mídias, passamos a nos autoidentificar com o que está sendo dito, de autoavaliarmos diante do que está posto, de autodeciframos a partir daquela informação que está sendo transmitida e que acaba constituindo-se como a verdade (FISCHER, 2012). Neste sentido, a mídia acaba operando como um mecanismo de controle sobre os sujeitos.

Muitas são as formas midiáticas existentes – rádio, televisão, computadores, entre outras –, mas todas ao seu modo buscam nos interpelar e apontar formas de como devemos conduzir-nos diante da sociedade. É importante salientar que, de forma um tanto tímida ou de modo ainda lento, a mídia vem apontando outras possibilidades de viver os gêneros e as sexualidades. Principalmente a mídia televisiva tem apresentado personagens que pareciam ser invisíveis.

De forma um tanto caricatural, lésbicas, gays, travestis e transexuais têm adquirido visibilidade em telenovelas, por exemplo. Entretanto, é imprescindível que atentemos para os modos como esses/as são representados/as. Às vezes, apresentam-se de forma desmistificadora, rompendo com as barreiras da imposição; outras vezes são “enquadrados/as” no modelo heteronormativo; e em outras vezes são alvos de marcadores e representações que reforçam o estigma e o preconceito a esses/as.

Essas representações, tanto dos/as personagens ditos/as heterossexuais/as como aqueles/as que não são heterossexuais, interpelam os/as telespectadores/as, que muitas vezes se espelham nos/as personagens, reproduzindo suas atitudes e modos de agir, fato preocupante quando a mídia reforça a violência entre as pessoas LGBT. Ou seja, embora às vezes a proposta seja retratar o cenário atual da violência em relação a esses/as, também interpela aqueles/as que consideram apropriado agir com violência e acabam reproduzindo as ações apresentadas. Colling (2012), ao analisar algumas novelas da Rede Globo, aponta que grande parte das novelas que apresentavam entre seus/as personagens homossexuais e transexuais, os corpos desses/as são “normatizados e aprisionados pela matriz hegemônica, disciplinadora e coercitiva”. É, nesse sentido, que a mídia como outras tantas instâncias educativas, contém

pedagogias, ou seja, ensinam alguma coisa, reproduzem e reforçam outras. Além da mídia, em geral, outra instância social que contribui, ativamente, para a fabricação dos sujeitos contemporâneos é a escola.

Consideramos que, depois da família, é na escola que os sujeitos constroem as primeiras redes de relações que passam a ser fundamentais nos seus processos de subjetivação. Para a maioria dos/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais, sobre os/as quais desenvolvemos este estudo, a escola é caracterizada como um ambiente caracterizado pela vigilância dos gêneros e pela heterossexualidade que, nesse contexto, também assume a posição privilegiada. Esse controle está em toda parte e em todo momento, seja nas atitudes das meninas em relação às dos meninos, seja na forma como podem se portar esses/as sujeitos/as, seja nas atividades rotineiras (formação de filas, atividades e brincadeiras); nos modos de sentar, falar e se portar na sala de aula; no próprio vestuário, que é regulado em relação aos corpos travestis e transexuais (quando estão no espaço escolar), entre outros.

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o 'lugar' dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. [...] O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos 'fazem sentido', instituem múltiplos sentidos, constituem diferentes sujeitos (LOURO, 1997, p.58).

A escola é um dos locais em que lésbicas, gays, travestis e transexuais, de vítimas, tornam-se culpados/as pelos transtornos ocorridos neste espaço. Este estudo aponta dados que corroboram essa afirmação. Neste sentido, aqueles/as que deveriam ser "protegidos/as" no espaço escolar passam a ser os/as causadores/as dos problemas ocorridos com eles/as na escola. Os/As sujeitos/as participantes deste estudo comentam que em alguns momentos, quando eram agredidos/as na escola e davam queixas dessa violência, a culpa acabava sendo deles/as mesmos/as, já que eles/as perturbavam os/as demais colegas. Esse é um dos aspectos que contribui para a evasão deles/as do espaço escolar. As trajetórias escolares narradas pelos/as sujeitos/as participantes deste estudo são geralmente marcadas pelo preconceito.

A violência homofóbica em relação a esses/as parece eleger a escola como seu espaço principal de atuação. A pesquisa da UNESCO, *Juventudes e Sexualidade*, publicada em 2004, apresenta alguns dados que corroboram com essa discussão. Essa pesquisa foi realizada com 4,6 milhões de alunos/as de 13 capitais. Quando questionados/as sobre que pessoas eles/as não gostariam de ter como colegas, ¼ do total de alunos/as participantes respondeu que indicam que não gostariam de ter um/a colega homossexual. Sendo 30,6% (ou 112.477

alunos/as) em Fortaleza e 22,6 (ou 43.127 alunos/as) em Belém. Em Porto Alegre, por exemplo, 42% dos meninos não gostariam de ter colegas homossexuais, enquanto as meninas compreendem 13,4%. Essa pesquisa ainda aponta que, entre seis categorias ou exemplos, bater em homossexuais assume a sexta classificação pelos meninos, ou seja, o menos grave. Já as meninas, classificam essa atitude como a terceira mais grave das violências (ABRAMOVAY, 2004).

A pesquisa *Revelando Tramas, descobrindo segredos: violência e convivência na escola* informa, em relação a outros preconceitos, que a homofobia assume o primeiro lugar, marcada por 63,1% dos/as alunos/as e 56,5 pelos/as professores/as. Essa pesquisa também aponta que 44,4 % dos meninos não gostariam de ter como colega de sala de aula um homossexual; já as meninas correspondem a 14,9%. Participaram dessa pesquisa, respondendo questionários, 9.937 alunos/as e 1.330 professores/as (ABRAMOVAY, 2009).

É importante destacar que utilizamos o termo homofobia, referindo-se a todo e qualquer preconceito: rejeição, aversão, exclusão, violência verbal ou física direcionado aos sujeitos LGBT. Entretanto, temos conhecimento de que, atualmente, há diversos pesquisadores desenvolvendo trabalhos nesta área e discutindo sobre as especificidades existentes, tais como: lesbofobia (preconceito em relação às lésbicas), bifobia (preconceito em relação aos/às bissexuais), travestifobia (preconceito em relação às travestis), transfobia (preconceito em relação aos/às transexuais). Borrillo (2010) destaca que a homofobia

[...] se manifesta, entre outros aspectos, pela angústia de ver desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual. Ela se exprime, na vida cotidiana, por injúrias e por insultos, mas aparece também nos textos de professores e de especialistas ou no decorrer de debates públicos. A homofobia é algo familiar e, ainda, consensual, sendo percebida como um fenômeno banal [...]. Invisível, cotidiana, compartilhada, a homofobia participa do senso comum, embora venha a culminar, igualmente, em uma verdadeira alienação dos heterossexuais (p. 17).

Partindo desse pressuposto, utilizamos a expressão estigmatização em ondas, de Peres (2009), para discutir sobre o quanto a homofobia, por ser compartilhada e por ser não só um fenômeno individual, mas também social, perpassa de um espaço a outro, ou seja, ela articula-se e procede da casa para a comunidade, daí para a escola, e da escola para as demais instâncias educativas que, por ora, constituem os sujeitos. Entretanto, é na escola que muitos sujeitos LGBT são constantemente agredidos/as e de onde eles/as são e, muitas vezes, permanecem afastados/as devido à homofobia que se articula nesse espaço.

Os/As sujeitos/as gays, travestis e transexuais participantes deste estudo apontam que há necessidade de investir mais na formação de professores/as, já que esses/as, segundo os/as participantes da pesquisa, não estão preparados/as para essa discussão no espaço escolar. Nesta perspectiva, é importante evidenciar o que vem sendo produzido com o apoio do Governo Federal em relação à formação de professores/as nas temáticas de sexualidade e gênero que contribuem para o combate à homofobia na escola.

3.5 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À HOMOFOBIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Nos últimos anos, foram produzidas e implementadas diversas ações de combate à homofobia no contexto escolar e acadêmico¹⁵. Nesse rol de produções são diversos atores e atrizes, agentes, ativistas, enfim muitos/as envolvidos/as na criação de estratégias antihomofobia que são financiadas pelo Ministério da Educação junto à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Baseada nas informações contidas na tese de Fernandes (2011), que discorre sobre a agenda antihomofobia na Educação Brasileira, no período de 2003 a 2010, tecemos discussões sobre algumas dessas ações, que incluem cursos de formação e capacitação de profissionais da educação, bem como a produção de materiais didático-pedagógicos que buscam discutir essas questões no ambiente escolar e acadêmico, a fim de combater a homofobia nesses espaços a partir dessas estratégias.

Foucault discute o conceito de estratégia, diferenciando seu uso em três sentidos, o termo, então, pode ser usado para

[...] designar a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim; trata-se da racionalidade empregada para atingirmos um objetivo. Para designar a maneira pela qual um parceiro, em um jogo dado, age em função daquilo que ele pensa dever ser a ação dos outros e daquilo que ele acredita que os outros pensarão ser a sua; em suma, a maneira pela qual tentamos ter uma vantagem sobre o outro. Enfim, para designar o conjunto de procedimentos utilizados em um confronto a fim de privar o adversário dos seus meios de combate e reduzi-lo à renúncia de luta; trata-se, então, dos meios destinados a obter a vitória (2010, p. 293).

¹⁵ Nosso objetivo não é apontar todas as estratégias de enfrentamento e combate à homofobia organizadas e implementadas nacionalmente, mas destacamos algumas delas a fim de apontar as ações produzidas na educação e que são analisadas por Felipe Bruno Martins Fernandes, em sua tese de doutorado, defendida em 2011.

Operamos com o conceito de estratégia como um conjunto de práticas, ações ou escolhas para se chegar a um fim, como diz Foucault, e o fim, nesse caso, é o enfrentamento à homofobia. As ações discriminatórias exercidas sobre lésbicas, gays, travestis e transexuais no contexto escolar e que expressam, em números, altos níveis de exclusão e violência, evidenciam as condições de possibilidades que fizeram com que emergissem nos últimos anos essas estratégias de combate ao preconceito homofóbico.

Dentre as instâncias envolvidas na organização de estratégias de enfrentamento à homofobia, o Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), vem produzindo, além de materiais didático-pedagógicos, cursos de formação para os/as profissionais da educação do município do Rio Grande, bem como de alguns municípios ao redor. O curso *Sexualidade e escola: discutindo a diversidade sexual, o enfrentamento ao sexismo e à homofobia* é um exemplo. Além desse curso, o grupo participa da articulação e realização do curso *Gênero e Diversidade na Escola* (GDE)¹⁶, realizado, também, em outras cidades do Brasil. O Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), realizado pelo GESE, teve como objetivo ofertar aos/às profissionais da Educação Básica da rede pública da região sul do Rio Grande do Sul “conhecimentos acerca da promoção, respeito e valorização da diversidade étnico-racial, de orientação sexual e identidade de gênero, colaborando para o enfrentamento à violência sexista, étnico-racial e homofóbica no âmbito das escolas”¹⁷. Além de participar desse projeto, o GESE vem investindo em materiais¹⁸ que problematizam as questões de corpos, gêneros e sexualidades, destinados aos/às profissionais da educação para trabalharem com estas temáticas nas suas escolas e salas de aula. Neste sentido, o grupo já produziu um Box contendo três livros: um direcionado aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, intitulado *Corpos, gêneros e sexualidade: questões possíveis para o currículo escolar – Caderno Pedagógico Anos Iniciais*, o qual contém textos e sugestões de atividades para se trabalhar com esse público; outro direcionado aos Anos Finais do Ensino Fundamental - *Corpos, gêneros e sexualidade: questões possíveis para o currículo escolar – Caderno Pedagógico Anos Finais* - que também contém textos e sugestões de atividades; e por fim o livro intitulado *Sexualidade e Escola: compartilhando saberes e experiências*, que contém, além de textos com referencial teórico nas temáticas de

¹⁶ O curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) é um curso semipresencial implementado no ano de 2005 pelo Centro Latino-Americano em Sexualidades e Direitos Humanos (CLAM), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ), em conjunto com algumas agências do Governo Federal (Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Ministério da Educação).

¹⁷ Disponível em: <http://www.uab.furg.br/file.php/1/01_sobre_o_curso/Genero/gde/obj_gerais.html>.

¹⁸ Esses materiais são todos distribuídos gratuitamente e estão disponíveis no site: www.sexualidadeescola.furg.br.

corpos, gêneros e sexualidades, relatos de professores/as que já trabalharam com essas questões nas suas escolas e narram como foi essa experiência. Além disso, o GESE também investiu na produção de um DVD – *Sexualidade Ta ligado?!*, que apresenta um glossário, um *quiz* e dois vídeos intitulados *Cenas da Vida*, que possibilitam a discussão das temáticas gravidez na adolescência e homossexualidade feminina¹⁹.

Além dos cursos e materiais organizados pelo GESE, Fernandes (2011) também discorre, na sua tese, sobre outras estratégias antihomofobia na educação que emergiram no Brasil, tais como: o curso *Diversidade Sexual e Cidadania: formação continuada para educadores/as*, em Fortaleza/CE, coordenado pelo Grupo Resistência Asa Branca (GRAB), tendo como resultado do curso a produção e lançamento do livro *Desatando nós: fundamentos para a práxis educativa sobre gênero e diversidade sexual*; o curso *Diversidade Sexual na escola: educar sem tabu*, em Natal/RN, coordenado pelo Grupo Habeas Corpus Potiguar (GHAP), que resultou na produção do vídeo *Identidades, Gênero e diversidade sexual*; o curso *Planaltina de Mãos Dadas com a Diversidade Sem Discriminação*, em Goiás/GO, organizado pela prefeitura de Planaltina de Goiás; o curso *Educando para a Diversidade: capacitação de educadores sobre o tema da homossexualidade e respeito à diversidade*, coordenado pelo Centro Paranaense de Cidadania (CEPAC), tal curso proporcionou a publicação da cartilha *Educando para a Diversidade: como discutir a homossexualidade na escola?*; o curso *Educando para a Diversidade*, em Porto Alegre/RS, executado pela ONG Nuances; o curso *Juventude e Homossexualidade*, no Rio de Janeiro/RJ, organizado pela Associação Brasileira Interdisciplinar em Aids (ABIA), esse curso resultou na produção do vídeo *Escola sem Homofobia* e da cartilha *Diversidade sexual nas escolas: o que os profissionais da educação precisam saber*; o curso *Rompendo Fronteiras e Discutindo a Diversidade Sexual na Escola*, no Rio de Janeiro/RJ, organizado pelo Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual do Rio de Janeiro; o curso *Lidando com as Homossexualidades*, implementado pelo Movimento Gay de Minas (MGM) de Juiz de Fora/MG; o curso *Diversidade Sexual na Escola: novas práticas educativas sobre sexualidade e cidadania*, em São Paulo/SP, organizado pela ONG CORSA (Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade, Amor), de São Paulo. De acordo com Fernandes (2011), “pioneiro na publicação de material didático-pedagógico e na formação de professores, o

¹⁹ Além desses materiais, o GESE também produziu os livros *Sexualidade: papo de criança na escola? Sim!!!* e *TEENcontrei: onde a gurizada se encontra*. Ambos foram produzidos posteriormente à publicação da tese de Fernandes.

CORSA pode ser entendido como a vanguarda da agenda antihomofobia na educação, fornecendo modelos necessários e exemplos bem sucedidos para a política” (p. 252).

Além dos cursos promovidos e mencionados neste item, há também prêmios e concursos, eventos e demais materiais didático-pedagógicos que fazem parte da agenda antihomofobia que foi organizada por diversas instituições e apoiada pela SECADI/MEC. Dentre essas estratégias e ações de enfrentamento e combate ao sexismo e à homofobia, é importante mencionar o *Projeto Escola Sem Homofobia* (ESH)²⁰, que contou com o apoio da SECADI/MEC, e que resultou na criação do *Kit Escola sem Homofobia*²¹, o qual não foi ainda distribuído nas escolas, pois encontra-se em debate sobre sua publicação e divulgação.

Sem a pretensão de generalizar ou reduzir as estratégias de enfrentamento à homofobia a essas pesquisas mencionadas, a proposta, neste sentido, foi apresentar alguns trabalhos produzidos com este propósito, no entanto, estes não compreendem a totalidade. Além disto, ao apresentar estas propostas, não tivemos a pretensão de dizer que a homofobia, agora, está ausente no espaço da escola. Ela ainda articula-se de diferentes modos tanto na escola como em outros espaços educativos, os quais constituem os sujeitos. Neste sentido, é preciso, ainda, colocar em operação e fortalecer as estratégias de combate à homofobia, a fim de promover algumas rupturas e mudanças positivas no cenário atual.

Entendendo que a homofobia articula-se nos espaços educativos, problematizamos como constituem-se sujeitos/as gays, travestis e transexuais nesses espaços, a partir de narrativas produzidas através de entrevistas e observações. Neste sentido, apresentamos as metodologias de produção dos dados que sustentam este estudo, as narrativas dos/as sujeitos/as entrevistados/as e o processo analítico estabelecido sobre as mesmas. Entendemos que outras enunciações poderiam compor o *corpus* de análise e, portanto, outros direcionamentos poderiam emergir. Entretanto, problematizamos aquelas que evidenciam o processo de constituição dos/as sujeitos/as participantes deste estudo e que emergiram a partir das metodologias realizadas.

²⁰ Informações e esclarecimentos sobre o projeto, ver nota oficial publicada em: <<http://www.ecos.org.br/projetos/esh/notaoficial.pdf>>.

²¹ O kit, que foi criado no âmbito do projeto Escola Sem Homofobia, planejado e executado em parceria entre a rede internacional Global Alliance for LGBT Education – GALE; a organização não governamental Pathfinder do Brasil; a ECOS – Comunicação em Sexualidade; a Reprolatina – Soluções inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva; e a ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, aborda aspectos da homo-lesbo-transfobia no ambiente escolar e é direcionado para gestores(as), educadores(as) e estudantes do Ensino Médio. Maiores informações sobre o kit e o projeto Escola Sem Homofobia estão disponíveis em: <<http://www.ecos.org.br/projetos/esh/notaoficial.pdf>>.

4 AS METODOLOGIAS DE PRODUÇÃO DAS NARRATIVAS

4.1 A HISTÓRIA ORAL

[...] a história oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos – a menos que as diferenças entre elas sejam tão irreconciliáveis que talvez cheguem a rasgar todo o tecido (PORTELLI, 1997, p. 16).

A História Oral emerge na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, no ano de 1947. O termo *história oral* foi oficializado por Allan Nevins após a Segunda Guerra Mundial, quando houve a necessidade de obter e registrar informações sobre as experiências vivenciadas pelos combatentes, familiares e por pessoas que sobreviveram à guerra. A partir da década de 1950, várias universidades dão início aos projetos de História Oral, utilizando como base a proposta iniciada na Universidade de Columbia, mas foi na década de 1960 que ela começa a perpassar outros espaços, adquirindo cada vez mais visibilidade (MEIHY, 1996).

No Brasil, a História Oral enfrenta um embate no ano de 1964, sendo dificultada pelo golpe militar, que impede a divulgação das experiências e depoimentos acerca desse momento, ocasionando, neste sentido, uma retração em relação aos projetos de história oral. Entretanto, no final da década de 1970 e, sobretudo, com a abertura política em 1983, intensificam-se os debates, fazendo com que o Brasil adquirisse destaque em relação à promoção de trabalhos nesse âmbito. Neste sentido, na década de 1970, foi criado o Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). E para dar mais ênfase à História Oral, em abril de 1994, emerge a Associação Brasileira de História Oral (ABHO)²² a partir de um grupo de pessoas que se interessavam pelo assunto (MEIHY, 1996; MEIHY, HOLANDA, 2010).

Segundo Meihy e Holanda (2010), a História Oral pode ser entendida de cinco formas, como: uma ferramenta, uma técnica, uma metodologia, uma forma de saber e como uma

²² Para maiores informações sobre o Programa e sobre a Associação, ver a página: www.cpdoc.fgv.br.

disciplina. Neste estudo, estamos entendendo-a como uma metodologia. “Para ser valorizada metodologicamente, os oralistas centram sua atenção, desde o estabelecimento do projeto, nos critérios de recolha das entrevistas, no seu processamento, na passagem do oral para o escrito e nos resultados analíticos” (MEIHY, HOLANDA, 2010, p. 72). Além dessas cinco formas de entender a História Oral, os autores destacam que ela pode ser caracterizada por três tipos: História Oral de Vida, História Oral Temática e Tradição Oral.

A *História Oral de Vida*, como o nome já diz, busca evidenciar a história de vida de uma pessoa. As perguntas presentes no roteiro de entrevista são amplas, atentando-se para a sequência cronológica de vida do entrevistado.

A *Tradição Oral* é outro tipo de História Oral, que se aproxima e se relaciona com a etnografia. Segundo Meihy (1996), “ainda que a tradição oral também implique entrevista com uma ou mais pessoas vivas, ela remete às questões do passado longínquo que se manifestam pelo que chamamos folclore e pela transmissão geracional, de pais para filhos ou de indivíduos para indivíduos” (p. 45). A Tradição Oral versa sobre aspectos do coletivo, ou seja, as festas, as comemorações, os rituais de passagens, entre outros assuntos vividos na coletividade que são enfatizados nessa modalidade de História Oral (MEIHY, 1996; MEIHY, HOLANDA, 2010).

E o último tipo de História Oral destacado por Meihy (1996) e por Meihy e Holanda (2010) é a *História Oral Temática*, que se refere a um assunto, tema, etapa ou acontecimento específico da vida do/a entrevistado/a. Apenas alguns aspectos específicos da história pessoal do/a entrevistado/a interessam, ou seja, aqueles que fazem referência à temática central do projeto. Nesse caso, o questionário é artefato de suma importância ao longo da entrevista; é ele que permite o direcionamento àquilo que se quer investigar.

Thompson (1992) afirma que há três modos de construção da História Oral: narrativa de uma história de vida única, coletânea de narrativas e análise cruzada. Este estudo é, portanto, construído a partir da coletânea de narrativas, uma vez que esse modo permite “que as narrativas sejam utilizadas muito mais facilmente na construção de uma interpretação histórica mais ampla, agrupando-as – como um todo ou fragmentadas – em torno de temas comum” (p. 303). Partindo deste pressuposto, ao longo da pesquisa, as narrativas produzidas pelos/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais entrevistados/as foram agrupadas de acordo com a similaridade das temáticas apresentadas nas narrativas, o que evidencia que o presente estudo desenvolve-se a partir da História Oral Temática.

Neste sentido, utilizamos narrativas de sujeitos/as gays, travestis e transexuais, produzidas a partir de entrevistas temáticas que, diferentemente das entrevistas de histórias de

vida, que se centram na trajetória do sujeito da infância até o momento da entrevista, “versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido” (ALBERTI, 2005, p. 37). As entrevistas realizadas nesta pesquisa tiveram como base um roteiro ou questionário dirigido, porém flexível, o qual teve como propósito aproximar as narrativas dos/as entrevistados/as à temática do estudo, neste caso, a constituição dos/as sujeitos/as nos espaços educativos como, por exemplo, a família e a escola.

Entretanto, cabe salientar que a entrevista em si não caracteriza a História Oral. Para que ela seja desenvolvida, é de suma importância que seja elaborado um projeto “que guie as escolhas, que especifique as condutas e qualifique os procedimentos metodológicos” (MEIHY, 1996, p. 51). Além disto, o projeto em História Oral, segundo Meihy e Holanda (2010) e Meihy (1996), é formado tendo em vista o *tema*; a *comunidade de destino*, que é caracterizada pela união de pessoas que possuem certa aproximação ou características afins; a *colônia*, que é uma parcela da comunidade de destino, é a primeira divisão que se faz a partir das pessoas que compõem a comunidade de destino; e a *rede*, que seria a unidade menor da comunidade de destino, é uma “subdivisão da colônia” (MEIHY; HOLANDA, 2010, p. 54).

Assim, o projeto que delinea este estudo é caracterizado pelas seguintes especificações. *Tema*: A constituição de sujeitos/as gays, travestis e transexuais nos diferentes espaços educativos. *Comunidade de destino*: Sujeitos/as gays, travestis e transexuais. *Colônia*: Sujeitos/as gays, travestis e transexuais, do município do Rio Grande/RS. *Rede*: Sujeitos/as gays, travestis e transexuais indicados para participação na pesquisa pelo presidente da Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (ALGBT) de Rio Grande.

Tendo em vista o esboço do projeto construído para a realização da metodologia de História Oral, apresentamos, a seguir: os/as entrevistados/as, como desenvolveram-se as entrevistas neste estudo e quais foram as estratégias metodológicas e éticas adotadas ao longo da metodologia da História Oral.

4.1.1 A escolha dos/as entrevistados/as

A “escolha” dos/as entrevistados/as foi realizada a partir da indicação do presidente da Associação LGBT de Rio Grande. Temos conhecimento das limitações que se pode ter em relação à construção da rede de participantes desta forma, uma vez que Meihy e Holanda (2010) sugerem que a formação da mesma seja realizada a partir da entrevista zero, ou seja,

que o/a primeiro/a entrevistado/a indique o/a próximo/a a constituir a rede e assim sucessivamente.

Embora tenhamos conhecimento das limitações que se tem em relação ao processo de indicação por uma única pessoa, esta foi a forma encontrada para se chegar aos/às entrevistados/as. Em outras palavras, sabemos das restrições existentes quando uma pessoa, no caso, o presidente da Associação LGBT de Rio Grande indica outras pessoas a serem entrevistadas, uma vez que ele pode ter indicado sujeitos/as, os/as quais possuem aproximação com ideologias e posicionamentos dele; entretanto, é importante salientar que a aproximação desses/as sujeitos com Robert de Almeida (presidente da ALGBT) não se dá necessariamente no âmbito político do movimento LGBT de Rio Grande, alguns/as dos/as sujeitos/as entrevistados/as não são participantes da Associação, mas fazem parte do convívio social do presidente. Por esse viés, esta estratégia de construir a rede a partir de alguns contatos preestabelecidos foi a posição adotada e considerada produtiva em relação aos objetivos da pesquisa; por isto atendemos às indicações para a realização do processo de entrevista.

Assim, Robert, então, marcou uma primeira reunião com todas essas pessoas que ele julgava ter interesse pela pesquisa. Na reunião estavam presentes apenas duas pessoas, além do Robert e do ex-presidente da Associação LGBT de Rio Grande. Essas duas pessoas, que compareceram à reunião, foram então os primeiros contatos para a realização da entrevista. Neste encontro, conversamos com Véto e com Naraya, informando-os sobre a proposta de trabalho. Os dois prontamente aceitaram o convite de participação e trocamos telefones e email para estabelecer contato após este encontro. Assim, após estes dois primeiros contatos, os demais foram estabelecidos a partir da indicação de Robert, que nos passou os números de telefones daqueles/as que poderiam se interessar pelo estudo.

Com o intuito de discutir sobre o processo de realização das entrevistas, apresentamos as estratégias metodológicas e éticas adotadas, levando em consideração o que a metodologia de História Oral propõe.

4.1.2 As estratégias metodológicas e éticas

O primeiro contato com cada participante da pesquisa foi realizado pelo telefone e caracterizado pela explicação geral do que se tratava a pesquisa e seus objetivos. Também informamos, conforme sugere Thompson (1992), que foi uma pessoa das suas relações sociais que o havia indicado. A partir deste contato via telefone, marcamos um encontro com cada

um/a e explicamos que, neste momento, caso aceitassem, já daríamos início a nossa entrevista.

Uma das questões importantes em relação às entrevistas em História Oral é a ambiência. O *local* de realização da entrevista deve ser um local calmo, longe de interferências de sons devido à gravação do material e, principalmente, um local em que o/a entrevistado/a sintam-se à vontade. Neste sentido, a escolha do local para a realização das entrevistas ficou a critério do/a entrevistado/a. A maioria optou por ser entrevistada no salão de beleza do Robert²³, uma vez que ele já havia disponibilizado esse espaço, mas houve quem quisesse ser entrevistado/a em casa ou na universidade.

Então, após o contato inicial, no local de encontro escolhido pelo/a entrevistado/a, apresentamos e entregamos a cada participante um *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (APÊNDICE 1), o qual esclarece sobre o uso do nome de cada entrevistado/a, sobre a questão da filmagem como facilitadora na transcrição e não para publicação da imagem do/a entrevistado/a, sobre informações em relação à publicação somente das partes da entrevista autorizadas para tal, entre outras questões.

Embora entendamos que o termo de consentimento por si só não garanta a ética na pesquisa, optamos pela entrega do mesmo, uma vez que consideramos relevante a explanação por escrito e detalhada sobre os objetivos da pesquisa, bem como sobre a metodologia adotada durante o trabalho. Assim, compartilhamos com o entendimento de Goldim (2004) ao salientar que é importante que “o processo seja efetivamente compartilhado em termos de informação, possibilitando um compromisso recíproco entre os envolvidos – pesquisador e sujeito – extrapolando a simples noção de uma autorização” (GOLDIM, 2004, p. 164). Entendemos o termo de consentimento como um recurso que transmite segurança ao/a entrevistado/a com relação às informações concedidas, mesmo que tenhamos estabelecido uma relação de confiança com os/as entrevistados/as compartilhando experiências e histórias.

Portanto, o termo de consentimento livre e esclarecido é utilizado nessa pesquisa por considerarmos importante que o/a entrevistado perceba que há preocupação em manter essa relação de confiança

[...] desde a formulação do projeto até a divulgação dos resultados. Na fase do projeto, pela antecipação dos riscos, consentimento informado, aprovação do comitê de ética (quando houver); na fase de coleta dos dados, com a garantia de confidencialidade (não apenas formal mas na prática da

²³ É válido destacar que as entrevistas não foram realizadas exatamente no espaço do salão de beleza, mas em uma peça separada e localizada no salão.

pesquisa) e com a não exposição do informante ou das informações; na fase da análise dos dados, garantia da integralidade da informação e de seu contexto; e na fase de divulgação dos resultados, com o controle sobre as informações a serem divulgadas ou omitidas, prevendo acesso amplo ou restrito para as mesmas (VÍCTORA, 2004, p. 88).

Essa confiança está atestada nesse termo, proporcionando liberdade e cumplicidade na relação entrevistadora e entrevistado/a ao desenvolver a nossa proposta metodológica. Além disso, consideramos que o termo utilizado nessa pesquisa não causou constrangimento aos/às entrevistados/as, pois todos/as são alfabetizados e capazes de decidir com relação à assinatura do documento. Partindo desses pressupostos, avaliamos que o termo de consentimento assegura os direitos dos/as entrevistados/as diante da pesquisa.

Goldim (2004) discute sobre a relevância de repensar o uso do termo de consentimento livre esclarecido, uma vez que ele entende que não há liberdade nesse consentimento, pois acredita que em algum momento do processo haverá algo, um vínculo, por exemplo, que comprometa essa liberdade. Neste sentido, ele aponta uma sugestão:

[...] realizar o processo de obtenção do consentimento de forma coletiva em algumas de suas etapas. Primeiro, o pesquisador apresenta coletivamente todas as informações às pessoas que estão sendo convidadas. Dessa forma, podem ser utilizados mais recursos didáticos, dar mais tempo para o esclarecimento de dúvidas e detalhes. Logo após, é dado um tempo para que as pessoas que não quiserem participar, independente do motivo, se retirem. Esta proposta facilita a não-aceitação, afinal se retirar de um grupo é muito mais fácil do que se retirar de uma relação pessoa-pessoa (GOLDIM, 2004, p. 165).

Neste estudo, acreditamos ter tentado a obtenção do consentimento coletivamente quando propomos um encontro com todos os/as interessados em participar da pesquisa, entretanto poucos/as foram os/as presentes, sendo assim, procedemos para o contato individual.

Após os acertos iniciais com cada entrevistado/a com relação aos objetivos e às informações sobre a condução da pesquisa, realizamos a entrevista com oito sujeitos/as. Entre eles/as, inicialmente quatro autoidentificaram-se como gays, uma como travesti e três como transexuais, sendo que uma se entende como transexual lésbica. É importante salientar, que ao retomar algumas entrevistas, um dos sujeitos que se havia se automeado como gay, nesse segundo momento, autoidentificou-se como mulher transexual. O *número de entrevistados/as* emergiu ao longo da pesquisa, pois segundo Alberti (2005),

[...] é somente durante o trabalho de produção das entrevistas que o número de entrevistados necessários começa a se descortinar com maior clareza, pois é conhecendo e produzindo as fontes de sua investigação que os pesquisadores adquirem experiência e capacidade para avaliar o grau de adequação do material já obtido aos objetivos do estudo (p. 36).

E foi ao longo do processo de entrevistas e de organização das narrativas que percebemos que as informações produzidas correspondiam aos objetivos da pesquisa, entendendo, desta forma, que não havia necessidade de entrevistar outros/as sujeitos/as.

Para a produção das narrativas, utilizamos um *roteiro de entrevista* (APÊNDICE 2) flexível, ou seja, embora ele tenha uma temática central, um eixo norteador, como trabalhamos com a História Oral Temática, o questionário tornou-se flexível no momento em que no decorrer da fala dos/as sujeitos/as, outras questões emergiram, sendo acrescentadas ao roteiro. A flexibilidade, neste sentido, está na condução da entrevista, em que é possível agregar outras questões pertinentes em cada uma delas.

Neste sentido, elaboramos, quando necessário, um *roteiro parcial*, que tem como objetivo aprofundar as questões presentes no roteiro geral de entrevista, ou questões que emergiram sobre as experiências individuais do/a entrevistado/a e que não foram totalmente detalhadas ao longo da conversa, por isso ele é organizado entre uma entrevista e outra (ALBERTI, 2005).

É válido destacar que as entrevistas foram *filmadas e gravadas*. A duração das entrevistas foi, em média, de uma hora. Houve uma preocupação em respeitar os limites e interesses de cada entrevistado/a, bem como em possibilitar a construção de uma narrativa que fosse correspondente aos objetivos da entrevista e da pesquisa.

No primeiro contato realizado com os/as sujeitos/as participantes do estudo, foi informado que a filmagem ou o conteúdo da mesma não seriam disponibilizados em momento algum da pesquisa; apenas seriam utilizados como facilitadores no processo de passagem do oral para o escrito. Após, a realização da entrevista, explicamos que iríamos fazer a transcrição do material e que posteriormente, eles/as receberiam sua entrevista transcrita para modificar, se caso quisessem, alguma parte ou ainda acrescentar alguma informação. A maioria dos/as entrevistados/as aceitou fazer a leitura da entrevista conosco, já modificando algo, se necessário, ao longo da nossa conversa.

Segundo Meihy (1996) a *transcrição* é a passagem da entrevista falada para a escrita. É um processo lento e que demanda muita atenção do/a entrevistador/a, pois deve-se reproduzir a fala exatamente como ela foi mencionada para não haver algum problema de entendimento na narrativa, isto no caso da transcrição literal como foi realizada neste estudo.

As entrevistas foram *transcritas* exatamente como foram mencionadas, sem supressão de parte alguma. Isto só ocorreu quando o/a entrevistado/a, ao ler suas narrativas, fazia essa solicitação. Em relação às narrativas apresentadas nos artigos que fazem parte da tese, foram retirados os excessos (expressões como: sabes, né, aham) apresentados nas mesmas e agrupou-se de acordo com o objetivo e enfoque dos artigos.

Após fazer a leitura da entrevista transcrita, os/as entrevistados/as receberam um *Termo de Cessão* (APÊNDICE 3), ou seja, uma carta autorizando o uso das entrevistas, bem como de sua publicação na pesquisa. Segundo Meihy (1996), a carta de cessão, como ele chama, é um “documento que autoriza o autor a ter direitos de uso sobre a entrevista, tanto na gravação como do resultado escrito” (p.67). Entretanto, neste estudo, adaptamos o termo de cessão para autorização somente da entrevista escrita, pois a imagem, ou seja, o vídeo não foi ou será divulgado por parte da pesquisadora.

O termo foi entregue somente após os dois encontros e após a leitura da entrevista completa. Além disto, é importante destacar que ficou o compromisso com cada entrevistado/a de realizar a *restituição* do material produzido. Neste sentido, com a finalização deste trabalho de pesquisa, entregamos a cada participante um CD com a gravação de sua entrevista. Assim, após a entrega do vídeo para cada participante, fica a responsabilidade de cada um/a a posterior divulgação ou não do material.

Além da restituição comentada anteriormente e do Termo de Cessão, outro termo também faz parte dos procedimentos éticos adotados ao longo da pesquisa e que correspondem à metodologia de História Oral. Neste sentido, entregamos a cada um/as deles/as outro *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (APÊNDICE 4), no qual cada sujeito/a declarou o nome a ser utilizado para sua identificação na pesquisa. Embora alguns/algumas sujeitos/as tenham destacado que não haveria problema na divulgação de seu nome social, fizemos um convite ao anonimato. Aqueles/as que registraram interesse no anonimato escolheram outros nomes para identificar-se. Entretanto, poucos/as entrevistados/as optaram por não revelar seus próprios nomes. Sendo assim, no dia da entrevista, foi indagado o porquê de optar ou não pelo anonimato.

Em relação a essa questão de optar pelo uso do próprio nome na pesquisa, seja social ou civil, consideramos importante discutir sobre o entendimento de testemunho:

O testemunho é o meio pelo qual a coletividade excluída alcança uma exposição. Seja através da escrita, ou da oralidade, os sujeitos periféricos, muitas vezes, distantes destas duas fontes, conseguem tê-las junto a si e, desta maneira, sair do lugar do esquecimento. Mulheres, analfabetos,

doentes, presidiários, refugiados de guerra, enfim, todas as pessoas que não se enquadram na parte hegemônica da sociedade conquistam, mediante a história oral, uma interlocução (MENDONÇA, 2009, p. 28).

Por este viés, entendemos que ao decidirem tornar público os seus nomes, os/as entrevistados/as que não optaram pelo anonimato fazem uso do testemunho para demarcar pertencimento a um determinado grupo social, mesmo que tal grupo ainda seja estigmatizado socialmente. O nome, neste sentido, é um marcador de posicionamento do sujeito. Assim, “na linguagem e, em particular, na narrativa, encontramos já as formas linguísticas e discursivas com as que construímos e expressamos nossa subjetividade. Cada um de nós já está na linguagem. E está já na narração” (LARROSA, 2004, p. 18-19).

Em face disto, a maioria dos/as sujeitos/as entrevistados/as busca, a partir da sua própria identificação, reconhecer-se como tais e essa busca pela afirmação do eu é demarcada pela necessidade de divulgação do nome, seja ele social ou civil, a fim de apresentar a sua história tal como ela é. Larrosa (2004) nos diz que “a história das formas em que os seres humanos têm construído uma narrativa de suas vidas é também a história dos procedimentos de poder que fazem as pessoas contar suas vidas de determinada forma, em determinados contextos e para determinados fins” (p. 19-20). Esse ato subjetivo de narrar-se e de posicionar-se enquanto sujeitos da sua própria história evidencia a importância de uma afirmação de si para obter outros modos de serem vistos e entendidos, ou seja, há uma busca pela visibilidade do eu.

Essa é uma forma de afirmação da própria identidade, ou seja, da posição de sujeito que assume nesse momento, sendo que ela não é fixa, permanente, mas flexível e transitória. É importante destacar que a memória dos/as sujeitos/as está fortemente atrelada a esse processo de identificação e de pertencimento a um grupo, ou seja, as lembranças que esses/as sujeitos/as constroem sobre suas experiências são importantes para a História Oral, já que a reconstrução de suas próprias histórias depende também dos fatos vivenciados e lembrados. Fatos esses que, muitas vezes, não são somente marcados pela alegria, mas também por momentos sofridos, acompanhados de desprezo e tristezas. Muitas das narrativas apresentadas evidenciam a presença, nas vidas desses/as sujeitos/as, da violência, do ódio, do rancor com relação as suas identidades sexuais e de gênero. Esses momentos dolorosos que são revisitados ao longo do processo de narrar-se são evidenciados a partir do testemunho. Seligmann-Silva (2012), comenta que “o testemunho é uma modalidade da memória”.

Segundo Portelli (1997), “se considerarmos a memória um processo, e não um depositário de dados, poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas” (p.16). A memória, segundo esse autor, é um processo que, embora individual desenvolve-se em um meio social. Ela é individual no sentido de que cada sujeito/a tem suas próprias lembranças; lembra-se daquilo que é significativo e que tem uma representação marcante para si. Neste sentido, mesmo que vivenciando o mesmo fato, as lembranças dos/as sujeitos/as não são, exatamente, as mesmas. Por este mesmo viés, Larrosa (1994) afirma que

[...] na medida em que é uma operação ativa na qual a subjetividade se articula temporalmente, a recordação não é apenas a presença do passado. Não é uma pista, ou um rastro, que podemos olhar e ordenar como se observa e se ordena um álbum de fotos. A recordação implica imaginação e composição, implica um certo sentido do que somos, implica habilidade narrativa (p. 68).

Sendo assim, a memória não é um depósito de informações ao qual a qualquer momento pode-se recorrer e colocar em evidência as experiências vivenciadas no passado; é uma operação que se constrói ao longo do processo de narrar-se.

O narrador parece colocar em ordem e tornar coerente os acontecimentos de sua vida que julga significativos no momento mesmo da narrativa: restituições, ajustes, invenções, modificações, simplificações, “sublimações”, esquematizações, esquecimentos, censuras, resistências, não ditos, recusas, “vida sonhada”, ancoragens, interpretações e reinterpretaciones constituem a trama desse ato de memória que é sempre uma excelente ilustração das estratégias identitárias que operam em toda narrativa (CANDAUI, 2012, p. 71).

E é ao longo desse exercício de narrar-se, desse processo de construção e reconstrução de si a partir de suas narrativas, que o eu se constitui no tempo. O tempo, nesse processo de construção da narrativa pessoal não é, portanto, um tempo linear. O tempo é organizado a partir dos fatos narrados (LARROSA, 1994). As narrativas dos/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais apresentadas neste estudo evidenciam que as subjetividades constroem-se temporalmente. Com o objetivo de contextualizar as narrativas e histórias produzidas apresentamos cada entrevistado/a participante deste estudo, a partir de um processo de apropriação de informações de seus relatos ao longo das entrevistas, ou seja, a partir de suas próprias narrativas. Os/As sujeitos/as são apresentados/as de acordo com a ordem cronológica de realização das entrevistas.

4.1.3 Os/As entrevistados/as

Cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados. [...] nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência (PORTELLI, 1997, p. 17).

* VÉTO

Véto que se autoidentificou como gay, nasceu no dia 6 de junho de 1977 e é solteiro. Terminou o Ensino Médio em 2006. Trabalha como fotógrafo e atualmente cursa Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande. Sua entrevista foi realizada no dia 8 de junho de 2011.

Diz que se sente gay desde seus 7 anos de idade e já estranhava isso. Aos 14 anos, Véto teve sua primeira relação sexual, mas até então achava que poderia ser algo comum da adolescência. Dos 14 aos seus 25 anos, Véto não se aceitava. Não queria ser daquele jeito, pois queria corresponder às expectativas de seus pais. Queria ser homem heterossexual e ter filhos.

Véto só teve realmente certeza que era gay aos 25 anos, quando se apaixonou pela primeira vez por um amigo. “Sem conseguir lutar contra aquela paixão, que apertava cada vez mais”, Véto tentou suicidar-se, tomando formicida. Questionado sobre o motivo da tentativa de suicídio, pelos/as seus/suas familiares, Véto dizia que tinha muitas contas pendentes. Sua mãe e seu pai indagaram sobre o ocorrido, mas Véto não queria assumir. Porém, uma semana depois acabou contando para sua mãe e para sua irmã que era gay. Na verdade, foi sua irmã que acabou confirmando o fato. Sua mãe, na época, não aceitou a notícia; dizia que era uma doença, que ele tinha que procurar um médico, um psicólogo e se tratar.

Entretanto, Véto diz que agora a mãe aceita “numa boa”. Já seu pai descobriu que ele era homossexual quando tinha 31 anos. Véto tinha medo da reação de seu pai. Achava que, por ele ser um idoso, poderia ter uma parada cardíaca ou que fosse colocá-lo para fora de casa. No entanto, a reação de seu pai foi diferente do que ele pensava. Véto comenta que atualmente não tem problemas quanto a sua homossexualidade. Diz que dá “a cara a tapas e que, se tiver que fazer uma entrevista, um vídeo ou ir pra uma rede de televisão nacional e

falar sobre sua homossexualidade, ele fala sem problemas nenhum”. Não se importa com o que os/as outros/as pensem a seu respeito, pois diz que é feliz dessa forma.

Véto optou pela utilização do seu apelido na pesquisa. As pessoas o conhecem por Véto. Afirma que se usasse outro nome, ou seja, se optasse pelo anonimato estaria sendo preconceituoso consigo mesmo.

*** NARAYA LUISA BRUM:**

Naraya Luisa Brum se autoidentificou como mulher transexual e diz que não pretende fazer a cirurgia de mudança de sexo (cirurgia de transgenitalização), porque “não quer perder todo seu prazer”. Nasceu no dia 29 de julho de 1987 e é solteira. Estuda na UNOPAR, cursando Serviço Social. Sua entrevista foi realizada no dia 14 de junho de 2011.

Algumas pessoas da sua família a chamam por Júnior, de acordo com seu nome civil, mas Naraya Luisa Brum diz que não tem problemas em relação a isso. Ela afirma que se reconheceu transexual através de uma “fase”, pois tudo dependia de hormônios. Ela não se via como Júnior, vestido de homem, pois não se entendia como um gay que podia usar roupas masculinas. Diz que é totalmente feminina e dessa forma foi conquistando seus espaços.

Como sua mãe não permitia que ela se vestisse com roupas femininas, Naraya Luisa Brum ia para casa de outras pessoas para fazer isso; geralmente era a casa de sua dinda (madrinha). Ela teve que, aos poucos, fazer com que sua mãe entendesse seu jeito, seus gostos, mas afirma que foi difícil. Diz que atualmente sua mãe a aceita como mulher. Na infância, brincava de Barbie com as suas primas e diz que quando brincava de escolinha, sempre queria ser a professora. Nas brincadeiras, ela disse que sempre se vestia de mulher. Nos seus 15 anos de idade, foi a primeira vez que se vestiu de mulher para sair no carnaval. Ia pra casa de sua dinda, que sabia que ela era transexual, pois tinha um/a primo/a também transexual. Então lá, se “travestia” e curtia as festas. Foi sua dinda quem comentou com seu pai e com sua mãe sobre sua transexualidade. E foi depois disso que Naraya Luisa Brum se assumiu na família. Seus pais tentaram mudar seu jeito encaminhando-a psicólogos. Seu pai disse que já sabia, que esperava somente que ela assumisse. Já sua mãe foi diferente; ela não aceitava no início.

Naraya Luisa Brum é participante da Associação LGBT de Rio Grande e gosta de participar da mesma, porque diz que pensa muito no mercado de trabalho para sujeitos LGBT, pois entende que essa é uma das grandes dificuldades enfrentadas por tais sujeitos. Diz que, se um dia tiver que mudar (modo de vestir-se, principalmente) para poder trabalhar, ela fará isso,

mas afirma que será muito difícil aceitar essa mudança. Optou por usar seu nome social na pesquisa, pois as pessoas a conhecem por esse nome e não vê problemas em revelá-lo.

*** MARIA REGINA:**

Maria Regina, que se autoidentificou como mulher transexual, está no processo de mudança de sexo. No momento da entrevista, estava no processo de ingestão de hormônios. Nasceu no dia 4 de agosto de 1979, é casada e trabalha como cabeleireira. Sua entrevista foi realizada no dia 28 de junho de 2011.

Atualmente não está estudando, mas pretende voltar, pois tem o Ensino Médio incompleto. Maria Regina afirmou que parou de estudar por preconceito; diz que é muito difícil na escola. Disse que primeiramente se reconheceu como homossexual e que “foi horrível, pois não entendia aquilo, não tinha com quem conversar, pois sabia que aquilo sempre foi dito que era errado. Era complicado explicar o que estava sentindo, por isso foi muito difícil”.

Maria Regina lembrou que, quando estava na pré-escola, gostava de seu coleguinha e não de sua colega. Em um momento de sua vida, entendendo que ser homossexual era algo errado, Maria Regina pensou em tirar a sua própria vida. Foi na adolescência. Disse que na época era muito mais difícil as pessoas aceitarem. Nesse sentido, até seus 18 anos de idade, Maria Regina vestia-se como menino, “vivia aquela coisa retraidamente, era infeliz”. Segundo ela, a sua imagem hoje a faz feliz. Afirmou que deixou de fazer muitas coisas na vida, porque sua mãe dizia que ela até poderia ser gay, mas que fosse um gay masculinizado. Com 15 anos, começou a “vestir-se de mulher” escondida e foi quando a sua mãe descobriu que era homossexual. Próximo ao carnaval, quando tinha entre 17 e 18 anos, queria participar de uma escola de samba da cidade. Como sua mãe trabalhava durante a noite, fazendo limpeza em uma empresa de ônibus, ela aproveitava esse momento para fazer uma fantasia; passava a noite inteira bordando. A sua mãe chegava e ela escondia a fantasia. E todos os dias era a mesma coisa e terminou sua fantasia assim. Ao chegar o concurso para participar da tal escola, Maria Regina ganhou o título para madrinha da bateria e acabou aparecendo na televisão no outro dia. Foi, então, dessa forma, que se assumiu para sua família, para os vizinhos e para todos/as.

Após, saiu de casa, foi viver a sua vida do jeito que achava que tinha que ser. Ela afirmou que foi nesse momento que “criou” a sua própria identidade. Foi quando iniciou a luta pelo o que é atualmente. Um mês depois de ganhar no concurso, voltou para casa e tinha

uma reunião esperando-a. Quando se assumiu, ela morava com seus pais, sendo que para seu pai nunca teve diferença se era um homossexual masculinizado ou não, se era travesti ou transexual. Atualmente sua mãe a entende.

Maria Regina afirma que quando se entendia como gay, sofria mais com a sua família do que agora. Atualmente eles a vêem como ela é. Ela afirmou ter uma “alma feminina”, que vem ao encontro, agora, com o seu corpo. Maria Regina optou por utilizar seu próprio nome na pesquisa para as pessoas saberem que essa é a sua história. Diz que “essa é a sua biografia, de uma pessoa ‘normal’”. Não optou por utilizar outro nome, porque acredita que se, fizesse isso, a história narrada não iria parecer ser sua e sim de outra pessoa.

*** RICARDO:**

Ricardo se autoidentificou como gay, nasceu no 25 de fevereiro de 1988, é solteiro e trabalha como cabeleireiro. Sua entrevista foi realizada no dia 28 de junho de 2011.

Concluiu o Ensino Médio em 2006 e, na época da entrevista, estava se preparando para o Exame Nacional do Ensino Médio. Pretende cursar Ciências Biológicas Bacharelado. Afirma que, na infância, brincava com coisas ditas de meninas, porém gostava de meninos. Até os seus 14 anos de idade, ele gostava de uma vizinha e em seguida começou a gostar do namorado dela. Foi a partir desse momento que Ricardo começou a gostar de meninos e garante que nunca mais sentiu atração por meninas.

Ricardo considera-se privilegiado, pois relata nunca ter vivenciado alguma situação de preconceito no espaço escolar.

O seu processo de reconhecimento enquanto homossexual, afirma ele, foi tranquilo. Não teve muitos problemas em relação a isso. Afirma que sentia nojo de meninas, de pensar que “um dia eu ia ter que beijar uma mulher na boca”. Acredita que a sua homossexualidade é explicada pelo espiritismo. Segundo ele, para o espiritismo, uma pessoa que se entende como homossexual é dessa forma “porque um dia foi uma pessoa muito preconceituosa, porque foi uma pessoa muito má ou porque teve pressa de reencarnar”.

Assumir sua homossexualidade na família foi complicado. Quando sua mãe descobriu, através de uma amiga sua, além de proibi-lo de fazer várias coisas, quis levá-lo a psicólogos a fim de curá-lo, de explicar sua homossexualidade. Seu pai faleceu quando tinha 15 anos e admite que seria difícil conviver com ele, pois diz que seu pai não gostava de homossexuais. Quem sempre apoiou Ricardo na família foi sua irmã. Segundo ele, sua mãe não aceita, mas

não demonstra tanta rejeição como antes. De acordo com Ricardo, antes tinha que fazer tudo escondido, ir às festas, sair com amigos, atualmente não tem problema algum.

Ricardo admite que, às vezes, tem vontade de ser travesti, mas tem dúvidas ainda em relação a isso, pois além de considerar que ser travesti requer muito investimento no corpo e que com o tempo fica ainda mais difícil mantê-lo, tem medo de sofrer o preconceito que nunca vivenciou enquanto gay. Entretanto, há momentos que pensa em tornar-se travesti.

Ricardo preferiu não usar seu próprio nome na pesquisa por questão de segurança, pois tem medo que alguém não goste de seu depoimento sejam preconceituosos com ele por isso.

*** GISELE:**

Gisele que havia se autoidentificado como gay e como Ricardo, atualmente se reconhece como mulher transexual. Gisele foi entrevistada novamente, no dia 27 de setembro de 2012, após sua “transformação”, ou seja, assim que soubemos de seu atual modo de ser e estar, resolvemos entrevistá-la novamente para entender as mudanças que ocorreram não só no seu corpo, mas também em relação aos seus entendimentos e opiniões. Gisele não fez a mudança de sexo e no momento não pretende fazer.

Segundo Gisele, antes de ser transexual ela foi travesti. Diz que isso é um processo, isto é, de gay a pessoa passa a ser travesti e de travesti passa a ser transexual. Gisele diz que esse “interesse” em ser transexual surgiu a partir de um concurso para Miss Gay, no qual ganhou o título de vice Miss, isso fez com que ela percebesse que não queria mais “vestir-se de mulher” somente em alguns momentos, mas queria vestir-se dessa forma diariamente. Diz que se entendeu como transexual mesmo, após ter colocado silicone. Diz que agora não há como voltar atrás, garante que nunca deixará de ser transexual.

Gisele diz que nas primeiras semanas que se reconheceu como transexual tinha vergonha de “andar vestida de mulher”. Segundo ela, inicialmente foi difícil reconhecer-se como transexual, pois tinha vergonha das pessoas e medo do preconceito. Gisele diz que ainda assim não sofre com o preconceito, mesmo anteriormente achando que poderia sofrer enquanto transexual, já que enquanto gay não sofria.

Na família, ela garante que a situação melhorou muito. Diz que “melhorou tudo”. Com relação ao investimento com o corpo, Gisele diz que percebeu que embora gaste muito, não gasta tanto quando imaginava. Ela garante que “precisa estar sempre se cuidando”. Com relação à ingestão de hormônios, diz que foi até a farmácia e “comprou o que todas tomam”.

Gisele afirma que as tecnologias atuais de produção de um corpo feminino facilitam muito, como o silicone, por exemplo.

Gisele afirma que travestis e transexuais, só têm como oportunidades de emprego a prostituição e o salão de beleza.

Já com relação aos estudos, Gisele diz que não tem mais vontade de estudar. Afirma que isso não tem relação com o preconceito, mas não tem mesmo é vontade de seguir estudando. Entretanto, Gisele acredita que travestis e transexuais sofrem muito com o preconceito na escola pelo fato das pessoas associarem muito a transexualidade com a Aids, por exemplo.

Gisele diz saber das dificuldades que as transexuais enfrentam com relação ao mercado de trabalho, mas saber que ela já tinha um emprego e que permaneceria no mesmo facilitou o seu processo de reconhecimento como tal.

Segundo ela, a única coisa que lhe constrange com relação a ser transexual é o uso do nome civil em alguns espaços. Diz que pretende fazer a carteira do nome social e que isso facilitaria muito nos espaços e em situações que exigem a documentação.

Gisele diz que para ser transexual a pessoa “tem que ter a cabeça de mulher”. A transexual, segundo ela, “pensa como mulher e não gosta de fazer uso do órgão sexual”.

*** LÉO:**

Léo, que se autoidentificou como gay, nasceu no dia 16 de maio de 1983, é solteiro e trabalha como cabeleireiro. Sua entrevista foi realizada no dia 7 de julho de 2011.

Não estuda mais. Terminou o Ensino Fundamental e pretende fazer um curso mais rápido, porque sua profissão exige seu tempo. Léo comenta que, ao longo da infância, sempre brincou com coisas ditas de meninas; brincava de boneca, “gostava sempre de ser a Barbie”.

Léo diz que começou a entender a sua homossexualidade, a partir dos 12 anos de idade. Não se aceitava por medo do preconceito da sociedade, principalmente dos homens, mas mesmo assim se assumiu. Seu tio foi quem despertou algo em Léo, pois ele o achava muito lindo. Desde então, Léo disse que começou a se entender e se identificar como homossexual.

Aos 12 anos, então, assumiu sua homossexualidade para a família. Primeiramente contou para sua prima, que o obrigou a contar para a mãe. Afirma que, ao contar para a mãe, ela começou a chorar. Diz que ela tinha medo da situação. O medo que seus pais e sua irmã tinham em relação a sua homossexualidade era do preconceito que ele pudesse sofrer. Léo diz

que achava que seu pai o desprezaria, mas ficou quieto, sofreu calado. Seu pai ficou sabendo sobre sua homossexualidade por intermédio da sua mãe e ele diz que nesse momento seu pai chorou muito, mas falou que sabia que seu filho um dia seria homossexual. A mãe de Léo não aceitava sua homossexualidade, por medo de que um dia ele pudesse contrair Aids. Seu irmão sempre o aceitou e o ajudou. Já sua irmã, que atualmente aceita sem problemas, sofreu muito quando soube da sua homossexualidade.

Léo diz que sua mãe já tentou encaminhá-lo para o CENCA, que é um abrigo de menores. Além disso, sua mãe também tentou encaminhá-lo para atendimentos com psicólogos, já que na época Léo tinha amigos gays e sua mãe não aceitava que ele convivesse com esses sujeitos. Léo diz que sofreu muito ao se assumir gay, mas que atualmente sua mãe o aceita como é e o defende, o que deixa seus irmãos com ciúmes.

Léo afirma que comentou para sua mãe que homossexualidade não é uma escolha e que, se pudesse escolher, teria escolhido ser heterossexual, pois assim não enfrentaria o preconceito e a rejeição. Optou por usar seu apelido, uma vez que não vê problemas que as pessoas saibam da sua história, já que ele é assumido e aceito pela sua família.

*** CINDY:**

Cindy, que se autoidentificou como travesti, nasceu no dia 3 de março de 1986, trabalha como cabeleireira e é solteira. Sua entrevista foi realizada no dia 20 de julho de 2011.

Não estuda mais. Parou de estudar ainda no Ensino Fundamental, na sexta série (atualmente sétimo ano), e garante que foi por “preguiça da adolescência”. Ela firma que pretende voltar e terminar os estudos. Pretende talvez fazer um curso que garanta melhor rendimento e aperfeiçoamento do seu trabalho. Diz que independente de deixar de ser cabeleireira ou não, quer ter um curso universitário.

Cindy diz que primeiramente se entendia como homossexual e lembra que se reconhece dessa forma desde sempre, uma vez que os meninos sempre lhe chamaram a atenção. Diz que nunca gostou das coisas convencionais ditas de meninos, principalmente futebol.

Ao ser questionada sobre o processo de transformação na sua vida como travesti, ela afirma que sempre se sentiu diferente dos outros meninos e que acompanhava muito os shows de calouros na televisão. Foi quando ela assistiu uma travesti em um dos programas e pensou que “queria ser daquele jeito”. Cindy afirma que tinha imagem da mulher como algo que

demonstrava poder, sensualidade. Mesmo entendendo que não era uma mulher, ela sabia que podia vir a ser uma. Nesse sentido, diz que precisou ser independente.

Na sua família, ela garante que a única pessoa que não aceitou sua travestilidade foi sua mãe, que a colocou “para fora de casa”. Cindy diz que sua mãe lhe falava coisas horríveis, que ela jamais pudesse imaginar ouvir dentro de casa. Diz que sua “transição” de homossexual para travesti concretizou-se aos 15 anos de idade, quando saiu de casa. Entretanto, garante que quando saiu de casa não “tomou” a melhor das decisões, pois foi diretamente para a “pista”, passando a prostituir-se. Sair de casa foi a única maneira que ela encontrou para poder ser o que queria, andar vestida de mulher, como ela comenta. Cindy diz que era uma violência vestir-se com roupas ditas do gênero masculino, pois se sentia estranha daquela forma.

Seu pai não a acompanhou muito, pois era separado de sua mãe, por isso tem poucas lembranças dele. Relata que o pouco que se lembra resume-se em coisas boas. Ela diz ter certeza que se convivessem juntos, teria o apoio do pai.

Cindy diz que passou por acompanhamento psicológico dos 7 aos 14 anos e achava aquilo muito normal, pois ficava na sala de atendimento fazendo desenhos, conversava bastante. “Não via problemas naquilo”. Sua mãe insistiu que ela precisava desse tratamento, porque havia algo de errado com ela, que sua homossexualidade precisava ser explicada.

Cindy conta que, quando foi para a prostituição, foi não foi pelo modo de sobrevivência, mas por achar que aquele espaço era “repleto de glamour”. Pensava na sua vida social como travesti, que ali poderia sempre estar vestida de mulher, como comenta. Segundo ela, com o passar do tempo percebeu “que aquele lugar não era aquilo que ela imaginava ser”. Para vestir-se de mulher e vivenciar sua travestilidade, não precisava ser somente naquele lugar. Atualmente, ela diz que vê o outro lado da situação. Diz que, se tivesse saído de casa para ir para casa de um amigo, por exemplo, as coisas seriam diferentes, pois foi na prostituição que ela acabou se envolvendo com as drogas. E foi na “pista” que ela percebeu e vivenciou o preconceito de perto. Cindy fala com convicção que a prostituição é uma opção, segue quem quer.

Cindy saiu da prostituição, quando percebeu que seu envolvimento com as drogas estava cada vez pior. Na verdade, uma pessoa foi muito especial nessa decisão. Foi na “pista” que Cindy conheceu e se apaixonou por um rapaz. Tiveram uma relação de 6 anos. Quando Cindy foi entrevistada, ela comentou que ainda morava com esse rapaz e com sua família, mas que não tinham mais nenhum envolvimento além da amizade. Foi ele quem “tirou”

Cindy da rua, a levou para dentro de sua casa e sob os cuidados dele e de sua mãe, ela conseguiu entender que “as drogas e a prostituição não eram o melhor caminho a seguir”.

Cindy optou por utilizar seu nome social na pesquisa, pois diz que não vê problemas de as pessoas conhecerem a sua história. Conta ainda que adotou esse nome desde a primeira vez que se travestiu.

*** LUCIANA GUERRA:**

Luciana Guerra, que se autoidentificou como transexual lésbica, não fez a cirurgia de mudança de sexo (cirurgia de transgenitalização) e não pretende fazer, porque considera uma cirurgia muito invasiva, muito agressiva. Luciana nasceu no dia 28 de março de 1981, é solteira. É técnica em eletrônica digital e hardware e é proprietária de uma *lan house*. Sua entrevista foi realizada no dia 8 de setembro de 2011.

Luciana Guerra tem o ensino superior incompleto. Quando foi entrevistada estava matriculada no curso de Engenharia de Computação, na FURG, mas não estava frequentando as aulas por questões financeiras.

Luciana Guerra garante que nunca se sentiu homossexual. Atualmente sim, pois entende-se como mulher e gosta de mulheres, mas diz que sempre gostou de mulheres e nunca de homens. Ela comenta que nunca foi um garoto homossexual. Diz que sempre namorou mulheres, inclusive quando entrou na universidade. Na verdade, terminou o namoro, quando começou a cursar Engenharia Mecânica, mas quando iniciou o curso de Engenharia Civil Empresarial estava namorando.

Luciana Guerra comenta que foi a namorada quem passou o processo de “transição” junto dela. Foi ela quem participou do processo. Luciana Guerra não conseguia comprar roupas, já estava tomando hormônios e eliminava os pelos do rosto com cera. Para fazer esse tipo de depilação, precisava deixar os pelos crescerem um pouco e isso foi bem no início do curso universitário. Nesse sentido, não frequentava as aulas, pois seus/as colegas iriam acompanhar esse processo, uma vez que, no ano seguinte, estudaria com eles/as novamente.

Ela não queria que as pessoas acompanhassem esse processo. Queria já entrar e fazer novas amizades, novas colegas assumindo uma identidade de gênero feminina. Por isso ainda não concluiu nenhum curso, pois precisava interrompê-lo para poder investir na sua identidade, sem que as pessoas percebessem isso.

Luciana Guerra diz que se percebeu transexual aos 7 anos. Foi na escola que ela percebeu que gostava de uma menina. Diz que gostava dessa menina de maneira diferente,

pois gostava dela com o intuito de beijá-la, mas também tinha uma admiração por ela, por como ela era, pela aparência dela. Garante que isso era bem conflitante, pois, ao mesmo tempo que queria ser que nem ela, também sentia atração por ela.

Comenta que foi entendendo bem isso com o passar do tempo, quando entendeu o que era ser gay, lésbica, pois o termo transexual em si só foi entender bem mais tarde. Uma das coisas que causava desconforto e barreira no seu entendimento é que, como poderia querer ser menina e gostar de outra menina? Luciana Guerra diz que queria mudar seu corpo desde os 10 anos de idade. Começou a conhecer hormônios, sabendo de outros casos de transexuais que já faziam uso deles. Ficou sabendo pela internet qual hormônio usar, quais seus efeitos colaterais e outras informações. Foi assim que iniciou o tratamento hormonal; isso aos 22 anos de idade.

Luciana Guerra comenta que, com 11 para 12 anos, já se vestia de menina. Fazia isso escondido, pois tinha medo de apanhar. Foi quando sua mãe a viu vestida assim, entretanto sua mãe não bateu nela. Diz que sofria preconceito por parte da sua mãe nessa época e por parte do seu irmão também. Seu pai talvez, mas ele nunca lhe falou nada. Já sua mãe não aceitava, dizia que a colocaria para fora de casa. Disse que ela deveria mudar seu corpo só quando se sustentasse, quando não dependesse mais deles.

Ela diz que um ano depois que começou a ingestão de hormônios e que assumiu sua identidade feminina, entendeu que havia uma diferença entre travestis e transexuais. Quase um ano depois dos hormônios é que ela foi entender que era transexual. Foi quando também entendeu que a identidade de gênero não tem a ver com o desejo sexual. Então, poderia ser transexual e homossexual ao mesmo tempo, ou seja, poderia gostar de mulher, sendo transexual.

Além da namorada, seus pais foram as primeiras pessoas com quem falou sobre sua transexualidade, ou seja, antes de sair na rua, contou para sua mãe e para o seu pai que iria mudar seu corpo, que estava ingerindo hormônios já fazia algum tempo. Falou para eles que iria começar a usar somente roupas femininas, que se sentia como uma mulher e não queria ter o corpo de homem. Seus pais a questionaram pelo fato de querer ser mulher e namorar mulheres. Se pai chorou, sua mãe falou muito, não conseguia entender a situação. Luciana Guerra garante que foi bem complicado. Diz que foi um assunto que ficou inacabado, pois falou dessa vez e depois nunca mais tocou no assunto com eles.

Sua mãe propôs ir a psicólogos e Luciana Guerra achou ótima a ideia. Entretanto, a psicóloga concluiu que Luciana tinha total discernimento das coisas que estava fazendo, do que ela queria. Então, a médica decidiu que os pais precisavam ir até o consultório para tentar entender a situação, pois com Luciana não havia nada de errado; mas seus pais não

retornaram ao consultório. Luciana diz que hoje seus pais a toleram, mas não a aceitam, pois se a aceitassem a tratariam pelo gênero feminino, a chamariam por Luciana Guerra e isso não ocorre.

Luciana Guerra optou pelo anonimato, usando esse nome como sua identificação. Diz que não tem motivos específicos, mas preferiu dessa forma.

*** ROBERT:**

Robert, que se autoidentificou como gay, nasceu no dia 7 de setembro de 1967 e é solteiro. Sua entrevista foi realizada no dia 15 de setembro de 2011.

É formado em Letras Português-Inglês e atua como professor na rede pública de ensino. Atualmente trabalha no setor administrativo de uma escola de Educação de Jovens e Adultos. Além disso, é empresário e promotor de eventos. Robert, conforme já foi comentado, é presidente da Associação LGBT de Rio Grande.

Robert diz que, entre perceber, se assumir e se aceitar como gay, foi um longo processo. Na infância, sentia que havia algo de diferente. O jeito que pensava sobre as coisas, o modo como brincava, o tipo de brincadeiras, as coisas de que gostava, por quem se interessava. Robert comenta que, embora não fosse sexualmente, ele percebia algo diferente. Lembra que sua irmã fazia bonecas para ele brincar, porém brincava tanto com brinquedos de meninos como com brinquedos de meninas.

Robert diz que foi na adolescência que começou a se aceitar, por volta dos seus 16 anos de idade, quando começou a perceber que aquela diferença não estava somente no comportamento, mas também em seus desejos. Foi nessa época, garante ele, que começou a entender um pouco a sua homossexualidade.

Já se assumir, Robert disse que aconteceu por volta dos seus 18 anos. Foi quando ele começou a ter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo. Isso ocorreu quando estava no Exército; onde ocorreu sua primeira relação sexual.

Assumir sua homossexualidade na família, comenta ele, foi engraçado, pois isso nunca aconteceu de forma concreta. Ele nunca achou que isso fosse preciso, falar em casa, nunca achou necessário. Diz que nunca teve uma cobrança e que sempre agiu com naturalidade em relação a isso. Na sua casa, nunca foi preciso ter uma conversa para dizer que era homossexual.

O mesmo aconteceu nos seus empregos. Ele diz que, sempre agiu de forma tão “natural”, que nunca escondeu sua homossexualidade, mas que nunca teve cobranças em

relação a isso. Acha que as pessoas já sabiam e que por isso não precisou conversar com ninguém sobre isso.

Robert optou pela utilização do seu próprio nome na pesquisa, porque diz que essa é a sua história. Comenta que se está na luta por reconhecimento, na luta por igualdade e se está na luta por visibilidade, não acha justo esconder sua identidade. Ele diz que a Associação veio para isso, para “colocar de volta o cidadão LGBT na sua sociedade, no seu meio social”. Ele diz que a Associação tem feito trabalhos para tornar visíveis os sujeitos LGBT e suas histórias, lutando pela igualdade de direitos.

As histórias narradas por esses/as sujeitos/as expressam seus posicionamentos, suas escolhas, seus objetivos e, sobretudo, suas singularidades. Entretanto, “a constituição narrativa da experiência de si não é algo que se produza em um solilóquio, em um diálogo íntimo do eu consigo mesmo, mas em diálogo entre narrativas, entre textos” (LARROSA, 1994, p. 70). As histórias apresentadas, embora marcadas pela individualidade e pela subjetividade, mesclam-se a outras histórias, constroem-se em meio às redes sociais e discursivas.

4.2 A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Em articulação com a História Oral Temática desenvolvemos a metodologia da Observação Participante. A observação é considerada uma importante técnica de produção de dados de pesquisa, principalmente de pesquisas qualitativas desenvolvidas no âmbito da educação. A Observação Participante, metodologia que em articulação com a História Oral Temática também é desenvolvida neste estudo, é caracterizada pela presença do pesquisador/a no campo, ou seja, o/a observador/a é parte ativa do processo. Para Angrosino (2009), a Observação Participante

[...] não é um ato isolado, mas sim um processo gradual que envolve: seleção de local; a obtenção do acesso na comunidade; o treinamento de colaboradores e/ou participantes locais, como se fizer necessário; tomada de notas: estruturadas ou narrativas; discernir padrões e; atingir a saturação teórica, um estado no qual as características genéricas de novos resultados reproduzem consistentemente os anteriores (p.86-87).

Vianna (2007) também defende a ideia da Observação Participante como um processo, em que o/a pesquisador/a deve tornar-se realmente um participante do método, obtendo dessa forma, acesso ao campo de estudos em que vai atuar e aos/às sujeitos/as que pretende observar, e atendendo, assim, os objetivos da pesquisa a ser desenvolvida.

O autor ainda destaca que o aspecto fundamental desse tipo de observação é que o/a pesquisador/a “mergulha no campo, observa segundo a perspectiva de um membro integrante da ação e também influencia o que observa graças a sua participação” (p. 51). Por esse viés, é válido destacar a discussão sobre o termo “ser afetado” de Jeanne Favret-Saada problematizado em um texto traduzido por Paula Siqueira (2005). É comum ser afetado/a pelas histórias que se ouve, durante uma metodologia de produção dos dados como a Observação Participante. Não há como não estabelecer algum tipo de vínculo quando se transita em um espaço o qual já faz parte de seu contexto. Assim não tem como alegar que o/a pesquisador/a seja neutro no processo de observação,

[...] o observador é parte de uma realidade social e suas percepções são, em grande parte, condicionadas pelo *contexto* em que se encontra, não havendo, *ipso facto*, observações inteiramente isentas, com uma validade irrestrita, uma validade que se possa dizer total. Uma observação, por mais bem feita que seja, nunca apresenta total neutralidade, face à intermediação do próprio observador (VIANNA, 2007, p. 65).

Neste sentido, ser afetado/a é deixar-se envolver com o campo, com as histórias, com as experiências que os/as sujeitos/as observados/as vivenciam. Nessa pesquisa, a proposta de realizar a Observação Participante objetivou estabelecer uma relação ainda mais próxima com alguns/as dos/as participantes da pesquisa, a fim de complementar os dados produzidos e discussões realizadas a partir da metodologia da História Oral e compreender um pouco mais, a partir da possibilidade de conviver em alguns espaços e participar de algumas experiências em comum, a constituição de gays, travestis e transexuais. Assim, é possível evidenciar as particularidades do contexto da realização da observação, mas também é necessário saber reconhecer as fronteiras dessa relação, lembrando sempre o seu papel de pesquisador/a no grupo.

Com relação à participação e envolvimento do/a pesquisador/a no grupo observado, Vianna (2007), destaca a importância de saber os limites dessa relação de envolvimento, no sentido de não distanciar-se dos objetivos propostos na sua pesquisa. Neste sentido, o autor destaca a importância do/a observador/a não atribuir juízos de valores, nem tampouco

considerar somente alguns comportamentos aceitáveis, aqueles de algumas pessoas com quem estabelece uma relação mais estreita. Além disso, o autor afirma que

[...] é importante que o observador faça constantes revisões de sua redação, procurando suprir omissões e, sobretudo, encontrar explicações para certos fatos ou comportamentos e aprimorar determinadas explicações que se mostram incompletas ou não são plenamente satisfatórias. É fundamental que, em diferentes momentos de sua narrativa, o pesquisador pergunte a si mesmo se está faltando alguma coisa, se elementos não necessariamente importantes são destacados, e esquecidos outros que possuem real valor para o contexto da observação (p. 68).

Assim, cabe ao/à pesquisador/a, diante dos objetivos da sua pesquisa, identificar o que precisa ser revisto, analisado e repensado diante do desenvolvimento do trabalho, ou seja, da metodologia de Observação Participante.

Valladares (2007) discorre sobre alguns aspectos interessantes sobre a observação participante. No texto, a autora afirma que como os/as pesquisadores/as não sabem como serão recebidos/as e esperados/as pelo grupo, é importante que não se sintam tão seguros/as, ao ponto de acharem que têm o controle diante dessa situação. Além disso, é necessário justificar qual o seu papel, de pesquisador/a, bem como estabelecer uma relação harmoniosa com os/as observados/as, levando em consideração que a reação dos/as participantes também depende do comportamento do pesquisador/a durante o processo de observação. Para tanto, é preciso afirmar-se e reafirmar-se, sempre, como pesquisador/a no grupo.

É relevante destacar que mesmo que no momento o/a pesquisador/a assuma a função de observador/a ele/a também está a todo momento sendo observado/a pelo grupo, por isso a importância de se comportar-se como quer ser reconhecido/a. No processo de Observação Participante, Valladares (2007) destaca que é imprescindível que o/a pesquisador/a saiba ouvir, ver, além de usar os demais sentidos. Sobre essa questão Oliveira (2006), destaca que

[...] talvez a primeira experiência do pesquisador de campo - ou *no campo* - esteja na domesticação teórica do seu olhar. Isso porque, a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto, sobre o qual dirigimos o nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. [...] Evidentemente tanto o ouvir como o olhar não podem ser tomados como faculdades totalmente independentes no exercício da investigação. Ambas complementam-se e servem para o pesquisador como duas muletas - que não nos percamos com essa metáfora tão negativa - que lhe permitem caminhar, ainda que tropeçadamente, na estrada do conhecimento. A metáfora, propositalmente utilizada, permite lembrar que a caminhada da pesquisa é sempre difícil, sujeita a muitas quedas (p.19).

Neste sentido, Valladares (2007) comenta que é considerável que o/a pesquisador saiba reconhecer e analisar os erros cometidos durante o processo, se algo não saiu como o esperado, é interessante repensar a proposta, buscando a maneira “adequada” de desenvolver determinada etapa. Segundo a autora, também é interessante que, quando necessário, o/a pesquisador/a saiba questionar as pessoas observadas, isso não quer dizer que seja preciso realizar uma entrevista, mas sim uma conversa informal.

Com relação ao processo de condução da metodologia de observação Vianna (2007) destaca alguns aspectos fundamentais que merecem ser considerados, tais como: anotar o máximo do que se é observado, buscar fazer uso da mesma linguagem que as pessoas do grupo observado, registrar além daquilo que se vê e se ouve aquilo que o/a pesquisador/a também pensa, pergunta e fala durante a observação, descrever o contexto em que determinada discussão emergiu, entre outros aspectos que já foram apresentados. Diante disso, apresentaremos como conduzimos o processo de observação participante neste estudo.

Primeiramente, é válido destacar que há algum tempo acompanhávamos as reuniões da Associação LGBT de Rio Grande e após cada reunião foram produzidos diários com apontamentos e discussões realizadas nesses encontros. Havia três contextos que seriam interessantes de se observar e que foram destacados a partir das entrevistas realizadas com os/as sujeitos/as participantes da pesquisa: a instituição educacional, a Associação LGBT de Rio Grande e o salão de beleza.

Assim, optamos por questão de acessibilidade, acompanhar os/as participantes da pesquisa nesses dois últimos espaços: na Associação, durante as reuniões e no salão, durante seus dias de trabalho. Como das reuniões já vínhamos participando com o consentimento dos/as entrevistados/as na pesquisa e demais participantes da Associação, informamos aos/às sujeitos/as a proposta de realizar a observação participante no salão de um dos participantes da pesquisa, que é um espaço onde a maioria dos/as entrevistados/as nessa pesquisa trabalha e por onde os/as demais transitam.

Para realizar, então, a observação nesse espaço, produzimos um *roteiro de observação* (APÊNDICE 5), a partir da discussão de Vianna (2007), elencando os objetivos dessa observação, bem como os aspectos a serem levados em conta para os direcionamentos futuros da pesquisa. Sendo assim, destacamos para os/as sujeitos/as a serem observados/as alguns critérios tanto em relação à postura durante a observação, quanto à forma de condução do processo. Além disso, para realizar a observação e participar das reuniões da Associação,

apresentamos a todos/as os/as integrantes da Associação a proposta da pesquisa e os objetivos. Informamos a importância de acompanhar as reuniões, uma vez que a partir da divulgação da pesquisa estaremos, de certo modo, atribuindo visibilidade à Associação e ao seu trabalho. Assim, com o consentimento de todos/as começamos a participar das reuniões. Com isso tivemos, além de conhecer o trabalho, a oportunidade de contribuir com sugestões nas propostas da Associação.

Sobre a forma de obtenção dos registros das observações, “o observador precisa desenvolver um método pessoal para fazer suas anotações, para não ser traído por sua memória e, além disso, deve fazer um registro de natureza narrativa de tudo que foi constatado no período de observação” (VIANNA, 2007, p. 59). Neste estudo, os *diários* em si foram produzidos após cada dia de observação. Durante a observação produzimos notas de campo, isto é, anotações esquemáticas e breves de forma a conduzir a escrita da forma mais detalhada possível posteriormente, a fim de não esquecer nenhum momento ou fato observado. Como participamos do processo a partir do viés do observador participante, produzir o diário de forma detalhada no campo é um processo muito difícil, por isso optamos por essa forma de escrita, reconstruindo a observação, a partir de breves anotações, logo após o acontecimento. Nesses diários são relatadas as dificuldades, as expectativas, as pretensões, enfim todos os sentimentos envolvidos no processo da Observação Participante. Em alguns momentos era preciso lembrar qual era o objetivo da presença de uma pesquisadora no salão, principalmente quando chegava um/a cliente. Explicar o por quê de estar na frente de um computador sentada em um canto do salão e várias vezes na semana se tornara um hábito, até porque isso causava estranhamento para algumas pessoas. Esse talvez tenha sido a maior dificuldade com relação à observação no salão: justificar a presença em campo. Entretanto, isso tornara-se importante até para que as pessoas interagissem mais com a pesquisa. Muitas vezes, quando ficava alguma dúvida com o que era mencionado no salão, por exemplo, era preciso estabelecer um diálogo com os/as participantes da pesquisa em meio à observação. Algumas questões mereciam ser melhor detalhadas. Assim, intervir com alguns questionamentos e comentários se fazia necessário. Entretanto, esse processo permitiu uma relação ainda mais próxima tanto com os/as observados/as quanto com as pessoas que pelo local transitaram.

Já que a observação, neste estudo, ocorreu em um salão de beleza, optamos pela não utilização da filmagem. Além da observação realizada ao longo de alguns dias da semana no salão de beleza, também a realizamos durante as reuniões da Associação LGBT de Rio Grande. Por se tratar de um espaço público, que atende pessoas que não estão envolvidas

diretamente com a pesquisa, levamos em consideração as questões éticas e o constrangimento que a câmera talvez causasse a essas pessoas. As observações no salão tiveram início em novembro de 2012 e encerraram-se em agosto de 2013. Já a participação nas reuniões seguiu até janeiro de 2014. Assim, tivemos a possibilidade de interagir e contribuir com propostas e sugestões para o trabalho da Associação.

Angrosino (2009) destaca questões relevantes com relação às anotações a serem realizadas a partir da observação participante, tais como: ter cuidado com relação à identificação do material, atentando-se com relação à data, hora e local da observação; registrar o máximo de informações apresentando inclusive as palavras dos/as observados/as; ter cuidado com relação ao anonimato dos/as sujeitos/as observados/as; ter atenção com relação à organização do material, colocando sempre os eventos na sequência de realização da observação; ter cuidado para não descrever os fatos baseando-se na aparência, no entanto é interessante manter a descrição tanto das pessoas quanto do ambiente de forma objetiva. Assim, durante a observação buscamos atentar-se para todos os detalhes, evidenciando, nos diários, todos os aspectos sugeridos por Angrosino.

Segundo Oliveira (2006)

[...] os dados contidos no diário e nas cadernetas de campo ganham em inteligibilidade sempre que rememorados pelo pesquisador; o que equivale dizer, que a memória constitui provavelmente o elemento mais rico na redação de um texto, contendo ela mesma uma massa de dados cuja significação é melhor alcançável quando o pesquisador a traz de volta do passado, tornando-a presente no ato de escrever. Seria uma forma de presentificação do passado [...] (p. 34).

Neste sentido, de forma também a destacar a articulação entre as metodologias de produção dos dados utilizadas neste estudo – a História Oral Temática e a Observação Participante – também produzimos *diários* a partir da (re)leitura das entrevistas realizadas. Isto é, após um tempo de realização das entrevistas, fizemos a leitura de cada uma e produzimos anotações sobre elas com posicionamentos e reflexões, rememorando dessa forma o processo vivenciado.

Após esse processo de desenvolvimento das metodologias, tanto os excertos das narrativas produzidas nas entrevistas, quanto as anotações tecidas ao longo das observações foram utilizadas na produção dos artigos que compõem a tese.

Valladares (2007) destaca que é relevante que o/a pesquisador/a pense em uma forma de devolução aos/às observados/as do trabalho realizado, além da amizade que se estabelece.

Nessa pesquisa, a partir das anotações produzidas nas observações apresentamos outras formas de ser e estar na sociedade, bem como a divulgação de uma Associação que ainda é nova no município e de seu trabalho desenvolvido no âmbito cultural e social.

4.2.1 A Associação LGBT de Rio Grande

Para contextualizar a emergência da Associação LGBT de Rio Grande apresentamos algumas informações produzidas a partir de uma entrevista realizada com o atual presidente da mesma, bem como a partir de alguns documentos informativos e atas de reunião da Associação fornecidas pelo presidente²⁴.

A Associação LGBT de Rio Grande foi criada em outubro de 2010, quando o atual presidente, Robert de Almeida, organizava na cidade o concurso *Miss Gay*. Nessa mesma época, o vereador Carlos Fialho Mattos, conhecido como Patola, estava formulando uma lei, que institui o dia 18 de dezembro como o Dia do Orgulho Gay na cidade do Rio Grande.

Com a proposta do evento *Miss Gay* Rio Grande, com a proposta de lei (6920/10) do Dia do Orgulho Gay na cidade, emerge também a ideia de organizar, primeiramente, uma Organização Não Governamental (ONG). Entretanto, Robert ao informar-se sobre esse processo de constituição de uma ONG, em contato com outras associações, com o filho do vereador Patola, Héctor, que posteriormente assumiu o cargo de presidente da Associação, e com a ajuda de Adejane Gudolle, que na época trabalhava com assessoria de várias instituições e associações e que posteriormente tornou-se secretária da Associação LGBT de Rio Grande, entendeu que o que buscava não era a formação de uma ONG, mas sim de uma Associação, que trabalharia em conjunto com a sociedade em busca da visibilidade LGBT de Rio Grande.

Neste sentido, no dia 19 de outubro de 2010 foi realizada uma Assembleia de fundação e eleição da diretoria da Associação LGBT de Rio Grande. Nesta reunião, apresentou-se o objetivo social da Associação e o Estatuto Social da ALGBT Rio Grande (ANEXO 1) para posterior apreciação dos/as presentes e discussão sobre o mesmo. Após o estatuto ser aprovado por unanimidade sem modificações pelos presentes na Assembleia, foi eleita a diretoria da Associação. Assim, após a votação e apuração dos votos, foram eleitos Héctor Vieira Mattos como Presidente; Luciano Lobato como 1º Vice-presidente; Robert

²⁴ O presidente da Associação assinou um Termo de Consentimento (APÊNDICE 6) autorizando o uso, na tese, das informações contidas nas atas.

Nader Rodrigues de Almeida como 2º Vice-presidente; Jaqueline Alves como 1ª Secretária; Adejane de Mello Gudolle como Secretária Geral de Projetos e Eventos; Marco Antônio Laranjeira como Secretário de Finanças e Administração; Maria Cecília Castro e Ewerton Mendes como Secretários de Comunicação e Mobilização; Khellen Silva, Débora Teixeira Obelar e Jessé Moreira como Representantes do Conselho de Ética; Lucina Furtado, Eder Sampaio e Paulo Luiz Lemos da Silva Junior como Representantes do Conselho Fiscal e, por último, Suedir Alves de Oliveira, Luciana Vasconcellos e Maria Sarmiento Representantes do Conselho de Direitos Humanos, Cidadania e Saúde.

Essa formação da diretoria permaneceu até o ano seguinte. Entretanto, em 11 de outubro de 2011 houve outra Assembleia Geral em que a diretoria foi convocada para acompanhar as informações referentes às alterações que ocorrera no Estatuto da Associação. Após a discussão sobre a nova formação da diretoria e aprovação de todos/as os/as presentes, foram eleitos/as: Héctor Vieira Mattos como Presidente; Robert Nader Rodrigues de Almeida, como Vice-presidente; Rosa Elaine Oliveira como Secretária Geral; Felipe Mirapalheta Cardoso e Éder Sampaio como Representantes da Secretaria de Projetos e Eventos; Marco Antônio Laranjeira como Secretário de Finanças e Administração; Ewerton Mendes como Secretário a Mobilização e Comunicação; Suedir Alves de Oliveria e Rogério da Conceição Moraes como 1º e 2º Membro do Conselho de Ética; Richard Tavares da Rosa Silveira e Carlos Fialho Mattos como 1º e 2º Membro da Conselho Fiscal e Elocir Gonzaga Gonçalves e Paulo Luiz Lemos da Silva Junior como 1º e 2º Membro do Conselho de Diretos Humanos, Cidadania e Saúde.

Já essa formação da diretoria permaneceu até o dia 15 de outubro de 2012, quando foi realizada uma reunião extraordinária com integrantes da Associação. Nessa data, o até então presidente Héctor Vieira Mattos apresentou a sua carta de desligamento da Associação, explicando que devido aos novos rumos que tomara na carreira profissional de advocacia, decidiu afastar-se da Associação. Assim, Héctor passou o cargo de presidente a Robert Nader Rodrigues de Almeida. A diretoria da Associação LGBT de Rio Grande a partir desse momento passa a ser formada por: Robert Nader Rodrigues de Almeida como Presidente; Richard Tavares como Vice-Presidente; Rosa Elaine Oliveira como Secretária Geral; Natasha Cardoso e Éder Sampaio como Representantes da Secretaria de Projetos e Eventos; Fábio Weykamp como Representante da Secretaria da Comunicação e Mobilização; João Alberto Pires de Oliveira e Fábio Silveira de Souza como 1º e 2º Membro do Conselho de Ética; Jessé Filemon Moreira e Paulo Luiz Lemos da Silva Junior como 1º e 2º Membro do Conselho Fiscal e Maria Regina Vasconcelos como representante do Conselho de Direitos

Humanos, Cidadania e Saúde. Essa formação da diretoria segue até agosto de 2013, quando o até então vice-presidente Richard Tavares apresenta uma carga de desligamento da Associação, por motivos profissionais e mudança de cidade. Na carta Richard deixa seu cargo disponível e apresenta como sugestão Maria Regina como vice-presidente. Assim, Maria Regina passa a ocupar a vice-presidência e o seu lugar, no Conselho de Direitos Humanos, Cidadania e Saúde, passa a ser ocupado por Tiago Silva da Silva.

Os cargos e funções da diretoria são ocupados por indicações e/ou disponibilidade dos/as interessados/as e depois ocorre a votação e aprovação das designações. A Associação LGBT de Rio Grande tem como objetivo evitar a segregação social e proporcionar visibilidade ao movimento LGBT de Rio Grande, promovendo uma cultura de respeito na comunidade. Dessa forma, a Associação vem promovendo seminários, que têm como proposta discutir a questão dos direitos humanos e a luta contra a homofobia. No ano de 2010 a 2012, foram realizados dois seminários, nos quais discutiu-se sobre a construção da identidade LGBT na sociedade.

A Associação teve o projeto da Parada LGBT 2013 (ANEXO 2) vinculado à Lei de Incentivo à Cultura. Segundo o presidente da Associação, Robert, desde a fundação da Associação o projeto da Parada LGBT já havia sido enviado para apreciação da Secretaria de Educação e Cultura. Entretanto, não havia sido aprovado porque não apresentava nenhuma articulação ou atividade vinculada à educação, já que essa secretaria exigia essa tarefa para aprovar os projetos. Em 2012, a secretaria desmembrou-se em duas secretarias, em Secretaria da Educação e em Secretaria da Cultura. De acordo com o presidente da Associação, todos os projetos relacionados com a cultura ficaram sob a responsabilidade da Secretaria da Cultura. Assim, o projeto da Parada LGBT 2013 ficou ligado à Secretaria da Cultura.

A Associação LGBT de Rio Grande promove eventos sociais como, por exemplo, a própria Parada LGBT Rio Grande/Cassino e apoia os concursos de *Miss Gay* e *Miss Transex* que também são organizados ao longo dos anos. Tais propostas têm como objetivo não envolver somente o movimento LGBT, mas a sociedade como um todo.

Segundo Robert, a Associação LGBT de Rio Grande mantém contato com outros movimentos como com: a ONG Viver a Vida de Rio Grande e a ONG Igualdade, o Grupo Somos e o Grupo Nuances, de Porto Alegre. Além disso, estabelece relações com a Associação LGBT de Pelotas, compartilhando as propostas e eventos organizados pela Associação, objetivando dar visibilidade ao movimento LGBT.

Os/As integrantes da Associação chegam até ela por convite. A Associação apresenta três tipos de envolvidos/as: a diretoria, composta por aqueles/as que realmente respondem

pela Associação e resolvem as questões da mesma; os/as associados/as, que são aqueles/as que participam de todos os eventos, que participam das reuniões, opinando, sugerindo, definindo e decidindo as questões discutidas e; o terceiro grupo de pessoal envolvido com a Associação são os/as filiados/as, que são aqueles que fazem parte da Associação, mas não diretamente. São familiares, amigos, demais sujeitos LGBT que não estão diretamente ligados à Associação e suas decisões. A diretoria e os/as associados/as pagam um valor de dez reais mensais. E os/as filiados/as contribuem com a Associação doando dez reais anuais.

A partir do momento que uma pessoa torna-se associada, ela tem o direito de participar de toda e qualquer mobilização que envolva a Associação. Além disso, se algum/a associado/a estiver passando por algum problema relacionado ao preconceito, a Associação estará à disposição para lhe ajudar, auxiliando-o/a de alguma maneira.

As reuniões da Associação são realizadas quinzenalmente e as pautas de discussão são decididas conforme a necessidade do que está em andamento. Geralmente, o vice-presidente ou o presidente, ao longo da semana, entra em contato com a maioria e decide-se o que há para ser discutido na reunião. A decisão é coletiva, e no dia da reunião o presidente ou o vice a encaminha a partir das pautas apontadas. Atualmente, a discussão está centrada, principalmente, na Parada LGBT 2014²⁵.

No entanto, além das questões relacionadas à Parada LGBT Rio Grande/Cassino, que é talvez o evento mais importante promovido pela Associação, nas reuniões discute-se questões relacionadas principalmente à inclusão a partir de eventos sociais. Além disso, se algum/a integrante tiver interesse de discutir algum assunto em específico, esse é colocado em pauta na reunião, ou seja, a Associação tem como proposta resolver e discutir questões que envolvem o movimento LGBT. E, se for o caso, busca-se resolver situações de pessoas que estão sofrendo algum tipo de discriminação e que chegam até a Associação.

A fim de contextualizar a história de cada participante da pesquisa ao processo analítico empreendido, apresentamos a Metodologia de Análise dos Dados utilizada neste estudo, evidenciando o nosso olhar construído neste processo, não descartando, porém, outras possibilidades de olhares e de discussão sobre o material produzido.

²⁵ O Projeto da Parada encontra-se em anexo (ANEXO 3).

5 ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE DOS DADOS: ALGUMAS FERRAMENTAS DA ANÁLISE DO DISCURSO

Para o processo analítico empreendido sobre as narrativas produzidas a partir das Metodologias de Produção dos Dados realizadas neste estudo, estabelecemos aproximações com algumas ferramentas da Análise do Discurso proposta por Michel Foucault. Neste sentido, a partir desta Metodologia de Análise, investigamos a constituição dos/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais, participantes desta pesquisa, nos espaços educativos, buscando compreender os enunciados e as práticas de si que os/as constituem.

Para tanto, é importante discorrer sobre o entendimento de discurso. Entendemos o discurso, a partir de uma perspectiva foucaultiana, como um conjunto de enunciados que podem ser de campos diferentes, mas que fazem parte do mesmo sistema de formação ou formação discursiva, que reúne vários discursos a partir de regras que os agregam, os relacionam (FOUCAULT, 2005).

Assim, os discursos não são entendidos “como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2005, p. 55). Partindo desse pressuposto, o discurso é entendido como prática discursiva, como uma prática social implicada na constituição dos sujeitos e na forma como percebemos e entendemos o mundo em que vivemos. Interessa, portanto, os efeitos de verdade que determinado discurso produz na sociedade e na constituição dos sujeitos.

Para entender a formação e articulação de um discurso a fim de sustentá-lo, é importante compreender o que é um enunciado. Segundo Foucault (2005), o enunciado é

[...] uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). [...] ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (p. 98).

Por esse viés, vale destacar que um enunciado pode estar contido em uma frase, por exemplo, no entanto nem toda frase constitui-se como um enunciado e é neste sentido que ele torna-se raro. A raridade de um enunciado não está na sua inexistência, mas sim no sentido de

que ele não é qualquer coisa. É importante, neste sentido, considerar as condições de possibilidades que fazem com que determinado enunciado seja produzido. A emergência de um enunciado está atrelada às condições históricas e às correlações com outros enunciados. Um enunciado, portanto, se configura a partir das relações estabelecidas com outros enunciados, que podem ser diferentes e formar um conjunto quando referem-se a um mesmo objeto, ou seja, os enunciados sustentam a construção do objeto discursivo. Além disso, é interessante comentar que um mesmo enunciado pode fazer parte de diferentes discursos (FOUCAULT, 2005).

Para que um enunciado torne-se visível é preciso atentar-se primeiramente para as enunciações que o compõem. Neste sentido, entendemos que “diferentes enunciações podem ser repetições de um enunciado idêntico” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 58). Assim, as enunciações podem ser narrativas ou imagens, por exemplo, que corporificadas constituem um enunciado, ou seja, as enunciações são tudo aquilo que, sustentado por regras de formação, possibilitam que o enunciado torne-se visível, que ele apareça, seria, então, a materialidade discursiva (FOUCAULT, 2005). Neste estudo, entendemos as narrativas dos/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais, analisadas neste estudo, como enunciações que sustentam e dão visibilidade aos enunciados destacados nos artigos, por exemplo.

Segundo Foucault (2005), a formação de um enunciado requer

[...] um referencial (que não é exatamente um fato, um estado de coisas, nem mesmo um objeto, mas um princípio de diferenciação); um sujeito (não a consciência que fala, não o autor da formulação, mas uma posição que pode ser ocupada, sob certas condições, por indivíduos indiferentes); um campo associado (que não é o contexto real da formulação, a situação na qual foi articulada, mas um domínio de coexistência para outros enunciados); uma materialidade (que não é apenas a substância ou o suporte da articulação, mas um *status*, regras de transcrição, possibilidades de uso ou de reutilização) (p.130).

Neste contexto, para que um enunciado se articule, além de fazê-lo aparecer é preciso que ele seja descrito, e neste caso é imprescindível que esses quatro elementos específicos estejam presentes – um referencial, um sujeito, um campo associado e uma materialidade. Conforme comenta Fischer (2012a), o que possibilita descrever um conjunto de enunciados em uma organização específica é o fato de eles fazerem parte de uma determinada formação discursiva. Por formação discursiva, Foucault (2005) entende como

[...] um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou tal objeto, para que empregue tal ou tal enunciação, para que utilize tal ou tal conceito, para que organize tal ou tal estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática (FOUCAULT, 2005, p. 82-83).

Assim, a formação discursiva constitui-se como um conjunto de especificidades, de regras e regularidades que determinam uma prática discursiva. Segundo Fischer (2012a), “exercer uma prática discursiva significa falar segundo determinadas regras, e expor as relações que se dão dentro de um discurso”. Tais regras, que põem em operação um discurso, são produzidas e determinadas dentro de um contexto histórico, social, cultural, ou seja, para que a ordem do discurso seja efetivada é necessário estar de acordo com o contexto, com as condições de possibilidades. A formação discursiva consiste em um conjunto de regras que formam um conjunto de enunciados, os objetos, as modalidades enunciativas, os conceitos e as estratégias. São essas regras que possibilitam a existência de determinada repartição discursiva (FOUCAULT, 2005).

Foucault (2009) destaca que o discurso é produzido a partir de alguns procedimentos que o controla e o delimita. Os *sistemas de exclusão*, por exemplo, são exteriores ao discurso e “concernem, sem dúvida, à parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo” (FOUCAULT, 2009, p.21). Esse procedimento busca, principalmente a partir da *interdição*, determinar o que se pode falar em determinadas circunstâncias, quem pode falar e de onde se pode falar certas coisas. A *separação e rejeição*, em relação ao louco e à razão também fazem parte desse grupo de procedimentos. O discurso do louco, portanto, não é articulado na sociedade como o discurso dos outros sujeitos, pois era por intermédio de seus discursos pronunciados que a sua loucura era reconhecida, suas palavras “eram o lugar onde se exercia a separação; mas não eram nunca recolhidas nem escutadas” (FOUCAULT, 2009, p. 11). Outro sistema de exclusão é a *vontade de verdade*, que está apoiada em um sistema institucional. Segundo Foucault (2009), essa vontade de verdade “é reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, com é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (p. 17). Essa vontade de verdade exerce-se sobre os discursos uma coerção, qualificando-os como verdadeiro a partir de um jogo de regras.

Além dos sistemas de exclusão, os *princípios de limitação*, também são procedimentos de controle do discurso, esses são internos ao discurso, caracterizados pelo comentário, pelo

autor e pela organização das disciplinas. O *comentário* refere-se a coisas que são ditas e repetidas, redefinidas e posicionadas no interior do discurso que fazem com que um enunciado exista. Neste sentido, o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta (FOUCAULT, 2009, p. 26).

O *autor*, que não é necessariamente aquele que produz o discurso, mas entendido “como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 2009, p. 26). O autor de um discurso não é aquele articula e emite as palavras, mas diferentes indivíduos podem ocupar a posição de autor de um enunciado. O autor, portanto, é aquele a quem pode-se relacionar ou atribuir o que é dito, é aquele que confere uma marca ao discurso. O lugar do autor, portanto, é variável, mutável. A função-autor, segundo Foucault, tem relação com a existência de um discurso, com a forma como ele circula e funciona na sociedade (FOUCAULT, 2012).

Além do autor, outro princípio de limitação é a *disciplina*, que em relação ao discurso, “lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 2009, p. 36). Assim, para que um discurso obtenha legitimidade, é preciso obedecer a algumas regras, a algumas exigências que sustentam e fazem circular os discursos como verdadeiros na sociedade. A disciplina, portanto, controla a produção dos discursos na sociedade.

De acordo com Foucault (2009), outro grupo de procedimentos de controle e delimitação do discurso são os *sistemas de restrição*, que determinam o funcionamento do discurso, esses sistemas são caracterizados pela *rarefação dos sujeitos*, ou seja, por regras, exigências que determinam os sujeitos que podem falar; pelo *ritual* que determina a qualificação que deve ter o sujeito que fala, definindo seus gestos, seus comportamentos; pelas *sociedades de discurso*, que fazem circular os discursos dentro de um determinado espaço, a partir de algumas regras, conservando-os, mantendo-os em segredo; pelos *grupos doutrinários*, que são grupos que difundem os discursos produzidos na sociedade, disseminando-os para um maior número de sujeitos e buscando pelo reconhecimento desses discursos como verdadeiros, e pela *apropriação social*, sobre isso Foucault (2009) comenta que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, como os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (p. 44).

Embora tenhamos detalhado cada procedimento, os mesmos não são analisados separadamente. Foucault (2009), afirma que é difícil e abstrato separar os rituais, as sociedades de discursos, a doutrina e apropriação social do discurso, “a maior parte do tempo, eles se ligam uns aos outros e constituem espécies de grandes edifícios que garantem a

distribuição dos sujeitos que falam nos diferentes tipos de discurso e a apropriação dos discursos por certas categorias de sujeitos” (FOUCAULT, 2009, p. 44).

Neste sentido, ao discorrer sobre esses procedimentos de delimitação do discurso não pretendemos afirmar que para proceder a uma Análise do Discurso é preciso apontar separadamente cada procedimento e sistema, mas sim evidenciar as especificidades e formas de delimitar e colocar em funcionamento um discurso na sociedade.

Segundo Foucault (2005), para analisar um discurso é preciso: compreender os enunciados na sua singularidade, na sua estreiteza, ou seja, preocupar-se com o que é possível entender e emitir a partir das regras de formação; evidenciar como determinados enunciados tornaram-se possíveis e não outros, porque determinadas coisas são colocadas em circulação e não outras em seu lugar; estabelecer relações com outros enunciados, apontando as rupturas, os deslocamentos e descontinuidades existentes nessa correlação, colocando em evidência outras formas de enunciação.

Portanto, na Análise do Discurso tudo está em relação, as articulações estabelecidas entre um enunciado e outro permitem as emergências das coisas, dos fatos. Um enunciado está sempre apoiado em outro. Além disso, ao analisar o discurso não pretende-se buscar ou interpretar o que está por detrás do ato enunciativo, mas sim analisar o que está posto, o que é visível, ou seja, é olhar para o exterior e não buscar algo escondido. Partindo desse pressuposto, o que pretendemos, neste estudo, não é desvendar o que está nas entrelinhas das enunciações produzidas pelos/as participantes da pesquisa, nem tão pouco julgar o sentido de verdade que tal enunciação pode ter ou não, mas sim problematizar e analisar aquilo que é dito, o que é posto nas suas narrativas, discutindo sobre as implicações disso na constituição de suas subjetividades. Ao proceder dessa forma, não tivemos, então, a pretensão de interrogar os sentidos ocultos, mas atentarmos para a exterioridade.

Assim, a partir de algumas ferramentas da Análise do Discurso proposta por Foucault, analisamos as enunciações produzidas neste estudo, buscando compreender os enunciados e discursos implicados na constituição dos/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais participantes desta pesquisa. Neste sentido, buscamos evidenciar as articulações estabelecidas entre os enunciados destacados a partir das enunciações produzidas.

Para tanto, as narrativas produzidas foram agrupadas conforme relação existente entre uma e outra. Assim as distribuimos em cinco categorias, as quais não foram estabelecidas anteriormente, mas emergiram a partir das transcrições das entrevistas realizadas. Essas categorias, portanto, constituem-se como operacionalizadores que indicam as recorrências no estudo.

Assim, as enunciações foram agrupadas conforme as categorias ou unidades analíticas elencadas, que foram: 1) a revelação pública da identidade sexual (ou “assumir-se”); 2) as relações familiares e de parentesco (particularmente nas tensões relacionadas à identidade sexual ou “homofobia familiar”); 3) a infância (com ênfase nos brinquedos e brincadeiras de meninos e meninas), 4) as práticas de associativismo (particularmente em instituições dos movimentos LGBT) e 5) a violência (homofobia). É válido destacarmos que essas unidades analíticas são construídas histórica e temporalmente, referem-se ao contexto social e cultural dos/as sujeitos/as envolvidos/as e têm como proposta tornar visível o objeto discursivo.

A partir das cinco categorias gerais apresentadas, as narrativas foram agrupadas conforme objetivo e enfoque dos artigos que compõem a tese. Sendo assim, no primeiro artigo da tese problematizamos as categorias 1 e 3; no segundo artigo centramos a discussão na categoria 5; no terceiro artigo discutimos as categorias 2, 3 e 4; e no último artigo da tese, além de problematizarmos o processo de construção e transformação dos corpos travestis e transexuais, também problematizamos, em alguns momentos, a categoria 5.

6 OS ARTIGOS: PRODUZINDO ALGUMAS ANÁLISES

Nesta seção, apresentamos os quatro artigos que compõem a tese, os quais foram produzidos a partir dos movimentos de análises empreendidos ao longo da pesquisa.

O primeiro artigo, intitulado **A (re)invenção de si no entrelaçar das enunciações de gays, travestis e transexuais**, foi submetido à Revista Brasileira de Ciências Sociais, publicada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).

O segundo, que recebeu como título **Escola, currículo e homofobia: biografando experiências**, foi submetido à Revista Teoria e Prática da Educação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá.

O terceiro, intitulado **Espaços educativos e produção das subjetividades gays, travestis e transexuais**, foi submetido à Revista Brasileira de Educação da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação).

E o quarto e último artigo da tese, intitulado **Corpos (trans)formados e produção da feminilidade: discutindo os processos de subjetivação de travestis e transexuais**, foi encaminhado à Revista Estudos Feministas, sediada no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) e no Centro de Comunicação e Expressão (CCE) da Universidade Federal de Santa Catarina.

6.1 A (RE)INVENÇÃO DE SI NO ENTRELAÇAR DAS ENUNCIACÕES DE GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

6.1.1 Resumo: O presente artigo tem, como objetivo, investigar a constituição de sujeitos, os quais autoidentificaram-se como gays, travestis e transexuais, problematizando algumas enunciações envolvidas nos seus processos de subjetivação. Para tanto, analisamos narrativas desses sujeitos, a partir de algumas ferramentas da metodologia de Análise do Discurso proposta por Michel Foucault. Tais narrativas foram produzidas através da metodologia da História Oral. No processo de análise empreendido neste trabalho, destacamos três cenas enunciativas – a busca de uma explicação natural para a homossexualidade; o desejo pelo/a outro/a como marcador dessa subjetividade e as questões de gêneros atreladas a esse processo de reconhecimento como gays, travestis e transexuais. Tais cenas enunciativas se entrelaçam e constituem o enunciado que nomeamos a constituição da homossexualidade dos sujeitos que participaram desse estudo.

Palavras-chave: constituição, sujeitos, enunciações, homossexualidade, processos de subjetivação

THE (RE)INVENTION OF ONESELF IN THE INTERTWINING OF STATEMENTS: STORIES OF GAYS, TRANSVESTITES AND TRANSSEXUALS

Abstract: This article aims to investigate the constitution of subjects, who recognize themselves as gays, transvestites and transsexuals, questioning some statements and some of the practices involved in the processes of subjectification. For that, we analyzed the narratives of these subjects, from the discourse analysis method proposed by Michel Foucault. Such narratives were produced using the Oral History methodology. In the process of analysis used in this paper, we highlight three statements - the search for a natural explanation for homosexuality; the desire for the other as a marker of subjectivity; and gender issues linked to this process of recognition as gays, transvestites and transsexuals. They are all intertwined and form the enunciate that we name as constitution of homosexuality of the subjects who took part in this study.

Keywords: constitution, subjects, statements, homosexuality, subjectification processes.

É possível moldar a própria subjetividade por um trabalho de si sobre si. Trata-se de criar “estilos de vida” pelos quais tentamos nos desprender dos modos de ser e de pensar legados pela história ou impostos pelas estruturas sociais. Trata-se de reinventar si mesmo, de se recriar (ERIBON, 2008, p. 295).

A epígrafe que introduz este texto traz à tona a discussão da constituição dos sujeitos – o recriar-se e o reinventar-se – a partir de outros modos de vida, que não aqueles determinados nos modos fixos da modernidade. De acordo com Eribon (2008), é preciso que façamos a nossa história de outra forma, a partir de um trabalho constante de fabricação de si, desligando-se da estrutura hegemônica e das imposições sociais, seja em relação aos gêneros, às sexualidades, etc.

No mundo contemporâneo, existe uma multiplicidade de maneiras de ser que põem em xeque as diferentes formas de viver a sexualidade, distintos modos de relacionamentos afetivo-sexuais, bem como diferentes modos de viver as masculinidades e as feminilidades. As subjetividades consideradas contra-hegemônicas, a exemplo das gays, lésbicas, travestis e transexuais, tornam-se cada vez mais visíveis, rompendo as fronteiras e as permissividades atribuídas aos gêneros e às sexualidades.

A sexualidade é entendida, neste estudo, como uma construção social, histórica e cultural, que envolve relação sexual, posturas, prazeres, desejos, escolhas, relações de carinhos e afetos, entre outros aspectos. Para Foucault, “a sexualidade faz parte de nossa conduta. Ela faz parte da liberdade em nosso usufruto deste mundo. A liberdade é algo que nós mesmos criamos – ela é nossa própria criação, ou melhor, ela não é a descoberta de um aspecto secreto de nosso desejo” (FOUCAULT, 2011). Para o autor, os sujeitos são produzidos em meio a práticas de liberdade e a sexualidade e as formas como a vivemos estão imbuídas nesse processo. Os sujeitos “escolhem”²⁶ as formas como querem conduzir suas vidas e a liberdade envolvida nesse processo dá-se a partir de relações de coexistência (SOUZA FILHO, 2008).

O processo de (re)invenção de si possibilita aos sujeitos outras formas de relacionamentos, outras configurações familiares, outras formas de amar e desejar, enfim, “novas formas de criação” (FOUCAULT, 2011). A constituição de si não se dá em um processo fixo e linear, mas de maneira inconclusiva, interminável e constante, em que vários e diferentes enunciados e discursos se entrelaçam a partir de diferentes instâncias e práticas sociais.

Partindo desses pressupostos, este artigo tem, como objetivo, problematizar um dos enunciados que forma o discurso da homossexualidade. O enunciado analisado é nomeado como *a constituição da homossexualidade* e as enunciações que o produzem contribuem para

²⁶ Entendemos a escolha, assim como Foucault, no sentido de liberdade de escolha. De acordo com o autor, “essa liberdade inclui a liberdade de expressão dessa escolha, quer dizer, a de torná-la pública e a de não torná-la pública” (FOUCAULT, 2000, p. 16).

justificar a homossexualidade como algo “natural”, no sentido de buscar uma explicação, neste âmbito, para tal subjetividade.

Neste sentido, analisamos narrativas de sujeitos/as que se autoidentificaram²⁷ como gays, travestis e transexuais, problematizando algumas práticas envolvidas nos seus processos de subjetivação. As narrativas foram produzidas a partir de entrevistas realizadas através da Metodologia da História Oral.

O artigo está organizado em três momentos: Primeiramente, tecemos algumas considerações sobre os modos de subjetivação dos sujeitos. Logo, apresentamos a metodologia de produção das narrativas, os/as sujeitos/as que participaram deste estudo e suas histórias, bem como analisamos suas narrativas a partir de algumas ferramentas propostas por Michel Foucault. E, por fim, apontamos algumas considerações acerca da escrita deste artigo.

6.1.2 Teorizações sobre os modos como se constituem os sujeitos

Michel Foucault, ao longo de seu trabalho, centrou-se na produção de uma história dos diferentes processos de constituição dos sujeitos e, dessa forma, distinguia três modos que transformam os seres humanos em sujeitos: 1) o modo da investigação: que busca o estatuto de Ciência, a objetivação do sujeito produtivo, do sujeito falante ou ainda a objetivação do sujeito pelo simples fato de estar vivo; 2) modos de objetivação das práticas divisórias: processo de divisão do sujeito em seu interior ou em relação aos outros; por exemplo, o louco e o são, o criminoso e o não criminoso, o doente e o sadio; e 3) o modo pelo qual o ser humano torna-se sujeito, ou seja, o modo de reconhecimento de sujeito de sexualidade (FOUCAULT, 2010).

Os modos de subjetivação que constituem os sujeitos de uma sexualidade são produzidos historicamente através de suas relações estabelecidas com outros sujeitos, através de seus modos de ser, estar e agir na sociedade. É a partir das práticas subjetivantes, ou seja, a partir das práticas de si²⁸ que discutimos, neste estudo, a constituição dos sujeitos de sexualidade, articulando tais discussões com a produção de gays, travestis e transexuais da contemporaneidade, entendendo que os corpos não assumem um caráter imutável, dotados de

²⁷ Em nenhum momento, ao longo da pesquisa, instituímos os/as sujeitos/as participantes deste estudo como gays, travestis ou transexuais, eles/as é que, na entrevista, autoidentificaram-se dessas formas.

²⁸ De acordo com Foucault (2010a, p. 276), as práticas de si “não são, entretanto, alguma coisa que o próprio indivíduo invente. São esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social”.

uma única forma de viver as sexualidades e os gêneros. Em meio a esta fluidez, podemos afirmar que, assim como não existe uma única forma de ser homem e mulher na sociedade, múltiplas e flexíveis também são as relações afetivo-sexuais.

Assim, não há uma única forma de ser heterossexual, homossexual, bissexual, travesti, transexual. Tais subjetividades podem ser vividas de diferentes formas. Para Foucault (2010a, p. 274), o sujeito “é uma forma, e essa forma nem sempre é sobretudo, idêntica a si mesma [...]”. Há, indubitavelmente, relações e interferências entre essas diferentes formas do sujeito; porém, não estamos na presença do mesmo tipo de sujeito”. Desta maneira, não podemos afirmar que os sujeitos assumem a mesma posição em diferentes espaços, assim como não se pode garantir que os sujeitos são produzidos pelos mesmos discursos ao longo de toda a sua existência. Eles são constituídos de múltiplas formas, a partir de modos distintos e é, neste sentido, que os sujeitos não são os mesmos, uma vez que estabelecem relações diferenciadas com os demais sujeitos de um grupo social. Segundo Foucault (2010a, p. 291),

[...] não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares. [...] o sujeito se constitui através de práticas de sujeição ou, de maneira, mais autônoma, através de práticas de liberação, de liberdade [...] – a partir, obviamente, de um certo número de regras. De estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural.

Entendemos que os sujeitos constituem-se em meio a uma trama histórica, produzida por enunciados e por discursos que circulam em determinado contexto e espaço, por acontecimentos e por relações de saber e de poder, constituindo, dessa maneira, diferentes processos de subjetivação. Peres (2009; 2011) discute sobre a subjetividade, apresentando, em seus textos, os processos de subjetivação normatizadores e processos de subjetivação singularizadores.

Os processos de subjetivação normatizadores buscam, de alguma forma, manter a norma estabelecida socialmente. Trabalhamos com o conceito de norma a partir das contribuições de François Ewald, entendendo que a norma é

[...] uma maneira de um grupo se dotar de uma *medida comum* segundo um rigoroso princípio de auto-referência, sem recurso a nenhuma exterioridade, quer seja a de uma ideia quer a de um objecto. Ela pressupõe arquiteturas, dispositivos, toda um física do poder graças à qual o grupo poderá tornar-se visível para si mesmo, mas também procedimentos, notações, cálculos, toda uma constituição de saber destinada a produzir, em completa positividade, o um a partir do múltiplo (EWALD, 1993, p. 108).

Nesse contexto, a heterossexualidade torna-se a referência na sexualidade, ou seja, a norma, enquanto que as demais subjetividades – gays, lésbicas, travestis, transexuais, entre outras – são tidas como anormais.

Assim, os processos de subjetivação normatizadores “dizem respeito à produção de sujeitos que reproduzem os modelos previamente dados, e dão manutenção a certo modo de viver disciplinado, regulado e repetitivo” (PERES, 2011). Já os processos de subjetivação singularizadores, “se mostrariam como linhas de fuga, contra-poderes ou resistências frente ao poder que facilitariam a expressão da diferença, da singularidade e de modos desejanter potentes e criativos” (PERES, 2011). A partir dos modos de subjetivação singularizadores, os sujeitos rompem com a norma, tornam-se resistentes a ela. Por este viés, ao refletir sobre a constituição de gays, travestis e transexuais, entendemos que, ora percebemos os processos normatizadores operando, ora os singularizadores. Em alguns momentos, embora tais sujeitos busquem borrar as fronteiras, romper com a “norma heterossexual” e com o processo dicotômico homem/mulher, masculino/feminino, é possível evidenciarmos, a partir de suas posições de sujeito, a permanência e fixação desses binarismos e de modelos hegemônicos.

É partindo deste pressuposto que investigamos, neste estudo, como os/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais constituem-se, bem como problematizamos a forma como se relacionam com os demais sujeitos ao longo da construção de suas subjetividades. A fim de investigar estas questões, apresentamos a metodologia de produção das narrativas, bem como os/as sujeitos/as participantes deste estudo, problematizando os modos contemporâneos de fabricação das subjetividades gays, travestis e transexuais.

6.1.3 A metodologia de produção das narrativas e os/as sujeitos/as participantes da pesquisa

A História Oral é utilizada, neste estudo, como metodologia de produção das narrativas. De acordo com a Associação Brasileira de História Oral²⁹, “por história oral se entende o trabalho de pesquisa que utiliza fontes orais em diferentes áreas de conhecimento nas quais essa metodologia é utilizada”.

A História Oral privilegia as entrevistas como questão central da pesquisa, ou seja, “história oral como metodologia implica formular as entrevistas como um epicentro da

²⁹ A Associação Brasileira de História Oral disponibiliza informações sobre a História Oral em: <<http://www.historiaoral.org.br/estatuto>>. Acesso em: 26 out. 2011.

pesquisa. Tudo giraria em torno delas, que atuariam como força centrífuga das preocupações” (MEIHY; HOLANDA, 2010, p. 72). O *corpus* de análise deste estudo é composto por narrativas produzidas a partir de entrevistas realizadas com sujeitos/as gays, travestis e transexuais. Através da História Oral³⁰, aqueles grupos que constituem as minorias políticas, tais como homossexuais, negros, mulheres, entre outros, e que sofrem com o preconceito social, “têm encontrado espaço para validar suas experiências, dando sentido social aos lances vividos sob diferentes circunstâncias” (MEIHY; HOLANDA, 2010, p. 26-27). Optamos pela utilização de entrevistas, a fim de possibilitar que aqueles/as que permaneceram e ainda permanecem silenciados/as, a partir de suas narrativas de vida, coloquem em evidência a sua história, as suas singularidades. Para a produção das narrativas utilizamos um roteiro de entrevista flexível, o qual continha questões norteadoras que contribuíram na condução da mesma.

Levando em consideração que pretendemos analisar como os/as sujeitos/as constituem-se e, principalmente, como autoidentificaram-se como gays, travestis e transexuais, utilizamos a entrevista temática, uma vez que

[...] a escolha de entrevistas temáticas é adequada para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como, por exemplo, um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicos (ALBERTI, 2005, p. 38).

As narrativas analisadas são de sujeitos/as envolvidos/as, de algum modo, com a Associação LGBT³¹ do município do Rio Grande/RS. A escolha dos/as entrevistados/as, segundo Alberti (2005, p.31), “é, em primeiro lugar, guiada pelos objetivos da pesquisa”. Assim, é interessante que tenhamos antes um conhecimento maior acerca da vida de tais sujeitos, a fim de compreender se eles teriam interesse ou não pela participação na pesquisa. A escolha efetiva dos/as participantes deu-se através de um primeiro contato com o presidente da Associação e foi a partir do mesmo que chegamos aos/as demais entrevistados/as. O presidente, por sua vez, foi quem indicou e forneceu os contatos dos/as sujeitos/as que estavam interessados/as em participar e colaborar com a pesquisa e, então, entramos em contato com os/as mesmos/as, a fim de explanar sobre os objetivos da pesquisa, bem como

³⁰ É relevante destacarmos que o espectro da História Oral tem se ampliado, não se vinculando apenas às minorias, mas a vários tipos de grupos sociais.

³¹ Abreviatura utilizada para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

sobre os procedimentos éticos³² adotados ao longo das entrevistas. As entrevistas foram filmadas para posterior transcrição das narrativas. Os/as entrevistados/as também receberam um Termo de Cessão, isto é, uma carta de autorização de uso das entrevistas na pesquisa, bem como de sua publicação. Quanto ao uso do nome dos/as participantes, entregamos também o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no qual cada sujeito/a declarou o nome a ser utilizado na pesquisa para sua identificação. Aqueles/as que optaram pelo anonimato, escolheram outros nomes para identificar-se. Apresentamos, a seguir, os/as sujeitos/as participantes desta pesquisa:

Véto: Optou pela utilização do nome pelo qual as pessoas o conhecem – Véto. Ele afirma que *não tem que esconder nada de ninguém*. Deixa a dica: *Não sejam preconceituosos consigo. Mostrem a cara e exijam o respeito da sociedade*. Véto nasceu no dia 6 de junho de 1977 e autoidentificou-se gay. Véto faz parte da Associação LGBT de Rio Grande, comenta que começou a participar da mesma a partir de um trabalho como fotógrafo em uma parada LGBT que ocorreu no município. [...] *achei legal a luta, eu jamais iria me expor, talvez por um pouco de preconceito meu e achei legal aquela união, lutar por uma causa, pensei: Eu vou lutar junto, vou dar minha cara a tapas*.

Naraya Luisa Brum: Aceitou utilizar seu nome social, Naraya Luisa Brum, na pesquisa, porque as pessoas a conhecem por esse nome. Ela comenta que dificilmente a chamam pelo seu nome civil; somente algumas pessoas da sua família. Naraya nasceu no dia 29 de julho de 1987 e autoidentificou-se como transexual. Ela é participante da Associação LGBT de Rio Grande e, sobre isso, comenta: *Gosto de participar porque eu penso muito no mercado de trabalho para as bichas, porque vai ser um futuro pra mim*.

Maria Regina: Optou por utilizar seu nome social, Maria Regina, na pesquisa, para que as pessoas conheçam a sua história que, segundo ela, é uma *história original*. Maria Regina acredita que as pessoas têm que saber a história dos/as outros/as. Ela considera que *é conhecendo a história do próximo que a mente vai se abrir para outras coisas*. Nasceu no dia 4 de agosto de 1979, autoidentificou-se como transexual e está no processo de mudança de sexo.

³² Os/as participantes da pesquisa receberam um Termo de Consentimento, o qual esclarece sobre: o uso do nome de cada entrevistado/a, a filmagem como facilitadora na transcrição e não para publicação da imagem do/a entrevistado/a, informações sobre a publicação.

Ricardo: Não fez uso de seu próprio nome na pesquisa, por motivos de segurança; ele tem medo que *alguém não goste do seu depoimento e que façam alguma coisa* (agressão) com ele. Nasceu no dia 25 de fevereiro de 1988 e autoidentificou-se e reconhece-se como gay.

Léo: Optou por usar este nome na pesquisa porque, desde que começou a trabalhar como cabeleireiro, as pessoas o chamam de Léo. Ele afirma: *Não vejo problema que as pessoas saibam da minha história, até porque eu sou assumido, sou bem aceito pela minha família. E eu me amo do jeito que sou, porque sou um ser como qualquer outro* [...]. Léo nasceu no dia 16 de maio de 1993 e autoidentificou-se como gay.

Cindy: Embora em seu local de trabalho algumas pessoas a chamem pelo nome civil, na pesquisa optou por usar o nome social, Cindy. Ela afirma que não vê problemas quanto ao fato das pessoas conhecerem a sua história. Seu nome social é utilizado desde a primeira vez que se travestiu. Cindy nasceu no dia 3 de março de 1986 e autoidentificou-se como travesti.

Luciana Guerra: Não tem motivos específicos, mas optou por não utilizar o seu próprio nome, civil e social, na pesquisa. Nasceu no dia 28 de março de 1981, autoidentificou-se como transexual e afirma que nunca se sentiu um homem homossexual, porque nunca gostou de homens. Hoje entende-se como homossexual, porque tem uma *identidade de gênero feminina e gosta de mulheres. Eu sempre gostei de mulher*, comenta Luciana Guerra.

Robert: Optou pela utilização do seu próprio nome, civil e social, na pesquisa, porque afirma que *esta é a sua história, esta é a sua verdade*. Considera importante sua identificação, uma vez que *está na luta por reconhecimento, na luta por igualdade, na luta por visibilidade*. Robert é presidente da Associação LGBT de Rio Grande. Nasceu no dia 7 de setembro de 1967 e reconhece-se como gay.

As narrativas são analisadas a partir de algumas ferramentas propostas por Michel Foucault. Neste sentido, entendemos discurso como

[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (FOUCAULT, 2005, p. 132-133).

Por este viés, problematizamos, a partir de enunciações, um dos enunciados que integra o discurso da homossexualidade dos/as sujeitos/as participantes deste estudo. Operamos com o conceito de enunciado, entendendo-o como “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2005, p. 98). Elencamos algumas enunciações produzidas pelos/as participantes, buscando entender as condições de existência das mesmas e suas implicações na constituição das subjetividades, bem como atentaremos para suas dispersões e as rupturas (FOUCAULT, 2005). Compreendemos as enunciações, a partir de Foucault (2005), como um conjunto de regras que suportam, tornam possível e definem um enunciado, neste caso, o enunciado identificado como *a constituição da homossexualidade*.

Apresentamos as enunciações e as análises produzidas sobre as mesmas, entendendo que outras poderiam, também, terem sido apontadas e fazer parte deste *corpus* de análise e, portanto, outros direcionamentos poderiam emergir. Entretanto, buscamos olhar aquelas que produzem significados no processo de constituição dos/as sujeitos/as que participaram deste estudo.

A partir da perspectiva foucaultiana, ao analisar as narrativas produzidas, não pretendemos interpretar o que está por detrás do que foi dito e sim analisar o que está posto, problematizar as condições de existência e as relações existentes entre as enunciações destacadas. Para tanto, apresentamos as narrativas e o processo de análise produzido acerca das mesmas.

6.1.4 As enunciações que atravessam a constituição da homossexualidade

Nesta seção, analisaremos algumas enunciações³³ que constituem o enunciado em questão, entendendo de que forma os/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais produzem suas subjetividades. Destacamos três modalidades ou cenas enunciativas – *busca de uma explicação e/ou gênese para a homossexualidade; o desejo como constituinte da subjetividade homossexual e as questões de gênero e suas relações com a homossexualidade* – as quais complementam-se e evidenciam as articulações que se estabelecem no processo de produção do eu.

³³ Diante do limite do número de caracteres indicado pela revista a qual o artigo foi encaminhado, elencamos somente algumas narrativas para compor o *corpus* de análise deste estudo. Neste sentido, não foi possível apresentar a totalidade produzida a partir das entrevistas realizadas.

A primeira cena enunciativa elencada para este processo de análise refere-se à *busca por uma explicação e/ou gênese acerca da homossexualidade*³⁴. As narrativas que seguem explicitam esse entendimento e fornecem subsídios para pensarmos nas conexões que se estabelecem entre a enunciação em estudo, neste primeiro momento, e as demais que emergiram.

Cindy: [...] às vezes tu nasce com um gene assim ou, às vezes, tu ti descobre assim com alguém.

Ricardo: A pessoa já nasce gay. Ela não vira gay, ela já nasce. Eu acho que ninguém faz a pessoa virar gay. A pessoa já nasce assim, não adianta. [...] normal parece que eu já nasci gostando de homem.

Léo: [...] eu nasci assim [...]. Não é uma opção de escolha [...].

Naraya Luisa Brum: Para mim geneticamente tudo é dentro da barriga. [...] porque opção não existe. Tu não vai escolher ser, tudo é uma orientação, orientação da cabeça. Tu vais achando aquilo meio estranho, mas as pessoas acham que tu escolhe, que tu pode mudar.

Maria Regina: Eu acho que isso já está no meu DNA; sinceramente, eu acho.

Robert: Tem várias teorias, mas eu tenho certeza que é intrínseco. Isso nasce com a pessoa. Eu não sei; não consigo fazer ideia de como isso nasce, o que é, onde está, se é no gene, em que lugar. Acho que ninguém sabe, mas acredito que isso realmente é teu³⁵.

Evidencia-se, a partir das narrativas apresentadas, que os/as sujeitos/as, ao afirmarem que *nasce-se gay*, buscam, através do discurso científico, explicar a “origem” ou a causa da homossexualidade. Por esse viés, o estatuto da natureza e, conseqüentemente, da normalidade é utilizado para justificar, conferir legitimidade e “verdade” à homossexualidade. Neste sentido,

[...] procurar uma tal origem é tentar reencontrar "o que era imediatamente", o "aquilo mesmo" de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira (FOUCAULT, 2004, p. 13).

A partir das enunciações que buscam explicar e “tornar natural” a subjetividade homossexual, estabelece-se uma vontade de verdade que, conforme comenta Foucault (2009),

³⁴ Com exceção de Luciana Guerra, os/as entrevistados/as autoidentificaram-se como gays antes de assumir a travestilidade e a transexualidade. Entretanto, não estamos afirmando que antes de assumir ser travesti ou transexual, a pessoa precisa identificar-se como gay, como se fosse uma condição pré-estabelecida.

³⁵ A recorrência e edição das narrativas não tem como objetivo a afirmação de que todos/as participantes vivenciam as mesmas experiências, mas os discursos que circulam no imaginário social, vários deles marcados pela produção científica (GREEN, 2000; CAETANO, 2011) interpelam tais sujeitos/as.

é apoiada sempre em um sistema institucional. Ela sustenta-se a partir de estudos, testes, saberes científicos desenvolvidos em instâncias como, por exemplo, os laboratórios e, a partir de práticas e pesquisas específicas, que buscam encontrar e “comprovar” as causas e explicações para a homossexualidade.

Os saberes produzidos pela Ciência, e que de certa forma são usados para explicar a homossexualidade, atuam como regime de verdade que marcam a episteme³⁶ moderna. Tais saberes são constituídos pela sociedade, que institui quais são os discursos verdadeiros. Entendemos a Ciência como uma produção, um processo, uma construção, que “não reproduz uma verdade; cada ciência produz a sua verdade” (MACHADO, 2006, p. 19). Partindo do pressuposto de que a Ciência é um processo, não há como definir que ela expressa uma verdade (MACHADO, 2006), já que os conhecimentos científicos são provisórios. Entretanto, os discursos produzidos por esse campo de saber – a Ciência – circulam na contemporaneidade assumindo um caráter de legitimidade.

Nesse contexto, os discursos produzidos no âmbito médico, psicológico, biológico, que circulam na sociedade, também interpelam os/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais que se utilizam desses argumentos, em alguns momentos, para elaborar explicações “naturais” para a sua homossexualidade. Entretanto, tais discursos, de certa forma, contribuem para caracterizar tal subjetividade como um “desvio” da normalidade heterossexual, como se a homossexualidade fosse um problema a ser resolvido ou algo passível de tratamentos, intervenções médicas e psicológicas. Os/As sujeitos/as que participaram desta pesquisa buscam explicar e evidenciar que a homossexualidade é algo “natural”, uma vez que nasceram gays, contribuindo, dessa forma, para aceitação de si e se deslocando, portanto, da ideia de desvio.

No interior das relações de poder, o conceito de desvio sugere que existem comportamentos idealizados, que respondem a determinados valores que produzem “harmonia” com as expectativas socialmente construídas e pactuadas. O desvio não se configura em si, ele é resultado de relações entre sujeitos que apontam outros de estarem com seus comportamentos destituindo as normas, os limites e os valores socioculturais (VELHO, 1989; CAETANO, 2005; GOFFMAN, 1988). Assim, aqueles/as que não correspondem ao “padrão” hegemônico sexual (a heterossexualidade) e às expectativas de gênero em relação ao

³⁶ Utilizamos o conceito de episteme a partir de Foucault (2005), entendendo-a como um dispositivo que permite elencar os enunciados que compreendem determinado campo de cientificidade de determinada época e momento histórico.

sexo biológico, são pré-definidos/as como “anormais” ou “desviantes”, portanto, passíveis de serem analisados/as.

Para Louro (2004, p. 29-30),

[...] ousando se expor a todas as formas de violência e rejeição social, alguns homens e mulheres contestam a sexualidade legitimada e se arriscam a viver fora dos seus limites. A Ciência, a justiça, as igrejas, os grupos conservadores e os grupos emergentes irão atribuir a esses sujeitos e as suas práticas distintos sentidos. [...] Enquanto alguns assinalam o caráter desviante, a anormalidade ou a inferioridade do homossexual, outros proclamam sua normalidade e naturalidade – mas todos parecem estar de acordo de que se trata de um ‘tipo’ humano distintivo.

As enunciações no âmbito do discurso científico (nasce-se gay, nasce-se com um gene que determina a homossexualidade) são utilizadas como um determinante da homossexualidade, ou seja, os/as entrevistados/as buscam encontrar a verdade sobre a homossexualidade, a fim de fundamentá-la a partir desse saber que não é produzido por qualquer sujeito ou instância, mas sim é aquele que emerge das vozes ditas autorizadas. Ou seja, “a verdade das ciências continua sendo guiada por uma vontade (histórica) de verdade que exclui outros saberes incabíveis na sua ordenação e distribuição” (CANDIOTTO, 2010, p. 56). Se a homossexualidade foi ou ainda é entendida como um desvio, como uma aberração da natureza, ou ainda como uma anormalidade, a partir dessas narrativas, intenta-se que a Ciência explique o motivo pelo qual se foge da norma. Neste sentido, se os sujeitos gays são caracterizados como desviantes da norma, ao colocar em evidência uma verdade e uma explicação para tal “inconformidade”, de certa forma justifica-se a mesma.

Além disto, há uma busca pela naturalização da homossexualidade, a qual entendemos, neste estudo, como uma forma de aproximação à heterossexualidade. Fundamentar a homossexualidade como algo inato é uma maneira de torná-la “igual” à heterossexualidade, que sempre foi vista como “constituída na natureza das espécies” (SOUZA FILHO, 2009, p. 99). Não consideramos que exista uma explicação natural ou uma natureza previamente estabelecida em relação à homossexualidade, mas partimos do pressuposto de que a homossexualidade, assim como a heterossexualidade, é uma construção social. A homossexualidade constrói-se historicamente e, portanto, pode ser modificada na e pela história, pelo sujeito em si ou de maneira coletiva.

Foucault (2011a) propõe entendermos a homossexualidade como um modo de vida, buscando inventar uma maneira de ser a partir de um trabalho – o qual ele chama de *ascese*

homossexual – de invenção sobre si. Ela institui novas maneiras de ser, novas formas de vida, novas amizades, novas culturas, novas relações. O autor destaca que mais importante do que descobrir a verdade sobre o seu sexo, é usar “de sua sexualidade para chegar a uma multiplicidade de relações” (FOUCAULT, 2011). É possível evidenciarmos, também, nas narrativas, que a homossexualidade pode ser construída a partir de relações com o/a outro/a. Neste sentido, “as experiências e as significações da vida nunca atuam na relação única consigo mesmo; elas devem seu conteúdo e extraem sua validade das relações interindividuais que o sujeito encontra em suas primeiras redes de pertencimento” (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 59). As redes de sociabilidades também orientam a constituição dos sujeitos, possibilitando que a homossexualidade seja produzida através de relações com outros sujeitos sociais. Esse entendimento é expresso e discutido nas próximas narrativas e análises, em que os/as entrevistados/as deixam evidente que sua homossexualidade assume certa visibilidade e reconhecimento a partir do sentimento de desejo pelo/a outro/a.

Por este viés, *o desejo pelo/a outro/a* configura a outra cena enunciativa que está atrelada ao enunciado discutido e que se articula com o que foi dito até o momento.

Léo: *Em primeiro lugar, eu me entendi como homossexual aos doze anos [...] Eu não entendia muito o que era ser homossexual [...] Com doze anos, eu comecei a entender, mas eu não me aceitava [...] Foi quando eu vi um tio meu, que ele é lindo e começou a me despertar alguma coisa, sendo que depois dali, eu sabia que eu era homossexual.*

Véto: *Desde que me conheço por gente, mais ou menos com uns sete anos, eu já sentia isso. É porque eu lembro que, naquela época, eu tinha olhar pra outros homens mesmo, mesmo com sete anos, mesmo inocente [...] Eu olhava com atração pra outros homens. Não crianças na minha idade; eu olhava pra pessoas mais velhas, 14/15/16 anos.*

Ricardo: *[...] desde então, eu comecei a gostar de homem. Eu nunca mais me interessei por mulher. Eu ia pra rua e olhava algum homem, eu queria agarrar o homem (risos). E da mulher eu tinha nojo. Eu tinha nojo de pensar que um dia eu ia ter que beijar uma mulher na boca. Era nojo disso, de beijar, de me relacionar, porque eu não gosto de mulheres.*

Maria Regina: *[...] mas está dentro de mim, porque eu me entendo por homossexual desde os sete anos. Eu me lembro que, quando eu fui pro jardim, eu não gostava da minha coleguinha; eu gostava do meu coleguinha.*

Robert: *[...] já quase na fase adulta, por volta dos 18 anos. [...] meu desejo deixou de ser interno e passou a ser explorado [...] eu já tava no exército, já tinha bastante tempo de exército [...] quando aconteceu com uma pessoa do mesmo sexo. Apesar do exército, de todas as forças armadas serem mundos especificamente masculinos, é exatamente no mundo masculino que há a homossexualidade masculina. Então, não tem lugar melhor (risos), vamos dizer assim, pra se exercitar o sexo. Foi no exército que isso aconteceu de forma real, verdadeira, de forma concreta.*

Luciana Guerra: *Na primeira série, eu acabei gostando de uma menina; e eu gostava dela de uma maneira diferente assim, eu gostava dela com o*

intuito de beijar ela, de namorar, aquela coisa bem inocente de criança mesmo, mas eu também tinha uma admiração por ela, como ela era, a aparência dela.

O desejo é destacado, nas enunciações, como um aspecto que define e justifica a homossexualidade. Ele é um sentimento que caracteriza e possibilita o reconhecimento de si como homossexual, uma vez que é a partir do desejo pelo/a outro/a que é possível compreender a própria subjetividade. Nesse contexto, o desejo assume uma posição central nesse processo de identificação e reconhecimento de si. Segundo Foucault (2011), é com e através de nossos desejos que novas formas de se relacionar, de amar e novas formas de criação estabelecem-se.

Por este viés, a homossexualidade é uma entre as múltiplas formas de relações que se instauram na sociedade. Compartilhamos com o entendimento de Preciado (2011) que, ao discorrer sobre o desejo, não está referindo-se “à noção psicanalítica ou inconsciente de desejo, mas como o prazer e o corpo que se estrutura em uma rede de relações” (tradução nossa). O desejo não é natural, mas constituído/elaborado nas relações em que se formam os sujeitos. Nesta perspectiva, o sentimento de desejo pelo/a outro/a é uma das enunciações que sustenta o enunciado que nomeamos como a constituição da homossexualidade dos/as entrevistados/as, a qual constrói-se na relação com o/a outro/a e, também, na negação do/a outro/a.

Foucault (2007) investigou a questão do sujeito de desejo a partir da experiência grega. No entanto, ao trabalharmos com este entendimento, não pretendemos, como também não fez Foucault, transpor o que ocorrera da era grega para o presente, buscando explicar as experiências atuais, mas entender como os sujeitos constituíram-se como sujeitos desejantes e também sujeitos de uma sexualidade. Por esse viés, Foucault (2007, p. 11) buscou

[...] analisar as práticas pelas quais os indivíduos foram levados a prestar atenção a eles próprios, a se decifrar, a se reconhecer e se confessar como sujeitos de desejo, estabelecendo de si para consigo uma certa relação que lhes permite descobrir, no desejo, a verdade de seu ser [...]. Em suma, a ideia era a de pesquisar [...] de que maneira os indivíduos foram levados a exercer sobre eles mesmos e sobre os outros, uma hermenêutica do desejo [...].

Nesta perspectiva, é possível evidenciar, a partir das narrativas, que os/as sujeitos/as “descobrem” e entendem quem são a partir do desejo que sentem pelo/a outro/a, entendendo

dessa forma a própria sexualidade. Neste sentido, “o desejo é sempre o modo de produção de algo, o desejo é sempre o modo de construção de algo” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 261). Parece que o desejo é produtor de algo que está dado, ou seja, se o sujeito sente determinado tipo de desejo, aloca-se ou é alocado em determinado local/identidade. Segundo Foucault (2008), o desejo aparece no século XVIII, como um motivador de ações,

[...] o desejo é aquilo por que todos os indivíduos vão agir. Desejo contra o qual não se pode fazer nada. [...] O desejo é a busca do interesse para o indivíduo. O indivíduo, de resto, pode perfeitamente se enganar, em seu desejo, quanto ao seu interesse pessoal, mas há uma coisa que não engana: que o jogo espontâneo ou, em todo caso, espontâneo e, ao mesmo tempo regrado do desejo permitirá de fato a produção de um interesse, de algo que é interessante para a própria população. Produção do interesse coletivo pelo jogo do desejo: é o que marca ao mesmo tempo a naturalidade da população e a artificialidade dos meios criados para geri-la (p. 95).

Partindo desse pressuposto, os sujeitos constroem sua história a partir de relações de prazer e desejo com o/a outro/a. O desejo manifesta-se e se produz na relação com o próprio corpo e na relação com o/a outro/a a partir de gestos, atos, práticas de si, que constituem estratégias de uso dos prazeres.

Nas narrativas apresentadas também evidencia-se o quanto a homossexualidade, por exemplo, constrói-se a partir da negação dos atributos tidos como as expectativas de seu sexo biológico. É interessante destacar que a constituição da subjetividade projeta-se na mesma lógica heteronormativa dicotômica. Rejeitar a heterossexualidade e, portanto, tornar a homossexualidade como algo dizível (ERIBON, 2008) é uma maneira de atribuir autenticidade à homossexualidade. Neste sentido, “toda fala que consiste em *dizer* a homossexualidade só pode, por conseguinte, ser ouvida com uma vontade de afirmá-la, exibí-la, como um gesto de provocação ou um ato militante” (ERIBON, 2008, p. 131). A partir das narrativas, evidenciamos que há uma afirmação da própria homossexualidade com o propósito de adesão/aceitação de si mesmo.

Além desse aspecto, enfatiza-se que o “estar fora” das redes pessoais mais próximas é uma estratégia que facilita o processo de assumir uma prática homossexual. O exército, por exemplo, foi citado como uma instância propícia para externar o desejo pelo outro que, por muito tempo, foi considerado interno. É, muitas vezes, longe dos olhares reguladores daqueles/as que estiveram próximos na maior parte da vida que se estabelecem as condições de viver a sexualidade a partir da relação com o outro que está no mesmo espaço.

Em meio a essa rede enunciativa, é possível destacar que a escola é outra instância que também participa da constituição dos sujeitos, uma vez que ela, a partir de seus discursos institui as formas como devemos agir na sociedade. É nesse espaço, também, que as relações com os sujeitos ao nosso redor estreitam-se e as interações contribuem para o reconhecimento dos mesmos enquanto tais. A escola, portanto, com sua arquitetura, seu funcionamento, a partir de regras e discursos normativos é um dos principais e, talvez, o mais significativo espaço de educação para os gêneros e para a sexualidade. É nesse ambiente – disciplinar, regulatório e normativo – que se estabelece e se aprende quais os limites dos nossos corpos, de nossas ações, de nossos gestos, de nossas posturas, da nossa fala, de nossos desejos, entre outras questões, a partir das quais ensina-se e que aprendemos que deve haver uma uniformidade entre os gêneros e uma hegemonia heterossexual, bem como uma normalidade corporal.

Em relação a essa uniformidade entre os gêneros, a outra cena enunciativa destacada e que emergiu nas narrativas de quase todos/as os/as entrevistados/as³⁷ vincula-se às *questões de gênero e suas relações com a homossexualidade*. Indagados/as sobre quando e como começaram a se identificar como gays, e conseqüentemente, justificar sua homossexualidade, eles/as utilizam-se dessas enunciações, no âmbito das questões de gênero, para indicar quais foram os primeiros atributos na infância, elencados como parte da sua constituição.

Cindy: *Por não gostar das coisas convencionais que meninos gostavam, de jogar futebol.*

Véto: *Eu acho que todos nós fugimos desses padrões, né? Na infância, é brincado com boneca, de casinha, mas pra minha família não foi tão estranho, porque eu tenho quatro irmãs. Então, a convivência com elas fez com que o pessoal pensasse, é porque vive no meio de mulheres.*

Léo: *Eu sempre tive atitudes. Eu brincava de boneca, eu gostava sempre de ser a Barbie.*

Naraya Luisa Brum: *[...] eu brincava de Barbie com as minhas primas e, quando a gente brincava de escolinha eu sempre era a professora. Às vezes, nas brincadeiras, eu me vestia de mulher.*

Maria Regina: *Quando eu era criança, eu tinha horror de brinquedo de menino. Eu me lembro que brincava de casinha [...] sempre gostei de coisas femininas mesmo.*

Ricardo: *Quando eu era menor, era criança, eu brincava de Xuxa, colocava a saia da minha mãe, [...] um guardanapo na cabeça pra fazer de cabelo, brincava assim [...].*

Robert: *A gente, quando é criança, tu sabes que existe algo diferente em ti, o jeito que tu pensas sobre as coisas, como que tu brincas, o tipo de*

³⁷ Enfatizamos que essa questão emerge nas narrativas de quase todos/as os/as sujeitos/as, com exceção nas de Luciana Guerra, que afirma que nunca se sentiu um homem homossexual, porque sempre teve atração afetivo-sexual por mulheres. Luciana Guerra se identifica como transexual lésbica.

brincadeiras que tu queres, quais as coisas que tu gostas, por quem que tu te interessas. Eu lembro desde sempre de já brincar e já me interessar por coisas diferentes. Tanto que a minha irmã fazia bonecas para eu brincar.

Os marcadores sociais que distinguem os gêneros, masculino e feminino, definem aquilo que pode e não pode ser feito pelos sujeitos. Ultrapassar as fronteiras de cada gênero – atitudes, gestos, posturas, modos de ser e se portar na sociedade – é uma maneira de colocar sob suspeita a própria sexualidade. Escapar às normas estabelecidas socialmente aos gêneros pode ser considerado um indicador de desvio da sexualidade dita normal, uma vez que ser homem e mulher, na sociedade, possui suas representações e significados que devem ser seguidos à risca. A sexualidade “desviante” acaba por fragilizar ou borrar as fronteiras.

As narrativas evidenciam que escapar de tais “marcas de gênero”, estabelecidas socialmente, contribuem para que os sujeitos justifiquem o reconhecimento de si como sujeito homossexual, buscando estabelecer uma coerência na construção das suas subjetividades. Ao falar em coerência, não estamos referindo-nos à coerência no sentido da inteligibilidade cultural proposta por Butler (2010, p. 38), quando refere-se às “leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a ‘expressão’ ou ‘efeito’ de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual”, mas sim no sentido de que é como se nos corpos desses/as sujeitos/as já tivessem sido tatuadas as experiências de si desde o nascimento, experiências essas que fazem menção às vivências em relação aos gêneros na infância. Operamos com o conceito de experiência problematizado por Larrosa (1994, p. 43), o qual afirma

[...] que a própria experiência de si não é senão o resultado de um complexo processo histórico de fabricação no qual se entrecruzam os discursos que definem a verdade do sujeito, as práticas que regulam seu comportamento e as formas de subjetividade nas quais se constitui sua própria interioridade. [...] A experiência de si, historicamente constituída, é aquilo a respeito do qual o sujeito se oferece seu próprio ser quando se observa, se decifra, se interpreta, se descreve, se julga, se narra, se domina, quando faz determinadas coisas consigo mesmo, etc. E esse ser próprio sempre se produz com relação a certas problematizações e no interior de certas práticas.

Esse processo de inventar e reinventar, de fabricar-se, de narrar-se dos/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais, é construído em meio às relações que se estabelecem na sociedade. Neste sentido, tais sujeitos/as buscam dar sentido a quem são, a partir de discursos produzidos na e pela sociedade. Nas narrativas apresentadas, podemos evidenciar que eles/as

buscam um caráter de normalidade e justificativa para a homossexualidade, já que afirmam que é na infância que percebem o interesse pelas “coisas” ditas do gênero masculino e do gênero feminino, que se opõem ao seu sexo biológico. Assim, buscam, a partir dessas questões, uma maneira de fundamentar, legitimar sua subjetividade na busca de uma explicação no âmbito da normalidade. Isto é, buscam atribuir às subjetividades consideradas desviantes – gays, travestis e transexuais – um caráter de normalidade, a partir da consideração de que a homossexualidade, por exemplo, é, desde a infância, parte de sua constituição, o que evidencia que, para eles/as, a homossexualidade não é um desvio ou uma anormalidade, mas sim algo “natural”, já que destacam fatos vivenciados no início de suas vidas que justificam esse entendimento.

6.1.5 Tecendo (In)conclusões

Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir (FOUCAULT, 2007, p. 13).

Ao finalizar este texto, não consideramos esgotadas as possibilidades de reflexões e de olhares sobre o material produzido e apresentado neste artigo. As análises produzidas evidenciam um olhar entre os múltiplos que poderiam ter sido abordados, ou seja, outros vieses poderiam ter sido atribuídos às enunciações destacadas, bem como outras poderiam ter sido apontadas. Nosso objetivo em analisar as enunciações que emergiram neste estudo, conforme já mencionamos, não consistiu em buscar desvelar algo detrás das narrativas apresentadas, mas sim olhar tais enunciações, reconhecê-las e entender as conexões estabelecidas entre as mesmas, buscando compreendê-las em sua relação com a constituição da homossexualidade, que é um dos enunciados que constituem o discurso da homossexualidade.

O processo de análise empreendido neste trabalho, portanto, possibilitou-nos destacar três cenas enunciativas que atravessam a constituição dos/as participantes deste estudo. A primeira cena enunciativa elencada para análise refere-se à busca de uma explicação ou origem para a homossexualidade, em que as narrativas apontam que os/as sujeitos/as intentam, a partir do discurso científico, justificar o porquê “desviam da norma”, ou seja, porque são gays, travestis e transexuais, bem como legitimar sua subjetividade a partir de uma

vontade de verdade. A segunda diz respeito ao desejo pelo/a outro/a como marcador das subjetividades gays e, posteriormente, travestis e transexuais. Neste sentido, os/as sujeitos/as apontam o quanto o desejo pelo/a outro/a contribui para entender-se e identificarem-se como tais. A última cena enunciativa destacada aponta para as questões de gênero atreladas a esse processo de identificação e reconhecimento como gay, travesti e transexual. Os/As entrevistados/as narram fatos ocorridos no decorrer de suas vidas, principalmente durante a infância, buscando, de certa forma, estabelecer uma “coerência” na construção das suas subjetividades, explicando, a partir de suas experiências, as relações estabelecidas entre a homossexualidade e as questões de gênero.

Essas três cenas enunciativas que formam o enunciado da constituição da homossexualidade, potencializam, ao nosso ver, a produção do discurso da homossexualidade, evidenciando que as questões discutidas nessas enunciações perpassam a homossexualidade dos/as sujeitos/as entrevistados/as. O discurso da homossexualidade, portanto, adquire visibilidade a partir dessas enunciações.

Salientamos que o entrecruzamento das enunciações elencadas para discussão neste artigo, possibilita entendermos como constituem-se os/as sujeitos/as que participaram deste estudo e quais são as práticas de si e as estratégias de fabricação de si envolvidas nesse processo de produção de suas subjetividades.

As narrativas analisadas são produzidas por “vozes” de diferentes sujeitos/as; no entanto, elas encontram-se constituindo um mesmo e determinado enunciado que ao se entrelaçar com os demais, forma essa rede enunciativa que compõe o discurso da homossexualidade. Esse processo de construção do eu, de (re)invenção de si compreende novas maneiras de ser e estar no mundo, novas formas de relações, novos modos de vida, outras possibilidades de viver os desejos e os prazeres.

As enunciações elencadas referem-se à constituição de sujeitos de uma determinada época e contexto social, e inscrevem-se no dispositivo da sexualidade da contemporaneidade. Esse dispositivo trata da produção da sexualidade a partir de múltiplos discursos, práticas, saberes, poderes, prazeres, que compreendem determinado momento histórico, político, cultural e também social. Os sujeitos constituem-se a partir desses discursos, circundantes na sociedade, que produzem efeitos na sua construção biográfica.

O *Eu* atualizado do discurso é a forma primeira na qual se institui o sujeito: é o *Eu* que me inscreve, ao mesmo tempo, como *sujeito-narrador* e como *sujeito-ator* da história que conto sobre mim mesmo. [...] o sujeito é essa

figura flexível e movente a quem é dado *compreender-se* como autor de sua história e dele mesmo” (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 99).

A partir das narrativas, evidenciamos que os/as entrevistados/as constroem as suas subjetividades nas relações que se estabelecem com o/a outro/a na sociedade. A relação com o/a outro/a e com a história do/a outro/a possibilita que a própria história seja construída. Entretanto, cada sujeito compõe a sua história com todas as suas singularidades, as suas particularidades a qual é narrada pelo próprio sujeito, que é o/a autor/a dessa história. As narrativas analisadas não totalizam a história de cada um/a, mas evidenciam os caminhos trilhados por eles/as, os quais possibilitam-nos compreender como se constituíram, como se entendem enquanto sujeitos de uma sexualidade e como se produzem a partir de suas experiências de vida, ou seja, a partir de suas artes de existência.

6.1.6 Referências

ALBERTI, Verena. **Manual da história oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CANDIOTTO, Cesar. **Foucault e a crítica da verdade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Curitiba, Champagnat, 2010.

CAETANO, Márcio Rodrigo Vale. **Os gestos do silêncio para esconder as diferenças**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Gênero e sexualidade: um encontro político com as epistemologias de vida e os movimentos curriculares**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro, 2011.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Biografia e educação: figuras do indivíduo projeto**. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

EWALD, François. Foucault e a norma. In: EWALD, François (Org.). **Foucault, a norma e o direito**. Lisboa: Veja, 1993.

FOUCAULT, Michel. Um diálogo sobre os prazeres do sexo. In: FOUCAULT, Michel (Org.). **Um diálogo sobre os prazeres do sexo. Nietzsche, Freud e Marx.** Theatrum Philosophicum. São Paulo: Landy Livraria Editora e Distribuidora Ltda, 2000. p. 11-45.

_____. **Microfísica do poder.** 20. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. **A arqueologia do saber.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **História da sexualidade 2: O uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. **Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978).** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. O sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul (Org.). In: **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 273-295.

_____. **Ética, sexualidade, política (Ditos e Escritos V).** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

_____. **Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade.** Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/sexo.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2011.

_____. **Da amizade como modo de vida gay.** Disponível em: <<http://www.filoesco.unb.br/foucault/amizade.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2011a.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro, LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1988.

GREEN, James. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX.** São Paulo: UNESP, 2000.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo.** 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e da educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos.** Petrópolis: Vozes, 1994. p. 35-86.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACHADO, Roberto. **Foucault: a ciência e o saber.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom & HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PERES, Wiliam Siqueira. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009. p. 235-264.

_____. **Travestis, escolas e processos de subjetivação**. Disponível em:
<www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/revistainstrumento/article/viewFile/935/79>.
Acesso em: 24 jun. 2011.

PRECIADO, Beatriz. **Las políticas del sexo y del deseo**. Disponível em:
<http://edant.revistaenie.clarin.com/notas/2010/06/19/_-02203127.htm>. Acesso em: 26 jun. 2011.

SOUZA FILHO, Alípio de. Foucault: o cuidado de si e a liberdade ou a liberdade é uma agonística. In: ALBURQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de (Org.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 13-26.

_____. Teorias sobre a gênese da homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009. p. 95-124.

VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência**: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1989.

6. 2 ESCOLA, CURRÍCULO E HOMOFOBIA: BIOGRAFANDO EXPERIÊNCIAS

6.2.1 Resumo: Neste artigo, investigamos experiências escolares e acadêmicas de sujeitos/as que se autoidentificam como gays, travestis e transexuais, a fim de entender como se constituíram/se constituem no espaço escolar e acadêmico. Analisamos enunciações que emergiram em entrevistas produzidas através da História Oral e destacamos duas modalidades enunciativas. A primeira salienta as relações estabelecidas entre os/as entrevistados/as e os demais sujeitos das instituições de ensino, discutindo estratégias que estes/as utilizaram/utilizam para lidar com a homofobia. Em relação a isso, os/as sujeitos/as narram que eram tratados com diferença e, ao mesmo tempo, com (in)diferença. Com diferença, no sentido de serem vistos/as e entendidos/as como anormais, como os/as que subvertem a ordem e que destoam dos modelos de gêneros e sexualidades ditos normais no contexto escolar. E com (in)diferença, no sentido de que, muitas vezes, eram ignorados/as, sendo posicionados/as, em vez de vítimas, como culpados/as das cenas de agressão física, exclusão e de preconceito no âmbito escolar. A segunda aponta para a necessidade de inclusão das temáticas de multiplicidades sexuais e de gênero no currículo, a fim de contribuir para o enfrentamento à homofobia nas escolas e universidades. A partir das enunciações, a escola é entendida como uma instituição em que o controle e a vigilância fazem parte da sua organização. Destacamos a importância de (re)construir os currículos e (re)pensar as práticas pedagógicas, pois estes/as interpelam os sujeitos, produzindo efeitos nas suas subjetividades.

Palavras-chave: Escola; Homofobia; Multiplicidades Sexuais e de Gênero.

SCHOOL, CURRICULUM AND HOMOPHOBIA: REPORTING EXPERIENCES

Abstract: This article aims to investigate school and academic experiences of subjects who identified themselves as gays, transvestites and transsexuals, in order to understand how they built themselves at school and academic environments. We analyzed the enunciations that emerged during the interviews produced through the Oral History and highlighted two of the enunciate modalities. The first one emphasizes the relations established between the interviewees and other subjects from educational institutions, discussing strategies that these subjects use/used to deal with homophobia. Relating to that, the subjects narrated that they were treated with difference and, at the same time, indifference. With difference meaning that they were seen and understood as abnormal, responsible for subverting the order and clashing the models of gender and sexuality, considered as standard in the school environment. And with (in)difference, meaning that they were frequently ignored, being positioned as, instead of victims, guilty for some scenes of physical aggression, exclusion and prejudice in the educational scope. The second category points to the need of including sexual and gender multiplicity themes in the school curriculum in order to minimize the homophobia at schools and universities. From the enunciations, the school is understood as an institution that the control and the vigilance are part of its organization. We highlight the importance of (re)building the curriculums and (re)thinking the pedagogical practices, since they act on the subjects, producing effects on their subjectivities.

Key-words: School; Homophobia; Sexual and Gender Multiplicities.

6.2.2 Situando o estudo

Este trabalho é um prosseguimento do estudo que temos realizado ao longo de uma pesquisa de doutorado, a partir da qual investigamos os enunciados e as práticas de si que constituem os/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais nos espaços educativos. Em um primeiro momento da pesquisa, investigamos a constituição de sujeitos/as gays, travestis e transexuais, problematizando algumas enunciações envolvidas nos seus processos de subjetivação. Nesse sentido, analisamos tais enunciações que compõem o enunciado da constituição da homossexualidade, buscando entender de que forma tais sujeitos/as produzem suas subjetividades. Assim, destacamos três cenas enunciativas: *a busca de uma explicação e/ou gênese para a homossexualidade; o desejo como constituinte da subjetividade homossexual; e as questões de gênero e suas relações com a homossexualidade*, as quais se complementam e evidenciam as articulações que se estabelecem no processo de produção do eu.

Este artigo se constitui na segunda inquietação do processo de pesquisa. Assim, temos como objetivo investigar e analisar as experiências escolares e acadêmicas de sujeitos/as que se autoidentificam como gays, travestis e transexuais, a fim de entender como estes/as se constituíram/se constituem na escola e na universidade. Nesse sentido, problematizaremos a convivência destes/as com os/as demais sujeitos/as nessas instituições e discutiremos sobre as estratégias que eles/as utilizaram/utilizam para lidar com a homofobia nessas instâncias.

6.2.3 Apresentando o referencial teórico

Neste estudo, entendemos a sexualidade como um dispositivo sustentado por relações de poder e saber e constituído historicamente, a partir de múltiplos enunciados, discursos, regras etc (FOUCAULT, 2007). Os discursos produzidos sobre a sexualidade no âmbito da Medicina, da Psiquiatria, da Psicologia, entre outros campos do saber e que proliferam ainda hoje na sociedade, buscam, de certa forma, esquadrihar os sujeitos e normalizar as atitudes e práticas de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, que são “classificados/as” como doentes, anormais e desviantes, inclusive no espaço escolar. Sobre esses/as, aplicam-se estratégias de normalização³⁸, tais como a produção de saberes, de modo a classificá-los/as; a investigação sobre seus corpos e suas práticas; o controle e a vigilância, entre outras.

³⁸ No século XVII, instala-se na sociedade uma tecnologia de poder diferentemente daquela do âmbito da soberania jurídica que se resume à relação soberano/súdito, mas uma mecânica de poder que incide

É a partir dessas estratégias exercidas sobre gays, travestis e transexuais, governando-os/as e controlando-os/as é que a norma³⁹ é instaurada. A normalização

[...] constrange para homogeneizar as multiplicidades, ao mesmo tempo que individualiza, porque permite as distâncias entre os indivíduos, determina níveis, fixa especialidades e torna úteis as diferenças. As normas visam integrar todos os aspectos de nossas práticas num todo coerente, para que diversas experiências sejam isoladas e anexadas como domínios apropriados de estudo teórico e de intervenção. No interior desses domínios, as normas não são estáticas, mas se ramificam a fim de colonizar, nos seus mínimos detalhes, as micropáticas, de modo que nenhuma ação considerada importante delas escape (PORTOCARRERO, 2013).

Com base nas normas, e não nas leis, a escola e a universidade, por exemplo, buscam capturar aqueles/as que escapam a zona de normalização, buscando corrigi-los/as, ajustando-os/as, a fim de trazê-los/as para essa zona, que é constituída por uma medida comum como, por exemplo, a heterossexualidade e todos/as os/as que correspondem às imposições sociais. Na sociedade da normalização, a observação, a análise e a classificação operam no sentido de incluir e não de excluir, pois a norma abriga todos/as por um princípio de igualdade, de conformidade.

Nas instituições de ensino, emergem inúmeros meios de controlar, intervir e sancionar as atitudes e comportamentos dos sujeitos. A escola, por exemplo, é uma das instâncias regulatórias com arranjos físicos e arquitetura propícios à vigilância dos gêneros e das sexualidades. Nesse espaço, os corpos são vigiados e “punidos”, quando se distanciam das configurações hegemônicas. A escola é local de adestramento e de pedagogias coercitivas, em que os “corpos estranhos” são facilmente identificados. Tornam-se, portanto, alvo de controle. A escola exercita uma pedagogia que (re)produz práticas hegemônicas de sexualidade e de gêneros, negando e excluindo as posições de sujeitos que se desviam do esperado.

primeiramente sobre os corpos e o que estes fazem – o poder disciplinar. Este se centra no corpo individual, buscando adestrá-lo, a fim de torná-lo dócil e útil. Ele inclina-se a regular e controlar o corpo do indivíduo, extraindo dos corpos tempo e trabalho. Já na metade do século XVIII, emerge outra tecnologia de poder. Essa tecnologia de poder – a biopolítica –, que se efetiva por meio do biopoder, atua no corpo social, preocupa-se com a população, buscando gerir a sociedade, por meio de estratégias que visam regulamentar a vida dos sujeitos na coletividade (FOUCAULT, 1999). Foucault chamou de Sociedade da Normalização o processo de passagem do poder da soberania ao poder disciplinar; e a emergência das tecnologias, de biopoder.

³⁹ De acordo com Foucault (2001, p. 62), a norma “não se define absolutamente com uma lei natural, mas pelo papel de exigência e de coerção que ele é capaz de exercer em relação aos domínios que se aplica. [...] a norma é portadora de uma pretensão ao poder. A norma não é simplesmente um princípio de inteligibilidade; é um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado”.

Entretanto, é imprescindível destacar que, embora a escola e a universidade exerçam sobre os sujeitos um mecanismo de vigilância, em que a disciplina opera também pedagogicamente, as instituições de ensino constituem-se como espaços de construção de conhecimento e de socialização de experiências, local onde as relações sociais se estreitam; onde ensina-se e se aprende. Esses espaços são, muitas vezes, espaços de acolhimento. Por isso, é importante repensá-los. O que buscamos problematizar neste estudo é o quanto a escola, por exemplo, é espaço de fabricação dos sujeitos. Ela é entendida como “uma maquinaria capaz de moldar nossas subjetividades” (VEIGA-NETO, 2003, p. 107).

O corpo, que faz parte dessa maquinaria escolar,

[...] vai se combinando a diferentes peças, somando forças coletivas disciplinadas para manter as engrenagens da máquina em pleno vapor. Essas peças são deslocadas umas em relação às outras, tornando essas forças úteis para o processo escolar [...]. Cada indivíduo pode ser rentável dentro do processo produtivo escolar, basta saber combinar as forças e utilizá-las produtivamente (FERRARI; DINALI, 2013).

Nesse sentido, cabe destacar o compromisso tanto dos/as docentes quanto dos/as discentes para garantir o bom funcionamento dessa maquinaria, que, embora disciplinar é também produtora de aprendizados e construtora de saberes e conhecimentos, os quais produzem efeitos na constituição dos sujeitos que por ela transitam.

A fim de problematizar essas questões neste estudo, analisamos enunciações de alguns/algumas sujeitos/as gays, travestis e transexuais. Entendemos por enunciações as narrativas que constituem um ou mais enunciado, ou seja, elas são tudo o que, a partir de regras de formação ou de condições de existência, possibilita que o enunciado se torne visível (FOUCAULT, 2005). Dessa forma, entendemos que as narrativas apresentadas neste artigo são enunciações que visibilizam as “categorias” analíticas as quais discutimos nesse artigo.

Com o propósito de investigar como estes/as sujeitos/as se constituíram/se constituem nas instituições de ensino, apresentamos a seguir a metodologia de produção das enunciações.

6.2.4 A metodologia de produção das enunciações

As enunciações analisadas foram produzidas por alguns/algumas sujeitos/as do município do Rio Grande/RS/Brasil; emergiram em entrevistas produzidas por meio da

metodologia da História Oral⁴⁰, mais especificamente a partir da História Oral Temática. Utilizamos da História Oral Temática como metodologia de produção das enunciações, pois nossa investigação tem como foco central a constituição dos/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais nos espaços educativos; neste artigo, em especial, nas escolas e universidades. Cabe destacar que “a história oral temática não só admite o uso do questionário, mas, mais do que isso, este se torna peça fundamental para a aquisição dos detalhes procurados” (MEIHY; HOLANDA, 2010, p. 40). Nesse sentido, utilizamos um roteiro de entrevista com questões voltadas para as experiências dos/as sujeitos/as entrevistados/as, na escola e universidade.

Entrevistamos oito (8) sujeitos/as, buscando conhecer suas experiências escolares e acadêmicas e a articulação da homofobia nesses espaços. As enunciações foram produzidas por sujeitos/as de idade compreendida entre dezoito (18) e quarenta e quatro (44) anos. Léo, Ricardo, Cindy, Maria Regina e Robert são cabeleireiros/as; Luciana Guerra é proprietária de uma *lan house*; Naraya Luisa Brum é estudante; e Véto trabalha como fotógrafo. Com exceção de Maria Regina, que não concluiu o Ensino Médio; de Cindy, que interrompeu os estudos na sexta série/sétimo ano do Ensino Fundamental; e de Léo, que está à procura de um curso mais rápido de conclusão do Ensino Médio, todos/as os/as demais concluíram o Ensino Médio. Robert é presidente da Associação LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais) do Rio Grande; é formado em Letras Português-Inglês e é professor da rede pública do município. Luciana Guerra e Naraya Luisa Brum estão cursando o ensino superior, em Engenharia de Computação e Serviço Social, respectivamente.

Os nomes dos/as entrevistados/as utilizados na pesquisa foram escolhidos por cada um/a. Alguns/Algumas mantiveram seu nome civil e/ou social; outros/as optaram pelo anonimato, escolhendo outro nome para sua identificação. Além disso, cabe destacar que Léo, Véto, Robert e Ricardo se autoidentificaram, ao longo da entrevista, como gays; Maria Regina e Naraya Luisa Brum como transexuais; Cindy como travesti; e Luciana Guerra como transexual lésbica.

Para o processo analítico, buscamos entender quais as articulações enunciativas estabelecidas entre as enunciações dos/as sujeitos/as entrevistados/as; analisar quais os enunciados implicados na sua constituição; e compreender as continuidades e discontinuidades do discurso sobre a constituição desses/as sujeitos/as no espaço escolar e acadêmico.

⁴⁰ A fim de cumprir com a ética na pesquisa, entregamos para cada entrevistado/a: um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, explicando os objetivos da pesquisa, bem como todos os procedimentos éticos adotados; um Termo de Cessão, autorizando a publicação da entrevista transcrita; e um Termo de Consentimento, para divulgação do nome de identificação na pesquisa.

Entendemos que, no processo de narrar suas histórias, os/as entrevistados/as arquitetam e experimentam a própria vida, ou seja, suas enunciações “constroem posições de sujeito, e estas posições podem ser investidas de positividade ou de negatividade, podem ser posições centrais ou marginais, que carregam atributos desejados ou atributos marginalizados, exemplos a serem seguidos ou a serem evitados” (SEFFNER, 2006, p. 85). Por esse viés, as enunciações analisadas explicitam a construção biográfica de cada sujeito/a nas instituições de ensino e apontam para a emergência de duas modalidades enunciativas⁴¹. É importante destacar que tais modalidades emergiram através do nosso olhar sobre as enunciações produzidas nas entrevistas, não as caracterizando, dessa forma, como categorias previamente estabelecidas.

A primeira modalidade evidencia as relações sociais nas instituições de ensino e a articulação da homofobia nesses espaços; e a segunda aponta a importância da inclusão das temáticas multiplicidades sexuais e de gênero nos currículos escolar e acadêmico. Segundo Silva (2009, p. 101), “a multiplicidade é ativa, é um fluxo, é produtiva. [...] A multiplicidade estende e multiplica, prolifera, dissemina. [...] é um movimento. [...] A multiplicidade estimula a diferença que se recusa a se fundir com o idêntico”. Nesse sentido, a fim de discutir acerca das diversas possibilidades de viver os gêneros e as sexualidades, utilizamos o termo multiplicidade, por entender que esse vocábulo produz a valorização e a disseminação das diferenças.

6.2.5 As relações sociais nas instituições de ensino: diferença ou (in)diferença?

Esta modalidade enunciativa diz respeito às atitudes e condutas de colegas e profissionais da educação que transitam nas instituições de ensino, diante de sujeitos/as gays, travestis e transexuais. Aqueles/as, que narram suas experiências nesses espaços que, ainda hoje, concebem, muitas vezes, a heterossexualidade como referência, como se outros modos de viver as sexualidades, que diferem daqueles que constituem a norma, não existissem.

As enunciações que emergiram nas entrevistas evidenciam que nem sempre os/as que transgridem e subvertem a “ordem estabelecida” passam despercebidos/as e, portanto, livres de repulsa e de regulação. Embora alguns/algumas dos/a entrevistados/as afirmem que não vivenciaram cenas de repulsa por parte de seus/as colegas, a maioria relata que, nesses espaços institucionais, as relações foram, ou ainda são, conflituosas. Os/As participantes

⁴¹ Por modalidade enunciativa, estamos entendendo o conjunto das enunciações que, em articulação uma com a outra, tornam possíveis as análises construídas nesse texto (FOUCAULT, 2005).

foram indagados/as como eram/são as suas relações com os/as demais sujeitos/as da instituição de ensino que frequentavam ou frequentam. Sobre isso, Léo narra:

Minha relação era de preconceito e de diferença. [...] os guris da minha aula e de toda a escola que eu estudava brigavam comigo, me falavam palavras horríveis, me chamavam de bicha, traveco, putão, veado. Eu nunca podia sentar na mesma fila das classes que eles. As meninas eram minhas amigas, [...] não tenho queixas das meninas, mas os meninos me desrespeitavam muito. Inclusive as diretoras e professoras da escola. Eu falava para elas e elas me mandavam ficar calmo, não dar bola, mas aquilo me machucava demais, porque eu sofria muita agressão verbal. Uma vez eu até apanhei de um, só porque eu fui me defender. Eu fui falar para ele que, se eu era é, porque eu não tinha vergonha de colocar minha cara a tapas. [...] Tinha uma professora, a única que me tratava com diferença [...]. [...] Ela dava atenção para todos os alunos e quando eu pedia explicação, ela sempre me ignorava [...].

Léo destaca que na escola os meninos e as meninas o tratavam de forma desigual com relação à sua homossexualidade. As meninas respeitavam-no, agindo de forma amigável, já os meninos o tratavam com desprezo. Entendemos que a masculinidade e a feminilidade são produções sociais. As representações produzidas com relação às meninas possibilitam que a reação destas frente à homossexualidade seja de mais respeito. A docilidade, a compreensão, o afeto são algumas características atribuídas ao gênero feminino, o que pode caracterizar a maioria, como pessoas capazes de “compreender” as relações homossexuais.

Já a masculinidade, principalmente, é vigiada constantemente. As características atribuídas aos meninos são resultado da construção social, ou seja, “a competição, a forte apreensão relativamente à demonstração da vulnerabilidade, o controle dos sentimentos e a homofobia constituem os elementos que modelam o jeito de ser homem. [...] ser homem implica menosprezar as mulheres e detestar os homossexuais” (BORRILLO, 2010, p. 89). Os marcadores sociais construídos projetam uma masculinidade que se pretende hegemônica. Qualquer deslize ou oposição a essa determinação se torna motivo de “reprovação”.

As produções sociais sobre a masculinidade e a feminilidade são fatores que podem justificar a forma diferenciada de tratar a homossexualidade por parte dos meninos e meninas. Entretanto, essa é uma questão que merece ser problematizada, pois, ao enfatizarmos e utilizarmos como justificativa a “naturalidade” de os meninos serem mais agressivos e de as meninas serem mais sensíveis em razão desse processo de construção social e cultural, estaremos reproduzindo as desigualdades entre os gêneros, instituindo diferenças que contribuem para o preconceito (MEYER; KLEIN; ANDRADE, 2013).

Outro aspecto evidenciado na narrativa de Léo é com relação ao ato de nomear o/a outro/a. É importante destacar que a nomeação do/a outro/a de maneira a “agredi-lo/a”, ou

seja, utilizar nomes pejorativos para identificar ao/a que é diferente de si apresenta três efeitos: 1) negar que pertence à identidade que se quer agredir; 2) demonstrar superioridade, a partir da lógica dicotômica heterossexual/homossexual, normal/anormal, etc., em que o primeiro termo representa o/a que transita dentro da normalidade; e 3) demarcar quais espaços podem e devem ser ocupados por ele/a, de forma a delimitar os lugares reservados aos/às ditos/as normais.

O processo de marcação da diferença e de distinção do “eu” e do/a “outro/a” é discutido por Silva (2009). O autor destaca que a identidade e a diferença são relações sociais impostas, disputadas e dependentes uma da outra. Afirmar uma determinada identidade e marcar a diferença requer normalizar.

Fixar uma determinada identidade como norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. [...] Na medida em que é uma operação de diferenciação, de produção da diferença, o anormal é inteiramente constitutivo do normal. [...] A identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido (SILVA, 2009, p. 83-84).

Assim, o processo de identificação opera a partir da diferença. Ao demarcar quem sou, afirmo quem não sou, ou seja, a afirmação da identidade é realizada a partir da existência do/a outro/a. Isso que dizer que “o outro está aí para a afirmação da identidade dos sujeitos, o que reflete uma forte característica narcísica de nossas existências hoje. Ou seja, a diferença existiria principalmente para alguém se afirmar, no ato de nomear o outro” (SLOMKA, 2006, p. 32).

O fato de nomear o/a outro/a como diferente tem como um dos seus objetivos delimitar os lugares, as posições, os comportamentos a serem assumidos pelos/as sujeitos/as. Ao chamarem Léo por nomes socialmente desqualificados (*putão, traveco, bicha*), além de buscarem reafirmar a que identidade pertencem e, conseqüentemente, negarem pertencer à mesma de quem ofendem, seus colegas procuram determinar os espaços nos quais Léo deve transitar, que não são os mesmos que eles ocupam, demarcando fronteiras e contribuindo para a prática homofóbica.

Na nossa sociedade, a agressão e o sofrimento vivenciado pelos sujeitos LGBT constituem-se componentes de correção. Ou seja, “cada insulto proferido lembra a todos da

existência de uma ordem sexual vigente e sua hierarquia” (BORRILLO, 2009, p. 43), como se, para quem vivenciasse essas situações, fossem estabelecidas regras, punições para que abandonem sua identidade e assumam “a postura” considerada normal. Essa discussão é apresentada na narrativa de Maria Regina, que destaca a presença de um mecanismo de coerção na escola, com o propósito de corrigir as ações dos/as “desviantes” e puni-los/as, normalizando suas ações.

Sempre quando a gente ia fazer queixa, os errados éramos eu e meus amigos [...]. O problema nunca era quem ofendia, quem batia na gente, sempre era nós. Eu me lembro que a diretora, um dia, me chamou na sala dela. Foi quando ela me convidou a me retirar da escola. Claro, elas não sabiam lidar com a situação. No início, quando a gente começou a ir vestido de menina para escola, foi cortado; foi vetado [...]. A diretora proibiu a gente de ir vestido de menina para escola. O parar de estudar foi porque a gente sofria mesmo na escola, a gente apanhava.

Na narrativa apresentada, evidenciamos um mecanismo de vigilância e controle operando no espaço escolar. Quando Maria Regina comenta que a atitude da direção da escola foi convidá-la a se retirar, ela fugiu dos comportamentos ditos normais e condizentes com seu sexo biológico de nascimento. Essa micropenalidade – sanção normalizadora (FOUCAULT, 2009) – exercida pela direção da escola, que tem como propósito observar atentamente, examinar, adestrar e corrigir os indivíduos, bem como a agressão sofrida no âmbito escolar, contribuiu para que ela desistisse de estudar. Na escola, posturas e discursos contribuem para a afirmação do que se quer e se defende como norma. As relações possíveis e permitidas, o vocabulário adequado, os espaços reservados, o vestuário permitido, toda a organização arquitetônica demarcam o permitido e o aceitável nesse contexto.

De acordo com as enunciações, para a direção e professores/as não visibilizarem o problema, trata-se de uma estratégia de silenciamento dessas questões no espaço escolar. É o que destacaram Léo e Maria Regina, e que Cindy reforça na sua narrativa, quando diz que seus/as professores/as *eram bem neutros, quando acontecia qualquer outra coisa, eles faziam muito mais ênfase em resolver outro problema do que o meu*. Nesse contexto, algumas das atitudes desses/as profissionais implicam na produção das desigualdades sexuais e de gênero, reforçando mecanismos de hierarquização e homogeneização. Nesse sentido, silenciar ou ignorar determinados assuntos e fatos, bem como impor limites com relação às condutas, gestos e atitudes, são formas de classificar os sujeitos em um espaço repleto de multiplicidades, que é a escola.

Maria Regina também destaca, na sua narrativa, que, ao fazer *queixa* para a direção sobre algum problema enfrentado no espaço escolar, a culpa sempre recaía sobre si e não

sobre quem a ofendia. Atribuir à vítima a responsabilidade pela agressão ocorrida no espaço escolar, efetiva-se, muitas vezes, pelo comportamento de sujeitos LGBT chamar mais a atenção na sala de aula, tornando-se mais visíveis e, portanto, mais atingíveis. Isso pode ser explicado por dois, entre outros fatores: porque os valores judaico-cristãos os/as definem como errados/as, ou ainda porque a Ciência os institui como corpos desviantes. Esses são alguns aspectos que contribuem para que tais sujeitos sejam, muitas vezes, agredidos/as e excluídos/as. É partindo desse pressuposto que os lugares reservados para muitos desses sujeitos sejam os espaços privados.

A esfera pública exige que se use a máscara da heterossexualidade e que se esconda a identidade “anormal” [...]. Pode-se até dizer que a heterossexualidade é uma das características maiores, fundadoras até, daquilo que se pode designar como o espaço público, ela é ostentada nele, lembrada, manifestada a cada instante, em cada gesto, em cada conversa [...]. (ERIBON, 2008, p. 129).

Entretanto, Naraya Luisa Brum explicita que a vida pública representa um “escudo”, quando comenta que na universidade:

Até agora nenhuma colega minha, nenhum guri da faculdade mostrou algum tipo de preconceito alguma coisa. Nem a minha tutora, ninguém, entendeu? Me tratam normalmente, até porque hoje em dia eu sou conhecida, entendeu? Então quer dizer que aí o tratar não é diferente porque é uma pessoa que eles mais ou menos conhecem, já sabem mais ou menos a vida e tal...

Neste sentido, Luciana Guerra destaca que:

Então, se tu te mostrar confiante e que tu está ali [na universidade] pelo mesmo mérito de todos que passaram por um processo classificatório, que tu não está ali de graça, que tu tens capacidade, que tu és inteligente, que tu tens direito de cursar e que as pessoas não têm o direito de te menosprezar, eu acho que isso acaba atraindo mais o respeito das pessoas.

Tanto para Naraya quanto para Luciana, tornar pública a sua transexualidade, isto é, a afirmação de si, é uma maneira de estabelecer relações de amizade e respeito; é uma forma de colocar em evidência a multiplicidade existente, apesar de ser na cena pública o lugar de demonstração das inferioridades, dos descontentamentos, do preconceito e das agressões.

Indagados/as sobre como eram ou são as situações homofóbicas vivenciadas nas instituições de ensino, os/as entrevistados/as narram:

Léo: *Na escola [...] as pessoas sentem nojo [...] elas acham que tu é um verme, que tu não és uma pessoa normal. [...] Eu não tinha vontade de estudar, eu tinha medo de ir para a escola. [...] Eu*

vivenciei uma agressão de um colega meu, porque eu fui com uma calça Jeans muito colada, uma botinha de mulher, usei uma franja e mechas no cabelo, passei pó e blush no meu rosto e saí com uma bolsa de mulher atravessadinha para ir à escola. E esse meu colega, [...] começou a me falar horrores, me jogou bolinha de papel com tenaz na minha cabeça. [...] falou que ia botar uma fronha na minha cara por nada, por eu ter entrado assim.

Maria Regina: *Já apanhei na escola, com ferro nas costas. É o que acontecia comigo, era horrível. O preconceito era muito pior, sabe?[...] antigamente eu lembro que era eu e mais duas amigas minhas, quando a gente começou a se vestir de mulher e ver que a gente gostava. É o que eu sempre quis desde criança. [...] quando a gente chegava na escola, tipo, eu já não aguentava mais tarem me chamando disso e daquilo [...]. Por isso que eu acabei brigando no colégio [...]. Foi com os meninos da minha idade que mexeram comigo e eu não gostei e eles partiram para cima de mim, foi bem na porta da saída da escola.*

Os motivos do preconceito, físico e emocional, nas escolas e universidades são variados, mas, em sua maioria, destaca-se o fato de os sujeitos LGBT não corresponderem às expectativas sociais construídas em relação aos gêneros, por exemplo. Escapar do modo padrão convencional de ser homem na sociedade, principalmente em relação às vestimentas, parece ser uma afronta a algumas pessoas, levando-as a agredirem os/as que se tornam “ameaça” para a sociedade. Pelo fato de se vestirem com roupas ditas femininas para frequentar a escola, Léo e Maria Regina narram que eram motivo de chacota e agressão. Por isso, evadiram desse espaço.

A escola, nesse sentido, utiliza-se de estratégias de igualdade entre todos/as, como uma forma de homogeneizar. No entanto, no momento que estabelece uma homogeneização, também classifica, individualiza.

Em certo sentido, o poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais (FOUCAULT, 2009, p. 177).

O uso do uniforme, por exemplo, pode ser pensado como uma dessas estratégias, de manter todos/as “iguais” e dentro das normas. No caso de Léo e Maria Regina, o sistema de igualdade, imposto pelo uso de roupas que “condizem” com o seu sexo biológico, é subvertido, pois usam roupas femininas. Cabe ressaltar que essa igualdade não é no sentido de reconhecimento e afirmação da diferença, mas na perspectiva de padronização.

Partindo desse pressuposto, as escolas, muitas vezes, são dotadas de uma maquinaria de controle e vigilância constante em relação aos corpos dos/as alunos/as, em especial em relação aos/às que ultrapassam as fronteiras e os limites impostos. No ambiente escolar, a

disciplina busca produzir corpos dóceis (FOUCAULT, 2009), ao passo que exerce pedagogias corretivas por meio de seus instrumentos de controle. A disciplina na escola está nos diálogos dos/as professores/as e diretores/as; está na organização da sala de aula; na separação dos banheiros; na disposição das salas. Enfim, está em todo e qualquer local, de modo a vigiar, classificar, sancionar e punir os sujeitos que subvertem a ordem, fabricando corpos dóceis e úteis (FOUCAULT, 2009).

Assim, muitos sujeitos LGBT são constantemente agredidos/as por serem enquadrados/as como transgressores/as da norma. Os discursos veiculados nesse espaço reafirmam a heteronormatividade e reforçam a homofobia, quando tratam com (in)diferença o preconceito vivenciados por esses sujeitos. As instituições de ensino, que deveriam ser locais de respeito às multiplicidades sexuais e de gênero, tornam-se, então, locais de sofrimento. Partindo de uma perspectiva foucaultiana, a escola sequestra os sujeitos. Visando seu disciplinamento e sua correção, ela

[...] torna-se escola-polícia, escola-igreja, escola-tribunal, orientadas por tecnologias sofisticadas de poder centradas na disciplina dos corpos e na regulação dos prazeres. Distanciam-se, assim, de uma das funções da educação: tornar as pessoas preparadas para o convívio com as diferenças por meio da produção de sentimentos e atitudes de fraternidade, solidariedade e igualdade de direitos, valorizando o coletivo e garantindo o acesso à informação, sem o que é impossível às pessoas a construção de suas cidadanias (PERES, 2009, p. 249).

Salientamos o papel social que a escola, bem como a universidade, pode ter no enfrentamento à homofobia: desconstruir os binarismos que inferiorizam os/as que fogem do “padrão” estabelecido; desmistificar algumas discussões que contribuem para a representação de sujeitos LGBT como os/as portadores/as e transmissores/as do vírus da Aids, por exemplo; agregar às discussões curriculares as temáticas multiplicidades sexuais e de gênero, homofobia, misoginia, heterossexismo, entre outros.

6.2.6 Currículo e multiplicidades sexuais e de gênero: discutir ou ocultar?

As enunciações que compõem a segunda modalidade enunciativa apontam que a temática sexualidade, muitas vezes, não é discutida no currículo escolar e acadêmico pelo viés da construção social, cultural e histórica, que defendemos em nosso referencial teórico, isto é, uma abordagem que contemple as discussões da afirmação da identidade e marcação da diferença, das problemáticas das posições de sujeito transitórias, da multiplicidade sexual e de

gênero e do respeito com essa pluralidade, das relações de afeto, carinho e prazer. Enfim, discussões que vão além do entendimento de sexualidade como aspecto biológico. Entretanto, a ausência dessas discussões por esse viés nos currículos oficiais da escola e da universidade não significa que o tema não esteja presente nessas instituições de ensino. A agressão física é um exemplo disso.

Com o propósito de problematizar o currículo e as questões que o atravessam, apresentamos as enunciações que apontam para essa discussão. Ao serem questionados/as sobre a discussão das temáticas gênero e sexualidade na escola, os/as entrevistados/as comentam:

Maria Regina: *Eu acho que as escolas, para mim em relação ao homossexual, peca. [...] Então, acho que os professores eram para ser preparados entre o meio da turma [...]. Então, eu acho que se ele perceber que naquela turma tem um homossexual, acho que ele tinha que trabalhar para ajudar e não para discriminar, para impor alguma coisa. Para ajudar na vida, a viver bem, a lutar contra o preconceito [...]. E os professores não são assim, não estão preparados [...].*

Cindy: *Eu acho que hoje é mais discutido do que no meu tempo assim. [...] Tudo virava deboche. Um debate de repente sobre homossexual virava deboche. Um assunto de DST, até mesmo de HIV, uma palestra, era deboche. Era tudo mais conservado.*

Luciana Guerra: *Eu tive aulas de educação sexual na 7ª/8ª, série na escola estadual onde eu estudei e não existia a parte da homossexualidade, não era praticamente comentada [...]. [...] a gente teve mais direcionado para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis [...] A aprender como é que se usava a camisinha [...]. Elas [professoras] pensam que não pode falar que é gay. Tem que falar o politicamente correto, senão pode acontecer do gay, no caso, ficar transtornado e reclamar para os pais e não se sabe se os pais não vão reclamar na escola.*

Os/As sujeitos/as narram que a discussão sobre a sexualidade se caracterizava somente pelo viés da prevenção, seja por despreparo dos/as professores/as por falta de informação e formação para problematizar a temática por outro viés, ou seja, para evitar abordar tais assuntos, para não ter problemas com os/as familiares dos/as seus/as alunos/as, favorecendo a permanência do discurso politicamente correto, conforme comenta Luciana Guerra.

As práticas educativas e pedagógicas, muitas vezes, quando abordam a sexualidade, reduzem-na ao viés biologicista, restringindo a discussão à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, bem como à gravidez, na expectativa de regular o corpo social (RIBEIRO, 2002). Esse entendimento é explanado nas enunciações de Luciana e de Cindy, ao mencionarem que, quando discutida na escola, essa questão era vinculada ao cuidado com o corpo, no sentido de controlar as doenças, e à importância do uso de preservativos.

De modo geral, a sexualidade continua sendo tematizada, nas escolas, sob o enfoque do risco, seguindo a tradicional hegemonia do referencial médico, e

as práticas educativas que enfocam a promoção da saúde sexual e a prevenção de gravidez e de doenças nessa esfera têm sido orientadas por um viés individualista. As abordagens pedagógicas que as sustentam continuam centradas na conscientização individual do risco e na necessidade de negociar o sexo seguro com o parceiro, sem levar em conta as condições sociais e estruturais que definem as posições de poder (e de hierarquia) no âmbito das práticas de gênero e de sexualidade e sem problematizar as formas pelas quais as diferentes culturas representam as masculinidades e as feminilidades hegemônicas, o amor e o prazer sexual, viabilizando ou não possibilidades concretas para essas “negociações” (MEYER, KLEIN, ANDRADE, 2013).

Partindo desse pressuposto, ao reduzir a sexualidade ao discurso biológico, privilegia-se a heterossexualidade como norma, a partir do discurso da família- reprodução. Assim, as configurações familiares e aqueles/as que não se enquadram nesse modelo são ignorados/as e capturados/as pelo discurso da anormalidade. Por isso, é importante articular no currículo uma pedagogia que não simplesmente reconheça as diferenças e as identidades, mas que as questione e problematize suas produções (SILVA, 2009).

Por entender que o currículo produz efeitos na constituição dos sujeitos, por estar envolvido no que somos e no que nos tornamos, produzindo-nos (SILVA, 2004), consideramos importante um currículo que integre uma proposta com o intuito de desestabilizar as “verdades” produzidas, realizar deslocamentos, subverter a ordem estabelecida, desnaturalizar, promover rupturas nas estruturas.

Para tanto, sugerimos (re)construir os currículos, (re)pensando as teorias que o compõem, buscando engendrar nas práticas educativas e pedagógicas discursos e metodologias que vão além da mera discussão da sexualidade como materialidade biológica; entendendo-a com uma construção histórica, social e cultural, que integra comportamentos, linguagens, identidades, desejos, prazeres afetos, etc.

As enunciações de Véto e Robert destacam a importância da discussão dessas temáticas com os/as professores/as em formação. Além de minimizar o preconceito, também contribui na construção biográfica dos sujeitos LGBT. Investir na formação dos/as licenciandos/as, possibilitando maneiras de discutir essas questões no espaço escolar, é considerado imprescindível pelos/as entrevistados/as.

Véto: *Olha, eu não vejo que as escolas estão trabalhando em relação à homossexualidade. Eu acredito que, se tiver um caso desses e parar na direção ou se o professor souber, não vai saber lidar com essa situação. [...] E a preparação dos professores também deveria ser discutida.*

Robert: *O problema é que os professores não lidam com isso, porque o ser social não está preparado de maneira alguma para lidar com o diferente dele. Então, como ele não sabe como fazer, ele finge que não vê. [...] O que eu percebo é que algumas pessoas sabem por si [...]. Porque já sabe lidar com*

a diversidade. Isso não se faz de forma oficial. Não é que a escola te ensine e te mostre ou que no curso universitário se trabalhe isso também. Em momento algum isso é trabalhado para os professores chegarem numa escola e trabalhar com essa diferença. Deveria sim, desde o início de um curso universitário, principalmente para as licenciaturas.

Dessa forma, é de suma importância que sejam discutidas com os/as licenciandos/as possibilidades de abordagens dessa temática no cotidiano escolar, pois é imprescindível que saibam como lidar com as questões de corpos, gêneros, sexualidades na escola, articulando essas temáticas nas suas práticas pedagógicas diárias. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) constituem-se como um documento oficial que instrui os/as professores/as a problematizarem a sexualidade na escola a partir do eixo transversal - Orientação Sexual. Recentemente, publicaram-se as novas diretrizes curriculares para o Ensino Médio, que orientam a inclusão das temáticas: orientação sexual, identidades de gênero, entre outras, nos projetos político-pedagógicos das escolas. Com esse aporte teórico e oficial, que respalda a abordagem dessas temáticas, não há como negar a “liberdade” e a “permissão” para discorrer sobre estes assuntos. Entretanto, é necessário investir na formação do/a docente, ou seja, é importante que essas questões sejam discutidas no âmbito das universidades.

Além da importância da formação inicial de professores/as, é relevante constituirmos espaços de discussão sobre respeito, homofobia, em todos os cursos e espaços da universidade, pois a convivência com sujeitos/a LGBT vai além desse local; estende-se a outros espaços, como os de trabalho, de lazer etc..

É interessante, nesse sentido, (re)pensarmos as propostas curriculares, de modo a questionar os discursos que atribuem a algumas sexualidades o “rótulo” de anormais e desviantes, as quais, de certa forma, produzem efeitos sobre os sujeitos, que passam a estabelecer limites, demarcar fronteiras e excluir. Assim, firma-se a importância de discutir esses temas, na direção de contribuir para equidade de gênero e para o enfrentamento à homofobia, colaborando para a constituição de uma sociedade menos preconceituosa e para uma educação que abranja todos os sujeitos, sem distinção de raça, etnia, sexualidade, gênero etc...

As narrativas remetem à “(in)visibilidade” dessas temáticas na escola e na universidade; entretanto, é interessante considerarmos que, nos últimos anos, foram produzidas e implementadas diversas ações com a finalidade de combater a homofobia no contexto escolar e acadêmico. Nesse rol de produções, diversos sujeitos estão envolvidos na criação de estratégias anti-homofobia (cursos de extensão e aperfeiçoamento, produção de

materiais didático-pedagógicos) que são apoiadas pelo Ministério da Educação junto à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Além disso, os sujeitos LGBT buscam, também, através de suas ações, nos diferentes espaços, minimizar a homofobia. A partir de seus movimentos e organizações, mobilizam-se e buscam, por meio de inúmeras estratégias, conduzir para o campo político a construção da subjetividade e a sua visibilidade. Nesse sentido, o movimento LGBT “vem constituindo-se cada vez mais como espaço de produção de conhecimento e lutando para se expandir para além de suas paredes, atingindo o espaço e o debate público e constituindo-se como local de luta política [...]” (FERRARI, 2013). Por esse viés, como destaca Ferrari, o movimento LGBT constitui-se num espaço educativo que produz conhecimentos e efeitos na conjuntura social.

As relações negativas, de agressão e preconceito, os processos de inferiorização, os diferentes mecanismos de segregação social direcionados aos/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais, geralmente são atravessados por estratégias de lutas.

Lutas que questionam o estatuto do indivíduo: por um lado, afirmam o direito de ser diferente e enfatizam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais; por outro, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo (FOUCAULT, 2010, p. 277).

Tratam-se de lutas no sentido de reivindicação, de recusa, de fazer valer os Direitos Humanos, ou seja, são estratégias que evidenciam suas batalhas diárias, com o propósito de tentativas de mudanças nesse cenário homofóbico, em que se constitui a escola, a universidade e outras instâncias.

6.2.7 Apontamentos finais...

Penso que o futuro somos nós que fazemos. O futuro é a maneira pela qual nós reagimos ao que se passa, é a maneira pela qual nós transformamos em verdade um movimento, uma dúvida. Se nós queremos ser senhores de nosso futuro, devemos, fundamentalmente, levantar a questão sobre o hoje (FOUCAULT, 1994, p. 434).

Destacamos a relevância de construirmos a história de outro modo. Assim, é importante refletirmos sobre o hoje, a fim de (re)construirmos outros caminhos. Ao discorrermos sobre o preconceito nas instituições de ensino, sugerimos olhar para o hoje,

projetando o futuro e possibilitando, dessa forma, a emergência de outros olhares para as questões que envolvem as multiplicidades sexuais e de gênero na instituição escolar e na universidade. As enunciações evidenciam que a homofobia é o principal fator de evasão escolar de sujeitos LGBT. Nesse sentido, é relevante (re)pensarmos a docência, nossas propostas, as quais vem produzindo efeitos nesses espaços, que ostentam uma representação tão negativa para esses sujeitos, que são a escola e a universidade. É importante refletirmos sobre nossas atitudes e posturas, a fim de contribuirmos para um cenário de respeito e de valorização das diferenças.

Neste artigo, destacamos duas modalidades enunciativas: “As relações sociais nas instituições de ensino: diferença ou (in)diferença?” e “Currículo e multiplicidades sexuais e de gênero: discutir ou ocultar?”, as quais se entrelaçam e apresentam as experiências escolares e acadêmicas de sujeitos/as gays, travestis e transexuais, destacando a homofobia como um comportamento excludente. Ao destacarmos essas duas “categorias”, não tivemos a pretensão de fragmentá-las na direção de privilegiar uma ou outra. Elas foram construídas a partir das enunciações que evidenciam as experiências vivenciadas pelos/as sujeitos/as participantes desta pesquisa nas escolas e na universidade; integram suas construções biográficas que, embora singulares e particulares, são vividas no coletivo.

Cabe destacar que essas modalidades enunciativas não são fixas e nem tampouco operam sozinhas. Elas se cruzam, engendram-se e mantêm pontos de contato. Por esse viés, consideramos que outras discussões poderiam ter sido tecidas; outros olhares e pensares sobre o *corpus* de análise poderiam ter sido construídos e discutidos. Entretanto, esses foram os aspectos que nos inquietaram e que nos fizeram produzir e trilhar os caminhos apresentados neste artigo.

A primeira modalidade enunciativa destaca as relações sociais estabelecidas entre os/as sujeitos/as entrevistados/as e os demais sujeitos das instituições de ensino que frequentaram. Em relação a isso, os/as entrevistados/as narram que eram tratados com diferença e, ao mesmo tempo, com (in)diferença. Com diferença, no sentido de serem vistos/as e entendidos/as como anormais, como os/as que subvertem a ordem e que destoam dos modelos de gêneros e sexualidades ditos normais no contexto escolar. E com (in)diferença, no sentido de que, muitas vezes, eram ignorados/as, sendo posicionados/as, em vez de vítimas, como culpados/as das cenas de agressão física, exclusão e de preconceito no âmbito escolar.

Diante disso, destacamos a escola e a universidade como instituições em que o controle e a vigilância regem sua organização e estrutura. Consideramos que as diversas ações

discriminatórias exercidas sobre os sujeitos LGBT, nesses espaços, evidenciam as condições de possibilidades que fizeram com que emergissem nos últimos anos estratégias de combate ao preconceito homofóbico, tais como cursos, eventos e palestras, os quais têm ocorrido em todo o Brasil. Com isso, não queremos dizer que tais ações acabarão com o preconceito, mas, sim, que elas buscam minimizar a homofobia.

A segunda categoria, que dialoga com a primeira, aponta para a necessidade de inserção das temáticas sexualidades, gêneros e homofobia no currículo escolar e acadêmico, de modo a desconstruir e desestabilizar alguns discursos que naturalizam e instituem padrões normais de sexualidades e de gênero e que atravessam os sujeitos, implicando em práticas de rejeição e exclusão.

A partir desses apontamentos, destacamos a necessidade de articular a discussão das temáticas multiplicidades sexuais e de gênero aos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino; e a importância de refletir sobre nossas ações diárias, buscando desconstruir algumas “verdades” produzidas sobre as subjetividades lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais que, de alguma forma, colaboram para a produção da desigualdade e para a articulação da homofobia. Enfatizamos a relevância de (re)construir os currículos e as práticas pedagógicas, pois estes interpelam os sujeitos e produzem efeitos nas suas subjetividades.

6.2.8 Referências

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora. (Org.). **Homofobia & educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: EdUnb, 2009. p. 15-46.

_____. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 25, abr. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 mar. 2013.

FERRARI, Anderson; DINALI, Wesley. Herança moderna disciplinar e controle dos corpos: quando a escola se parece com uma “gaiola”. **Educ. Rev.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 02, jun. 2012. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982012000200018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 mar. 2013.

FOUCAULT, Michel. **Dits Et Ecrits II**. Paris: Ed. Gallimard, 1994.

_____. **Em defesa da sociedade.** Curso do Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Os anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **História da sexualidade 1: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. O sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul (Org.). In: **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 273-295.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2010.

MEYER, Dagmar Estermann; KLEIN, Carin; ANDRADE, Sandra dos Santos. Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade: implicações educativas. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, n. 46, dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982007000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 mar. 2013.

PERES, Willian Siqueira. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009. p. 235-264.

PORTOCARRERO, Vera. **Instituição escolar e normalização em Foucault e Canguilhem.** Disponível em: <http://www.pgfil.uerj.br/pdf/publicacoes/portocarrero/portocarrero_04.pdf>. Acesso em 05 de mar. 2013.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Inscrevendo a Sexualidade: discursos e práticas de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental.** 125f. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 2002.

SEFFNER, Fernando. Cruzamentos entre gênero e sexualidade na ótica da construção da(s) identidade(s) e da(s) diferença(s). In: SOARES, Guiomar Freitas; SILVA, Méri Rosane; RIBEIRO, Paula Regina Costa (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: problematizando práticas educativas e culturais.** Rio Grande: FURG, 2006. p. 85-93.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis: Vozes, 2009. p. 73-102.

SLOMKA, Marcelo. **Corpo e juventude**: a nomeação do outro na escola. 115f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. Pensar a escola como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da Modernidade. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **A escola tem futuro?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 103-126.

6.3 ESPAÇOS EDUCATIVOS E PRODUÇÃO DAS SUBJETIVIDADES GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

6.3.1 Resumo: O artigo tem como objetivo conhecer e compreender como as instâncias sociais – a família, a instituição religiosa, o movimento LGBT (Associação LGBT) e as instituições médicas e psicológicas – a partir de suas estratégias de governo, interpelam os sujeitos, produzindo suas subjetividades. Entendemos tais instâncias como espaços educativos, pois ensinam-nos modos de ser e estar no mundo. Neste sentido, analisamos enunciações de alguns/algumas sujeitos/as gays, travestis e transexuais, produzidas através das metodologias da História Oral Temática e da Observação Participante. Assim, concluímos que a família prima pela coerência entre sexo/gênero/prática sexual e desejo; as instituições médicas e psicológicas buscam diagnosticar e normalizar as atitudes dos sujeitos “desviantes”; as instituições religiosas buscam “condenar” as práticas transgressoras; e o movimento homossexual conduz as práticas dos sujeitos, ao instituir as posturas adequadas e coerentes com a política do movimento.

Palavras-chave: espaços educativos, subjetividades, governo.

EDUCATIONAL SPACES AND THE PRODUCTION OF GAY, TRANSVESTITE AND TRANSEXUAL SUBJECTIVITIES

Abstract: The article aims to identify and understand how social levels – the family, the religious institution, the homosexual LGBT (LGBT Association) and the psychological and medical institutions - from their government strategies, interpellate subjects, producing their subjectivities. We understand such instances as educational spaces because they teach us ways of being in the world. In this regard, we analyze speeches of some gay, transvestite and transsexual subjects, produced by the methodologies of Thematic Oral History and Participant Observation. This way, we conclude that the family strives for coherence between sex/gender/sexual practice and desire; medical and psychological institutions seek diagnosing and normalizing the attitudes of the "deviant" subjects; religious institutions seek "condemning" transgressive practices; and the homosexual movement conducts the subjects' practices while instituting appropriate postures, coherent with the policy of the movement.

Keywords: educational spaces, subjectivities, government.

6.3.2 Introdução

[...] nós como sujeitos, não criamos ou causamos as instituições, os discursos e as práticas, mas eles nos criam ou causam, ao determinar nosso sexo, nossa sexualidade, nosso gênero (SALIH, 2012, p. 21).

Na contemporaneidade, somos interpelados/as por discursos produzidos por diferentes instâncias sociais que ensinam modos de ser, estar e se comportar na sociedade. Assim, esses

espaços educativos produzem os sujeitos através de seus preceitos, de seus discursos e enunciados, de suas regras e normas, de suas doutrinas e dogmas, a partir das quais são determinadas as posições, as atitudes, os gestos, os comportamentos, os modos permitidos e aceitáveis, em relação aos gêneros e às sexualidades.

Entendemos como espaços educativos os que produzem conhecimentos e saberes e que, de alguma forma, ensinam-nos modos de ser e estar no mundo, construindo e (re)produzindo significados sociais. Assim, não somente a escola é um espaço educativo, mas todos que exercem pedagogias, tais como as instâncias sociais, sobre as quais discutiremos neste estudo e pelas quais os sujeitos LGBT (lésbicas, gays, travestis e transexuais) transitam e constituem-se.

Os saberes produzidos sobre esses sujeitos operam em diferentes instâncias, as quais produzem, reproduzem e disseminam discursos que buscam “capturar” esses e trazê-los para a norma. Além de se constituírem como espaços educativos, essas instâncias sociais utilizam-se de estratégias de governo para controlar os sujeitos.

Foucault discorre sobre a noção de “governo”, explicando que o poder pastoral, introduzido no Ocidente pelo cristianismo, traduzia-se pelo governo das almas com uma atividade que visava a salvação do rebanho. O poder pastoral é caracterizado por agir sobre uma multiplicidade de indivíduos, e não sobre um território (FOUCAULT, 2010). Entretanto, entre os séculos XVI e XVIII, ocorreram algumas mudanças com relação ao governo, apresentando-se outras relações entre pastor e rebanho, ou seja, introduzem-se outras formas de governar. Governa-se a família, as crianças etc.. “O questionamento geral sobre a maneira de governar e de se governar, de conduzir e se conduzir, acompanha, no fim da feudalidade, o nascimento de novas formas de relações econômicas e sociais e as novas formas de estruturas políticas” (FOUCAULT, 1997, p. 82).

Essas mudanças resultam no nascimento da Economia Política, isto é, de uma Ciência Política. Ocorre, então, a passagem de um modo de governar da soberania para um modo que é delineado pelas técnicas de governo (FOUCAULT, 2008). Utilizamos a palavra governo não “sob sua forma política”, mas se referindo à relação entre os sujeitos, ou seja, no sentido de conduzir o comportamento e posturas dos sujeitos. Por esse viés,

[...] as pessoas que governam, a prática de governo, por um lado, são práticas múltiplas, já que muita gente governa: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo, o professor em relação à criança ou ao discípulo; há portanto muitos governos em relação aos quais o do príncipe governando seu Estado não é mais que uma das modalidades. Por outro lado, todos estes

governos estão dentro do Estado ou da sociedade (FOUCAULT, 2008, p. 124).

Nesse sentido, buscamos, neste artigo, conhecer e compreender como as instâncias sociais – a família, a instituição religiosa, o movimento LGBT (Associação LGBT do município do Rio Grande/RS) e as instituições médicas e psicológicas – a partir de suas estratégias de governo/governamento⁴² interpelam os sujeitos, produzindo suas subjetividades. Para tanto, analisamos enunciações⁴³ de alguns/algumas sujeitos/as do município de Rio Grande/RS que se autoidentificam como gays, travestis e transexuais.

6.3.3 As metodologias de produção das enunciações

As enunciações analisadas foram produzidas a partir da metodologia da História Oral Temática, pois centramos nossa investigação na constituição dos/as sujeitos/as participantes deste estudo nos diferentes espaços educativos.

A História Oral Temática é uma metodologia de produção dos dados, que segundo Meihy (1996) e Meihy e Holanda (2010), refere-se a um assunto, tema, etapa ou acontecimento específico da vida do/a entrevistado/a. A história do sujeito é levada em conta a partir de aspectos específicos, e não de toda a sua história de vida. Nesse caso, o questionário é um artefato importante para a realização da entrevista, pois permite o direcionamento ao que se quer investigar.

Segundo Meihy (1996), a entrevista em si não constitui a História Oral Temática. Assim, organizamos um projeto, apontando as especificidades do estudo. Nesse projeto elencamos a rede de participantes da pesquisa, a qual é composta por sujeitos/as gays, travestis e transexuais indicados/as para entrevista pelo presidente da Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) de Rio Grande/RS. A rede é composta por 8 (oito) entrevistados/as. Léo, Véto e Robert autoidentificaram-se como gays; Gisele⁴⁴, Maria

⁴² Veiga-Neto (2013) sugere fazermos a substituição do vocábulo governo por governoamento nos casos em que não estiver se referindo a uma instância governamental, isto é, a uma instância administrativa central do Estado. Nesse sentido, levando em conta o que propomos discutir neste texto, operamos com o termo governoamento.

⁴³ Operamos com o entendimento de enunciação a partir de Foucault, ao afirmar que “é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir. Essa singularidade, entretanto, deixa passar um certo número de constantes – gramaticais, semânticas, lógicas – pelas quais se pode, neutralizando o momento da enunciação e as coordenadas que o individualizam, reconhecer a forma geral de uma frase, de uma significação, de uma proposição” (FOUCAULT, 2005, p. 115).

⁴⁴ É válido destacar que os nomes dos/as entrevistados/as utilizados na pesquisa foram escolhidos por cada um/a. Alguns/algumas mantiveram seu nome civil e/ou social; outros/as optaram pelo anonimato, escolhendo outro nome para sua identificação. Além disso, é interessante destacar que na primeira entrevista realizada com Gisele, ela se identificava como Ricardo e reconhecia-se como gay. Quando se reconheceu e assumiu-se como

Regina, Naraya Luisa Brum Luisa Brum e Luciana Guerra, como transexuais; e Cindy como travesti.

Em articulação com a História Oral Temática desenvolvemos a metodologia de Observação Participante, que é entendida por Angrosino (2009) como um processo e não um ato isolado. A observação participante requer alguns aspectos importantes, tais como a seleção do local da observação, o acesso aos sujeitos ou grupo a serem observados, a atenção às anotações a serem produzidas em diários etc⁴⁵.

Realizamos a Observação Participante durante as reuniões da Associação LGBT e em um salão de beleza, do qual o presidente da Associação, entrevistado nesta pesquisa, é proprietário. Este é um espaço onde 3 (três) do total de entrevistados/as nesta pesquisa trabalha e por onde os/as demais transitam. Para realizar o processo, produzimos um roteiro, elencando os objetivos da observação, as questões a serem levadas em conta para os direcionamentos futuros da pesquisa e os aspectos a serem observados. Apresentamos, também, alguns registros produzidos em diários por meio da metodologia de Observação Participante.

Com o objetivo de conhecer como esses/as sujeitos/as produzem-se em diferentes instâncias educativas, apresentamos as enunciações que são analisadas a partir de algumas ferramentas teóricas da perspectiva foucaultiana. Destacamos o entrelaçamento dessas enunciações, problematizando o quanto as instâncias educativas (re)produzem o discurso da heteronormatividade⁴⁶, interpelando os sujeitos.

6.3.4 Instituição familiar: espaço de socialização?

A família é, talvez, um dos primeiros espaços sociais em que os sujeitos LGBT encontram dificuldades e embates com relação à sua identificação e reconhecimento enquanto tais, pois este se constitui no primeiro espaço de socialização dos sujeitos. Assim, problematizamos o quanto essa instância produz efeitos na constituição dos sujeitos, instituindo modos de ser e estar na sociedade. Na família, muitos valores, normas e crenças

transexual retornamos a entrevistá-la, a fim de entender um pouco sobre o processo de (trans)formação e saber como a identificaríamos a partir daquele momento.

⁴⁵ Para o desenvolvimento das metodologias, entregamos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

⁴⁶ Por heteronormatividade, entendemos “o conjunto de valores, normas, dispositivos e mecanismos definidores da heterossexualidade como a única forma legítima e natural de expressão identitária e sexual (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009, p. 20). As discussões que reforçam e (re)produzem a heterossexualidade como norma e caracterizam as demais subjetividades como desvio, como anormalidade, compreendem o discurso da heteronormatividade.

são (re)produzidos especialmente em relação às identidades de gênero e sexuais, reforçando o discurso da heteronormatividade.

Véto destaca a dificuldade em assumir a homossexualidade na família:

Na família, com certeza, porque a pessoa é criada de uma maneira, que os pais estão pensando em um futuro para aquele filho, e aquilo para mim é tipo uma pressão. Então, meu pai quer que eu seja assim, meu pai sonha que eu tenha uma família, que eu constitua uma família, que tenha filhos [...]. Eu não quero isso pra mim. [...] eu tive pressão dos pais. Meu pai dizia: - Quando tu crescer, eu quero que tu seja como eu. Sempre fui o único filho homem da família, no meio de quatro mulheres e eu sentia aquela pressão e não aceitava.

Os discursos (re)produzidos pela família instituem modos, atitudes e posturas adequados socialmente. Entretanto, nem sempre as expectativas dos pais e mães com relação aos modos de ser homem e mulher, por exemplo, são atendidas pelos/as filhos/as, o que causa grande preocupação e pode levar à repulsa e exclusão do âmbito familiar de alguns/algumas sujeitos/as.

No estudo que realizamos, Cindy aponta, na sua enunciação, a relação conturbada que teve com sua mãe. Já com relação ao seu pai, ela acredita que ele seria mais compreensível se convivesse com ela no momento em que se assumiu. Ela destaca que, primeiramente, assumiu-se homossexual; depois com o tempo, ela foi assumindo e reconhecendo-se como travesti.

[...] Na minha família, a única que não me aceitou foi a minha mãe. Me pôs pra fora de casa, me falava coisas horríveis. Tipo, eu tinha o pensamento de que: - Bom, eu já sou discriminado na rua; eu já sofro preconceito aqui e ali; em casa, pelo menos da minha mãe, não vai ter isso. E foi bem ao contrário. Foi a pessoa que mais me discriminou. [...] Na verdade, com meu pai eu nunca tive acompanhamento dele, porque, quando eu era muito pequena, o meu pai era alcoólatra e ele foi internado, eu era ainda muito pequena. [...] As poucas lembranças que eu tenho dele são boas, assim, de eu ter certeza que ele, no estado lúcido, se tivesse, hoje me aceitaria sem problemas nenhum.

Gisele destaca que quando assumiu a homossexualidade na família, sua mãe não aceitava; quem sempre lhe dava apoio era sua irmã. Mas, com o tempo, sua mãe foi entendendo e, aos poucos, aceitando. Entretanto, quando assumiu a sua transexualidade, Gisele garante que a relação com a família, principalmente com sua mãe (seu pai faleceu antes de Gisele assumir-se na família), melhorou muito.

Melhorou assim 100, 200 a 300%. Minha mãe me trata super bem, me dá roupa de mulher. Minha irmã também, ela sempre soube né? Meu irmão que era preconceituoso e minha cunhada, hoje em dia me acham uma diva.

Maria Regina destaca que, atualmente, sua família aceita sem nenhum problema a sua transexualidade. Entretanto, inicialmente, quando se assumiu na família, sua mãe apresentava dificuldades com relação a isso:

[...] minha mãe até achava que eu até podia ser gay, mas que eu fosse um gay vestido de homem. Não queria que eu fosse vestido de mulher. Ela tinha medo pelo preconceito e tinha medo do que os outros iam pensar. Mas nem era muito os outros, era mais a família. Mas não tenho o lado família. Minha família, pra mim, é minha mãe, meu pai, irmãos e sobrinhos. [...] Quando eu era novo, me assumi gay e eles tiveram o maior preconceito. [...] O meu pai sempre disse pra mim que pra ele não faz diferença nenhuma. As minhas atitudes vão continuar as mesmas, se eu for um gay masculino, um gay afeminado ou se for um travesti ou uma transexual.

Maria Regina aponta o fator de grande preocupação de sua mãe com relação a sua identidade sexual e de gênero. Ela não aceitava que Maria Regina, na época, desviasse do que é permitido socialmente: meninos seguindo o gênero masculino; e meninas, o feminino. É por esse viés que Butler (2010) discute sobre inteligibilidade cultural. Para a autora, há uma imposição social que prima pela coerência e continuidade entre sexo/gênero/prática sexual e desejo.

[...] A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de ‘identidade’ não possam ‘existir’ – isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do sexo nem do “gênero”. Nesse contexto, “decorrer” seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. Ora, do ponto de vista desse campo, certos tipos de “identidade de gênero” parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformam às normas da inteligibilidade cultural (BUTLER, 2010, p. 39).

De acordo com sua mãe, Maria Regina não corresponde com essa inteligibilidade socialmente instituída, pois não estabelece coerência entre sexo/gênero/prática sexual e desejo. Maria Regina causa uma desordem nas normas, de gênero e sexualidade, socialmente construídas. Ela apresenta uma identidade “incoerente”, uma identidade de gênero não hegemônica. O mesmo pode ser entendido a partir da situação vivenciada por Luciana Guerra, que se reconhece como transexual lésbica. Antes de sair na rua, vestida com roupas femininas e assumir sua transexualidade fora de casa, ela contou, primeiramente, para seu pai e sua mãe.

Avisou a eles que mudaria o corpo, que estava passando por um processo de ingestão de hormônios e que desejaria ter um corpo de mulher e não de homem.

Eles ficaram se questionando: - Tá, mas se tu gostas de mulher, como tu vais ter um corpo de mulher? E eu: - Sim, mas eu continuo gostando de mulher só que eu quero ter um corpo de mulher. Aí, sei lá, acharam até que eu tinha bebido alguma coisa (risos). E aí meu pai chorou, minha mãe falou muito, acho que herdei isso dela, ela ficou falando várias coisas e questionando. Dizendo: - Mas tu não podes ser assim. Nenhuma mulher vai te querer. E aí depois ficou questionando a que era minha namorada na época, como é que ela aceitava e tudo mais. Então, foi bem complicado. Foi um assunto que ficou até hoje inacabado assim.

Maria Regina afirma que não poderia esperar que sua mãe aceitasse seu modo de ser e vestir-se, uma vez que teria que deixar a felicidade de lado.

Se eu vou sempre adiando por causa da minha mãe, se a minha mãe dura cem anos? Vou ser infeliz por quanto tempo? Não, eu não posso, isso é errado comigo mesmo. Eu não posso deixar de viver porque a minha mãe pensa o que é certo e o que é errado. Eu tenho que viver a minha vida. Foi quando eu saí de casa e fui viver a minha vida. [...] Saí pra morar com outros amigos. Até por uma questão de... tu é homossexual, nem a tua família às vezes te entende. Tu acaba tendo outros vínculos que são pessoas que te entendem, vivem a mesma coisa que tu vive, sofrem as mesmas coisa que tu sofre.

A estratégia adotada por Maria Regina é a que muitos/as lésbicas, gays, travestis e transexuais utilizam quando não são expulsos/as pela própria família. A liberdade, que também leva à felicidade, para poder ser e agir da forma que deseja, faz com que muitos/as abandonem o espaço que, no momento, impõe-lhes limitações. Nesse sentido, buscam por grupos e pessoas com afinidades, encontrando um modo de viver sem ter que se privar do que se quer.

A dificuldade enfrentada pelos/as familiares em aceitar as subjetividades que diferem da heterossexualidade não se atribui somente ao fato de esta ser determinada como a norma, mas também em relação ao desprezo que sofrem nas diferentes instâncias sociais e educativas. É o que Luciana Guerra e Léo afirmam:

Luciana Guerra: *[...] teve uma oportunidade que minha mãe me pegou com roupa de mulher e ela acabou sendo bem dura assim. Ela falou que as pessoas iam me excluir, que eu poderia apanhar na rua e que ela não queria que eu fizesse isso em casa e nem em lugar nenhum, que quando eu me sustentasse, que não dependesse deles, que eu ia poder mudar pro jeito que eu quisesse, mas longe do olhar dela.*

Léo: *eu contei pra minha mãe que eu estava apaixonado por um homem, mas é coisa de pessoa nova. E a minha mãe chorou muito [...]. Isso, aos 12 anos. Eu tive medo, mas encarei [...]. Medo geral na realidade, era medo também da minha mãe se decepcionar de ter um filho homossexual, mas também pelas pessoas da rua, as pessoas falavam muito mal da homossexualidade, a gente era tratado com*

diferença em todas as partes, era algo ruim e inexplicável. Ela nunca foi capaz de me excluir, mas a minha mãe tinha medo, como ela me falou, do preconceito que eu iria sofrer fora, porque o que eu fizesse pra ela não ia gostar que eu tivesse com um homem, mas se eu tivesse feliz, ela também ia estar feliz. E o medo dela, do meu pai e das minhas irmãs, era que eu sofresse preconceito na rua, que eu apanhasse, tudo que um homossexual sofre.

Entretanto, parece ser o desvio em relação à heterossexualidade, e conseqüentemente à norma, o motivo de grande preocupação por parte da família de lésbicas, gays, travestis e transexuais. Embora evidenciemos que, na contemporaneidade, os arranjos familiares têm se distanciado do modelo tradicional formado por um casal heterossexual, branco e cristão, a família tem grandes expectativas em relação aos/as filhos/as que sejam formadores/as de outras famílias também hegemônicas.

A família, portanto, é um dos instrumentos utilizados para o governo da vida dos sujeitos em sociedade. Ela, a partir de suas diferentes estratégias ou práticas normativas, busca conduzir a vida dos sujeitos, regulando seus modos de ser. A família está envolvida no disciplinamento dos corpos e dos indivíduos, normalizando os sujeitos e trazendo-os para a norma (KLAUSS, 2004).

Conforme já foi comentado, Foucault (2008) destaca que, com a emergência da Ciência Política, isto é, com a instauração de outros modos de governar, a família como modalidade de governo desaparece. A família, agora, constitui-se, como apoio para governar a população. Assim que a família constitui-se como parte interior da população, ela deixa de ser um modelo, tornando-se um “segmento simplesmente privilegiado porque, quando se quiser obter alguma coisa da população quanto ao comportamento sexual, quanto à demografia, ao número de filhos, quanto ao consumo, é pela família que se terá efetivamente de passar” (FOUCAULT, 2008, p. 139).

Segundo Foucault (2001), até meados do século XVIII, a família que era caracterizada pela família relacional, que se preocupava com as transmissões de parentesco, com as relações de descendência, com as divisões de bens etc. assume outra configuração. Isto é, a família aristocrática e burguesa que controlava a sexualidade infantil, e que deu início à campanha contra a masturbação, reorganiza-se no início do século XIX na família-célula. Uma família do tipo afetiva, substancial. A família célula constitui-se em um espaço de contato direto entre pais e filhos/as. Os pais assumem a vigilância meticulosa sobre os/as filhos/as, diminuindo, dessa forma, o contato dos/as filhos/as com os/as domésticos/as. Isso que dizer que “no momento mesmo em que se encerra a família celular num espaço afetivo denso, investe-se essa família, em nome da doença, de uma racionalidade que a liga a uma tecnologia, a um poder e um saber médicos externos” (FOUCAULT, 2001, p. 317).

Desde o momento em que a masturbação torna-se alvo de preocupação da instituição família-célula, esse espaço é atravessado pela racionalidade médica. Os pais passam a vigiar a sexualidade dos/as filhos/as, controlam seus gestos, produzem o diagnóstico para que ocorra, então, a intervenção médica.

Em suma, a instância da família medicalizada funciona como princípio de normalização. É essa família, a qual foi dado todo poder imediato e sem intermediário sobre o corpo da criança, mas que é controlada de fora pelo saber e pela técnica médicos, que faz surgir, que vai poder fazer surgir agora, a partir das primeiras décadas do século XIX, o normal e o anormal na ordem sexual. A família é que vai ser o princípio de determinação, de discriminação da sexualidade, e também o princípio de correção do anormal (FOUCAULT, 2001, p. 322).

Podemos perceber que essa constituição de família que vigia, que busca corrigir as atitudes e comportamentos dos/as filhos/as e que é agente de medicalização, isto é, que busca no saber médico estratégias de intervenção, apresenta-se também na contemporaneidade. Nesse sentido, salientamos o quanto a família também vem produzindo efeitos na constituição de gays, travestis e transexuais, a qual muitas vezes é a que sugere e impõe que eles/as busquem nos consultórios médicos ou psicológicos a cura ou explicação para a homossexualidade, travestilidade e transexualidade. Uma das primeiras reações de pais e mães, ao saberem da homossexualidade, por exemplo, de seus/as filhos/as é pensar em maneiras de obter “o tratamento e a cura” da homossexualidade, já que esta é entendida como uma prática ou postura anormal.

O processo de romper com as normas sociais, de colocar em evidência as atitudes e os gestos que são práticas descontínuas com relação às imposições sociais, como comenta Butler (2010), é uma forma de tornar o corpo alvo de controle e investigação, pela família, mas também pelas instituições médicas e psicológicas.

6.3.5 Instituições médicas e psicológicas: em busca do tratamento...

As instâncias médicas e psicológicas, as quais enfatizamos neste texto, são também constitutivas dos sujeitos. Segundo Foucault (2011), a partir do século XIX, por intermédio da Psiquiatria, a Medicina apresenta sua função social em uma sociedade da normalização. O poder da Medicina, nesse sentido, emerge em diversos contextos: na família, nas escolas, nos tribunais, avança também sobre a sexualidade, sobre a educação etc.. Nesse sentido, “a norma se torna o critério de divisão dos indivíduos. Dado o fato de estar sendo constituída uma

sociedade da norma, a medicina como a ciência acima de tudo do normal e do patológico, será a ciência rainha” (FOUCAULT, 2011, p. 395).

Muitos/a médicos/as, a partir das normas seja em relação aos modos de alimentar-se, de exercitar-se, seja aos cuidados em geral com a saúde, contribuem para produzir-nos. As “vozes autorizadas” dos/as médicos/as e de especialistas de diversas áreas *psi*, por exemplo, ditam-nos as formas de como devemos cuidar do corpo e da sexualidade. Desse modo, a partir de inúmeras estratégias, acabam classificando os sujeitos e seus modos de ser e agir, instituindo a anormalidade e a normalidade. Partindo desse pressuposto, entendemos algumas instituições médicas, como heterotopias. Foucault afirma que heterotopias são lugares efetivos que se apresentam na própria sociedade, em que “os posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis” (FOUCAULT, 2001a, p. 415).

Entendemos as instituições psiquiátricas e também as psicológicas como heterotopias do desvio, pois Foucault define esse tipo de heterotopia como “aquela na qual se localiza os indivíduos cujo comportamento desvia em relação à média ou à norma exigida. São as casas de repouso, as clínicas psiquiátricas; são bem entendido também, as prisões [...]” (FOUCAULT, 2001a, p. 416). Partindo desse entendimento, tais instâncias, ao exercerem certo mecanismo de controle e vigilância sobre os sujeitos e seus corpos, principalmente sobre os/as entendidos/as como desviantes da norma, tornam-se um local que estabelece modos de ser. As práticas normalizadoras aplicadas a esses/as dependem do contexto vivenciado.

Os/As entrevistados/as narram sobre o entendimento e associação da homossexualidade à patologia, comentando que, em algum momento da vida, já foram encaminhados aos/às psicólogos/as porque a família achava necessário um tratamento como relação a sua identidade de gênero ou sexual. Nesse sentido, o/a psicólogo/a acaba exercendo “certo tipo de poder ao decidir sobre o caminho que uma pessoa deve tomar” (FOUCAULT, 2011, p. 308).

Luciana Guerra: *Na verdade, a minha mãe me propôs isso e eu achei ótimo. Eu disse: - Então tá, a gente vai em um psicólogo. [...] Eu fui e a psicóloga falou. Depois de, acho que uns 30 minutos a gente conversando, ela pegou e disse: - Olha eu não tenho o que falar contigo. Eu tenho que falar com os teus pais, porque eu estou vendo que tu estás bem certa disso. [...] E aí, eu peguei, cheguei em casa e falei pra eles: - Olha, a psicóloga quer falar com vocês, porque comigo não tem nada de errado. O problema não sou eu.*

Cindy: *Sim, dos sete aos quatorze anos. E para mim era normal, porque eu ia, ficava fazendo desenhos, conversava, falava, acontecia. E aí, no último psicólogo que eu fui, que tipo... e ela [a mãe] sempre insistindo com psicólogo, de que tinha alguma coisa errada [...]. E aí, foi*

quando eu me assumi que parou o tratamento de psicólogos, porque não adiantava mais, né? Nós vamos para o atendimento em grupo, eu, ela e o psicólogo, e ela se botava a chorar. Dizia que não aceitava, que não sei o quê, que ela não tinha mais filho.

Léo: *A minha mãe queria me levar para o CENCA, que é o juizado de menor, e depois fazer um encaminhamento com psicólogos, porque nessa época eu já tinha amigos que moram na minha rua que são homossexuais. Eles, acho que tinham quinze anos, eu tinha doze, e a minha mãe achava muito errado eu andar com aquele tipo de gente.*

Naraya Luisa Brum: *[...] eu tive que ir em cinco psicólogas. As cinco me disseram que era uma fase. Até uma tentou assim ao modo dela, de querer me mudar, de tentar me tirar dessa fase, ela tentou me seduzir. Era uma roupa apertadinha, um decote quase com as tetas de fora, uma calça apertada e tal, mas eu via ela e dizia: - Ai, eu ainda vou me vestir assim. Eu disse para ela, eu disse: - Adoro esse teu salto. Quando eu disse para ela, ela simplesmente disse: - Não tem nem como eu conversar contigo.*

Gisele: *Ela [mãe] queria me levar pra psicólogo também para ver se eu tinha alguma coisa na cabeça, sei lá eu. Me proibiu de um monte de coisas, não deixava nem eu sair. Quando eu saía, ela vivia no meu pé, pedia sempre para alguém ficar me cuidando para ver o que eu ia fazer na rua. Tinha medo que eu saísse, sei lá, por aí, transando.*

É interessante notar tanto as estratégias utilizadas pelos pais, aqui no caso especificamente pelas mães, e familiares para “tratar” a homossexualidade ou transexualidade dos/as filhos/as, quanto as adotadas pelos/as próprios/as psicólogos/as em seus consultórios de atendimento. A enunciação de Naraya Luisa Brum evidencia que a psicóloga apresenta-lhe um modo de fazer com que ela desviasse da transexualidade, utilizando-se de um mecanismo de sedução para isso.

Segundo Foucault (2010a), a Psicologia surge com a história da loucura no Ocidente, que emerge no século XV. Assim, na experiência da loucura, o espaço do internamento reflete um processo de segregação dos loucos. O internamento evidencia também uma organização social, isto é, não apresenta somente a função de exclusão. Segundo Foucault (2010a, p. 83), o internamento

[...] aproximou, num campo unitário, personagens e valores entre os quais as culturas anteriores não tinham percebido nenhuma semelhança. Imperceptivelmente, estabeleceu uma gradação entre eles na direção da loucura, preparando uma experiência – a nossa – onde se farão notar como já integrados ao domínio pertencente à alienação mental. A fim de que essa aproximação fosse feita, foi necessária toda uma reorganização do mundo ético, novas linhas de divisão entre o bem e o mal, o reconhecido e o condenado, e o estabelecimento de novas normas na integração social.

Foucault (2010a) destaca que, a partir do século XVII, as experiências relacionadas à sexualidade são aproximadas da loucura e postas no exílio, constituindo o mundo do desatino. Dentre essas experiências, estão as relacionadas à família, ou seja, à organização familiar burguesa. No final do século XVIII, algumas formas de sexualidade serão relacionadas, então,

com o desatino e a doença mental. Estabelece-se na era moderna, a partir do Classicismo, uma divisão entre o amor racional e o desatinado. A homossexualidade, por exemplo, é relacionada, nesse contexto ao desatinado ocupando, aos poucos, uma posição próxima à loucura. A própria sexualidade é posta na divisão entre a razão e o desatino e conseqüentemente, entre a norma e anormalidade, entre a saúde a doença (FOUCAULT, 2010a).

O internamento assume o papel de isolar os que representavam um perigo para a sociedade; entre eles, estão os doentes venéreos, os libertinos, os devassos e, também, os insanos. O internamento, a partir da separação dos/as que eram excluídos/as socialmente, configurava-se mais em um espaço de operação de estratégias de poder do que um espaço médico de diferenciação dos sujeitos (SILVEIRA; SIMANKE, 2013). A prática do internamento no século XVII não se configura em um espaço médico, não havia ligação do internamento com a Medicina nessa época.

De acordo com Foucault (2010a), é a partir do século XVIII que a Medicina instaura-se no cenário da loucura, por meio do estudo das curas das doenças nervosas. Nesse contexto das curas, possibilita-se a emergência da psiquiatria da observação e instaura-se um diálogo entre o louco e o médico. Estabelecem-se algumas ideias terapêuticas acerca da cura da loucura. Entretanto, na era clássica não há distinção entre medicamentos físicos, psicológicos ou morais, uma vez que a Psicologia não existe. Isso só ocorrerá no século XIX, quando são inventados os métodos morais. “A distinção entre o físico e o moral só se tornou um conceito prático na medicina do espírito no momento em que a problemática da loucura se deslocou para uma interrogação do sujeito responsável” (Ibid. p. 325).

Assim, nasce a Psicologia. A Psicologia não é entendida como a verdade da loucura, mas indica que a loucura está dissociada da sua verdade, que era o desatino (FOUCAULT, 2010a).

Ou seja, o homem só tornou-se uma "espécie psicologizável" a partir do momento em que sua relação com a loucura permitiu uma psicologia, quer dizer a partir do momento em que sua relação com a loucura foi definida pela dimensão exterior da exclusão e do castigo, e pela dimensão interior da hipoteca moral e da culpa. Situando a loucura em relação a estes dois eixos fundamentais, o homem do começo do século XIX tornava possível uma tomada sobre a loucura e através dela uma psicologia geral (FOUCAULT, 2013).

Filho e Trisotto (2013) discorrem sobre a Psicologia entendendo-a como disciplina da norma. Eles afirmam que a Psicologia tem o poder de dizer quem são os sujeitos, de falar de

nossa subjetividade, “no entanto, ela sempre nos enuncia como sujeitos da norma, remetidos a ela, comparativamente a outros sujeitos como nós, marcando e nomeando os desvios em termos de médias, curvas, condutas adequadas ou não, sancionadas ou não, quando não, patologizadas”.

É nesse sentido que entendemos as instituições psicológicas como instâncias sociais educativas e disciplinares que participam da constituição dos sujeitos, a partir de estratégias de governo, as quais os classificam. Segundo Foucault, a Psicologia contemporânea pode ser caracterizada pela investigação e análise do anormal (FOUCAULT, 2002). Embora as enunciações não evidenciem que os/as psicólogos/as, com exceção no caso de Naraya Luisa Brum, tenham exercido alguma intervenção ou prática de correção, a Psicologia, muitas vezes, rotula os sujeitos, atribuindo aos/às que escapam da norma, a sanção normalizadora necessária.

As instituições psicológicas instituem, então, modos de ser e estar a partir de seus discursos, que muitas vezes (re)produzem e reforçam o preconceito com relação às identidades sexuais e de gênero. Tais discursos, muitas vezes, classificam a homossexualidade, por exemplo, como patologia.

No entanto, em 1973, a Sociedade Americana de Psiquiatria retirou a homossexualidade da lista oficial das doenças psiquiátricas e, na mesma época, esta também foi retirada do Código Internacional de Doenças (CID). A partir de 1980, usa-se o termo homossexualidade. A Organização Mundial da Saúde (OMS) excluiu a homossexualidade de sua lista de doenças mentais, no dia 17 de maio de 1990, sendo este instituído o Dia Internacional de Combate à Homofobia.

Embora a homossexualidade, por exemplo, tenha sido retirada da lista de doenças mentais da Organização Mundial da Saúde, no final do século XX, atualmente alguns/algumas especialistas das áreas da Psicologia e da Psiquiatria, por exemplo, instituem a homossexualidade como um desvio, estabelecendo estratégias de recuperação de sujeitos homossexuais, buscando uma forma de intervir e orientar a “cura” dessa doença.

Já as pessoas transexuais para conseguirem modificar seus corpos, por meio da realização da cirurgia de mudança de sexo ou transgenitalização devem ser diagnosticadas e, se obtiverem aprovação nos testes médicos e psicológicos realizados, podem vir a ter o corpo e o “sexo” desejado. Nesse sentido, observa-se, ainda, os saberes médicos e psicológicos debruçando-se sobre homossexuais, travestis e transexuais, no intuito de realizar um estudo minucioso sobre seus corpos, buscando de certa forma esquadrinhá-los, classificá-los e intervir sobre eles.

Nas instâncias médicas e psicológicas, precisamos confessar nossos comportamentos e atitudes para, então, receber um diagnóstico e o tratamento. Lésbicas, gays, travestis e transexuais, por exemplo, são alvos constantes dessa técnica de produção da verdade nos consultórios. São encaminhados/as para esses espaços com a proposta de obterem o tratamento e, talvez, a cura da “patologia” que os/as acometem, a partir do olhar e intervenção de psicólogos e, até mesmo, de psiquiatras.

Segundo Foucault (2011, p. 306),

[...] desde o século XVIII uma das grandes funções da medicina, da medicina psíquica, psiquiátrica, psicopatologia, neurológica, foi precisamente substituir a religião e reconverter o pecado em doença, mostrar que aquilo que era um pecado talvez não fosse punido naquele tempo, mas certamente o será agora. Essa foi uma das grandes funções da medicina no século XVIII.

Embora a medicina tenha tido a proposta, no século XVIII, de substituir o pecado pela doença, as práticas de gênero e sexualidade classificadas como transgressoras são vigiadas também pelas instâncias religiosas. Em muitas destas, a sexualidade precisa ser confessada, isto é, técnicas de produção da verdade são instauradas sobre os sujeitos. As instituições religiosas também buscam, de algum modo, a partir de algumas estratégias, intervir na vida dos sujeitos ditos desviantes, de modo a trazê-los para a normalidade, para a heterossexualidade.

6.3.6 Instituições religiosas: a homossexualidade como pecado ou “castigo”?

As instituições religiosas, a partir de seus ritos e crenças, instituem quais comportamentos são admitidos socialmente e moralmente, conduzindo a vida dos sujeitos. Através de suas enunciações religiosas, algumas instituições, buscam estabelecer a norma a partir daquilo que está escrito na Bíblia, por exemplo. Nessas instâncias reforça-se a heterossexualidade como única forma legítima e natural de relação.

Cada cultura tem, certamente, uma série coerente de gestos de partilha, dos quais a proibição do incesto, a delimitação da loucura e talvez certas exclusões religiosas são apenas casos particulares. A função desses gestos, em sentido estrito do termo é ambígua: no mesmo momento em que marcam o limite, abrem espaço de uma transgressão sempre possível. Esse espaço assim escandido e aberto tem sua configuração própria e suas leis: ele forma, para cada época, o que se poderia chamar o “sistema transgressivo” (FOUCAULT, 2011, p. 271).

As práticas transgressoras de gênero e sexualidade são censuradas e capturadas, por exemplo, pelo discurso da salvação. Em muitas instâncias religiosas, há um controle sobre os corpos e sobre os desejos dos sujeitos, sendo, então, marcados pela confissão, técnica específica de produção da verdade que, ainda hoje, opera em muitas instituições religiosas, buscando trazer “o/a desviante” para a zona de normalidade.

Questionada sobre o que leva as pessoas a não aceitarem a multiplicidade sexual e de gênero, isto é, as distintas formas de experimentar nossos desejos e prazeres e de ser e estar, Luciana Guerra comenta que a religião, e também sua articulação com outras questões, é um dos grandes fatores que contribuem para isso.

É pela questão religiosa. Isso que leva as pessoas a não aceitarem, a maioria das pessoas e principalmente a família. [...] tem outra questão além da religiosa que é a questão do machismo, que não necessariamente vem de questão religiosa. Talvez uma boa parte do machismo, sim, mas é a questão do machismo junto com a questão religiosa. Tanto na rua, porque é desonroso para um pai ter um filho gay, não só religiosamente falando, mas por ele, no caso, não constituir uma família, não poder constituir uma família com filhos naturais dele, mas também pelo fato de ser contra a vontade de Deus.

Muitas instituições religiosas acabam tornando-se instâncias reguladoras das práticas sociais. Os discursos (re)produzidos nesse espaço potencializam o preconceito ao (re)afirmarem as identidades sexuais que divergem da heterossexualidade como práticas pecaminosas. Natividade (2013) destaca que a heterossexualidade compulsória se manifesta nos discursos religiosos de diferentes formas, seja a partir do silêncio acerca das questões das sexualidades e dos gêneros, seja a partir da (re)produção de discursos e representações que acarretam no preconceito aos sujeitos LGBT.

Algumas instâncias religiosas também utilizam-se de discursos de acolhimento aos/às gays, lésbicas, travestis e transexuais. Entretanto, limites estabelecem-se, isto é, acolhe-se desde que não se torne visível a identidade sexual e de gênero transgressora nesses espaços. Estratégias conservadoras são (re)produzidas a todo instante.

Em contrapartida, uma das entrevistadas busca na doutrina espírita explicações para sua homossexualidade e transexualidade.

A pessoa já nasce gay. Ela não vira gay, ela já nasce. Eu não acho que está na genética. Eu acho que está na religião. Eu acredito no espiritismo. Para o espiritismo a pessoa que é gay é que na outra vida ela foi uma pessoa muito preconceituosa ou era uma pessoa que teve pressa de reencarnar. Ou é uma pessoa que foi muito ruim. Mais ou menos isso, que reencarna na

vida gay. Então, eu acredito na religião. [...] De repente na vida passada eu fui um cara muito preconceituoso, matei algum gay, tive relacionamento com alguma transexual e matei ela, ou fiz alguma coisa errada pra ela.

Gisele destaca que, viver como homossexual e posteriormente como transexual, é uma forma de “pagar” por algum “erro” cometido, como se fosse uma forma de vivenciar uma experiência a qual ela discriminou em outra vida, buscando no espiritismo explicar a sua identidade sexual e de gênero. É possível evidenciar, a partir da fala de Gisele, o quanto a “explicação” para sua homossexualidade e transexualidade está na busca em algo que escapa a nós, isto é, na religião.

Natividade (2013) ressalta que, ao fazer uma análise acerca de alguns estudos que discutem a relação entre diversidade sexual e religião, cabe primeiramente

[...] destacar a existência de respostas muito plurais que variam entre religiões distintas, assim como no interior de uma mesma denominação ou mesmo no seio de um grupo local. [...] ao menos em um plano normativo, há religiões em que haveria espaço para uma relativa valorização da diversidade sexual (como as afro-brasileiras), enquanto posicionamentos católicos e evangélicos expressariam a persistência de uma rejeição às práticas homossexuais, qualificadas como *pecado* a partir de diferentes estratégias discursivas (NATIVIDADE, 2013).

Muitas instituições religiosas têm buscado dirigir a conduta dos sujeitos. A partir de estratégias de governamento, buscam regular e normalizar as atitudes e comportamentos desviantes. Esse ato de governar instrui os sujeitos a confessar suas práticas e seus desejos para que, dessa forma, as “punições” operem sobre eles/as, de forma a estabelecer o “padrão normal” de sexualidade, a heterossexualidade. As homossexualidades, as travestilidades e as transexualidades, em meio aos discursos (re)produzidos por essas instituições, assumem diversas classificações. Tais subjetividades contra-hegemônicas são tidas como práticas antinaturais, como abominações, como pecados, pois não há a possibilidade de procriação, não correspondendo com a constituição da família patriarcal. Esse viés decorre principalmente de instâncias ligadas ao cristianismo.

O cristianismo ao tornar-se a religião do Estado, traz para a história da sexualidade e dos prazeres novos mecanismos de poder, como, por exemplo, o poder pastoral já comentado anteriormente. Assim, desde essa época, a história da sexualidade no Ocidente está associada mais aos mecanismos e estratégias do poder e não às proibições (FOUCAULT, 2010).

Entretanto, Natividade (2013) destaca que historicamente há um certo conflito na relação entre diversidade sexual e cristianismo, e que tal relação tem sido marcada pela (re)produção de discursos e normas que controlam e regulam a sexualidade.

André Musskopf (2013) destaca que, embora alguns avanços com relação à articulação religiosidade-sexualidade tenham ocorrido, há um grande embate entre a esfera religiosa e os direitos sexuais, salientando os efeitos produzidos na sociedade pela intolerância religiosa. O autor afirma que tal intolerância tem propiciado e impulsionado alguns movimentos religiosos a interferirem sobre as questões políticas, o que acaba por afetar a laicidade do País.

Vemos algumas igrejas realizando discussões e avançando em questões relacionadas à sexualidade, proliferação de “igrejas inclusivas” (nem sempre, necessariamente, mais abertas quanto à vivência da sexualidade) e, ao mesmo tempo, ataques cada vez mais virulentos a temas como diversidade sexual e direitos sexuais por parte de outras igrejas e grupos de caráter religioso. Isso demonstra de que forma o controle dos corpos, por determinados sistemas políticos e ideológicos, resiste, e como determinadas tradições religiosas em especial têm servido de canal para esse controle (MUSSKOPF, 2013).

Nesse contexto, muitos discursos emergem na contemporaneidade acerca dos efeitos produzidos pela intolerância religiosa no âmbito dos Direitos Humanos. Inúmeros discursos religiosos têm impedido que avanços com relação aos direitos e à pluralidade estabeleçam-se. A pressão do segmento religioso, especialmente fundamentalista, e o embate com o movimento LGBT rende inúmeras discussões também na esfera política.

Discutiremos, a seguir, como o movimento LGBT vem se articulando na luta e no combate ao preconceito e, vem se caracterizando como uma instância social também constituidora dos sujeitos, mas também como um espaço educativo.

6.3.7 Associação LGBT: espaço de luta e visibilidade!

Os espaços onde o movimento LGBT reúne-se e debate sobre as questões que interessam-lhe principalmente as com relação aos Direitos Humanos, também são espaços de constituição dos sujeitos. A Associação LGBT do Rio Grande é, portanto, uma das instâncias em que os/as participantes deste estudo também produzem suas subjetividades. Nesse espaço eles/as articulam propostas de luta pela igualdade de direitos e pela visibilidade do movimento no município e é onde são colocadas em exercício estratégias de governamento. As atitudes dos sujeitos são, de alguma forma, controladas e conduzidas.

Ferrari (2013) discute que o movimento homossexual tem buscado lugar no espaço público, constituindo-se como um espaço de produção de conhecimento, de debates e de luta política para além de seus muros. O movimento é também um espaço educativo. “O trabalho do movimento gay constitui-se essencialmente no que Foucault classifica como causa política, quando trata do discurso produzido sobre sexo, sexualidade, desejo, verdade, ou seja, com os reflexos da nossa herança moderna” (FERRARI, 2013). Para esse autor, o movimento homossexual emerge a partir de uma preocupação com a política das identidades, de gênero e sexuais. Ele surge com a proposta de evidenciar outras possibilidades de viver as homossexualidades, destacando aspectos positivos acerca destas.

Segundo Facchini (2005), o movimento homossexual emerge no Brasil ao final de 1970 e é representado por duas ondas. A primeira onda – 1978 – seria caracterizada pela emergência do Grupo Somos de São Paulo, e também pelo Jornal Lampião da Esquina. O Grupo Somos foi caracterizado como um modelo de organização e articulação política, adquirindo visibilidade por sua atuação e pela importância que teve na experiência de vida das pessoas que transitaram nesse espaço. E o jornal Lampião da Esquina possibilitava que muitos grupos fossem conhecidos e adquirissem visibilidade, pois este publicava e divulgava o trabalho desses grupos.

Em 1980, o Somos divide-se em três grupos: o Somos, o Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) e o Grupo de Ação Homossexualista, conhecido posteriormente como Outra Coisa. O movimento homossexual sofre inúmeros conflitos e declínios, o que pode ser justificado pelo surgimento da Aids. Em 1981, o Lampião encerra suas atividades.

Com o surgimento da Aids, em 1980, as representações sociais e o preconceito com relação à homossexualidade, entendida como peste gay, intensificam-se. O movimento homossexual articula-se, mobiliza-se e posiciona-se, promovendo ações sociais de prevenção e combate à Aids e ao preconceito (RIBEIRO; SOARES; FERNANDES, 2009). Entretanto, essa articulação Aids/homossexualidade ainda permanece no imaginário social. Desde 1980, o movimento vem fortalecendo-se na luta pelos Direitos Humanos e na atuação na esfera política, buscando desmistificar os discursos sociais que (re)produzem o preconceito com relação às identidades de gênero e sexuais.

Nesse contexto, destaca-se a segunda onda do movimento, na década de 1980, a qual é demarcada pelo surgimento do Grupo Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, do Grupo Gay, da Bahia (GGB – Salvador), e do Atobá do Rio de Janeiro. A relação negativa Aids/homossexualidade leva o grupo Triângulo Rosa a não discutir a luta contra a Aids no movimento. Já o GGB e o Atobá conseguem trabalhar e articular propostas que deem uma

resposta coletiva a esse sentido negativo, promovendo uma desvinculação da homossexualidade à Aids. Esse foi um dos aspectos marcantes na segunda onda do movimento homossexual (FACCHINI, 2005).

Segundo essa autora, os anos 1990 foram marcados pelo ressurgimento do movimento homossexual no Brasil. Em 1992, voltam a surgir vários grupos nos encontros nacionais do movimento. Entre inúmeros encontros de discussão nacional com relação à homossexualidade e discriminação, e em razão da participação de vários grupos no movimento, emerge, em 1995, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), que vem trabalhando na divulgação de trabalhos e propostas no âmbito do movimento e promovendo ações de combate ao preconceito e reconhecimento dos direitos LGBT.

Ramos (2005) aponta que 1990 é caracterizado por acontecimentos importantes como relação à homossexualidade, tais como: 1) a emergência de ações no âmbito dos direitos por parte do legislativo e da justiça; 2) o aumento no número de espaços de sociabilidade LGBT, bem como de produtos (revistas, sites de internet, revistas etc.) relacionados aos gays e às lésbicas; 3) surgimento de grupos de apoio e defesa aos homossexuais e; 4) articulação de ativistas e homossexuais na luta pela visibilidade e a emergência das paradas do orgulho, ou paradas LGBT.

As paradas do orgulho gay têm se caracterizado como um dos eventos de maior destaque dentre as demais ações do movimento. Essa organização promove inúmeras articulações dentro dos grupos LGBT. A Associação LGBT de Rio Grande, por exemplo, articula-se há três anos na organização dessa ação, entre outras atividades, tais como seminários de debate acerca das questões voltadas à multiplicidade sexual e de gênero, bem como à homofobia e concursos de *Miss Gay* e *Miss Transex* que também são organizados ao longo dos anos. Tais propostas têm como objetivo não envolver somente o movimento LGBT, mas a sociedade como um todo.

Para entender e conhecer como se articulou a Associação LGBT de Rio Grande, entrevistamos o presidente desta, o qual contextualizou o surgimento desse grupo. A Associação LGBT de Rio Grande foi criada em outubro de 2010, quando o atual presidente, Robert de Almeida, organizava na cidade o *Miss Gay*. Nessa mesma época, um vereador do município estava formulando uma lei, que institui o dia 18 de dezembro como o Dia do Orgulho Gay na cidade de Rio Grande.

A partir da proposta do evento *Miss Gay* Rio Grande, da proposta de lei (6920/10) do Dia Orgulho Gay na cidade, no dia 19 de outubro de 2010 foi realizada uma Assembleia de

fundação e eleição da diretoria da Associação LGBT de Rio Grande. Nessa reunião, apresentou-se o objetivo social da Associação e o Projeto do Estatuto Social para posterior apreciação dos/as presentes e discussão sobre este.

Robert narra sobre a emergência da Associação, destacando a Parada LGBT como evento de grande visibilidade.

Na verdade a Associação emergiu a partir do Miss. Como a gente estava em cima, de final de ano, então a gente tinha que fazer algum evento que desse essa visibilidade para Associação, por isso que nós pensamos na parada. A primeira atividade que a gente pensou foi a parada. Então, nós já tínhamos várias pessoas que estavam participando, que estavam se aproximando, articulando conosco na Associação enquanto nós estávamos montando e registrando essa Associação. Então, a primeira coisa que a gente pensou foi fazer um evento de grande visibilidade.

A Associação LGBT ao passo que busca a visibilidade do movimento também aponta alguns caminhos para que os/as envolvidos/as com a associação adquiram respeito da sociedade, conforme destaca Robert:

[...] eu conheço acho que 70% da população LGBT da minha cidade e eu vejo que o maior problema, a maior tristeza, é de terem que parar de estudar, de não conseguir usar a sua qualificação num trabalho. Porque a sociedade ainda está fazendo essa diferença. [...] Se tu és realmente assumido, se a tua identidade sexual é bem clara realmente, tu acaba recebendo um certo, como é que vou dizer a palavra assim, um certo olhar de repressão. Então, tem que enfrentar. [...] Não terminou os estudos, volta a estudar. Não fez um curso de qualificação, vai e faz, busca, luta, porque é essa união essa força que vai mudar essa sociedade. Porque, se a gente se acomodar, já sofri o preconceito, aí eu morro de medo e não saio de casa, mais apedrejado eu vou ser. Então, eu tenho que me juntar com todos que estão passando pelo mesmo problema e vamos encarar. É uma qualificação, é um trabalho, vamos em busca disso.

Robert evidencia a importância dos sujeitos articularem a visibilidade da identidade sexual e de gênero à qualificação profissional e à continuidade dos estudos. A busca pela visibilidade e pelo respeito, tanto com relação a si próprio quanto em relação à própria Associação LGBT, parece exigir certos modos de agir. Ao longo da Observação Participante nas reuniões de discussão da Associação, notamos algumas estratégias de governamento operando sobre os/as participantes da Associação, exigindo-lhes coerência com a proposta do movimento. Discutiu-se sobre a permanência de uma integrante em um cargo de responsabilidade na Associação:

[...] *Primeiramente, começaram a discutir sobre a permanência ou não de uma participante nas organizações da parada. Segundo os/as presentes, a colega só se aproxima da Associação quando está próximo da parada, como se fosse um modo de garantir visibilidade nesse evento. Comentaram sobre a impossibilidade de impedir alguém de participar da organização como apoio, mas ressaltaram a importância de não atribuir nenhuma função importante a ela, pois segundo eles/as, nos eventos anteriores essa pessoa causou tumulto e desavenças entre os/as participantes e organizadores/as do evento. Entretanto, os/as representantes que ficam responsáveis pelas questões éticas da Associação, comentaram que o objetivo da Associação é agregar e jamais excluir, mas ficou acordado que só chamarão a colega para participar de eventuais atividades, não atribuindo, então, nenhuma função de responsabilidade maior [Excerto Diário de Campo, 5/11/12].*

Em outro momento, discutiu-se sobre as atitudes de outra integrante da Associação, que desagradou tanto o presidente quanto demais membros do grupo. Nesse dia, então, debateu-se sobre como a Associação procederia diante do fato de uma das participantes ter brigado com uma travesti na rua e, em decorrência, a briga ter se estendido em uma rede social. Optaram, então, por todo o grupo conversar com a integrante:

[...] *A integrante da Associação que brigou reconheceu seus erros e disse que entende que como responsável por um cargo de diretoria dentro da Associação deve ser exemplo e não incentivar a violência. Reconhecendo que havia errado ao discutir com uma pessoa, prometeu para si mesma que não fará mais isso, uma vez que enquanto Associação ela deve é primar pelo respeito e pela minimização da violência. Disse que se isso voltar a acontecer, ela mesma se retirará da Associação, pois tem um compromisso dentro dela. Além disso, destacou que como ela tem personalidade e determinação, jamais deixará que isso aconteça novamente [Excerto Diário de Campo, 29/11/12].*

Embora a Associação constitua-se em uma instância que também regula a prática dos sujeitos de alguma forma, como é possível evidenciar no caso descrito anteriormente, ela também se caracteriza em um espaço educativo, onde se produz subjetividades e, ao mesmo tempo, educa-se, a fim de destacar a importância do movimento LGBT, em especial da Associação LGBT do município, na vida dos/as participantes desta pesquisa.

Gisele: *Eu sempre acompanhei a Associação LGBT daqui e agora eu acompanho mais ainda, porque eu vejo que ser transexual ou travesti é um pouco mais complicado. Geralmente o maior preconceito das pessoas, eu sei porque eu já tive isso, esse preconceito. - Ah é travesti ou transexual, tem AIDS. Faz programa. Tem doenças. Entendeu? E eu sei que a maioria das pessoas pensam isso.*

Maria Regina: *Eu sou militante, faço parte da ALGBT, de Rio Grande; e também é por mim mesma, porque se não tivesse essa associação, que é nova né, sempre lutei por mim mesma, de bater o pé e dizer que sou eu e ninguém vai mudar.*

Naraya Luisa Brum: *Eu gosto, porque assim, eu penso muito no mercado de trabalho pras bichas, porque vai ser um futuro pra mim. Eu me formando, eu vou ter que raspar a cabeça, usar roupa de homem para conseguir um serviço. Eu tenho 4 anos pela frente. Até lá alguma*

coisa pode mudar, entendesse? Então, meu pensamento é esse, e vejo pelas que estão na esquina trabalhando, eu vejo que muita gente tem futuro ali.

Véto: *Na verdade, eu caí nessa associação meio que de paraquedas. Eu iria fotografar todo o evento (parada gay de Rio Grande) e achei legal a luta. Eu jamais iria me expor, talvez por um pouco de preconceito meu e achei legal aquela união: lutar por uma causa, eu vou lutar junto, vou dar minha cara a tapas. Daí seja o que Deus quiser. [...] A parada foi um máximo e me estimulou a lutar mais e mais.*

Diante dessas enunciações, destacamos a importância do movimento LGBT na constituição dos sujeitos, bem como destacamos as aprendizagens que se estabelecem nos espaços de reunião dos grupos. Esse espaço de luta política produz efeitos nos processos de subjetivação dos/as participantes do grupo, mas também na sociedade, a partir de suas ações coletivas na luta pela igualdade de direitos, por visibilidade e reconhecimento e pela (des)construção de discursos que (re)produzem preconceitos com relação à multiplicidade sexual e de gênero.

6.3.8 Considerações Finais

A partir de algumas ferramentas foucaultianas e operações analíticas, buscamos, neste texto, tecer apontamentos acerca dos efeitos produzidos por algumas instâncias educativas nos processos de subjetivação dos/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais, que participam deste estudo.

A família, primeiro espaço de socialização dos sujeitos, prima pela coerência entre sexo/gênero/prática sexual e desejo; as instituições médicas e psicológicas buscam diagnosticar e normalizar as atitudes dos/as “desviantes”; as instituições religiosas destacam a importância da família reprodução e buscam “condenar” as práticas transgressoras dos sujeitos, entendendo-as, muitas vezes, como pecado; e o movimento LGBT, aqui neste estudo representado pela Associação LGBT de Rio Grande/RS, também conduz as práticas e atitudes dos sujeitos, ao instituir as posturas adequadas e coerentes com a política do movimento.

Discutimos o quanto essas instâncias sociais, ao mesmo tempo em que se constituem como espaços educativos, também colocam em operação estratégias de governo, buscando conduzir as atitudes e posturas dos sujeitos.

[...] educar é governar os outros (guiar, conduzir, dirigir), mas essa guia, essa condução, essa direção pode ser entendida como uma ação de dupla direção: do exterior para o interior e deste para fora; assim, educar seria, também, uma ação que permite ao sujeito realizar uma ação sobre si mesmo e, dessa forma, educar não seria só governar os outros, mas ajudar incitar, induzir,

para que os outros governem a si mesmos (NOGUERA-RAMÍREZ, 2009, p.46).

Ao instituírem modos de ser e agir e ao produzirem conhecimentos, as instâncias sociais, discutidas neste artigo, desenvolvem e se utilizam de algumas estratégias de governo sobre os sujeitos e também educam. Esses espaços educativos, a partir da análise, da observação, da vigilância estabelecem os comportamentos normais e anormais diante das imposições sociais e buscam, de algum modo, trazer para a zona de normalidade os que desta escapam. Tais instâncias a partir da reprodução de valores e crenças, da produção de diagnósticos e da afirmação de regras, isto é, a partir da “condução de condutas” (FOUCAULT, 2008), governam os posicionamentos e atitudes dos/as sujeitos/as de maneira a (re)produzir e (re)afirmar o discurso da heteronormatividade.

A heteronormatividade é expressa e reforçada em diferentes espaços sociais, a partir de normas reguladoras sexuais e de gênero, reproduzindo práticas excludentes e discriminatórias, uma vez que tais normas incidem sobre a negação e invisibilidade de determinadas subjetividades. Assim, destacamos a importância da heteronormatividade ser problematizada, questionada, contestada.

A fim de instaurar na sociedade o discurso da heteronormatividade, exerce-se sobre a vida dos sujeitos mecanismos e estratégias de governo na tentativa de evitar o borramento de fronteiras, evidenciando, dessa forma, a normalidade. Entretanto, muitas subjetividades LGBT constroem-se e visibilizam-se a partir desse processo de transgressão das normas impostas.

Portanto, os espaços educativos discutidos, nesse texto, também evidenciam um modo de governar, pois a palavra governo não se refere somente às “formas instituídas e legítimas de superação política e econômica, mas modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos” (DREYFUS, RABINOW, 2010, p. 288). A partir de saberes, práticas e discursos conservadores, isto é, de estratégias reguladoras, tais espaços produzem efeitos nos processos de subjetivação, buscando controlar as subversões sexuais e de gênero que causam desordem na matriz heterossexual.

6.3.9 Referências

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre: Bookman Companhia Editora Ltda, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; ANDRADE, Fernando César Bezerra de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Gênero e diversidade sexual: um glossário**. João Pessoa: Ed. Universitária/EFPB, 2009.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: **Editora Autores Associados**. n. 25, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE25/RBDE25_11_ANDERSON_FERRARI.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2013.

FILHO, Kleber Prado; TRISOTTO, Sabrina. **A Psicologia como disciplina da norma nos escritos de M. Foucault**. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/pdf3/KLEBER.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população (1977-1978). In: _____. **Resumo do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. p. 79-86.

_____. **Os anormais: curso Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Coleção Tópicos.

_____. **Ditos e Escritos III: Estética, literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense, 2001a.

_____. **Ditos e Escritos I: Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Ditos e Escritos V: Ética, sexualidade e política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **A história da loucura: na idade clássica**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010a.

_____. **Ditos e Escritos VII: Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

_____. **Doença Mental e Psicologia.** Disponível em: <<https://skydrive.live.com/?cid=179657EA10299FD8&id=179657EA10299FD8!392&authkey=!AKsfB1efjIqawFA#cid=179657EA10299FD8&id=179657EA10299FD8!503&authkey=!AKsfB1efjIqawFA>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

KLAUSS, Viviane. **A família na escola: uma aliança produtiva.** Dissertação de Mestrado. 263 f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MUSSKOPF, André. **Religião e sexualidade.** Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MA/article/viewFile/3519/3323>>. Acesso em 25 abr. 2013.

NATIVIDADE, Marcelo. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. **Sexualidad, Salud y Sociedad.** Revista Latino-americana. n. 2 – 2009. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/32/153>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. **O governo pedagógico: da sociedade de ensino para a sociedade de aprendizagem.** Tese de doutorado. 266f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS, Porto Alegre, 2009.

RAMOS, Silvia. Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In: GROSSI, Miriam Pilar [et al.] (Org.). **Movimento sociais, educação e sexualidades.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 31-44.

RIBEIRO, Paula Regina Costa; SOARES, Guiomar Freitas; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. A ambientalização de professores e professoras homossexuais no espaço escolar. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009. p. 183-211.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SILVEIRA, Fernando de Almeida; SIMANKE, Richard Theisen. **A psicologia em História da Loucura de Michel Foucault.** vol. 21, n.1. Jan./Abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000100003>. Acesso em: 20 abr. 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governo ou governo? **Currículo sem Fronteiras.** v.5, n.2. Jul/Dez 2005. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol5iss2articles/veiga-neto.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

6.4 CORPOS (TRANS)FORMADOS E PRODUÇÃO DA FEMINILIDADE: DISCUTINDO OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

6.4.1 Resumo: Neste artigo, discutimos a fabricação dos corpos de travestis e transexuais, problematizando os efeitos produzidos em seus processos de subjetivação. Para tanto, analisamos enunciações produzidas a partir da metodologia da História Oral Temática e da Observação Participante. No processo de constituição das travestilidades e transexualidades, investir na fabricação de um corpo feminino é uma forma de torná-lo visível e atrativo. A prostituição é destacada como uma experiência que produz efeitos na construção da feminilidade e da fabricação de si. A partir de técnicas de si, transexuais e travestis trazem à tona diferentes posições de sujeito, evidenciando outras possibilidades de viver os gêneros e as sexualidades, desafiando, em muitos casos, a heteronormatividade.

Palavras-Chave: corpos; travestis; transexuais; feminilidade; (re)invenção de si.

(TRANS)FORMED BODIES AND PRODUCTION OF FEMININITY: DISCUSSING THE SUBJECTIVATION PROCESSES OF TRANSVESTITES AND TRANSSEXUALS

Abstract: In this article, we discuss the body production of transvestites and transsexuals, questioning the effects on their subjectivation processes. Therefore, we analyzed statements produced from the methodology of Thematic Oral History and Participant Observation. In the constitution process of travestilities and transsexualities, investing in the manufacturing of a female body is a way of making it visible and attractive. Prostitution is highlighted as an experience that produces effects in the construction of femininity and self-manufacturing. From techniques of the self, transsexuals and transvestites bring up different subject positions, showing other possibilities of living genders and sexualities, challenging, in many cases, heteronormativity.

Keywords: bodies, transvestites, transsexuals, femininity, self-(re)invention.

6.4.2 Contextualizando o estudo e a perspectiva teórica

*[...] eu acho que discursos, na verdade, habitam corpos. Eles se acomodam em corpos; os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue. E ninguém pode sobreviver sem, de alguma forma, ser carregado pelo discurso. Então, não quero afirmar que haja uma construção discursiva de um lado e um corpo vivido de outro (Judith Butler em entrevista **Como os corpos se tornam matéria**).*

A partir do entendimento de Judith Butler de que os corpos são significados na linguagem e no discurso e da emblemática frase de Simone de Beauvoir, de que “ninguém

nasce mulher, torna-se mulher”, o presente artigo tem como proposta discutir a fabricação dos corpos de travestis e transexuais, enfatizando os efeitos produzidos em seus processos de subjetivação ao construírem suas feminilidades. Para tanto, estabelecemos conexões com alguns conceitos e entendimentos de Michel Foucault, Judith Butler, Don Kulick, Marcos Benedetti, Berenice Bento, Larissa Pelúcio, Wiliam Siqueira Peres, entre outros/as autores/as que nos possibilitam pensar e problematizar acerca das subjetividades travestis e transexuais.

O presente trabalho compreende o quarto movimento de uma pesquisa de doutorado, no qual analisamos enunciações produzidas por transexuais e uma travesti⁴⁷ problematizando o enunciado *a produção do corpo e a (re)invenção de si*.

A partir de uma perspectiva foucaultiana para que um enunciado torne-se visível, é preciso atentar-se primeiramente para as enunciações que o compõem. Entendemos que “diferentes enunciações podem ser repetições de um enunciado idêntico” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 58). Assim, as enunciações podem ser narrativas ou imagens, por exemplo, que, corporificadas, constituem um enunciado. Portanto, entendemos as narrativas das transexuais e da travesti, analisadas neste estudo, como enunciações que sustentam e dão visibilidade ao enunciado destacado. Os enunciados visibilizam e sustentam um discurso; neste caso, o discurso da feminilidade.

Entendemos o discurso, com base em Foucault, como um conjunto de enunciados que podem ser de campos diferentes, mas que fazem parte do mesmo sistema de formação, o qual reúne vários discursos a partir de regras que os agregam e os relacionam. Os discursos não são entendidos “como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2005, p. 55).

Com o propósito de evidenciar o enunciado discutido neste texto, analisamos enunciações produzidas a partir da metodologia da História Oral Temática, por meio de entrevistas baseadas na constituição das subjetividades das participantes, e da Observação Participante, realizada em um salão de beleza, onde as participantes transitam ou transitaram, e durante reuniões da Associação LGBT (lésbicas, gays, travestis e transexuais) do município de Rio Grande.

⁴⁷ Naraya Luísa Brum autoidentifica-se como transexual; nasceu em 29 de julho de 1987. É solteira. Estuda na UNOPAR, cursando Serviço Social. Maria Regina autoidentifica-se como transexual. Nasceu em 4 de agosto de 1979. É casada e trabalha como cabeleireira. Gisele se autoidentifica como transexual. Nasceu em 25 de fevereiro de 1988. É solteira e trabalha como cabeleireira. Cindy autoidentifica-se como travesti. Nasceu em 3 de março de 1986, trabalha como cabeleireira e é solteira. Luciana Guerra autoidentifica-se como transexual lésbica. Nasceu em 28 de março de 1981, é solteira. É proprietária de uma *lan house*.

A História Oral Temática é utilizada quando o projeto de pesquisa refere-se a um assunto, tema, etapa ou acontecimento específico da vida do/a entrevistado/a; no caso deste estudo, a constituição dos/as sujeitos/as enquanto gays, travestis e transexuais. Por isso, realizamos entrevistas temáticas que “versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido” (ALBERTI, 2005, p. 37). Articulada a essa metodologia, trabalhamos com a Observação Participante, que é caracterizada pela presença do pesquisador/a no campo; ou seja, o/a observador/a é parte ativa do processo. A Observação Participante é entendida como um processo, em que o/a pesquisador/a deve tornar-se realmente um participante do método, obtendo, dessa forma, acesso ao campo de estudos em que vai atuar e aos sujeitos que pretende observar, atendendo, assim, os objetivos da pesquisa a ser desenvolvida (VIANNA, 2007).

Para o processo analítico, discutimos sobre algumas enunciações das entrevistadas na pesquisa e sobre trechos de diários produzidos ao longo da Observação Participante, com o propósito de discutir acerca do processo de construção do feminino nos corpos de quatro transexuais e de uma travesti que participaram deste estudo, apresentando a constituição de modos singulares de ser e estar na sociedade.

É no corpo que as marcas das experiências vivenciadas, as modificações e (trans)formações realizadas por travestis e transexuais são evidenciadas, possibilitando a emergência de outros modos de existencialização (PERES, 2011). É sobre os corpos, que são inscritos os marcadores subjetivos, entre eles os de gênero; entretanto, é importante destacar que as marcas que se inscrevem nos corpos são vistas e entendidas de diferentes formas, dependendo do contexto histórico e cultural vivenciado pelos sujeitos.

Nomeados e classificados no interior de uma cultura, os corpos se fazem históricos e situados. Os corpos são “datados”, ganham um valor que é sempre transitório e circunstancial. A significação que se lhes atribui é arbitrária, relacional e é, também, disputada. Para construir a materialidade dos corpos e, assim, garantir legitimidade aos sujeitos, normas regulatórias de gênero e sexualidade precisam ser continuamente reiteradas e refeitas. Essas normas, como quaisquer outras, são invenções sociais. Sendo assim, como acontece com quaisquer outras normas, alguns sujeitos as repetem e reafirmam e outros delas buscam escapar (LOURO, 2004, p. 89).

Partindo desse pressuposto, as travestis e transexuais, de algum modo, ao (re)inventarem seus corpos buscam, escapar das convenções impostas ao seu sexo/gênero. Em contrapartida, ao reproduzirem alguns aspectos da feminilidade, também acabam naturalizando determinados comportamentos e posturas. Assim, elas produzem atos

performativos e subversivos ao mesmo tempo. No entanto, outros modos de ser são destacados; outras formas de viver a feminilidade são apresentadas. Esses outros modos de existencialização exibidos pelas travestis e transexuais, portanto, tornam-se alvo de investigação e análise. O gênero, desse modo, caracteriza-se como uma categoria diagnóstica (BENTO; PELÚCIO, 2012).

De acordo com a 5ª versão do Manual de Diagnóstico e Estatísticas de Distúrbios Mentais (DSM-V), publicado em maio de 2013, a transexualidade não é mais considerada uma doença mental, um transtorno de identidade de gênero como era descrita na versão anterior do documento. Contudo, ainda permanece no código a categoria disforia de gênero, referindo-se aos problemas que a pessoa transexual tem ou pode vir a ter por não se identificar com o corpo e a genitália de nascimento.

As transexuais são entendidas como corpos abjetos, sendo para muitos/as consideradas aberrações, pois desafiam a heteronormatividade, ou seja, são produzidos fora da inteligibilidade social, incoerentemente em relação às normas hegemônicas. Assim, provocam, muitas vezes, repulsa na sociedade.

[...] O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas "inóspitas" e "inabitáveis" da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do "inabitável" é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito (BUTLER, 2007, p. 155).

Entretanto, transexuais, e também travestis, embora sejam relacionadas à abjeção e tenham, nesse sentido, sofrido com atos de repúdio, com distintas formas de preconceito – nos sistemas de saúde, na escola, na família, nos diferentes âmbitos e instâncias sociais –, elas têm travado lutas diárias pela visibilidade e pelo respeito, pelo reconhecimento enquanto sujeitos de direitos. Dessa forma, “de um corpo despotencializado e fraco surge um corpo empoderado e forte, guerreiro e reivindicador de direitos, que passa a participar das esferas de poder e descobre nas ações do coletivo a possibilidade de ser respeitada e tratada como cidadã” (PERES, 2013). Assim, muitas/os travestis e transexuais lutam pela promoção de políticas públicas que as/os defendam; buscam desconstruir o processo de patologização com relação à transexualidade e os discursos que as associam à doença, ao pecado, etc., resistindo aos processos de hierarquização e normalização.

A fim de discutir e problematizar os processos de subjetivação das participantes da pesquisa, apresentamos as enunciações – falas das participantes e trechos dos diários – e as análises produzidas sobre estas.

6.4.3 Transexualidades e travestilidades: reconhecer-se...

Os termos transexualidade e travestilidade são polissêmicos, (res)significados pelos sujeitos, dependendo do contexto e das experiências vivenciadas, por isso a importância de usar tais termos no plural, evidenciando que múltiplos são os modos de ser travesti e transexual. Os entendimentos acerca das transexualidades e travestilidades são engendrados às diferentes e singulares maneiras de viver de cada sujeito e, por isso, são entendidos de diferentes formas.

As entrevistadas relataram, na entrevista, sobre como se identificavam e quais seus entendimentos acerca da transexualidade e da travestilidade.

Luciana Guerra: [...] *A transexualidade é atribuída à tua identificação com o gênero oposto ao que designaria a tua genitália. Por exemplo, eu tenho pênis, o que isso no caso implicaria? Que eu tivesse um gênero masculino. Então, tu não teres o gênero masculino, isso é a tua transexualidade, é tu assumir um gênero diferente do que seria condizente com a tua genitália. [...] travestilidade é quando tu não tens a tua identidade definida como mulher ou homem, ou como feminino ou masculino. Quando a pessoa é travesti, ela não tem o gênero feminino somente. Ela está entre os dois gêneros ela não é nem o gênero masculino e nem o gênero feminino. A travesti é como se tivesse uma dupla identidade de gênero. É como se ela pudesse ser homem e mulher ao mesmo tempo. Não que ela pudesse dizer: - Agora eu sou homem e agora eu sou mulher, não. Ela é os dois todo tempo, ao mesmo tempo. Isso é complicado, porque a gente tem na nossa cabeça que só pode ser homem ou mulher. Que só pode ser feminino ou masculino. [...] Então, essa ideia do que é o homem, e o que é a mulher, que é o masculino e o que é o feminino está muito com aquela ideia binária. De que tu podes ser isso ou aquilo. E, na verdade, qual é o problema de ser uma mulher com pênis e que não é o mesmo que uma travesti? Porque a travesti se entende com o gênero masculino e com o gênero feminino. Ela pode tanto, não só na hora do ato sexual, ela pode tomar uma postura tanto masculina quanto feminina.*

Naraya: [...] *É que hoje em dia, a operada não é mais transexual, é operada. Entendes? As travestis que se montam 24h por dia, que são as transex que têm silicone na bunda, entendes? E as travestis que se montam, parece que agora modificou, está totalmente diferente. [...] Porque tem muita gente que pergunta: - Ah, tu é operada? Não, não sou, né? Então, hoje em dia, a gente diz que operada é operada, não é transex. Entendes? Mas é uma coisa que o pessoal acha que a operada é uma transex operada. As travestis são as que estão se montando de mulher [...] não se mantém.*

Maria Regina: *Eu me reconheço como transexual, porque travesti pra mim é o que eu já vivi, me vestia de mulher de noite e no outro dia era um menino que passava como um menino normal. Eu me travestia. Hoje, pra mim não. É o meu dia a dia, é minha vida, eu tenho uma vida como tu tens. Como qualquer mulher tem. Sou casada há seis anos, a gente vive junto. Então, eu tenho meu dia a dia como mulher. Dona de casa, tenho que cozinhar, tenho que lavar, tenho que passar, todas as atividades ruins com certeza que, às vezes, eu penso: - Poxa ainda decidi ser mulher (risos). Se eu soubesse que era assim.. (risos). E eu sou casada com um homem hetero. Ele sempre me diz que me enxerga como mulher, entendeu? Eu me trato como mulher, eu compro calcinha, eu compro calça feminina, eu vou*

no vestiário feminino, quando eu vou ao toalete eu vou ao toalete feminino. Eu vou fazer xixi, eu nunca faço de pé. Mas não é uma coisa que seja forçada minha, já é natural, sabe? Minha vida é feminina, o meu vocabulário é feminino, eu não uso o termo masculino no que eu falo quando é direcionado a mim mesma, sabe? É muito difícil, a não ser quando eu falo com a minha mãe. Ai é diferente por enquanto, porque eu estou nesse processo de troca de sexo, só que no momento que eu me operar mesmo, isso vai ser exigido.

Gisele: [...] *Travesti é diferente de ser transexual, não sei se tu sabe. Eu entendi antes que travesti era quem tinha silicone, essas coisas. E era mulher durante o dia e a noite. E que transexual era quem era operada, mas hoje em dia não. Travesti é aquela que se veste, às vezes se traveste de mulher, no caso, mas nem sempre. É uma pessoa que se traveste de mulher. Isso é travesti. Transexual é aquela que vive dia e noite de mulher, tem silicone também, tem umas que também podem ter silicone, mas é transexual. Porque isso é da cabeça, entendeu? Se tu tem na tua cabeça que tu és uma mulher, que tu queres ser feminina, que tu é 24 horas mulher, tu é transexual. Não precisa ser necessariamente operada. Eu sou transexual. Eu me entendi como transexual mesmo, depois que eu coloquei silicone na bunda, que eu disse: - Deu, não tem mais volta! Estou com um corpo de mulher, eu sou mulher. [...] No sexo, a travesti geralmente curte ser ativa e passiva, a transexual ela só é passiva. Entendeu? Ela gosta de ser mulher, tem esse outro porém. [...] Tem muitas travestis que são siliconadas, se acham transexuais, mas não são transexuais porque não tem a cabeça de transex. [...] A transexual não gosta de usar o órgão masculino dela no caso. Se eu estou namorando ou ficando com alguém, eu não vou ser ativa. Eu vou ser passiva. Totalmente passiva. Eu sinto prazer do mesmo jeito, gozo do mesmo jeito. Só que não uso aquilo ali, entendeu? Eu não rejeito a minha genitália, não tenho problema nenhum, mas eu não gosto de ser ativa. Isso que é ser transexual. A travesti curte tudo. Na minha opinião, entendeu? Travesti gosta de ser passiva e também ser ativa. A transexual não gosta, ela gosta de ser mulher, por isso que eu falo que eu sou transexual.*

As enunciações destacam as diferenças estabelecidas entre o que é ser travesti e transexual; também evidenciam entendimentos próprios de cada uma das participantes. Ou seja, além de destacarem sobre como se autoidentificam (travesti ou transexual) e de explicarem cada um dos termos a partir de seus entendimentos e vivências, apontam outras nomenclaturas como, por exemplo, “operada”.

Algumas questões são apresentadas nas enunciações acima: 1) a diferenciação entre travestilidade e transexualidade; 2) a naturalização do que pertence ao universo feminino e 3) a rejeição ou não à genitália e a relação com a transexualidade.

Com relação às diferenças apontadas entre a travestilidade e transexualidade, Luciana Guerra destaca que travestis vivem os dois gêneros – masculino e feminino – ao mesmo tempo, o que, segundo ela, é confuso para muitas pessoas, pois essa dualidade, essa possibilidade de transitar entre os dois gêneros escapa aos regimes de verdade instituídos socialmente, ou seja, as reiteraões que produzem e (re)afirmam a heteronormatividade e instituem modos de ser, ou se é mulher, e se pertence ao universo feminino, ou se é homem e se pertence ao universo masculino. As travestis rompem as fronteiras de gêneros, (des)constróem as normatividades, instituindo outros modos de viver, outros modos de subjetivação.

A travestilidade é um processo contínuo de produção de subjetividade marcado pelo fluxo, pela construção constante, pelo nomadismo, pela transitoriedade; enfim, pela descontinuidade e pelo enfrentamento às categorias e normas estabelecidas (PELÚCIO, 2013; PERES, 2012).

A experiência transexual é produzida e definida a partir da demarcação da travestilidade. Essa diferenciação estabelecida entre uma e outra, muitas vezes, parece alocar a transexualidade em uma posição de superioridade, conferindo, nesse sentido, um caráter de legitimidade, atribuindo à travestilidade uma categoria identitária inferior (BENTO, 2008).

Ao fazerem uma diferenciação entre travestis e transexuais, é possível destacar nas enunciações a questão do “sentir-se e ser mulher” relacionada à transexualidade. Estabelecer uma distinção entre a travestilidade e a transexualidade, baseando-se no fato de a transexual “sentir-se mulher”, além de evidenciar uma posição autoritária, é uma forma de naturalizar a categoria mulher, destacando atributos ou características pertencentes a todas as mulheres (BENTO, 2008). Isso pode ser evidenciado na fala de Maria Regina, quando relaciona o “ser mulher” e “pertencer ao universo feminino” com a realização de atividades domésticas diárias (cozinhar, lavar, passar), que, segundo ela, são desagradáveis.

Com relação a essa distinção, Gisele destaca que as transexuais são passivas durante a relação sexual, mesmo que não rejeitem a genitália, no sentido de optarem pela cirurgia de mudança de sexo. Diferentemente das travestis, as transexuais não usam o pênis para a penetração, o que representa, segundo Gisele, ter a “cabeça de transex” e “gostar de ser mulher”. Nesse sentido, a penetração parece ser um fator determinante para explicar e definir a travestilidade (KULICK, 2008). Entretanto, é importante destacar que as duas subjetividades – travestilidade e transexualidade – são experiências atreladas ao gênero e “representam repostas aos conflitos gerados por uma ordem dicotomizada e naturalizada para os gêneros” (BENTO, 2008, p. 55).

Outro aspecto destacado nas enunciações é a discordância com a genitália e, conseqüentemente, o processo de mudança de sexo, característica atribuída à experiência transexual. Gisele, por exemplo, destaca que não “rejeita” sua genitália, entretanto admite que não gosta de “ser ativa”, afirmando que isso “é que é ser transexual”. Tal afirmação contrasta com a enunciação a seguir de Luciana Guerra, que diz não ter problemas com relação a sua genitália e “fazer uso” desta para, então, sentir prazer. Partindo desse pressuposto, as entrevistadas relataram se pretendem ou se fizeram a cirurgia de mudança de sexo:

Luciana Guerra: *Não fiz e não pretendo fazer, porque é uma cirurgia muito invasiva, muito agressiva. Tem um pós-operatório que é eterno. Enquanto fores viva, tens que lubrificar, porque a neovagina não produz lubrificação sozinha. Então é muito agressivo. Eu não pretendo fazer. [...] Muitas têm a imagem de que, quando fizerem a cirurgia elas vão ser aceitas socialmente como mulheres. E não é assim, isso não é verdade. Porque vão mudar a genitália; mas a genitália não é uma coisa que aparece socialmente. Muitas rejeitam por causa disso, porque acham que aquilo ali é o fator excludente dela na sociedade. Então, algumas têm esse entendimento. Talvez não tivessem, se fossem aceitas socialmente como mulheres. [...] Pra tu teres um prazer sexual, tu tens que ter um contato físico com a tua genitália. Então, se eu não aceitar a minha genitália e não tiver um contato físico com ela e achar que é errado ter prazer com ela do jeito que eu tenho, ou eu faço a cirurgia ou durante todo esse tempo que eu espero pra fazer a cirurgia eu fico sem fazer sexo; e eu ficar sem fazer sexo durante todo esse tempo, eu não sei (risos) tem gente que pode até aguentar, pode até não enlouquecer. Mas eu acho que vai causar muito mais problemas psicológicos, se eu não fizer sexo do jeito que eu sou, do que se eu fizer. Eu uso a minha genitália, porque não bate arrependimento. Eu acho que a questão da identidade de gênero não pode estar relacionada com a questão de tu teres pênis ou vagina.*

Naraya: *Não. Porque não vou querer perder todo o meu prazer.*

Gisele: *[...] eu não penso em mudar de sexo. Estou bem assim.*

Luciana Guerra aponta que, além de “usar” a genitália para sentir prazer, assim como comenta Naraya, a cirurgia não garante que as transexuais sejam aceitas como mulheres, pois, segundo Luciana Guerra, a genitália não é visível socialmente. A enunciação de Luciana traz à tona a discussão de que ser mulher e ser homem vai além da questão da genitália, ou seja, de ter uma vulva ou um pênis.

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de ‘homens’ aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo ‘mulheres’ interprete somente corpos femininos. [...] Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino (BUTLER, 2010, p. 24, grifos da autora).

Ao discutir sobre a não distinção entre sexo e gênero e ao afirmar que “talvez o sexo tenha sempre sido gênero”, Butler não está negando a existência de uma materialidade, de um corpo. O que ela propõe é pensarmos acerca dos efeitos ou da materialização produzida por práticas regulatórias sobre o sexo. Isto é, há um sexo, um corpo carne, um corpo material, mas essa materialidade é constituída e produzida pelos discursos sociais, culturais e históricos.

Discursos esses, heteronormativos, que buscam estabelecer uma ordem compulsória ou uma coerência entre sexo, gênero, desejo e prática sexual (BUTLER, 2003; SALIH, 2012). Butler destaca que “o sexo se torna compreensível por meio dos signos que indicam como ele deveria ser lido e compreendido. Esses indicadores corporais são os meios culturais através dos quais o corpo sexuado é lido”. Segundo a autora, o corpo sexuado é construído a partir de signos produzidos sobre ele e não há como destacarmos o que é material e o que é cultura nessa construção (BUTLER 2013).

Partindo desse pressuposto, sexo e gênero são discursivamente construídos, isto é, não há uma naturalidade no sexo. Há inúmeras interpretações e normas de gêneros que se instauram e são transmitidas aos nossos corpos; cabe ao sujeito assumir/seguir ou não tais normas. Nesse sentido, há uma diferença em ser e existir o próprio corpo, argumentando que existir o próprio corpo possibilita uma escolha, ou seja, há também a possibilidade de “rejeição” (SALIH, 2012). Dessa forma, podemos pensar o processo de produção dos corpos de transexuais e travestis, que constroem e alteram o corpo com o qual nascem, isto é,

[...] o corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo na história do processo de (re)produção sexual. Neste processo, certos códigos naturalizam-se, outros, são ofuscados e/ou sistematicamente eliminados, posto às margens do humanamente aceitável, como acontece com as pessoas transexuais” (BENTO, 2008, p. 30).

Nesse sentido, a própria cirurgia de mudança de sexo, escolha e desejo de muitas transexuais, é uma forma de dar existência a si própria, uma forma de reconhecimento e “completude” na produção da subjetividade transexual. Maria Regina apresenta a discussão do ser mulher, associando-a à cirurgia. Na época da realização de sua entrevista, Maria Regina estava participando do processo transexualizador; no entanto, teve que interromper porque começou a trabalhar novamente, o que dificultou suas idas e vindas até a cidade onde realizava o processo. Sobre isso, ela afirma:

É assim: não muda em nada, tu só tens que provar para os psicólogos, psicanalistas e várias pessoas que estão ali, tens que provar que tu não vais te arrepender, que isso é bem resolvido na tua vida, sabe? [...] isso é bem resolvido pra mim. Eu sempre digo que eu só uso pra fazer xixi. Eu sou bem resolvida em relação a isso. E é o que sempre quis, entendeu? Vamos supor, eu acredito que eu sou, eu e o geral travestis e transexuais, é uma evolução. Tipo assim, antes de eu ser travesti, eu fui gay. Aí, depois de ser travesti, o travesti me preparou para eu ser um transexual e, antes da operação, eu estou me preparando para o meu pós, porque eu não vou mais me considerar um transexual, porque isso aí pra mim é uma palhaçada. Porque se tu vai te operar, eu vou ser uma mulher. [...] É o que eu quero. Então, isso eu acho que faz parte da feminilidade. Acho que é da mulher, é coisa de mulher

mesmo. Então, isso pra mim, eu sempre quis. Quando eu era criança, eu me lembro que pensava: - Por que eu nasci homem? Eu chorava porque eu tinha nascido homem, eu chorava, não gostava de ter nascido homem.

Maria Regina destaca que o “se tornar transexual” é um processo acompanhado por “vozes autorizadas”, isto é, de especialistas da área médica e psicológica, que irão diagnosticar e caracterizar a transexualidade ou não. Além disso, ela entende a transexualidade como um processo evolutivo. Com se fosse uma pré-condição primeiramente reconhecer-se como gay, depois como travesti e, logo, como transexual, estabelecendo uma correspondência e relação entre a identidade sexual e a identidade de gênero. No entanto, ser gay refere-se à homossexualidade, ou seja, à identidade sexual, ser transexual refere-se ao modo de como viver a masculinidade ou a feminilidade, conforme destacamos neste texto. Assim, a pessoa pode ser transexual e heterossexual, ou também transexual e homossexual ou bissexual. Como exemplo, temos o caso de Luciana Guerra, que se autoidentifica como transexual lésbica, pois entende-se como uma mulher pertencente ao gênero feminino e relaciona-se afetivo-sexualmente com outras mulheres. Nesse sentido, é importante salientar que a identidade de gênero é independente da identidade sexual; elas não estão diretamente relacionadas.

Ao destacar a transexualidade como “uma evolução”, Maria Regina acaba instituindo um único modo de reconhecer-se enquanto transexual. Sobre essa questão, Bento destaca que

Não existe uma “identidade transexual”, mas posições de identidades organizadas através de uma complexa rede de identificações que se efetiva mediante movimentos de negação e afirmação de modelos disponibilizados socialmente para se definir o que seja um/a homem/mulher de “verdade” (BENTO, 2006, p.201).

Maria Regina destaca na sua enunciação que, após a cirurgia, ela não se identificará como transexual, mas como mulher, pois “não terá mais” o qualificador do masculino, o pênis. Em uma conversa com Maria Regina durante o processo de Observação Participante, ela destaca o quanto é importante para ela a realização da cirurgia de mudança de sexo.

Comentei com Maria Regina que havia lido um artigo sobre travestilidade e transexualidade e que muitas transexuais comentavam que a cirurgia de mudança de sexo era uma forma de liberdade. [...] perguntei à Maria Regina se ela iria fazer a sua cirurgia de mudança de sexo. Ela disse que após a colocação do silicone, com certeza fará a mudança de sexo, que a colocação da prótese mamária era o primeiro passo. E que assim como disseram as transexuais do artigo que li, a cirurgia de mudança de sexo seria sim uma forma de sentir-se livre, já que ela não “usa” o pênis na relação sexual e se sentiria melhor sem ele [Excerto Diário de Campo, 28/05/2013].

É evidente, a partir de sua fala, que, para Maria Regina, a realização da cirurgia de mudança de sexo é uma forma de reconhecimento de um corpo que até então é “incoerente” com sua subjetividade. Entretanto, ao longo de um processo fabricação desse corpo, Maria Regina vai moldando-o de forma, então, a reconhecê-lo como seu, instituindo, ao seu modo, normas no seu corpo que ora são reiteradas ora são recompostas. É a partir do seu corpo que ela se afirma, reconhece-se enquanto sujeito/a, enquanto “dona” daquela imagem.

6.4.4 Transexualidades e travestilidades: feminilizar-se...

No processo de construção subjetiva da transexualidade e travestilidade, investir na fabricação de um corpo tornando-o visível, porém atrativo, é também uma maneira de produção de uma imagem dita normal, ou seja, coerente com as posturas adotadas diariamente. É sobre esse processo de modelagem corporal que travestis e transexuais adotam o que as enunciações a seguir tratam.

Luciana Guerra: *Eu queria mudar meu corpo desde uns dez anos de idade. Então, eu comecei a conhecer hormônios, sabendo de outros casos de transexuais que já tomavam hormônios e qual hormônio que tomavam, se tinha efeito colateral ou não. Aí eu comecei o tratamento hormonal, mas isso foi só com 22 anos; mas eu já tinha o cabelo comprido, abaixo dos ombros mais ou menos. Eu obtinha todas as informações pela internet, por casos de outras transexuais que estavam tomando o mesmo hormônio e também por alguns relatos de endocrinologistas que elas consultavam.*

Maria Regina: *[...] eles te dão muitos hormônios. Estrogênios conjugados, vários tipos de hormônios para matar todos os hormônios masculinos que tem no corpo, pra ele sair. [...] a gente vai baixando a cota de hormônios masculinos e aumentando a de feminino. E aí isso faz com que os pelos caiam, tudo muda.*

Gisele: *Eu concorri no Miss gay, daí eu ganhei de vice miss. E quando eu estava vestida de mulher, eu comecei a ver que era diferente, eu vi que os homens olhavam mais, que as pessoas achavam mais bonita. Daí eu comecei a ficar interessada. Na verdade, eu sempre quis. Só que eu tinha medo, entendeu? Medo do preconceito ser maior na verdade. Aí eu comecei a me vestir de mulher aos poucos, fui saindo. Até quem um dia eu me olhei no espelho e falei: - Não, não dá mais. Eu não consigo viver assim de dia. Eu quero ser mulher, eu vou ser mulher. E foi onde eu comecei, deixei o cabelo crescer, coloquei mega hair. Comecei a tomar hormônios, me vesti de mulher, até que eu coloquei silicone na bunda. [...] Melhorou muita coisa para mim no aspecto amoroso. Na vida... agora eu não tenho problema com nada, sabe? Tipo, eu não preciso ficar me fazendo, uma coisa que eu era em casa, tipo meio que me reprimia. Parece que eu me libertei. Parece que tinha uma coisa presa em mim e agora deu, não tem mais. Não tem mais o que virar, não tem mais o que ser. Essa pessoa sou eu. Era isso que eu queria. Muito tempo eu não fui feliz por causa disso. [...] O silicone ajudou um monte. Qualquer roupa feminina, vou ficar com um corpo feminino, entendeu?*

Destaca-se, ao longo dessas narrativas, que a pretensão de mudar o corpo é procedida pelo processo de ingestão de hormônios, ou seja, a farmacologia é tida como o suporte da fabricação do corpo de travestis e transexuais, por exemplo. Esse processo de investimento na mudança corporal e na feminilização desse corpo é sustentado por discursos produzidos por especialistas da área da endocrinologia. Nesse contexto, não é qualquer sujeito que concede uma “consulta” em relação ao uso de hormônios, mas, sim, aquele ao qual lhe foi atribuído um direito privilegiado ou exclusivo da fala (FOUCAULT, 2009).

É interessante considerar que Luciana Guerra fazia uso da Internet para conhecer histórias de pessoas que já investiram nesse processo de transformação corporal, a fim de obter maiores informações sobre o mesmo, bem como uma forma de construção de si a partir da narrativa do/a outro/a. De acordo com Delory-Momberger, a narrativa do outro

[...] é assim um dos lugares onde experimentamos nossa própria construção biográfica; onde ela pode deslocar-se, reconfigurar-se, alargar seu horizonte; onde ela se põe à prova como escrita de si. A narrativa do outro é, de certo modo um laboratório das operações de biografização que realizamos sobre nossa própria vida, nas condições de nossas inscrições sócio-históricas e de nossos pertencimentos culturais (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 62).

É a partir da experiência biográfica do/a outro/a que podemos nos (re)inventar, constituir-nos e escrever a nossa própria história de vida. Esse processo de construção e (re)invenção de si é produzido por intermédio de práticas de liberdade.

Ainda que exista o preconceito, a invenção de si sinaliza níveis de liberdade. Sem o mínimo de liberdade de invenção, não há uma sexualidade e, se bem entendida, uma humanidade. A ausência de liberdade impede o movimento de busca pela completude que a sexualidade, como dimensão da humanidade, eternamente persegue com a experiência. [...] Em outras palavras, existe um nexos entre a sexualidade, o prazer da experiência e a curiosidade pelo saber. Esse movimento infinito em busca da completude e em busca do conhecimento (subversivo, porque criativo), eu chamo [...] de desejo criativo (CAETANO, 2011, p. 124-125).

Nesse processo de produção do eu, os sujeitos colocam em evidência sua criatividade⁴⁸, a partir do momento que conhecem o que desejam vivenciar; constroem, nesse

⁴⁸ A partir da perspectiva teórica assumida neste estudo, operamos com o termo criatividade, entendendo-o não como algo dado, que nasce com o sujeito, mas que o constituí ao longo de toda vida a partir de práticas, instâncias e discursos. Se criamos e (re)criamos nossa história ao longo de toda nossa existência, podemos

sentido, sua imagem a partir de práticas de liberdade utilizadas na (re)invenção do seu corpo e na reconstrução de sua própria vida. As práticas de liberdade consistem em maneiras ou em formas que damos à subjetividade, ou seja, a liberdade refere-se à construção da própria vida a partir de maneiras determinadas pelos próprios sujeitos (CASTRO, 2009).

Para o processo de feminilização, a ingestão de hormônios, portanto, caracteriza-se como ato indispensável e fundamental na fabricação desse corpo. Segundo Foucault, “o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 2009a, p. 29). Nesse sentido, pode-se dizer que o corpo também assume uma posição de objeto, em que nele tudo se faz. Ou seja, a partir da reconstrução dos traços, dos gestos, das vestimentas; enfim, de toda uma estética corporal, ocorre um processo de modelagem.

Ao acompanhar Maria Regina em uma clínica médica para autorizar a realização de seus exames pré-operatórios, ela destaca o quanto o corpo é local de intervenções, quando comenta sobre a cirurgia de implante de prótese mamária realizada este ano (2013). Em uma conversa, durante o processo de Observação Participante, Maria Regina relata como havia sido sua experiência com a colocação do silicone industrial.

[...] perguntei para Maria Regina como tinha sido sua experiência com a bombadeira⁴⁹, já que havia me contado que colocara silicone nas nádegas. Ela disse que foi tranquilo, que teve que ficar de repouso por alguns dias e que em um dia fez um lado e depois outro. Maria Regina comentou que dificilmente alguma travesti ou transexual não faz uso do silicone industrial. Na clínica médica, onde estava autorizando seu exame, Maria Regina mostrou-me seu encaminhamento para a realização dos exames a serem realizados antes da cirurgia e também o encaminhamento para a própria cirurgia de implante de silicone. Perguntei para Maria Regina como estava seu marido com relação à cirurgia. Ela comentou que ele estava muito ansioso e feliz por sua conquista. [...] Nota-se que Maria Regina está muito contente com a sua cirurgia, realmente deve ser uma grande realização, pois segundo ela “é um corpo que está se construindo aos poucos de acordo com a sua alma” [Excerto Diário de Campo, 28/05/2013].

A ingestão de hormônios e o implante de silicone, seja industrial ou não, são, talvez, as mais significativas técnicas utilizadas para a produção do corpo na direção do feminino. A maquiagem, a produção do cabelo e o investimento no vestuário são as primeiras transformações apresentadas; entretanto, parece ser a mudança na biologia corporal que produz os efeitos mais importantes com relação à construção da travestilidade e da transexualidade. Sem dar a devida importância aos perigos que podem acarretar o silicone industrial, muitas travestis e transexuais buscam maneiras mais acessíveis para contornar os

afirmar que criamos coisas a todo momento a partir de nossas vivências. Por esse viés, podemos entender, então, os sujeitos como criativos.

⁴⁹ As bombadeiras, geralmente, são travestis e transexuais que aplicam silicone líquido e industrial nos corpos de outras travestis e transexuais.

seus corpos. Porém, em uma de nossas conversas no salão, Maria Regina destacou um dos efeitos desagradáveis do silicone industrial:

Maria Regina nesse momento chega da rua com uma caixa de remédio. Ela disse que comprou o remédio para usar por causa de seu pé que está inchado. Perguntei por que e ela disse que o silicone havia descido um pouco para os seus pés e que quando faz muito esforço e caminha, o pé incha. Nesse momento, ela mesma se injeta o remédio, dizendo que é um anti-inflamatório e que faz com que desinche o pé. Fiquei muito preocupada quando a vi se auto aplicando a injeção, mas ela disse que é comum. Que faz sempre isso. Perguntei quem havia receitado aquele remédio, ela disse que teria ido uma vez ao médico e ele receitou esse medicamento, então todas as vezes que seu pé fica assim, ela usa o mesmo. Disse que esse é o único remédio que lhe ajuda (Excerto Diário de Campo, 7/03/2013).

Essas técnicas exteriorizam e visibilizam as particularidades das travestis e transexuais, ingressando-as no universo feminino, embora a feminilidade travesti evidencie, em muitos casos, um corpo híbrido entre o masculino e o feminino. Contudo, o corpo é o suporte de investimentos. Ao tornar-se atrativo, torna-se também fonte de sustento. A prostituição, nessa perspectiva, é uma experiência que necessita do corpo carne e do corpo prazer.

6.4.5 Travestilidades e transexualidades: prostituir-se...

A prostituição nem sempre é caracterizada como uma atividade de exploração do corpo, como fonte de sustento. Embora ela tenha sido comumente associada ao universo das travestis e transexuais como uma experiência marginalizada, a prostituição não é somente um trabalho, mas também é um espaço de produção das feminilidades, de sociabilidades e de visibilidades.

Cindy: [...] me lembro, a primeira vez que eu vi uma travesti no show de calouros, que eu disse: Eu quero ser assim, sabe? Eu tinha aquela ilusão, da mulher, porque a visão da mulher é uma coisa que me passa uma coisa boa, uma coisa de poder, de sensualidade enfim e eu sempre sonhei aquilo pra mim, sabendo que eu não era mulher, mas que eu poderia me tornar e, para tudo isso, eu precisei criar minha independência. Foi quando eu saí de casa, fui parar na prostituição. Eu não fui nem pelo modo de sobrevivência. Na verdade eu fui pelo glamour que eu achava que tinha a coisa. Pela vida social de travesti, de estar sempre vestida de mulher. Então, pelo simples fato de hoje eu poder colocar uma roupa feminina e poder ir onde eu quiser, entrar numa loja e comprar o que eu quiser, já pra mim é muito gratificante.

Maria Regina: Quando eu comecei a me vestir de mulher, eu ia, achava tudo bonito. Eu achava as travestis que trabalhavam na esquina, as mais antigas, eu achava tudo bonito, achava um luxo, tinha aquela atração por aquilo ali. E quando eu vi que eu queria mudar meu corpo, que eu queria mudar a minha forma de viver a vida, era a única coisa que naquele momento eu tinha pra fazer. Eu vivi como profissional, trabalho mesmo, [...] eu fiquei acho que oito anos vivendo da prostituição e vivendo da noite, mas eu sempre soube que teria um final.

De acordo com as enunciações apresentadas, a construção da feminilidade de algumas transexuais e travestis é realizada a partir da ideia do corpo feminino como suporte de sensualidade e de poder; ou seja, por exemplo, a fantasia de que ser mulher requer investir incessantemente na beleza e na sensualidade foi um dos marcadores na construção da travestilidade de Cindy. O glamour é um aspecto muito presente na vida das travestis. Este pode expressar

[...] o sucesso no processo de feminilização, o reconhecimento público de suas qualidades, sobretudo artísticas e criativas e a possibilidade de materializar isso em bens que remetem ao consumo do luxo. Ao mesmo tempo, o glamour tem sido um operador capaz de criar um contraponto entre as experiências de sucesso e aquelas da abjeção (PELÚCIO, 2011, p. 78).

A prostituição, também, é representada por um universo glamoroso que, além de constituir-se como um modo de adquirir recursos financeiros, também funciona como uma experiência em que se pode tornar visível a criatividade acerca da produção de sua feminilidade. Esse entendimento está presente na narrativa que expressa a representação de que as travestis na esquina assumem por sua beleza e luxo. A prostituição, nesse sentido, para muitas travestis, parece ser desejada, representando eficiência na construção da feminilidade.

É a convivência nos territórios de prostituição que as travestis incorporam os valores e formas do feminino, tomam conhecimento dos *truques* e técnicas do cotidiano da prostituição, conformam gostos e preferências (especialmente os sexuais) e muitas vezes ganham ou adotam um nome feminino. Este é um dos importantes espaços onde as travestis constroem-se corporal, subjetiva e socialmente (BENEDETTI, 2013).

Nesse contexto, a prostituição é mesclada entre a luta pela sobrevivência e a fabricação de si, tornando visível todo o aparato que constitui a feminilidade das travestis e transexuais e que, conseqüentemente, seja a partir da simples utilização de marcadores e vestimentas ditos do gênero feminino, ou a partir de um investimento mais específico, como a ingestão de hormônios, a realização de plástica facial, a aplicação de silicone, entre outros processos que fazem parte da tecnologia da transformação corporal. De acordo com Benedetti, nesse processo de transformação e construção da subjetividade, o corpo, além de ser ator, é também cenário dessa produção (BENEDETTI, 2013a).

A prostituição é destacada, por uma das participantes da pesquisa, como uma escolha. Isso quer dizer que nem toda travesti ou transexual passa pela experiência da batalha na rua, da prostituição. Cindy destaca esse aspecto:

Cindy: *A prostituição [...] acredito que tu vá ouvir isso de várias pessoas, é opção de vida, porque mal ou bem todas as pessoas que eu conheço, as travestis, minhas amigas, que eu conheço e que trabalham na noite, que são profissionais do sexo, todas mal ou bem nunca passaram fome. Todas mal ou bem tiveram a opção de estudar, mas não quiseram. Então, ah, eu precisei ir pra noite. Não, tu não precisou ir pra noite. Foi uma opção de escolha. Eu acho que a noite é isso.*

De acordo com Cindy, a prostituição é uma atividade produtiva financeiramente e é exercida por quem realmente deseja vivenciar essa experiência, isto é, por vontade própria e não por obrigação. Entretanto, a prostituição é destacada também como a única saída pelas travestis e transexuais que são excluídas e rejeitadas no mercado de trabalho e também na família, o dinheiro é que acaba atraindo-as para a prostituição, pois necessitam deste tanto para sustentar-se e produzir-se quanto para manter suas relações familiares e amorosas (KULICK, 2008).

Embora a prostituição seja destacada por muitas travestis e transexuais como a única alternativa de trabalho e de lucro financeiro, é imprescindível desconstruir a ideia de que toda travesti e transexual é profissional do sexo e que a construção de sua subjetividade seja determinada a partir da prostituição, pois, para muitas destas, isso é caracterizado como um estigma, causando rejeição e exclusão para esse grupo social.

Ainda que tenhamos afirmado que o espaço da prostituição é um lugar de aprendizagens, de inserção ao universo feminino e de experiências prazerosas, nesse espaço o preconceito também opera. Muitas travestis e transexuais trabalham prostituindo-se porque são excluídas de outros contextos; no entanto, nesse local também vivenciam situações perigosas e são expostas às inúmeras formas de violência, conforme podemos evidenciar nas enunciações a seguir:

Cindy: *As piores situações homofóbicas que eu vivenciei foi na quadra mesmo. Na noite, na pista. De levar ovada, de levar garrafada de carro passando, sabe? De pessoas que passavam de carro, geralmente eram homens, que se dizem homens e heterossexuais, né. De sair com alguém pra fazer um programa e a criatura te deixar lá no quinto dos infernos, onde tu não sabes nem onde é. Eu sempre tinha uma coisa assim, que eu aprendi desde o começo, cobra sempre adiantado. Então, eu chegava e já acertava, dizia assim: - Olha, querido, eu cobro adiantado. E tinha os que diziam: - Não, não. Depois eu te pago. Já ficava receosa, mas tipo dependendo da distância, eu não ia poder fazer a mafiosa. - Não quero saber, tu vai me pagar agora. Na verdade, uma ou duas vezes que eu tentei fazer isso, botaram a arma na minha cara e disseram: - Não, agora tu vai fazer o programa. Eu não vou te*

pagar e tu ainda vai ficar aqui. Ia fazer o quê? Ia levar um tiro, batendo boca, de graça. É bem aquela história, né? É melhor um herói vivo do que um covarde morto.

Maria Regina: *Quem trabalha na noite tem que saber se defender. E se tu não sabe, tu aprende a se defender, porque a noite é cheia de maldades, a noite é como uma pimenta. Anoiteceu, eu acredito que o mundo é outro. As pessoas são diferentes. Muitas vezes tu não enxerga as pessoas que são noturnas, tu não enxergas elas durante o dia, são pessoas diferentes. Hoje, eu consigo enxergar isso, sabe? Hoje eu enxergo, hoje eu trabalho, sou cabeleireira, trabalho no salão. Então as pessoas que eu enxergo hoje não são as pessoas que eu enxergava antes, são outros estilos de pessoas, sabe? E aí eu acho muito melhor. Com certeza a vida é melhor hoje do que antes. E agradeço a Deus por ter tido essa saída, porque muitas não têm. Muitas ficam pelo meio do caminho. Outras se perdem com drogas. Outras se perdem em roubo. Outras se envolvem com muita coisa ruim, que tu não tira coisa boa nisso. A única coisa boa é que tu consegue te manter e, através disso, da própria noite, que tu te transformas. Porque tu és uma vitrine. Então, a tua vitrine e tu tens que reformular ela todos os dias. Aí tu acaba te transformando. A única coisa boa que eu tenho da noite, de tu ter conhecido a noite, foi o meu marido. Por isso tudo que eu te digo de coração: Valeu a pena! Se eu não tivesse ido por esse caminho, eu não teria conhecido ele.*

A partir da fala de Maria Regina e Cindy evidencia-se que algumas estratégias são necessárias para lidar com alguns sujeitos preconceituosos e situações desagradáveis. No entanto, Maria Regina destaca um aspecto importante dessa experiência, ou seja, além do sustento que ela adquiriu com essa vivência, ela narra sua satisfação ao ter conhecido o seu marido nesse espaço. Para Maria Regina, o dinheiro era importante para sua “transformação”, para sua modelagem estética e corporal, já que, como ela menciona, tratava-se de uma vitrine exposta diariamente, evidenciando a sua incessante produção para “vender” sua imagem no mercado sexual. No entanto, o mais significativo dessa experiência foi conhecer seu marido. Segundo Benedetti (2013), o ambiente da prostituição “constitui-se também no principal espaço de trocas matrimoniais”. Por esse viés, ainda que nos ambientes de prostituição as experiências também sejam acompanhadas de violência e coloquem as profissionais do sexo em posição de vulnerabilidade, como relata Cindy, esse espaço permite às travestis e transexuais novas formas de viver, isto é, de (re)inventar suas subjetividades.

6.4.6 Transexualidades e travestilidades: (re)inventar-se...

Evidenciamos, a partir das enunciações das transexuais e da travesti, que inscrevem-se no corpo as marcas da feminilidade que, a todo instante, é reforçada e produzida. O corpo, nesse caso, torna-se o sustentáculo dessa produção. O corpo é “superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização” (FOUCAULT, 2004, p. 22). É no corpo e por meio deste que se busca o reconhecimento e a afirmação de si. Sendo assim, os corpos das transexuais e travestis

perturbam, incomodam, desestabilizam porque promovem fissuras na norma estabelecida socialmente.

Embora muitos atos sejam performativos, as inscrições corporais de travestis e transexuais são também entendidas como subversivas e essas, portanto, tornam-se indicadores de classificação, hierarquização, de ordenação, de normalização. Entretanto, é a partir da criação dessas outras possibilidades, da construção de outros modos de ser que os sujeitos constituem-se e (re)inventam-se.

Ao longo do texto, buscamos evidenciar esses distintos modos de existir a partir das diferentes formas de ser travesti e transexual. As entrevistadas relataram diversos entendimentos acerca dessas subjetividades, demonstrando que não há uma única forma de ser. Nesse sentido,

[...] o ‘universo trans’ está composto por esta miríade de sujeitos, identidades, corpos, práticas e significados que voluntariamente, (trans)formam-se e constroem-se em função de valores e concepções do gênero que são diferentes daqueles hegemônicos na sociedade abrangente (BENEDETTI, 2013a).

Ao caracterizarem a travestilidade e a transexualidade, as participantes deste estudo apontam elementos constitutivos de suas subjetividades, que reproduzem algumas convenções sociais, mas também apresentam outras experiências, outras feminilidades e outras relações consigo mesmas.

A partir de técnicas de si⁵⁰, as transexuais e travestis trazem à tona diferentes posições de sujeito, ou seja, por meio de inúmeras tecnologias de transformação corporal, por exemplo, elas produzem seus corpos, projetam suas vidas e evidenciam outras possibilidades de viver os gêneros e as sexualidades, desafiando, em muitos casos, a heteronormatividade.

Cabe destacar que esse processo de constituição de si é contínuo e transitório, ou seja, de (re)construção permanente. Ele é atravessado por resistências, pela emergência de singularidades, as quais nos possibilitam repensar a normalidade e anormalidade, e pela criação de diferentes modos de existência.

⁵⁰ Segundo Foucault (1997, p. 109), as técnicas de si “são procedimentos, que sem dúvida, existem em toda civilização, pressupostos ou prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si”.

6.4.7 Referências

ALBERTI, Verena. **Manual da história oral**. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BENEDETTI, Marcos. **A batalha e o corpo**: breves reflexões sobre travestis e prostituição. Disponível em:

<http://www.ciudadaniasexual.org/boletin/b11/breves_reflexoes_sobre_travestis_e_prostituicao.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2013.

_____. **(Trans)formação do corpo e feitura do gênero entre travestis de Porto Alegre, Brasil**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/122336082/Artigo-Trans-formacao-do-corpo-e-feitura-do-genero-Marcos-Benedetti>>. Acesso em: 3 jul. 2013a.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 569-581, maio/ago. 2012.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'. In: LOURO, Guacira Lopes *et al* (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte, Autêntica, 2007, p. 151-172.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Desdiagnosticando o gênero**. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n1/v19n1a06.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

CAETANO, Márcio Rodrigo Vale. **Gênero e sexualidade**: um encontro político com as epistemologias de vida e os movimentos curriculares. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Biografia e educação**: figuras do indivíduo projeto. Natal: EDUFRN, São Paulo: Paulus, 2008.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população (1977-1978). In: _____. **Resumo do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. P. 79-86.

_____. **Microfísica do poder**. 20 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

- _____. **Arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- _____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 36 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009a.
- KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PELÚCIO, Larissa. Próteses, desejos e glamour: tecnologias de si na construção de corpos travestis no mercado do sexo transnacional. In: SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos; RIBEIRO, Paula Regina Costa. (Orgs.) **Corpo, gênero e sexualidade: instâncias e práticas de produção nas políticas da própria vida**. Rio Grande: FURG, 2011, p. 77-86
- _____. **Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo**. Disponível em: <
<http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/view/34/34>>.
 Acesso em: 10 jul. 2013.
- PERES, Wiliam Siqueira. Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos. In: SOUZA, Luiz Antônio Francisco de; SABATINE, Thiago Teixeira; MAGALHÃES, Boris Ribeiro de. (Orgs.) **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília, Oficina Universitária, São Paulo, Cultura Acadêmica, 2011. p. 69-104.
- _____. Travestilidades nômades: a explosão dos binarismos e a emergência queering. **Revista Estudos Feministas**. v. 20, n.02, p. 539-547, mai/ago. 2012.
- _____. **Travestis, cuidado de si e serviços de saúde: algumas reflexões**. Disponível em:
 <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/39/Documentos/travestis_cuidado_de_si_e_servicos_de_saude.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2013.
- PRINS, BAUKJE; MEIJER, IRENE COSTERA. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p.155-167. Jan. 2002.
- SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- VIANNA, Heraldo Marelím. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

7 PESSOAS, SUJEITOS, SUBJETIVIDADES: HISTÓRIAS NARRADAS, HISTÓRIAS (RE)INVENTADAS

Marcel Mauss (2003) apresenta um estudo sobre a noção de pessoa, entendendo-a como uma “categoria do espírito humano”. Para tanto, o autor inicia esse processo de explicação sobre as formas que a noção de pessoa e do eu adquiriram ao longo das civilizações e sociedades. Utilizando como suporte teórico as reflexões sobre o conceito de *pessoa* de Marcel Mauss e de *agência*, conceito do qual é discutido posteriormente, de Sherry Ortner, analisamos as experiências narradas pelos/as sujeitos/as informantes desta pesquisa.

Mauss (2003) afirma, primeiramente, que a noção de pessoa era determinada por um nome. Entre os “Pueblos dos Zuñi”, por exemplo, a pessoa definia-se pelo posicionamento que assumia no clã. Isso dava-se por prenomes, que, além de estabelecer uma organização, também determinava a posição da pessoa nesse clã. Isto é, o clã era constituído por personagens. O autor afirma que a noção de pessoa entre os “Pueblos” era também determinada pela máscara, pela sua posição, sua função e papel, sua propriedade; enfim, “sua sobrevivência e seu reaparecimento na terra num de seus descendentes dotados das mesmas posições, prenomes, títulos, direitos e funções” (MAUSS, 2003, p. 375). Nesse sentido, recorreremos às histórias dos/as entrevistados/as na tese quando demarcam o quanto o nome é um marcador subjetivo importante no processo de fabricação do eu. A pessoa torna-se pessoa ao ser desejada pela família, mas especialmente quando possui um nome.

Em cada entrevista, os/as informantes foram convidados/as a preencherem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual apontavam se queriam ou não usar seus nomes “reais”, sociais ou civis. Naquele momento, registramos suas falas por meio da gravação digital ou em diários de campo. Apesar de alguns/algumas informantes serem tratados/as, neste texto, por nomes fictícios, as narrativas que emergiram sobre a importância do nome auxiliam-nos a refletir sobre o status de pessoa. No caso de Maria Regina, por exemplo, uma narrativa sobre seu nome aparece na sua apresentação. Maria Regina relata a importância de identificar-se na pesquisa com o nome pelo qual as pessoas conhecem-na, destacando: “*fiz isso para as pessoas saberem que é uma história realmente original. [...] que eu existo. Acho, se eu botar um outro nome, parece que não é a minha história*” (Excerto Entrevista, 28/06/11) . Nesse mesmo sentido, Véto posiciona-se: “*eu usasse outro nome [...] estaria sendo preconceituoso comigo mesmo. **Sou o que sou** e não tenho que esconder nada de ninguém*” (Excerto Entrevista, 08/06/11) . Léo argumenta: “*Não vejo problema que as pessoas saibam da minha história, até porque eu sou assumido, sou bem aceito pela minha*

família” (Excerto Entrevista, 07/07/11). Naraya Luisa Brum também não utiliza o anonimato e destaca: “*Todo mundo me conhece por Naraya, ninguém mais me conhece por Júnior ou por Paulo*” (Excerto Entrevista, 14/06/11). O mesmo ocorre com Robert que salienta: “*esta é a minha história, esta é a minha verdade. [...] Como que eu vou esconder a minha identidade? Não, eu sou este ser, esta é a minha verdade, este sou eu*” (Excerto Entrevista, 15/09/11). Destacamos, com base nesses posicionamentos, o quanto o nome para alguns/algumas sujeitos/as garante a existência e visibilidade de sua história, de sua vida; significa tornar-se pessoa. Esse processo de tornar-se visível com a sua identificação, isto é, a postura de nomear-se, além de ser um ato político, de testemunho, também é um modo de adquirir notoriedade, um modo de existência. Esse processo, como podemos ver nas narrativas acima, é baseado em um duplo espectro. De um lado, o desejo de reconhecimento pelos/as outros/as: “eu existo”. De outro, um reconhecimento de si operado com as categorias de “eu” e “identidade”. Dessa forma, ambas as categorias, “identidade” e “eu”, fazem sentido para esses/as sujeitos/as e, por meio destas, é que se posicionam no mundo como pessoas.

Outros/as sujeitos/as optaram pela utilização de um nome fictício para identificarem-se, fazendo uso, nesse sentido, da “máscara”. Assim, assumem, talvez, um/a “personagem”, uma imagem que querem ser, que querem representar. Entretanto, não queremos dizer com isso que estes/as deixam de ser pessoas. Por exemplo, Ricardo, quem, tempos depois, autoidentificou-se como Gisele, e Luciana Guerra utilizam-se de outros nomes na sua identificação na pesquisa, buscando garantir, dessa forma, o anonimato. Gisele diz temer o preconceito homofóbico, tendo em vista que alguém pode não gostar de seu depoimento. Já Luciana destaca não ter um motivo específico; simplesmente não quis identificar-se como as pessoas conhecem-na socialmente.

Apesar de terem optado pelo anonimato na pesquisa, a escolha de seus nomes fictícios deu-se com base em um alinhamento de gênero. Ou seja, uma destas é mulher transexual lésbica; a outra, uma mulher transexual heterossexual. Nesse sentido, a construção do eu nas narrativas gravadas mantém-se “coerente” com a construção de suas identidades de gênero, reafirmando, dessa forma, seus posicionamentos enquanto pessoas na e para a sociedade. Esse processo de “coerência” é uma forma de evidenciar um modo de existencialização, uma forma de adquirir visibilidade e reconhecimento dentro do que projetaram como modo de vida. É essa “coerência” que adquire e dá sentido às suas existências enquanto pessoas. Para isso, um nome que seja congruente à sua identidade é imprescindível.

Ao longo do processo de descrição da noção de pessoa, Mauss (2003) destaca que o nome também representa uma coletividade. Ou seja, este é perpassado por gerações,

preservando a perpetuidade do grupo, família etc.. Entre os Kwakiutl, outro grupo de tribo da América, “a perpetuidade das coisas e das almas só é garantida pela perpetuidade dos nomes dos indivíduos, das pessoas. Estas agem apenas como representantes e, inversamente, são responsáveis por todo seu clã, suas famílias, suas tribos” (MAUSS, 2003, p. 377). Pode-se evidenciar que a ideia de pessoa aqui obtém uma aproximação muito forte, também, com a ideia do personagem, de máscara. Entre esses índios, há uma relação estreita entre o sistema social e o religioso, pois o nome representa a existência dos antepassados, a reencarnação. Com esses exemplos descritos por Mauss, passa-se da noção de personagem para a ideia e noção de pessoa.

A Índia, segundo o autor, foi a primeira civilização a obter a noção de indivíduo, de consciência do “eu”. Nesse sentido, utilizava-se a expressão *ahamkara*, que significava consciência individual, fabricação do “eu”. A ideia disseminada na Índia era de um eu fabricado, construído. O budismo afirmava que o eu era um composto. Na China, o nome o *ming* representava a individualidade. “A China conservou as nações arcaicas. Mas, ao mesmo tempo, retirou da individualidade todo caráter de ser perpétuo e indecomponível” (MAUSS, 2003, p. 384). Assim, o nome representava coletividade, em que o antepassado que o corresponde usou-o, assim como fará o descendente do portador.

Relacionando esse entendimento com as histórias dos/as sujeitos/as entrevistados/as, destacamos o quanto essa questão para as transexuais equivale ao sobrenome⁵¹, e não ao prenome, já que a luta pela mudança do nome no registro civil (e, de forma paliativa, pelo nome social) é fato entre estas, mesmo que nesta pesquisa algumas tenham optado pelo anonimato. Naraya Luisa Brum, por exemplo, relata ser a primeira transexual do município de Rio Grande a fazer a Carteira do Nome Social⁵². Em conversa no salão, ela afirma que se informará como realizar a segunda via da carteira, pois quer agregar o sobrenome paterno ao seu nome social. E Luciana Guerra, que utiliza um nome social não divulgado nesta pesquisa e não apresenta o sobrenome da família, já vem reproduzindo, em suas assinaturas, um de seus sobrenomes nas atas de reunião da Associação LGBT de Rio Grande. Nesse sentido, mesmo que o nome assegure a individualidade de cada sujeito/a, o uso e reprodução do sobrenome é garantia de continuidade, de disseminação, de descendência. Esse é um modo,

⁵¹Lembramos que o sobrenome é também conhecido como “nome de família”.

⁵²É um documento que institui o nome social para travestis e transexuais no Estado do Rio Grande do Sul, com base no Decreto nº 49.122, de 17 de maio de 2012. A expedição da carteira é realizada pelo Instituto Geral de Perícias/Departamento de Identificação.

também, de reivindicação de seus direitos. Trata-se de outro entendimento de noção de pessoa discutido por Mauss: pessoa civil, portadora de direitos.

Segundo esse autor, foi em Roma, entre os latinos, que a noção de pessoa foi estabelecida. Nesse contexto, a pessoa, mais que representar a organização de uma sociedade, de um grupo, mais que um nome, um/a personagem, uma máscara, a pessoa tem direitos, é pessoa civil. A origem da palavra *persona* acreditava-se ser exclusivamente “máscara”. De acordo com os etimologistas latinos, “*persona*” vem de “*per/sonare*, a máscara pela (*per*) qual ressoa a voz (do ator)” (MAUSS, 2003, p. 385). Embora, para Mauss (2003), a palavra parece ter sido descrita por etruscos, e não por latinos, foram estes que deram à palavra “*persona*” o sentido inicial que posteriormente veio a ser de nosso entendimento. Além do caráter de “*persona civil*”, a pessoa também era representada por uma natureza, sem máscara. Nesse contexto, entre estoicos, uma consciência moral é atrelada ao sentido jurídico, “um sentido de ser consciente, independente, autônomo, livre, responsável” (MAUSS, 2003, p. 390). Ainda assim, a noção de pessoa não obtinha uma entidade metafísica; é o cristianismo que vai atribuir e reproduzir esse entendimento.

Com as histórias narradas neste trabalho, podemos evidenciar que a participação dos/as sujeitos/as entrevistados/as no movimento social LGBT é um indicador de luta pela garantia dos Direitos Humanos; é uma representação de pessoa como portadora de direitos. A busca por reconhecimento, visibilidade e por igualdade possui um sentido de autonomia, de responsabilidade, de atitude. Embora ajam na coletividade, os/as sujeitos/as com os/as quais trabalhamos representam e assumem a sua individualidade, as suas posturas, os seus posicionamentos; são, portanto, pessoa humana, pessoa como categoria do “eu”.

Esse processo de assumirem suas individualidades, isto é, de tornarem-se atores e atrizes sociais, permite-nos discutir sobre o entendimento de agência de Sherry Ortner. O entendimento de agência está atrelado a dois campos de significados: ao da intencionalidade e da realização de projetos; e ao campo das questões de poder. A agência como intencionalidade remete aos projetos que traçamos, que planejamos e desejamos perseguir.

Articulamos essa discussão com as histórias apresentadas neste estudo. Evidenciamos, por exemplo, que a proposta da Associação LGBT constitui-se num “jogo sério”⁵³. Trata-se de um projeto, imerso em desejos e intenções, que busca, com a participação de seus/suas

⁵³ Segundo Ortner (2007), há projetos culturalmente constituídos, os quais podem ser caracterizados como jogos sérios, em que os atores envolvidos (variáveis culturalmente, isto é, não universais) são entendidos como agentes que jogam com intencionalidade e estão engendrados às relações de poder e desigualdade.

integrantes, a luta pela visibilidade, por reconhecimento social, por igualdade de direitos e oportunidades. Por esse viés, reportamo-nos à narrativa de Robert sobre os objetivos e propósitos da Associação. Ele destaca:

O principal assim, a proposta maior é unir, é acabar com a segregação social no que envolve o movimento LGBT e dar visibilidade a esse movimento para fazer com que as pessoas, como sociedade, respeitem o movimento LGBT sem ver isso de uma forma com tanto pré-conceito. É só criando esse movimento, essa articulação que a gente faz com que as pessoas tratem, principalmente o movimento LGBT, com naturalidade (Excerto Entrevista, 15/09/11).

Evidenciamos, nesse sentido, um desejo por perseguir um projeto, com metas a serem desenvolvidas em uma sociedade marcada pela desigualdade e pelo preconceito. Trata-se de um “jogo sério”, que abarca pessoas/indivíduos/sujeitos de diferentes contextos, com múltiplas particularidades, mas que almejam dentro da Associação algo comum a todos/as: reconhecimento e respeito, como os/as próprios/as entrevistados/as apontam.

Há também os projetos traçados e desejados por cada sujeito/a. Isto é, os objetivos de vida, os quais são destacados, por exemplo, nas entrevistas realizadas, tais como: cirurgia de mudança de sexo, no caso de Maria Regina; obtenção de diploma universitário, no caso de Naraya Luisa Brum, Cindy e Luciana; adoção de um/a filho/a, no caso de Léo entre outras situações comuns entre eles/as.

Para melhor entendimento, de forma sucinta, descreveremos o “projeto” individual, os objetivos de cada informante. Véto, que já tentou suicídio por ser homossexual, atualmente diz que “dá a cara a tapas” para enfrentar o preconceito e assumir publicamente sua homossexualidade. Por isso, aproximou-se da Associação para ter a possibilidade de contribuir na luta pela garantia dos direitos LGBT. Véto atualmente está cursando Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e continua trabalhando como fotógrafo. Pretende publicar esse ano (2014) um romance homoafetivo.

Naraya Luisa Brum, que estuda Serviço Social, pretende se formar para trabalhar com o “lado social”. Afirma gostar de trabalhar em contato com as pessoas, ajudando-as de alguma forma, tanto que, antes de cursar Serviço Social, fez Farmácia e Radiologia Médica. Envolveu-se com a Associação LGBT por pensar no mercado de trabalho para os sujeitos LGBT; preocupa-se com o seu próprio futuro profissional. Naraya acredita que sua formação contribuirá para esse objetivo, já que não terá a ajuda financeira de seus pais para vida toda.

Já Maria Regina, casada desde 2007 com um homem, pretende terminar o Ensino Médio e cursar Direito. Deseja ser delegada para trabalhar na área de crimes com relação à

mulher. Entrou para a Associação, primeiramente, para lutar por si, por seu reconhecimento. Atualmente, pensa no grupo, nos direitos LGBT. Pretende reiniciar o processo de cirurgia de mudança de sexo. Um dos seus objetivos de vida foi realizado ainda esse ano: a colocação de prótese mamária.

Gisele pretende fazer a Carteira de Nome Social, já que, agora, reconhece-se como transexual. Após a autoidentificação como transexual, Gisele vem investindo incessantemente na sua transformação corporal. Iniciou com a ingestão de hormônios. Depois, optou pela depilação a *laser* e implante de silicone. Ela diz que não pretende fazer a cirurgia de mudança de sexo. Gisele saiu de Rio Grande, como havia planejado, assim que se identificou como transexual. Pretende seguir trabalhando como cabeleireira. Ela mantém contato com a Associação, participando de alguns eventos, principalmente com os referentes à sua visibilidade.

Léo afirmou que pretende terminar de cursar o Ensino Médio e, depois, fazer um curso Técnico em Enfermagem. Um de seus objetivos de vida é adotar um/a filho/a, assim que tiver com sua vida estabilizada.

Cindy trabalha como cabeleireira; afirma que a necessidade é maior que a pretensão, mas acredita que ainda vai fazer um curso universitário para aprender mais, talvez Biologia. No entanto, pretende continuar se especializando no seu trabalho.

Luciana Guerra ainda não conclui um curso universitário, mas pretende fazer isso já que diz ter trocado várias vezes de curso na universidade porque estava em processo de “transformação” corporal. , o que, segundo ela, dificultava sua permanência na universidade, principalmente por conta do nome social, já que teria que solicitar isso todas as vezes para os/as professores/as dos cursos. Ela não pretende fazer a cirurgia de mudança de sexo, pois afirma que essa é uma intervenção complicada, muito invasiva. Em conversa recente em uma reunião da Associação, Luciana Guerra diz que não vai fazer a Carteira de Nome Social, pois pretende fazer a troca de nome judicialmente. Atualmente, Luciana Guerra está participando da Associação LGBT de Rio Grande.

Robert é professor da rede estadual de ensino. No entanto está afastado da sala de aula, pois, atualmente, assumiu um cargo administrativo na sua escola. Cargo esse que espera continuar exercendo. Robert diz que pretende continuar na Associação exercendo sua função de presidente.

Evidenciamos, nesses trechos, a capacidade de agência desses/as sujeitos/as, que opera com base em seus desejos, anseios e pretensões. O sentido de agência problematizado nesse campo de significado – o da intencionalidade – não está isento de ação de poder. Portanto, a

agência não pode ser reduzida a um modo só, o da intencionalidade ou o das relações de poder. Esses dois campos entrelaçam-se. A emergência dos movimentos sociais e, conseqüentemente, da Associação LGBT de Rio Grande, com a capacidade de ação e “transformação” de seus integrantes/agentes, é um exemplo disso.

O sentido da agência que remete às relações de poder relaciona-se com a capacidade de agirmos diante das relações de desigualdade, de competição, de forças sociais. Todos/as nós temos a capacidade de agência; no entanto, por estarmos envolvidos/as nas múltiplas relações sociais que nos constituem, agimos, muitas vezes, com restrições. Os sujeitos LGBT, por exemplo, mesmo que de forma limitada, por inúmeros fatores sociais, religiosos, políticos, familiares, profissionais, possuem a capacidade de agência, ou seja, de agir e projetar suas vidas para além das estruturas sociais. Ao desconstruirmos, portanto, as “regras”; ao desafirmos as imposições sociais, ao reagirmos diante das estruturas socialmente estabelecidas, exercemos nossa capacidade de agência com base na possibilidade de resistência.

Podemos evidenciar o entrelaçamento desses dois campos de significados de agência em algumas situações vivenciadas pelos/as informantes. Isto é, além das ações desenvolvidas dentro do movimento LGBT, algumas experiências de vida elucidam essa articulação:

- No caso de Véto, quando ele reage contrariamente às expectativas de seus pais (casar com uma mulher e ter filhos/as), após tentar o suicídio e assumir a sua homossexualidade.
- No caso de Naraya, por exemplo, quando vai até uma loja com sua Carteira de Nome Social abrir um crediário. Ou quando ela se utiliza de algumas estratégias (“não mostrar os dentes”) no espaço universitário como uma forma de exigir respeito, já que é com educação que trata a todos/as.
- Quando Maria Regina, juntamente como seu esposo, aciona a justiça porque a empresa que seu marido trabalhava agiu com preconceito em relação a ele (exclusão de algumas atividades, agressão verbal) diante da apresentação da certidão de união estável dos dois. Ou quando ela reage diante da sociedade e da família, impondo-se (às vezes reagindo verbalmente ao preconceito que vivencia/vivenciou na rua), colocando-se no lugar de cidadã e não de vítima, exigindo que seja respeitada e tratada como tal. Quando ela abandona a casa que vivia com sua mãe para assumir sua feminilidade, já que sua mãe não

desejava isso, ou, até mesmo, quando participa da mobilização “Fora Feliciano!”, realizada no centro da cidade de Rio Grande, manifestando-se contra a atuação do Pastor Marcos Feliciano na presidência da Comissão dos Direitos Humanos e Minorias.

- No caso de Cindy, por exemplo, quando também sai de casa, já que vivenciava tantas situações de preconceito verbal por parte de sua mãe, que não aceitava a sua homossexualidade/feminilidade.

Essas são algumas situações que explicitam as duas modalidades de agência operando entre si a partir da contestação de determinadas situações, da manutenção controle diante de suas vidas, ou seja, da capacidade de agir em seus próprios nomes, reagindo às situações de desigualdade e de preconceito.

Essa possibilidade de resistência, que explicita a operação do poder na capacidade da agência, torna-se evidente a partir de práticas de liberdade (FOUCAULT, 2010a). A liberdade constitui-se em meio às lutas sociais, como as que são presenciadas nas histórias contadas. Essa capacidade de ação exercida pelos/as informantes/as só é possível porque são livres, ativos/as nas relações de poder. Contestar posicionamentos, substituir, transgredir ou criar novas/outras regras são exercícios de poder que levam às mudanças. Isso é o que entendemos por liberdade. Trata-se de outras formas de ver, pensar e agir que se constituem enquanto resistência. Esses movimentos de resistência, essas estratégias de fuga, essas lutas contra as técnicas de normalização dos sujeitos, trazem à tona outros modos de ser, outras formas de existência. Isto é, as subjetividades são (re)inventadas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: (RE)INVENTANDO-ME

Na trajetória de produção desta tese, dei-me conta do quanto me desestabilizei, questionei-me, mobilizei-me, (re)significando muitas de minhas percepções e opiniões acerca da constituição dos/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais. Ao revisitar as enunciações produzidas pelos/as participantes dessa pesquisa, com as entrevistas e observações realizadas, evidenciei as diferentes formas de ser, as quais me possibilitaram desconstruir inúmeros entendimentos e representações, carregados, muitas vezes, de preconceito, o que me levou a (re)construir e (re)pensar a própria maneira de ser e agir na sociedade.

Ao me debruçar sobre diferentes autores/as para o desenvolvimento desta pesquisa, tive a possibilidade de conhecer outros entendimentos acerca das temáticas problematizadas neste trabalho, outras articulações teóricas, outras metodologias e olhares que contribuíram muito para a minha constituição enquanto pesquisadora, professora, mulher e para a construção e o trilhar de outros caminhos.

Na produção da escrita desta tese, destacou-se a emergência de alguns discursos e enunciados que estão atrelados à constituição de alguns/algumas sujeitos/as gays, travestis e transexuais nos diferentes espaços educativos. Assim, discutiu-se o enunciado nomeado como **a constituição da homossexualidade**, o qual foi produzido com as enunciações dos/as participantes da pesquisa. Tais enunciações apontam algumas justificativas para a homossexualidade como algo “natural”, no sentido de buscar uma explicação, nesse âmbito, para tal subjetividade. Para problematizar o enunciado em questão, destacaram-se três cenas enunciativas: a busca de uma explicação e/ou gênese para a homossexualidade; o desejo como constituinte da subjetividade homossexual; e as questões de gênero e suas relações com a homossexualidade. Tais cenas entrelaçam-se e complementam-se, colocando em discussão o processo de produção do eu.

As modalidades enunciativas elencadas possibilitaram discutir o entendimento de Ciência como construção e problematizar o quanto os discursos produzidos por esse campo de saber circulam na contemporaneidade, assumindo um caráter de legitimidade. As enunciações no âmbito do discurso científico, as quais levam ao entendimento de que ou nasce-se gay ou nasce-se com um gene que determina a homossexualidade, são utilizadas como justificativas para a construção de um discurso “de verdade” sobre a homossexualidade, a fim de fundamentá-la ou naturalizá-la.

Além de uma explicação científica, os/as entrevistados/as destacam o desejo como um determinante da homossexualidade. Este é capaz de justificar e explicar a homossexualidade,

pois, segundo as enunciações produzidas, é com base no desejo pelo/a outro/a ou da negação do desejo pelo/a outro/a que se é capaz de compreender a sexualidade. Outro aspecto mencionado e utilizado como justificativa para a homossexualidade são as questões de gênero. Os/As participantes da pesquisa ressaltaram que as experiências vivenciadas na infância, as quais evidenciam suas aproximações e interesse por “coisas” ditas do gênero feminino ou masculino e que se opõem ou são incoerentes com seu sexo biológico, podem fundamentar a homossexualidade, buscando, nesse sentido, uma explicação no âmbito da “normalidade”.

Essas três cenas enunciativas que formam o enunciado da constituição da homossexualidade possibilitaram problematizar o quanto há uma preocupação em explicar a homossexualidade. O motivo: esta é, ainda, investigada, controlada, vigiada, questionada, analisada, buscando, dessa forma, também trazê-la para a “zona de normalidade”, assim como a heterossexualidade.

Também discutimos, com base nas enunciações que explicitam a construção biográfica dos/as participantes da pesquisa nas instituições de ensino, duas modalidades enunciativas. A primeira modalidade, intitulada “As relações sociais nas instituições de ensino: diferença ou (in)diferença?”, evidencia o relacionamento dos/as participantes com os demais sujeitos nas instituições de ensino e a articulação da homofobia nesses espaços. A segunda, nomeada como “Currículo e multiplicidades sexuais e de gênero: discutir ou ocultar?”, aponta para a importância da inclusão das temáticas multiplicidades sexuais e de gênero nos currículos escolares e acadêmicos.

De acordo com as enunciações produzidas, os discursos veiculados e (re)produzidos nas escolas e universidades (re)afirmam, muitas vezes, a heteronormatividade e reforçam a homofobia, quando tratam com (in)diferença o preconceito vivenciado pelos sujeitos LGBT. Neste sentido, destacou-se a importância que as escolas e as universidades podem ter no enfrentamento à homofobia com base em estratégias de ação e discussão das temáticas de multiplicidades sexuais e de gênero em seus contextos.

A fim de problematizar o **discurso da heteronormatividade**, buscou-se, na tese, também, conhecer e compreender como as instâncias sociais, entre estas a família, as instituições religiosas, o movimento LGBT (Associação LGBT do município de Rio Grande/RS) e as instituições médicas e psicológicas, que, com as suas estratégias de governo/governamento, interpelam os sujeitos, produzindo suas subjetividades. Para empreender esse movimento de pesquisa, analisaram-se as enunciações, que foram produzidas com base em entrevistas. Apresentou-se e discutiu-se sobre alguns registros produzidos em

diários durante a Observação Participante realizada no salão de beleza de um dos/as entrevistados/as e nas reuniões da Associação LGBT de Rio Grande. Destacou-se também o entrelaçamento dessas enunciações, problematizando o quanto as instâncias sociais ou espaços educativos problematizados reproduzem o discurso da heteronormatividade, interpelando os sujeitos.

A instituição familiar reforça o discurso da heteronormatividade quando (re)produz valores, normas e crenças com relação aos modos de ser. As instituições médicas e psicológicas também se constituem enquanto espaços de governamento. Com base nas “vozes autorizadas” dos/as médicos/as e de especialistas de diversas áreas, instituem-se a “normalidade” e a “anormalidade”, buscando, de alguma forma, intervir e corrigir aqueles/as tidos como “desviantes”. Nessas instâncias, muitas vezes, a confissão sobre os comportamentos e atitudes está presente como estratégia para a produção de um diagnóstico, tratamento ou intervenção na vida de gays, travestis e transexuais.

As práticas transgressoras de gênero e sexualidade também são censuradas e capturadas, por exemplo, pelo discurso da salvação nas instituições religiosas, onde, em muitas destas, há um controle sobre os gestos, corpos e desejos dos sujeitos. As análises produzidas na pesquisa destacam o quanto as instituições religiosas, ao seu modo, buscam normalizar e governar a vida dos sujeitos. Na contemporaneidade, evidenciamos o quanto os discursos religiosos, especialmente os produzidos pelo segmento fundamentalista, vem travando disputas e impedindo avanços com relações aos direitos LGBT. É nesse contexto que os movimentos sociais LGBT fortalecem-se e buscam, aos seus modos, combater a intolerância religiosa e ocupar espaços no âmbito político.

A Associação LGBT de Rio Grande é apontada pelos/as participantes da pesquisa como um espaço de luta pela igualdade de direitos, mas também como um espaço de visibilidade e reconhecimento. Esse espaço, embora seja educativo e de produção de subjetividades, é também onde se governa a vida dos sujeitos e onde as atitudes dos sujeitos são, de alguma forma, controladas. Isto é, no ambiente da Associação, os sujeitos LGBT produzem estratégias de luta pelos seus direitos e organizam eventos de visibilidade, mas é também nesse local que suas posturas na sociedade são problematizadas e, conseqüentemente, vigiadas, principalmente quando estas são incoerentes com o que é proposto pela Associação. Assim, os/as que acabam desviando de um “código de conduta” estabelecido pela Associação para seus/as integrantes, ou seja, situações que reproduzam preconceitos ou violência passam por cobranças e são “governados/as”, a fim de se enquadrarem nessas “normas”. Partindo

desses pressupostos, ressaltou-se o quanto os espaços educativos discutidos produzem efeitos na constituição dos sujeitos, buscando, de alguma forma, gerir as suas vidas.

Outro enunciado problematizado na tese foi **a produção do corpo e a (re)invenção de si**. Para tanto, discorre-se sobre a fabricação dos corpos de travestis e transexuais, enfatizando os efeitos produzidos em seus processos de subjetivação ao construírem suas feminilidades. Enfatizou-se o quanto o corpo é tido como suporte e possibilidade de evidência de outros modos de existencialização. Assim, este acaba também se tornando, muitas vezes, objeto de investigação em muitos contextos e situações, como no caso das travestis e transexuais. No texto, problematizou-se o quanto os termos transexualidade e travestilidade são polissêmicos e o quanto existe múltiplas formas de ser travesti e transexual.

As enunciações apresentadas explanam que as travestis e transexuais utilizam-se de inúmeras estratégias para a fabricação de seus corpos e de suas feminilidades. A farmacologia é tida como o suporte da produção desses corpos. As técnicas de modificações e transformações corporais – implante de silicone, maquiagem, produção de cabelo, vestuário – exteriorizam e visibilizam as particularidades das travestis e transexuais, ingressando-as no universo feminino.

Algumas entrevistadas mencionam a prostituição como uma experiência que as aproxima ainda mais da feminilidade, já que é representada por um universo glamoroso. A prostituição, além de constituir-se como um modo de adquirir recursos financeiros, também caracteriza como um modo de tornar visível a criatividade acerca da produção de sua feminilidade. Ainda que se tenha destacado, com base em suas enunciações, que o espaço da prostituição é um lugar de aprendizagens, de constituição de redes familiares e de inserção ao universo feminino, enfatizou-se, também, sobre o preconceito manifestado. As enunciações das transexuais e da travesti apontam que é com a criação de outras possibilidades, da construção de outros modos de ser, que os sujeitos constituem-se e (re)inventam-se.

Os/As informantes desta pesquisa visibilizam a produção de suas subjetividades no processo de narrar a própria vida e suas experiências. Segundo Larrosa (2013), a experiência é subjetiva. O sujeito da experiência permite e deixa que as coisas lhe aconteçam, que lhe passem, isto é, que passem seus sentimentos, suas representações. Enfim, é um sujeito aberto. Embora a experiência seja subjetiva, esta produz efeitos naquele/a que a experiencia. De alguma forma, sua história é (re)pensada, tocada, “afetada” pelas histórias e experiências que são narradas pelo/a outro/a.

Após o processo de ouvir, mas também “viver” as histórias contadas ao longo da pesquisa, saliento o quanto foi produtivo e importante aproximar-me de pessoas que

contribuíram para que eu enxergasse e entendesse o mundo de outra forma. Mundo esse que ainda me parecia distante primeiramente durante as entrevistas que mais se caracterizava por um olhar curioso, de alguém que estava de fora, que por um olhar de pesquisadora que já estava de alguma forma imersa nas histórias narradas.

Ao ir a campo, isto é, ao transitar por alguns dos mesmos espaços, participar dos mesmos eventos, vivenciar algumas situações que, até então, pareciam ser tão longínquas, tive a ideia, embora de forma muito tímida, do que é ser entendido/a como “um/a estranho/a” na sociedade. Olhares atentos e ao mesmo tempo carregados de desaprovação, comentários divertidos e ao mesmo tempo impregnados de preconceito, que é naturalizado na sociedade, gargalhadas e alegrias que pareciam mascarar as tristezas, as disputas, as discordâncias, as realidades vivenciadas. Conviver e aproximar-me mais de alguns/algumas dos/as participantes da pesquisa ao longo da Observação Participante possibilitou-me perceber que, na “vida real”, as dificuldades e as experiências de rejeição narradas nas entrevistas são mais comuns que se imagina. E não foi só a visão e a compreensão das dificuldades enfrentadas pelos/a participantes da pesquisa com relação à saúde, preconceito, igualdade de direitos que a “ida ao campo” proporcionou-me; propiciou-me, também, entender e vivenciar outras experiências, como participar e ajudar na organização de eventos sociais e solidários; comemorar e promover debates acerca de datas tão importantes, mas pouco divulgadas, como o Dia do Orgulho Gay na cidade; fazer parte, por meio de discussões, ideias e propostas, de uma Associação que vem lutando pelo respeito, pela igualdade de direitos e pelo combate ao preconceito, como a Associação LGBT de Rio Grande; participar e contribuir, de alguma forma, na organização de uma Parada da Diversidade, que talvez não tivesse participado pelo menos com o olhar e o entendimento de “hoje”. São momentos que possibilitaram a emergência de muitas outras inquietações, mas que também me proporcionaram “ver” e conhecer as pessoas de outro modo.

Interpelada por essa experiência e de alguma forma “afetada” pelas histórias que ouvi e presenciei, fica o desejo de continuar essa caminhada e estreitar as relações com o grupo que participou da pesquisa, mas também com o restante do público LGBT do município, no sentido de contribuir para a minimização da evasão escolar, isto é, de colaborar, principalmente nas questões referentes à escola. Com a participação no Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE/FURG), tenho informações de que há muitas travestis e transexuais encontrando dificuldades em permanecer no espaço escolar porque o nome social não é utilizado, ou pela questão do uso do banheiro, ou ainda por outras situações de preconceito que não somente travestis e transexuais têm vivenciado, mas gays e lésbicas

também. Assim, fica o interesse e o entusiasmo de seguir trilhando esse caminho com a pretensão de ouvir e (re)construir outras histórias, com a proposta não de determinar soluções para as questões e problemas que possam emergir nas escolas, mas apontar algumas sugestões, alguns possíveis caminhos, algumas possibilidades de como lidar com tais situações.

A partir das histórias que ouvi, dos dados produzidos e das pessoas que participaram dessa tese, pude observar que ser LGBT em Rio Grande talvez não seja tão diferente que ser LGBT em outros locais, mas acredito que existe, sim, uma particularidade, principalmente com relação a alguns/algumas dos/as participantes dessa pesquisa; singularidade essa que é caracterizada pela luta pela cidadania, não só LGBT, mas também pelos/as pobres, pelos/as idosos/as e pelos/as doentes...

Diante disso, fica a expectativa de que muitas pessoas tenham acesso a esse material, a fim de conhecer um pouco da realidade de alguns sujeitos LGBT e de que essa pesquisa, de alguma forma, produza efeitos em suas vidas e histórias. Também fica a perspectiva de que, de algum modo, esta pesquisa contribua para a Educação em Ciências, no sentido de possibilitar discussões acerca do entendimento de Ciência, das implicações das práticas científicas na constituição dos sujeitos, no caso desta tese, dos sujeitos LGBT, das possibilidades de abordagens nos espaços escolares, em que a Ciência é entendida, muitas vezes, como neutra, inquestionável e detentora da verdade.

Esta pesquisa propiciou-me olhar mais para o/a outro/a; despertou-me o interesse de conhecer mais o/a outro/a sem atribuir qualquer juízo de valor, o desejo de acolher, de ser solidária, de se envolver mais com a história do/a outro/a, a fim de produzir alguma diferença, de contribuir para cenários melhores, isto é, para o enfrentamento e combate da violência, da rejeição, do preconceito. Enfim, a produção desta pesquisa faz-me ser outra pesquisadora, outra pessoa; possibilitou (re)inventar-me.

9 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

_____. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana - RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2009.

ALBERTI, Verena. **Manual da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre: Bookman Companhia Editora Ltda, 2009.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. 2. ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 2008.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. **A batalha e o corpo: breves reflexões sobre travestis e prostituição**. Disponível em: <http://www.ciudadaniasexual.org/boletin/b11/breves_reflexoes_sobre_travestis_e_prostituicao.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2013.

_____. (Trans)formação do corpo e feitura do gênero entre travestis de Porto Alegre, Brasil. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/122336082/Artigo-Trans-formacao-do-corpo-e-feitura-do-genero-Marcos-Benedetti>>. Acesso em: 3 jul. 2013a.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. **Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas**. Revista Estudos Feministas, v. 20, n. 2, p. 569-581, maio/ago. 2012.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; Diniz Débora (Org.). **Homofobia & educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: EdUnb, 2009. p. 15-44.

_____. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'. In: LOURO, Guacira Lopes *et al* (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte, Autêntica, 2007, p. 151-172.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Desdiagnosticando o gênero**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n1/v19n1a06.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

CAETANO, Márcio Rodrigo Vale. **Os gestos do silêncio para esconder as diferenças**. Dissertação de mestrado. 2005. 157f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Gênero e sexualidade: um encontro político com as epistemologias de vida e os movimentos curriculares**. 2011. 228f. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro, 2011.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CANDIOTTO, Cesar. **Foucault e a crítica da verdade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Curitiba, Champagnat, 2010.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; ANDRADE, Fernando César Bezerra de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Gênero e diversidade sexual: um glossário**. João Pessoa: Ed. Universitária/EFPB, 2009.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COLLING, Leandro. **Heteronormatividade e a abjeção - os corpos de personagens não-heterossexuais nas telenovelas da rede globo (1998 a 2008)**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/88387031/Leandro-Colling-A-heteronormatividade-e-a-abjecao-os-corpos-de-personagens-nao-heterossexuais-nas-telenovelas-da-rede-globo-1998-a-2008>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007. p. 103-127.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Biografia e educação: figuras do indivíduo projeto**. Natal: EDUFRRN, São Paulo: Paulus, 2008.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul (Org.). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

EWALD, François. Foucault e a norma. In: EWALD, François (Org.). **Foucault, a norma e o direito**. Lisboa: Veja, 1993. p. 77-125.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins Fernandes. **A Agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**. 2011. 422p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, SC, 2011.

FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: Editora Autores Associados. n. 25, abr. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 mar. 2013.

FERRARI, Anderson; DINALI, Wesley. Herança moderna disciplinar e controle dos corpos: quando a escola se parece com uma “gaiola”. **Educ. Rev.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 02, jun. 2012. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982012000200018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 mar. 2013.

FILHO, Kleber Prado; TRISOTTO, Sabrina. **A Psicologia como disciplina da norma nos escritos de M. Foucault**. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/pdf3/KLEBER.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11662.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

_____. **Foucault e análise do discurso em educação**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2012a.

FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits II**. Paris: Ed. Gallimard, 1994.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975 – 1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Um diálogo sobre os prazeres do sexo. In: FOUCAULT, Michel (Org.). **Um diálogo sobre os prazeres do sexo. Nietzsche, Freud e Marx**. Theatrum Philosophicum. São Paulo: Landy Livraria Editora e Distribuidora Ltda, 2000. p. 11-45.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Ditos e Escritos III: Estética, literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense, 2001a.

_____. **Ditos e Escritos I: Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **Microfísica do poder**. 20. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. **História da sexualidade 2: O uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007a.

_____. **Segurança, território e população:** curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009a.

_____. O sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul (Org.). In: **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 273-295.

_____. **Ética, sexualidade, política (Ditos e Escritos V).** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

_____. **Repensar a política (Ditos e Escritos VI).** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

_____. **Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade.** Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em:
<<http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/sexo.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2011.

_____. **Da amizade como modo de vida gay.** Disponível em:
<<http://www.filoesco.unb.br/foucault/amizade.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2011a.

_____. **Ditos e Escritos VII: Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011b.

_____. **O que é um autor.** Disponível em:
<http://fido.rockymedia.net/anthro/foucault_autor.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2012.

_____. **Doença Mental e Psicologia.** Disponível em:
<<https://skydrive.live.com/?cid=179657EA10299FD8&id=179657EA10299FD8!392&authkey=!AKsfB1efjIqawFA#cid=179657EA10299FD8&id=179657EA10299FD8!503&authkey=!AKsfB1efjIqawFA>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade.** 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; Felipe, Jane; Goellner, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 28-40.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro, LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1988.

GOLDIM, José Roberto. Ética e pesquisa em antropologia. In: VÍCTORA, Ceres *et al* (Org.). **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil.** Niterói: EdUFF, 2004. p. 163-168.

GREEN, James. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 2000.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

HENNING, Paula Corrêa. **Efeitos de sentido em discursos educacionais contemporâneos**: produção de saber e moral nas Ciências Humanas. 2008. 282f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

KLAUSS, Viviane. **A família na escola**: uma aliança produtiva. Dissertação de Mestrado. 263 f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2004.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e da educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 35-86.

_____. Notas sobre narrativa e identidade (a modo de presentación). In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. (Org.). **A aventura (auto)biográfica**: teoria e empiria. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2004. p. 11-22.

LEITE JR., Jorge. **Nossos corpos também mudam**: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. São Paulo: Annablume, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes *et al* (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 8-34.

MACHADO, Roberto. **Foucault**: a ciência e o saber. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”. In: MAUSS, Marcel (Org). **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom & HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MENDONÇA, Liana Souto Corrêa de. **Histórias de enfrentamentos**: as portadoras da infecção pelo HIV/AIDS em Pelotas (RS). 2009. 150f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

MEYER, Dagmar Estermann; KLEIN, Carin; ANDRADE, Sandra dos Santos. Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade: implicações educativas. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, n. 46, dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982007000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 mar. 2013.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pela diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

MUSSKOPF, André. **Religião e sexualidade**. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MA/article/viewFile/3519/3323>>. Acesso em 25 abr. 2013.

NATIVIDADE, Marcelo. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Revista Latino-americana. n. 2 – 2009. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/32/153>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. **O governo pedagógico**: da sociedade de ensino para a sociedade de aprendizagem. Tese de doutorado. 266f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS, Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. 2. ed. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ORTNER, Sherry. Poder e projetos: reflexões sobre agência. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry (Org.). **Conferências e diálogos**: saberes e práticas antropológicas. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 45-80.

PELÚCIO, Larissa. “Próteses, desejos e glamour: tecnologias de si na construção de corpos travestis no mercado do sexo transnacional”. In: SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos; RIBEIRO, Paula Regina Costa. (Orgs.) **Corpo, gênero e sexualidade**: instâncias e práticas de produção nas políticas da própria vida. Rio Grande: FURG, 2011, p. 77-86.

_____. **Travestis, a (re)construção do feminino**: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/view/34/34>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

PERES, Wiliam Siqueira. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009. p. 235-264.

_____. **Travestis, escolas e processos de subjetivação.** Disponível em: <<http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/revistainstrumento/article/viewFile/935/79>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

_____. Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos. In: SOUZA, Luiz Antônio Francisco de; SABATINE, Thiago Teixeira; MAGALHÃES, Boris Ribeiro de. (Orgs.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito.** Marília, Oficina Universitária, São Paulo, Cultura Acadêmica, 2011a. p. 69-104.

_____. **Travestilidades nômades: a explosão dos binarismos e a emergência queering.** Revista Estudos Feministas. v. 20, n.02, p. 539-547, mai/ago. 2012.

_____. **Travestis, cuidado de si e serviços de saúde: algumas reflexões.** Disponível em: <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/39/Documentos/travestis_cuidado_de_si_e_servicos_de_saude.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2013.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Ética e história oral.** Projeto História, Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, vol. 15, 1997. p. 13-49.

PORTOCARRERO, Vera. **As ciências da vida: de Ganguilhem a Foucault.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

_____. **Instituição escolar e normalização em Foucault e Canguilhem.** Disponível em: <http://www.pgfil.uerj.br/pdf/publicacoes/portocarrero/portocarrero_04.pdf>. Acesso em 05 de mar. 2013.

PRECIADO, Beatriz. **Las políticas del sexo y del deseo.** Disponível em: <http://edant.revistaenie.clarin.com/notas/2010/06/19/_-02203127.htm>. Acesso em: 26 jun. 2011.

PRINS, BAUKJE; MEIJER, IRENE COSTERA. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p.155-167. Jan. 2002.

RAMOS, Sílvia. Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In: GROSSI, Miriam Pilar *et al.* (Org.). **Movimento sociais, educação e sexualidades.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 31-44.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Inscrevendo a Sexualidade: discursos e práticas de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental.** 2002. 125 f. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 2002.

RIBEIRO, Paula Regina Costa; SOARES, Guiomar Freitas; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. A ambientalização de professores e professoras homossexuais no espaço escolar. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009. p. 183-211.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SEFFNER, Fernando. Cruzamentos entre gênero e sexualidade na ótica da construção da(s) identidade(s) e da(s) diferença(s). In: SOARES, Guiomar Freitas; SILVA, Méri Rosane; RIBEIRO, Paula Regina Costa (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: problematizando práticas educativas e culturais. Rio Grande: FURG, 2006. p. 85-93.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Narrar o trauma** – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 73-102.

SILVEIRA, Fernando de Almeida; SIMANKE, Richard Theisen. **A psicologia em História da Loucura de Michel Foucault**. vol. 21, n.1. Jan./Abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000100003>. Acesso em: 20 abr. 2013.

SLOMKA, Marcelo. **Corpo e juventude**: a nomeação do outro na escola. 115f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 2006.

SOUSA FILHO, Alípio de. Foucault: o cuidado de si e a liberdade ou a liberdade é uma agonística. In: ALBURQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de (Org.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 13-26.

_____. Teorias sobre a gênese da homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009. p. 95-124.

_____. **Foucault**: o cuidado de si e a liberdade, ou a liberdade é uma agonística. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/ARTIGOS%20ACADEMICOS/ARTIGOS_PDF/FOUCAULT,%20O%20CUIDADO%20DE%20SI%20E%20A%20LIBERDADE.pdf>. Acesso em: 15 de nov. 2013.

SPARGO, Tamsin. **Foucault y la teoria queer**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2004.

SIQUEIRA, Paula. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. In: **Cadernos de Campo** – revista dos alunos de pós-graduação em antropologia social da USP. Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. N. 13, ano 14. São Paulo: USP, FFLCH, 2005. p.155-161.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VALLADARES, Licia. **Os dez mandamentos da observação participante**. Rev. Brasileira de Ciências Sociais [online]. 2007, vol.22, n.63, p. 153-155.

VEIGA-NETO, Alfredo. Pensar a escola como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da Modernidade. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **A escola tem futuro?**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 103-126.

_____. **Foucault e a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. Governo ou governo? **Currículo sem Fronteiras**. v.5, n.2. Jul/Dez 2005. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol5iss2articles/veiga-neto.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência**: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1989.

VIANNA, Heraldo Marelím. **Pesquisa em educação**: a observação. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

VÍCTORA, Ceres. Ética de pesquisa em equipe multidisciplinar. In: VÍCTORA, Ceres *et al* (Org.). **Antropologia e ética**: o debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004. p. 83-88.

10 APÊNDICES

10.1 APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- OBJETIVO DA PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Objetivo geral da pesquisa: investigar os enunciados e as práticas de si que constituem os/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais nos espaços educativos.

Informações gerais sobre a pesquisa (gravações, transcrições e análises das narrativas produzidas)

Você está sendo convidada/o para participar deste Projeto de Pesquisa de Doutorado que para melhor compreensão e registro das narrativas, nossas conversas serão gravadas, filmadas e transcritas. A filmagem será utilizada somente para facilitar a transcrição, em nenhum momento sua imagem será utilizada e divulgada na pesquisa. Para que possas ler, acrescentar, retirar ou modificar algum detalhe, você receberá sua narrativa após a transcrição. O seu nome só será utilizado caso a/o colega autorize. As entrevistas serão analisadas durante a pesquisa, gerando a produção e publicação da tese.

Sua participação

Caso você deseje obter alguma informação relacionada à pesquisa, contate a pesquisadora Deise Azevedo Longaray e/ou a Prof^a Orientadora Dr^a Paula Regina Costa Ribeiro, através do telefone (53) 32935073 (Sala de permanência do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola – GESE/FURG) e/ou (53) 91590008 (Deise). Sua participação é voluntária, podendo recusar-se inclusive a responder qualquer pergunta, bem como deixar de participar da pesquisa a qualquer momento.

VERIFICAÇÃO DO CONSENTIMENTO

Pelo presente Termo de Consentimento, declaro que fui informada/o e esclarecida/o dos objetivos, da justificativa e dos procedimentos, e aceito participar da pesquisa.

Assinatura da(o) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Data: _____

10.2 APÊNDICE 2: ROTEIRO DA ENTREVISTA

Dados de identificação:

Nome civil:

Nome social:

Nome para uso na pesquisa:

Data de nascimento:

Cargo/função/profissão:

Estado civil:

Identidade sexual: () heterossexual () homossexual () bissexual

Identidade de gênero: () travesti () transexual

Gênero: () feminino () masculino

- 1) Por que você decidiu usar este nome na pesquisa?
- 2) Você estuda? Onde? Qual sua escolaridade, área de formação?
- 3) Em caso negativo, o que levou você a “abandonar” os estudos?
- 4) Tendo em vista a sua identidade sexual e identidade de gênero, como é a sua relação com os sujeitos da instituição de ensino em que você estuda ou em que você estudou?
- 5) Você já vivenciou situações homofóbicas/preconceito no espaço escolar/ou na universidade? Como foi?
- 6) Como você se “percebeu” homossexual e como foi lidar com essa identificação?
- 7) Em caso de identificação como travesti ou transexual, como foi o processo de mudança na vida pessoal e social?
- 8) Como é ou como foi lidar com a sua identidade sexual e de gênero, em relação à família, à escola, aos amigos, à sociedade em geral?

- 9) Como você acha que, na escola, os/as professores/as lidam com a temática diversidade sexual e de gênero, e como deveriam lidar?
- 10) Você acha difícil as pessoas aceitarem a diversidade sexual e de gênero? Na sua opinião, qual é o/a maior limitação/obstáculo/entrave quanto a esse aspecto? O que leva as pessoas a não aceitarem?
- 11) Onde você considera que é mais difícil assumir a homossexualidade, bissexualidade, transgeneridade? Por quê?
- 12) Como você percebe a homofobia atualmente?
- 13) Você tem conhecimento acerca das discussões que estão sendo realizadas sobre chamado “kit gay”? Como percebe essa discussão na constituição dos sujeitos LGBT? Você considera importante que essa discussão sobre a homossexualidade e a homofobia seja feita na escola? De que forma você propõe essa discussão ou como considera que deveria ser discutida essa questão?

10.3 APÊNDICE 3: TERMO DE CESSÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS

**TERMO DE CESSÃO**

Rio Grande, _____ de 2011.

Eu, _____
carteira de identidade nº _____, declaro para os devidos fins que
cedo os direitos de minha entrevista, transcrita, revisada e autorizada para leitura, para ser
utilizada por Deise Azevedo Longaray na sua Pesquisa de Doutorado que está sendo
desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências na Universidade
Federal do Rio Grande – FURG.

Assinatura

10.4 APÊNDICE 4: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - USO DO NOME



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____ autorizo Deise Azevedo Longaray a usar o nome _____ como minha identificação na sua pesquisa de doutorado que tem como objetivo geral: investigar os enunciados e as práticas de si que constituem os/as sujeitos/as gays, travestis e transexuais nos espaços educativos.

VERIFICAÇÃO DO CONSENTIMENTO

Pelo presente Termo de Consentimento, declaro que fui informada/o e esclarecida/o dos objetivos, da justificativa e dos procedimentos, e autorizo a utilização do nome mencionado acima na presente pesquisa.

Assinatura da(o) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Data: _____

10.5 APÊNDICE 5: ROTEIRO DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
 INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS



ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Objetivo da observação: Observar e analisar o comportamento dos/as sujeitos/as participantes da pesquisa intitulada “A (Re) Invenção de si: investigando a constituição de sujeitos gays, travestis e transexuais” no salão de beleza, bem como suas relações com os/as demais sujeitos que transitam no local.

O que observar:

- **Quem faz parte do grupo no momento da observação:** descrever quantas e quais pessoas participam do grupo no dia de realização da observação e se possível destacar os motivos pelos quais tais pessoas encontram-se no local (relação de amizade com os/as participantes da pesquisa, clientes do salão, etc);
- **O ocorre no grupo no momento da observação:** o que as pessoas que estão no grupo falam e fazem no momento da observação, como se relacionam entre si e como os/as outros/as que não trabalham no salão, como é a organização no local, quais as funções de cada um/a no grupo, quais os assuntos das conversas no grupo, quais as diferentes formas de linguagem usada pelo e no grupo;
- **Como se posicionam os/as sujeitos/as participantes da pesquisa:** destacar como se vestem, quais os gestos, expressões faciais, tom de voz, linguagem corporal, verbal e não verbal usada por cada um/a dos observados/as, como reagem diante da presença da pesquisadora, como se relacionam com a pesquisadora no momento da observação, questionam a mesma sobre a pesquisa e sobre a observação em si;
- **Onde o grupo está localizado:** descrever características do local onde ocorre a observação, como é organizado o espaço, descrever, inclusive, os recursos utilizados pela pesquisadora durante a observação;
- **Como são os encontros dos sujeitos participantes da pesquisa e quando se encontram:** descrever se todos/as estão nos mesmos dias e horários no salão, com que frequência se encontram no local, etc.

10.6 APÊNDICE 6: TERMO DE CONSENTIMENTO – USO DAS ATAS DE REUNIÃO
DA ALGBT RIO GRANDE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
carteira de identidade nº _____, presidente da Associação LGBT de Rio Grande, autorizo Deise Azevedo Longaray a utilizar em sua Tese de Doutorado informações discutidas nas reuniões da Associação e contidas nas atas de reunião. A Pesquisa está sendo desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências na Universidade Federal do Rio Grande – FURG e tem como objetivo “investigar os enunciados e as práticas de si que constituem os sujeitos gays, travestis e transexuais nos espaços educativos”.

VERIFICAÇÃO DO CONSENTIMENTO

Pelo presente Termo de Consentimento, declaro que fui informado e esclarecido dos objetivos, da justificativa e dos procedimentos da pesquisa.

Assinatura do presidente da Associação: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Data: _____

11 ANEXOS

11.1 ANEXO 1: ESTATUTO DA ALGBT RIO GRANDE

ASSOCIAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRANSGÊNEROS DO RIO GRANDE	
ALGBT/RG	
ESTATUTO SOCIAL	
CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS <i>Fundada 19/10/10</i>	
Art. 1º	A Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros do Rio Grande, doravante designada pela sigla "ALGBT/RG", cujo nome e fins foram aprovados em 19 de Outubro de 2010, data de sua fundação, é uma <u>pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com duração por tempo indeterminado</u> , com sede e foro no Município de Rio Grande, Rio Grande do Sul, na Travessa dos Xavantes, nº 89, Bairro Santa Tereza, Nesta.
Art. 2º	A ALGBT/RG tem caráter democrático, informativo, mobilizador, assistencial, artístico cultural e de qualificação profissional. É notadamente autônoma, não sendo vinculada a partidos políticos, grupos religiosos e, ou a qualquer entidade ou filosofia cujos fins, específicos ou não, não digam respeito às finalidades do Artigo 3º do presente Estatuto.
Art. 3º	Constitui finalidade fundamental da ALGBT/RG ser um instrumento de expressão da luta pela conquista dos direitos humanos plenos das pessoas, independente de sua orientação afetivo-sexual, doravante aqui denominados lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e contra quaisquer formas de discriminação a todos os grupos acima citados, sejam elas jurídicas, sociais, políticas, religiosas, culturais ou econômicas.
Art. 4º	Constituem <u>finalidades adicionais</u> da ALGBT/Rio Grande:
I	Promover campanhas gerais e/ou informativas procurando ser um instrumento de expressão, em nível regional e nacional, das diretrizes políticas propostas por seus membros, que busquem a obtenção de todos os direitos para lésbicas, gays, transgêneros, bissexuais;
II	Promover a união de ALGBT no Rio Grande, através de coordenação de ações políticas no âmbito estadual, nacional e internacional;
III	Promover cursos, seminários, fóruns de debates e encontros que atendam às necessidades de aprofundamento dos temas relevantes à realidade de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, bissexuais;
IV	Estimular e promover o intercâmbio de informação e cooperação entre grupos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, mesmo não filiados, objetivando a emancipação homossexual, bem como outros movimentos que apoiem essa luta no Rio Grande do Sul, Brasil e no Exterior;
V	Defender os interesses comuns de seus membros e representar seus associados sempre que necessário;
VI	Apoiar a criação e o desenvolvimento de entidades de gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros no Rio Grande, promovendo iniciativas que visem o alcance da cidadania plena para estes grupos e o fim de qualquer discriminação por orientação sexual;

- VII Servir de ponto de referência em casos de discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros ou de violação dos direitos humanos dos mesmos, fornecendo, dentro do possível, apoio jurídico e logístico;
- VIII Reivindicar, protestar e usar todos os meios legais para reprimir qualquer forma de discriminação por orientação sexual, visando inclusive o direito de resposta por todos os meios de comunicação disponíveis;
- IX Assessorar os associados na elaboração de todos os tipos de projetos que promovam os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros sua saúde física e psicológica entre outros;
- X Promover e apoiar ações no combate a epidemias de HIV/AIDS, Hepatite B e C, Tuberculose, HPV, trabalhando a saúde integral em todos os seus aspectos de especificidades de gênero, raça/etnia, numa perspectiva de redução de danos;
- XI Colocar-se ao lado de todas as entidades e organizações populares e movimentos que almejam transformar a vida das pessoas, fazendo-as mais livres e dignas. Estar ao lado dos chamados setores oprimidos e de todos os grupos vítimas da opressão generalizada ou específica;
- XII Divulgar para a sociedade as finalidades, objetivos, promoções e realizações da ALGBT/Rio Grande.
- Art. 5º No desenvolvimento de suas atividades, a ALGBT/RG observará os princípios de legalidade, impessoalidade, economicidade, princípio da publicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça/etnia, gênero, religião ou orientação afetivo-sexual.
- § único A ALGBT/RG dedicará as suas atividades por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, por meio de doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.
- Art. 6º A AGLBT/Rio Grande terá um Regimento Interno que, aprovado pela Assembléia Geral, disciplinará seu funcionamento.

CAPÍTULO II – DAS FORMAS DE ASSOCIAÇÃO

- Art. 7º Pode ser filiado a ALGBT/Rio Grande número ilimitado de grupos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e heterossexuais, bem como: outras pessoas jurídicas com finalidades afins as da ALGBT/Rio Grande, com a exceção de grupos ligados a partidos políticos, grupos com ideologias religiosas específicas e grupos que defendam a pedofilia e a ideologia homofóbica, que aceitem o presente Estatuto e que tenham formalizado inscrições conforme previsto no presente.

Art. 8º Os filiados da ALGBT/Rio Grande se dividem em três categorias:

- a) ASSOCIADO (A): Pessoas de orientação afetivo-sexual dos segmentos gays, lésbicas, travestis, transexuais e heterossexuais, sediada no município e no Brasil, sem fins lucrativos, que concordem e apoiem os objetivos da ALGBT-Rio Grande.

b) COLABORADOR(A): é qualquer entidade pública ou privada, brasileira ou não, que concorde com os objetivos da ALGBT/RG, observando os Art. 3º e 4º do presente Estatuto.

c) PARCEIRO (A) é a Pessoa, Empresa, Instituição, Associação ou Entidade, sediada no Rio Grande- RS, sem fins lucrativos, que concorde e apoiem os objetivos da ALGBT/RG, que seja de abrangência municipal.

Art. 9º Para se associar à ALGBT/Rio Grande, o candidato a qualquer categoria de filiado deverá:

- a) Encaminhar para a Secretaria Geral da ALGBT/RG o seu pedido de filiação em formulário próprio, cópia do cartão CPF; cópia da RG e cópia da Certidão de Nascimento e comprovante de residência;
- b) Concordar por escrito com os objetivos da ALGBT/RG
- c) Cada Assembléia Geral receberá lista de novos filiados, visando à aprovação por maioria simples, em plenária, de novas inscrições. Em caso de rejeição baseada no Regimento Interno, a próxima Assembléia Geral decidirá caso a caso, encaminhando por escrito os motivos da rejeição da filiação ao candidato, preferencialmente na presença do mesmo.

Art. 10 São direitos dos filiados da ALGBT/Rio Grande:

- I Votar e ser votado para os cargos eletivos, desde que seja associado e esteja em dia com as contribuições, com exceção aos associados, colaboradores e parceiros;
- II Tomar parte nas Assembléias e demais eventos da ALGBT/RG;
- III Beneficiar-se de todas as finalidades constantes deste Estatuto;
- IV Receber um certificado e/ou declaração de comprovação de filiação à ALGBT/RG.

Art. 11 São deveres dos filiados da ALGBT/RG:

- I Cumprir e fazer cumprir todas as disposições do presente Estatuto e de regimentos que venham a ser criados;
- II Acatar as decisões da Assembléia Geral em primeira instância;
- III Pagar a importância de R\$ 10,00(dez reais) no ato de filiação, e nos anos subsequentes o mesmo valor a título de anuidade, até o último dia útil do ano.
- IV Informar todas as questões pertinentes, externas e internas, às Secretarias cabíveis, visando à tomada de providências necessárias para cada caso concreto.

§ 1º Considera-se excluído da ALGBT/Rio Grande o associado que preenche pelo menos um dos seguintes requisitos:

1. Deixar de comparecer às reuniões da ALGBT/RG ao longo de dois anos consecutivos, sem justificativa;
2. Deixar de manter contato no período de doze meses; *? 110 dias*

3. Deixar de efetuar pagamento da contribuição de filiado, sem justificativa prévia por mais de seis meses consecutivos;
4. Deixar de cumprir as normas previstas no regimento interno.
- § 2º O filiado excluído da ALGBT/RG terá o direito de apresentar pedido de recurso à Assembléia Geral.
- § 3º O filiado que não puder pagar a taxa prevista no inciso III, do artigo 11, deverá encaminhar para a tesouraria, papel ofício, assinada e autenticada com a alegação de que não possui rendas próprias, como doações, convênios e financiamentos;
- § 4º A exclusão do associado só admissível por justa causa ou se for reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à assembléia geral especialmente convocada para esse fim, sem prejuízo de outros assuntos pautados.
- Art. 12 São Requisitos para demissão dos associados:
- I Por grave violação aos princípios estabelecidos pelo Estatuto da ALGBT/RG.
- § único Para demissão do associado além da incidência do inciso I deste artigo, deverá ser reconhecida em deliberação fundamentada, por no mínimo 2/3 dos associados presentes na Assembléia Geral, convocada para esse fim;
- Art. 13 Os filiados não respondem, nem subsidiariamente, pelos encargos da Instituição.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO

- Art. 14 A ALGBT/RG será composta da seguinte forma:
- I Assembléia Geral;
- II Diretoria;
- III Conselho de Ética; e
- IV Conselho Fiscal.
- § 1º A ALGBT/RG não remunera, sob qualquer forma, os cargos de sua Diretoria ou Colegiado de Secretarias, Conselho Fiscal ou Conselho de Ética, bem como as atividades de seus sócios, cujas atuações são inteiramente gratuitas;
- § 2º A ALGBT/RG não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidas mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.
- Art. 15 A Assembléia Geral, órgão soberano da Instituição, se constituirá dos filiados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 16	Compete à Assembléia Geral:
I	Decidir por maioria simples nos termos do presente Estatuto;
II	Eleger e destituir a Diretoria, o Conselho Fiscal e o Conselho de Ética, total ou parcialmente;
III	Decidir sobre alterações do Estatuto da ALGBT/RG;
IV	Decidir sobre a extinção da ALGBT/RG;
V	Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
VI	Aprovar e fazer observar o Regimento Interno e o Estatuto da ALGBT/RG, bem como as normas internas de funcionamento das Secretarias.
VII	Aprovar as contas da ALGBT/RG;
VIII	Destituir administradores;
§ único	Para as deliberações a que se referem os incisos III e VIII é exigido o voto concorde de dois terços dos associados em dia com suas obrigações estatutárias presentes à assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço dos associados em dia com suas obrigações estatutárias nas convocações seguintes.
Art. 17	A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para:
I	Formular as diretrizes políticas de atuação da Entidade;
II	Definir o programa de trabalho anual, assim como toda a pauta dos eventos da ALGBT/RG;
III	Apreciar o relatório anual e avaliar o desempenho da executiva e secretarias regionais e do Conselho de Ética;
IV	Discutir e homologar as contas e o balanço aprovados pelo Conselho Fiscal;
V	Aprovar, por maioria simples, os novos filiados da ALGBT/RG, conforme os Artigos 7º e 9º do presente Estatuto;
VI	Fixar o valor da mensalidade ou anuidade que contribui para a manutenção da ALGBT/RG;
VII	Aprovar o orçamento anual da ALGBT/RG como um todo e os orçamentos individuais das Secretarias.
Art. 18	A Assembléia Geral realizar-se-á, extraordinariamente, quando convocada com antecedência de no mínimo quinze dias;
I	Pela Diretoria e/ou
II	Pelo Conselho Fiscal; e/ou
III	Pelo Conselho de Ética; e/ou

- IV Por requerimento de um quinto os seus Associados quites com as obrigações sociais.
- § 1º A Assembléia Extraordinária instalar-se-á em primeira convocação com a maioria dos Associados e, em segunda convocação, com qualquer número, ressalvando o disposto no art. 11, parágrafo 4º, art. 12, parágrafo único e artigo 16 parágrafo único deste Estatuto.
- § 2º A Assembléia Extraordinária tratará tão somente do assunto para o qual foi convocada.
- Art. 19 A convocação das Assembléias Geral Ordinária e Extraordinária será feita por meio de edital publicado em jornal de grande circulação na cidade, site da entidade, se houver, e de correspondência eletrônica remetida a todos os filiados, com antecedência mínima de 05(cinco) dias respectivamente. O edital será afixado na sede da ALGBT/RG.
- § Único O quorum mínimo para abrir as sessões da Assembléia Geral é de 25% dos filiados da AGLBT/Rio Grande e as deliberações e decisões serão definidas por maioria simples, respeitando o disposto no art. 11, parágrafo 4º, art. 12 parágrafo único e artigo 16 parágrafo único do estatuto em dias com suas obrigações estatutárias.
- Art. 20 A ALGBT/Rio Grande adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.
- Art. 21 A Diretoria da ALGBT/Rio Grande será composta por
- a) Presidente (a) / Vice Presidente (a)
 - b) Secretário (a) Geral
 - c) Secretário(a) de Projetos e Eventos/Secretário(a) Adjunto
 - d) Secretário (a) de Finanças e Administração - (Tesouraria)
 - e) Secretaria de Comunicação e Mobilização
 - f) Conselho de Ética
 - g) Conselho Fiscal
 - h) Conselho dos Direitos Humanos, Cidadania;
- § 1º O mandato da Diretoria será de 03 (três) anos, podendo ser reeleito por mais um mandato consecutivo e podendo se recandidatar após o intervalo de um mandato para o mesmo cargo.
- § 2º Somente em caso de vacância ou impedimento do (a) Presidente, o mesmo será substituído (a) pelo(a) seu (a) respectivo (a) vice-presidente que completará o mandato.

SEÇÃO I – DA DIRETORIA

- Art. 22 Compete à Diretoria:

- I Elaborar e executar o programa anual de atividades, aprovado pela Assembléia Geral;
 - II Elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual;
 - III Reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
 - IV Contratar e demitir funcionários;
 - V Preservar a sintonia da ALGBT/RG com o conjunto da sociedade civil;
 - VI Elaborar o orçamento anual da ALGBT/RG e apresentá-lo à Assembléia Geral para aprovação
 - VII Representar a Associação perante a Sociedade Civil, o Estado e Entidades Nacionais e Internacionais;
- Art. 23 A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que necessário convocado por meio seguro e passível de comprovação, informando a data, a hora, o local e a pauta da reunião, feita com antecedência mínima de dez dias quando ordinária.
- Art. 24** **Compete ao (à) Presidente:**
- I Representar a ALGBT/RG na qualidade ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;
 - II Não cabe ao (à) Presidente responder subsidiariamente pela ALGBT/RG;
 - III Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e os Regimentos Internos que disciplinem o funcionamento da entidade;
 - IV Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais;
 - V Coordenar a Presidência;
 - VI Acompanhar com o(a) Tesoureiro(a) os documentos referentes à gestão financeira da ALGBT/RG;
 - VII Supervisionar e coordenar as atividades da entidade;
 - VIII Assinar todas as correspondências e documentos emitidos pela Presidência;
 - VIII Apresentar relatório semestral das atividades realizadas;
 - IX Realizar as demais funções delegadas pela Diretoria;
 - X Autorizar o pagamento de despesas da responsabilidade da ALGBT/RG;
 - XI → Assinar cheques em conjunto com o(a) Tesoureiro(a) e ou um dos vice-presidentes, na ausência ou impedimento dos mesmos;
 - XII Supervisionar e auxiliar os recursos financeiros da edição do Jornal da ALGBT/RG;

Art. 25**Compete aos Vice-Presidentes:**

- I Auxiliar o(a) Presidente e substituí-lo (a) em suas faltas ou seus impedimentos;
- II Autorizar despesas para pagamento pela Tesouraria, no impedimento do(a) Presidente;
- III Assinar cheques, na falta ou no impedimento do(a) Presidente, em conjunto com o(a) Tesoureiro(a).

Art. 26**Compete ao(à) Secretário(a) Geral, Projetos e Eventos**

- I Manter em ordem e em dia o arquivo e o fichário dos filiados da ALGBT/RG;
- II Secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral e redigir as atas;
- III Elaborar e aprovar projetos, planos e programas deliberados pela assembléia geral, organizar cursos, palestras, seminários, conferências e eventos de qualquer natureza afins com os objetivos da ALGBT/RG;
- IV Promover cursos de formação junto aos grupos e/ou núcleos para coordenadores e pessoas interessadas;
- V Elaborar projetos para a obtenção de recursos para desenvolver trabalhos desta Secretaria;

Art. 27**Compete ao(à) Secretário de Finanças e Administração:**

- I Coordenar a Tesouraria;
- II Assinar documentos oriundos da Tesouraria, bem como toda correspondência a ela dirigida;
- III Assinar cheques relativos à Tesouraria em conjunto com o (a) Presidente ou Vice- Presidentes;
- IV Arrecadar e contabilizar as contribuições dos Associados e Colaboradores, bem como demais rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- V Pagar as contas autorizadas pelo (a) Presidente, ou pelos(a) Vice-Presidentes, respeitando-se os Artigos 24 e 25;
- VI Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados, no prazo mínimo de 15 dias;
- VII Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembléia Geral;
- VIII Apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da Instituição, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- IX Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à Tesouraria;

- X Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
- XI Procurar financiamentos para a manutenção da ALGBT/RG bem como para a realização de eventos, projetos e afins, quando solicitado;
- XII Manter o registro do patrimônio da ALGBT/RG;
- XIII Manter todo o material em estabelecimento bancário;
- XIV Assinar cheques em conjunto com o(a) Presidente e/ou um dos Vice-Presidentes, para fazer frente às despesas de responsabilidade da ALGBT/RG
- XV Auxiliar, quando solicitado, as Secretarias na elaboração dos seus orçamentos anuais.
- § 1º Toda a movimentação financeira e contábil da ALGBT/RG será feita pela Tesouraria em conjunto com a Presidência. É vetada as demais Secretarias autonomia política e financeira para abrir e movimentar contas correntes.
- § 2º A Tesouraria será responsável pela prestação de contas da ALGBT/RG como um todo. Assim sendo, todas as Secretarias deverão repassar as suas prestações de contas mensalmente (com documentação original), não mais de quinze dias após o último dia do mês em questão para a Tesouraria e para inspeção pelo Conselho Fiscal. Se não houver movimento, deve-se informar a Tesouraria deste fato por escrito.
- § 3º A Tesouraria repassará um sexto do orçamento anual da ALGBT/RG, em cotas bimestrais e iguais, para todas as Secretarias, desde que tenham seu relatório de prestação de contas dos meses anteriores aprovado, com a exceção do último mês.
- § 4º No caso de uma Secretaria não prestar contas dentro do prazo e não justificar o fato, o repasse do orçamento para esta Secretaria será suspenso a partir do segundo mês em que não houver prestação de contas ou justificativa.
- § 5º Se as prestações de contas advindas das Secretarias não cumprirem as diretrizes do regimento interno financeiro, a Tesouraria devolverá a prestação para a Secretaria em questão mediante correção da irregularidade.
- § 6º Se houver suspeito de fraude por parte de uma Secretaria, o repasse do orçamento será suspenso e far-se-á uma auditoria in situ. No caso de comprovar a fraude convocar-se-á uma Assembléia Geral Extraordinária.
- Art. 28** Compete ao (à) Secretário (a) da Ação para Direitos Humanos e Saúde
- I Coordenar a Secretaria sob sua responsabilidade;
- II Assinar documentos oriundos desta Secretaria, bem como toda correspondência a ela dirigida;
- III Informar no boletim da ALGBT/RG sobre toda atividade da Secretaria;
- IV Apresentar anualmente um relatório das atividades realizadas;

- V Realizar fóruns de debates, grupos de trabalho, cursos, encontros e seminários para aprofundar as questões relevantes aos direitos humanos para gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros.
- VI Apoiar os casos de discriminação por orientação sexual ou violação dos direitos das gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, fornecendo, na medida do possível, apoio jurídico e logístico
- Art. 29 Cabe ao(à) Secretário(a) de Comunicação e Mobilização:**
- I Coordenar a Secretaria sob sua responsabilidade;
- II Assinar documentos oriundos desta Secretaria, bem como responder toda correspondência a ela dirigida;
- III Elaborar, publicar e distribuir o Jornal da ALGBT/RG para assuntos sobre gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros;
- IV Divulgar palestras, simpósios, seminários, congressos, encontros culturais e afins promovidos pela ALGBT/RG;
- VI Auxiliar, quando solicitado, as outras Secretarias na elaboração de materiais comunicativos.
- Art. 30** As Secretarias serão constituídas e dissolvidas pela Assembléia Geral. Terão as suas funções determinadas e aprovadas pela mesma, conforme a necessidade da ALGBT/RG;
- § 1º No caso do(a) Secretário(a) Adjunto(a) assumir a sua respectiva Secretaria, será convocada uma reunião com a Diretoria com pauta específica para indicar o(a) novo(a) Secretário(a) Adjunto(a).

SEÇÃO II - DO CONSELHO DE ÉTICA

- Art. 31** O Conselho de Ética será constituído por 02 (dois) Associados eleitos pela Assembléia Geral.
- § único O mandato do Conselho de Ética será coincidente com o mandato da Diretoria.
- Compete ao Conselho de Ética:*
- I Julgar questões de ética na ALGBT/RG, ouvindo sempre as partes envolvidas;
- II Apresentar relatórios de suas atividades a Diretoria e à Assembléia Geral.
- § 1º O Conselho de Ética reunir-se-á sempre que necessário.
- § 2º O Conselho de Ética elaborará seu próprio Regimento Interno, o qual será aprovado em Assembléia.

SEÇÃO III - DO CONSELHO FISCAL

- Art. 32** O Conselho Fiscal será constituído por 02 (dois) Associados eleitos pela Assembléia Geral.
- § único O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

- Art. 33** **Compete ao Conselho Fiscal:**
- I Examinar os livros de escrituração da entidade;
 - II Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade
 - III Requisitar ao Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;
 - IV Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
 - V Convocar extraordinariamente a Assembléia Geral
- § Único O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 6 (seis) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

SEÇÃO IV – DO CONSELHO DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E SAÚDE

- Art. 34** Conselho dos Direitos Humanos, Cidadania e Saúde será constituído por 03 (três) Associados eleitos pela Assembléia Geral

- § Único O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria

↳ Conselho dos Humanos, Cidadania e Saúde.

- Art. 35** **Compete ao Conselho de Direitos Humanos, Cidadania e Saúde:**

- I Garantir uma esfera pública com representantes da comunidade local e dos órgãos governamentais que monitore o impacto das políticas públicas na proteção e efetivação dos direitos humanos, das lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e também que investigue as violações de direitos humanos no território municipal.
- II Pesquisar, estudar e propor soluções para os problemas referentes ao cumprimento dos direitos humanos; receber e encaminhar aos órgãos competentes, denúncias, reclamações, representações de qualquer pessoa ou entidade em razão de desrespeito aos direitos humanos.
- III Propor às autoridades competentes a instauração de sindicâncias, inquéritos, processos administrativos ou judiciais para a apuração de responsabilidades por violações de direitos humanos; requisitar dos órgãos públicos informações, cópias de documentos, relatórios e processos administrativos referentes à utilização de recursos e prestação de serviços públicos

CAPÍTULO IV – DO PATRIMÔNIO

- Art. 36** A receita da ALGBT/RG será constituída:

- I Subvenção que venha a perceber através de convênios;

- II Saldo de inscrições de certames;
- III
- IV Anuidades dos associados;
- V Contribuições de outras entidades, ou de outras pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais
- Art. 38 No caso da dissolução da ALGBT/RG, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada como OSCIP nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.
- Art. 39 Na hipótese da ALGBT/RG obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.
- Parágrafo único: Não existindo no município, em que a associação tiver sede, instituição nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer do seu patrimônio se devolverá à Fazenda do Estado ou da União.
- Art. 40 A prestação de contas da ALGBT/RG observará no mínimo:
- I Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas junto ao INSS e ao FGTS, colocando-as à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento
- IV A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 41 A ALGBT/RG será dissolvida por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades, contando com a presença de 75% (setenta e cinco por cento) dos grupos associados junto à Secretaria Geral.
- Art. 42 O presente estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo, com o quorum do art. 16, parágrafo único, em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.
- Art. 43 Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

Art. 44

O presente estatuto passa a vigorar na data de seu registro.

Rio Grande, 19 de outubro de 2010.

Hector Vieira Mattos
Presidente

Lucas F. Pompeo
Advogado OAB/RS Nº 70441

11.2 ANEXO 2: PROJETO PARADA LGBT RIO GRANDE 2013



Âncora da Diversidade Afetivossexual Riograndina

Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros do Rio Grande – RS

ALGBT RG – CNPJ: 13910680/0001-22

Utilidade Pública: Lei Nº 7.030/11

99755841/91418382

3ª Parada LGBT Rio Grande/Cassino 2013

”Viver e Não Ter a Vergonha de Ser Feliz” (Gonzaguinha)

I – Dados de Identificação:

- ✓ 3ª Parada LGBT Rio Grande/Cassino 2013
- ✓ Promoção: Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros do Rio Grande.

II – Atividades comemorativas

- ✓ Janta – Apresentação da Corte da 3ª Parada LGBT do Rio Grande-Cassino 2013
- ✓ Seminário com temas LGBT
- ✓ 3ª Parada LGBT Rio Grande/Cassino

III – Eventos, Datas e Locais.

- ✓ Janta de Apresentação da Rainha e Princesas da Parada do LGBT do Rio Grande
15 de dezembro – Bar Central – Buarque de Macedo
- ✓ Parada LGBT do Rio Grande/Cassino
20/01/2013 – Av. Rio Grande – 16h às 23h 30min - Praia do Cassino
Shows de Drag Queens e Performistas do Rio Grande e Região Sul, Porto Alegre e interior do RS e presença de uma celebridade nacional.
- ✓ Seminário com temas LGBT – data e local a combinar
- ✓ Ação de Saúde: Campanha de Combate a DSTs e distribuição de camisinhas e gel lubrificante.

IV – Objetivo Geral:

- ✓ Incentivar a promoção da cidadania e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros.

V – Objetivos Específicos:

- ✓ Incentivar a discussão no âmbito municipal e regional para o planejamento e execução de ações afirmativas para os que mais sofrem com a segmentação social e econômica no universo LGBT.
- ✓ Estimular a elaboração de propostas e estratégias para implementação no âmbito municipal e regional de políticas públicas a fim de promover a cidadania plena dos homossexuais e transexuais.
- ✓ Realizar ampla mobilização social de combate à violência e a discriminação contra a população LGBT para que possam “viver e não ter a vergonha de ser feliz”.
- ✓ Desenvolver atividades para ações sociais e consolidação de políticas públicas em todas as esferas municipais como fatores determinantes à construção de uma sociedade democrática, justa libertária e inclusiva.
- ✓ Lançar a bandeira de luta pela erradicação da homofobia, transfobia, lesbiofobia, machismo e racismo do cotidiano das instituições e da sociedade rio-grandinas e regionais.
- ✓ Elaborar o cadastro dos cidadãos LGBT para o desenvolvimento de ações que os organize e os una para a consolidação e conscientização de seus direitos plenos.
- ✓ Construir políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela inter-setorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas.
- ✓ Promover os direitos fundamentais da população LGBT brasileira, de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, dispostos no art. 5º da Constituição Federal;
- ✓ Incentivar programas de prevenção ao uso de drogas;
- ✓ Promover os direitos sociais da população LGBT brasileira, especialmente das pessoas em situação de risco social e exposição à violência;
- ✓ Combater o estigma e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.
- ✓ Abordar as temáticas inerentes aos conflitos dos cidadãos transgêneros e o meio social.

VI – Motivação e Justificativa:

A formação da população LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros há muitos anos vem evoluindo e crescendo em nosso município e região, embora com muitos enfrentamentos de barreiras sexuais e de preconceitos. Trata-se de um movimento em ascensão que precisa elaborar planos de ação e estratégias para alavancar projetos de atuação organizada pela defesa de seus direitos e exercício da cidadania plena e justa.

Com a aprovação da Lei 6920/10, de autoria do Vereador Carlos Fialho Mattos (Patola), da Bancada do PPS, que institui 18 de Dezembro o Dia Municipal do Orgulho Gay e Livre Orientação Sexual e também com o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT – Lésbicas, Gay, Bissexuais, Transgêneros pelo Presidente Lula em setembro de 2010, fez-se necessária a realização de debates para construir a cidadania e assegurar a execução das propostas do plano no Rio Grande.

Para promoção e defesa das conquistas do universo LGBT foi criada em Rio Grande a Associação LGBT como uma entidade sem fins lucrativos para desenvolver projetos, ações sociais e programar eventos de visibilidade, mobilização, valorização social e profissional e para o exercício pleno da cidadania da comunidade LGBT, principalmente rio-grandina. Da mesma forma, interagir com demais lideranças seja no âmbito municipal, extra-município, estadual e nacional, a fim de consolidar a busca pelos direitos LGBT.

Em maio de 2011, a Associação LGBT/RG foi declarada utilidade pública no município do Rio Grande, untando assim suas atividades com o seu reconhecimento na luta pelos direitos e

deveres dos cidadãos LGBT. No mesmo mês, foi aprovada a Lei que inclui a Parada LGBT no calendário de eventos do município.

No plano festivo será realizada a 3ª Parada LGBT Rio Grande-Cassino alusiva à expansão do trabalho do grupo e apoiadores das causas LGBT tendo como pano de fundo incentivar a promoção do turismo LGBT na Praia do Cassino e Rio Grande, assim como propagar o desenvolvimento econômico da região, com geração de capital e lucros contributivos na receita do município.

Agregadas ao cunho de conscientização e mobilização estão programadas ações de saúde mediante a distribuição de material preventivo às DSTs, preservativos e gel lubrificante.

VII – Público Alvo:

Comunidade geral, lésbicas, gays, bissexuais, e transgêneros de Rio Grande, Cassino e região e turistas.

VIII – Estimativa de público nos Eventos Programados:

- ✓ Janta da Escolha da Corte da 3ª Parada LGBT: 200 pessoas
- ✓ Seminário LGBT: 100 pessoas
- ✓ 3ª Parada LGBT Rio Grande-Cassino 2013: 70.000 pessoas

IX - Investimento

- ✓ Chancela de Patrocínio R\$ 1.000,00
- ✓ Chancela de Apoio R\$ 500,00
- ✓ Doação: valores a partir de R\$ 50,00

X– Contrapartidas pelo Investimento

Chancela de Patrocínio

- ✓ Inserção da logomarca como “**patrocínio**”;
- ✓ Cartazes e/ou flyer e/ou folder;
- ✓ Citação na locução do nome da empresa na 3ª Parada LGBT;
- ✓ Citação do nome da empresa, com telefone;
- ✓ Citação do nome da empresa e telefone na locução do carro de som e /ou trio elétrico;
- ✓ Citação na locução dos eventos – Parada – palco de shows.
- ✓ Colocação de banner nos locais dos eventos.
- ✓ Acesso aos locais exclusivos da Comissão Organizadora da 3ª Parada LGBT.

Chancela de Apoio

- ✓ Inserção da logomarca como “**apoio**”;

- ✓ Citação do nome da empresa;
- ✓ Citação do nome da empresa na locução do carro de som;
- ✓ Citação na locução dos eventos – Parada – Palco de Shows.
- ✓ Colocação de Banner nos locais de eventos;

OBS.: nas chancelas de patrocínio e apoio, a ALGBT se isenta da responsabilidade das inserções em que dependa de terceiros.

Doação

- Recibo do valor da doação para restituição no Imposto de Renda
- Citação da empresa nos eventos realizados

XI – Formas de Pagamento (depósito bancário, dinheiro).

Cotas de R\$ 1.000,00

02 parcelas de R\$ 500,00 – 1ª no ato da assinatura do contrato e a 2ª parcela até 15/12/12.

Cotas de R\$ 500,00

02 parcelas de R\$ 250,00 – 1ª no ato da assinatura do contrato e a 2ª parcela até 15/12/12.

Doações

Valores a partir de R\$ 50,00 – no ato da doação

XII – Considerações Finais:

- ✓ A realização de um evento dessa natureza atrai turistas de vários segmentos, incentiva o turismo LGBT e alavanca a renda do comércio rio-grandino e cassinense.
- ✓ A empresa, ao patrocinar ou apoiar tal evento, obtém grande visibilidade da marca a um custo baixo e com pagamento facilitado, marcando presença num evento que lança bandeiras contra o preconceito e a diversidade de cidadãos.
- ✓ O investimento propicia que sua marca esteja inserida em várias ferramentas de marketing direto, focada num público mais abrangente, já que vários grupos oriundos de outros municípios se organizam para participarem de todos os eventos programados.

XIII – Promoção

- ✓ Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros do Rio Grande
Presidente Robert Nader Rodrigues de Almeida – 32334450 / 84334938
Email: aglbthrg@gmail.com

XIV – Idealização

Robert Nader Rodrigues de Almeida

Adejane de Mello Gudolle – Oficina Geral Produção Cultural & Eventos (presente na primeira edição da Parada em janeiro de 2011).

XV – Organização e execução do projeto

Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros do Rio Grande.

XVI – Anexo: Planilha com Orçamento.

Rio Grande, outubro de 2012.

Robert Nader Rodrigues de Almeida
Presidente da ALGBT/RG

11.3 ANEXO 3: PROJETO PARADA LGBT RIO GRANDE 2014

Âncora da Diversidade Afetivossexual Riograndina



Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros do Rio Grande – RS
ALGBT RG – CNPJ: 13910680/0001-22
Utilidade Pública: Lei N° 7.030/11

4ª Parada LGBT Rio Grande/Cassino 2014
“Livrai-nos de todo o preconceito! Amém”

I – Dados de Identificação:

- ✓ 4ª Parada LGBT Rio Grande/Cassino 2014
- ✓ Promoção: Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros do Rio Grande.

II – Atividades comemorativas

- ✓ Janta – Apresentação da Corte da 4ª Parada LGBT do Rio Grande-Cassino 2014
- ✓ Seminário com temas LGBT
- ✓ 4ª Parada LGBT Rio Grande/Cassino

III – Eventos, Datas e Locais.

- ✓ Janta de Apresentação da Rainha e Princesas da Parada LGBT do Rio Grande
Data: 18 de dezembro
Local: Bar Central – Rua Buarque de Macedo
- ✓ Parada LGBT do Rio Grande/Cassino
“Livrai-nos de todo o preconceito! Amém”
19 de janeiro de 2014 – Av. Rio Grande – Praia do Cassino
Shows de Drag Queens e Performistas de Rio Grande e Região Sul, Porto Alegre e interior do RS e presença de uma celebridade nacional.
- ✓ Seminário com temas LGBT
Data e Local: a combinar

- ✓ Ação de Saúde
Campanha de Combate a DSTs e distribuição de preservativos e gel lubrificante;

IV – Objetivo Geral:

- ✓ Incentivar a promoção da cidadania e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros.

V – Objetivos Específicos:

- ✓ Incentivar a discussão no âmbito municipal e regional para o planejamento e execução de ações afirmativas para os que mais sofrem com a segmentação social e econômica no universo LGBT.
- ✓ Estimular a elaboração de propostas e estratégias para implementação no âmbito municipal e regional de políticas públicas a fim de promover a cidadania plena dos homossexuais e transexuais.
- ✓ Realizar ampla mobilização social de combate à violência e a discriminação contra a população LGBT.
- ✓ Desenvolver atividades para ações sociais e consolidação de políticas públicas em todas as esferas municipais como fatores determinantes à construção de uma sociedade democrática, justa, libertária e inclusiva.
- ✓ Lançar a bandeira de luta pela erradicação da homofobia, transfobia, lesbiofobia, machismo e racismo do cotidiano das instituições e da sociedade rio-grandinas e regionais.
- ✓ Elaborar o cadastro dos cidadãos LGBT para o desenvolvimento de ações que os organize e os una para a consolidação e conscientização de seus direitos plenos.
- ✓ Construir políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela inter-setorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas.
- ✓ Promover os direitos fundamentais da população LGBT brasileira, de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, dispostos no art. 5º da Constituição Federal;
- ✓ Incentivar programas de prevenção ao uso de drogas;
- ✓ Promover os direitos sociais da população LGBT brasileira, especialmente das pessoas em situação de risco social e exposição à violência;
- ✓ Combater o estigma e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.
- ✓ Abordar as temáticas inerentes aos conflitos dos cidadãos transgêneros e o meio social.

VI – Motivação e Justificativa:

A formação da população LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros há muitos anos vem evoluindo e crescendo em nosso município e região, embora com enfrentamento de barreiras sexuais e de preconceitos. Trata-se de um movimento em ascensão que precisa elaborar planos de ação e estratégias para alavancar projetos de atuação

organizada pela defesa de seus direitos e exercício da cidadania plena e justa.

Com a aprovação da Lei 6920/10, de autoria do Vereador Carlos Fialho Mattos (Patola), da Bancada do PPS, que institui 18 de Dezembro o Dia Municipal do Orgulho Gay e Livre Orientação Sexual e também com o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT – Lésbicas, Gay, Bissexuais, Transgêneros pelo Presidente Lula em setembro de 2010, fez-se necessária a realização de debates para construir a cidadania e assegurar a execução das propostas do plano no Rio Grande.

Para promoção e defesa das conquistas do universo LGBT foi criada em Rio Grande a Associação LGBT como uma entidade sem fins lucrativos para desenvolver projetos, ações sociais e programar eventos de visibilidade, mobilização, valorização social e profissional e para o exercício pleno da cidadania da comunidade LGBT, principalmente rio-grandina. Da mesma forma, interagir com demais lideranças seja no âmbito municipal, extra-município, estadual e nacional, a fim de consolidar a busca pelos direitos LGBT.

Em maio de 2011, a Associação LGBT/RG foi declarada utilidade pública no município do Rio Grande, untando assim suas atividades com o seu reconhecimento na luta pelos direitos e deveres dos cidadãos LGBT. No mesmo mês, foi aprovada a Lei que inclui a Parada LGBT no calendário de eventos do município.

No plano festivo será realizada a 4ª Parada LGBT Rio Grande-Cassino alusiva à expansão do trabalho do grupo e apoiadores das causas LGBT tendo como pano de fundo incentivar a promoção do turismo LGBT na Praia do Cassino e Rio Grande, assim como propagar o desenvolvimento econômico da região, com geração de capital e lucros contributivos na receita do município.

Agregadas ao cunho de conscientização e mobilização estão programadas ações de saúde mediante a distribuição de material preventivo às DSTs, preservativos e gel lubrificante.

VII – Público Alvo:

Comunidade geral, lésbicas, gays, bissexuais, e transgêneros de Rio Grande, Cassino e região e turistas.

VIII – Estimativa de público nos Eventos Programados:

- ✓ Janta da Escolha da Corte da 4ª Parada LGBT: 200 pessoas
- ✓ Seminário LGBT: 100 pessoas
- ✓ 4ª Parada LGBT Rio Grande-Cassino 2014: 70.000 pessoas

IX – Considerações Finais:

- ✓ A realização de um evento dessa natureza atrai turistas de vários segmentos, incentiva o turismo LGBT e alavanca a renda do comércio rio-grandino e cassinense.

X – Promoção

- ✓ Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros do Rio Grande
Presidente Robert Nader Rodrigues de Almeida – 32334450 / 84334938
Email: aglbthrg@gmail.com

XI – Idealização

Robert Nader Rodrigues de Almeida – presidente ALGBT-RG
84334938

Adejane de Mello Gudolle – Oficina Geral Produção Cultural & Eventos (presente na primeira edição da Parada em janeiro de 2011).

XV – Organização e execução do projeto

Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros do Rio Grande.

Rio Grande, novembro de 2013.

Robert Nader Rodrigues de Almeida
Presidente da ALGBT/RG